



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXI Nº 5 SEXTA-FEIRA, 12 DE FEVEREIRO DE 2016

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – 4ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 11 DE FEVEREIRO DE 2016	
1.1 – ATA	6
1.1.1 – ABERTURA	6
1.1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (vide item 1.2.1)	6
1.1.2.2 – Adoção de medidas provisórias	
Adoção da Medida Provisória nº 703/2015, que altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 704/2015, que dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 705/2015, que altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 706/2015, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 707/2015, que altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 708/2015, que autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
Adoção da Medida Provisória nº 712/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria	6
1.1.2.3 – Requerimento	
Nº 13/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Vinícius de Oliveira Silva	6
1.1.2.4 – Oradores	
SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Cobrança de providências para resolver os problemas relativos às obras das BRs 364 e 163, que atravessam o Estado de Mato Grosso; e outros assuntos	7
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Preocupação com a posição do Brasil em relatório da Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico sobre a situação da educação no mundo	13
SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Preocupação com a epidemia de zika vírus que se dissemina pelo País, inclusive quanto aos efeitos sobre as Olimpíadas Rio 2016; e outros assuntos	17
SENADOR ALVARO DIAS – Necessidade de o parlamento exercer com plenitude as atividades de controle externo; e outro assunto	19
SENADOR PAULO PAIM – Homenagem à TV Senado; e outros assuntos	23
SENADOR RAIMUNDO LIRA – Preocupação com a segurança pública do País e defesa da modernização do Código Penal, em especial no que tange a crimes cometidos por armas brancas	31
SENADOR VALDIR RAUPP – Defesa da discussão aprofundada das propostas apresentadas pela Fundação Ulysses Guimarães em documento denominado “Uma Ponte para o Futuro”; e outro assunto	33
1.1.3 – ENCERRAMENTO	38

1.2 – PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**1.2.1 – EXPEDIENTE****1.2.1.1 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda**

Nº 6/2016 (nº 372/2015, na origem), que encaminha o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de agosto de 2015, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados, do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios 39

1.2.1.2 – Mensagem da Presidente da República

Nº 34/2016, na origem, que restitui os autógrafos do projeto de lei, sancionado e transformado na Lei nº 13.256/2016 111

1.2.1.3 – Requerimentos

Nº 13/2016, do Senador Paulo Paim, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Vinícius de Oliveira Silva 112

Nº 14/2016, do Senador Alvaro Dias, de voto de aplauso e congratulações a Lygia Fagundes Telles, primeira mulher brasileira a ser indicada ao Prêmio Nobel de Literatura. 114

Nº 15/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 2 de maio próximo, destinada a comemorar o Dia Mundial do Trabalhador 115

Nº 16/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 13 de maio próximo, destinada a comemorar o Dia da Abolição da Escravatura no Brasil 118

Nº 17/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 23 de setembro próximo, destinada a comemorar o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência 119

Nº 18/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 3 de outubro próximo, destinada a comemorar o Dia do Estatuto do Idoso 120

Nº 19/2016, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 21 de novembro próximo, destinada a comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra 121

Nº 20/2016, do Senador Paulo Paim e outros Senadores, de realização de sessão especial, em 12 de dezembro próximo, destinada a comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos 122

Nº 21/2016, do Senador José Medeiros, de informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário 123

Nº 22/2015, do Senador Valdir Raupp, de oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 84/2015. 125

1.2.1.4 – Término de prazos

Término do prazo, quinta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 62 e 63/2015 126

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 65 e 66/2015 126

Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 202/2015 126

1.3 – MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**1.3.1.1 – Adoção de medidas provisórias**

Adoção da Medida Provisória nº 703/2015, que altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofícios nºs 1/2016-DEM/CD, 3/2016-PSB/CD, 5/2016-PDT/CD, e 11/2016-Bloco PP/PTB/PSR/PHS/CD**) 127

Adoção da Medida Provisória nº 704/2015, que dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofício nº 13/2016-Bloco PP/PTB/PSR/PHS/CD**) 133

Adoção da Medida Provisória nº 705/2015, que altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofício nº 14/2016-Bloco PP/PTB/PSR/PHS/CD**) 136

Adoção da Medida Provisória nº 706/2015, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofício nº 15/2016-Bloco PP/PTB/PSR/PHS/CD**) 139

Adoção da Medida Provisória nº 707/2015, que altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (**Ofícios nºs 2/2016-Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia/SF, 2/2016-PSB/CD, 6/2016-PV/CD, e 16/2016-Bloco PP/PTB/PSR/PHS/CD**) 142

Adoção da Medida Provisória nº 708/2015, que autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002. Consti-

<p>tuição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofício nº 18/2016-Bloco PP/PTB/PSC/PHS/CD)</p> <p>Adoção da Medida Provisória nº 712/2016, que <i>dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus</i>. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria (Ofícios nºs 1/2016-PSB/CD e 17/2016-Bloco PP/PTB/PSC/PHS/CD)</p> <p>1.3.1.2 – Esgotamento de prazo</p> <p>Esgotamento do prazo para apreciação da Medida Provisória nº 689/2015</p> <p>2 – ATO</p> <p>2.1 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p>Nº 1/2016 (DECLARATÓRIO)</p> <p style="text-align: center;"><u>SENADO FEDERAL</u></p> <p>3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL</p> <p>4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL</p> <p>5 – LIDERANÇAS</p> <p>6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS</p> <p>7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO</p> <p>8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES</p> <p>9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</p> <p style="text-align: center;"><u>CONGRESSO NACIONAL</u></p> <p>10 – COMISSÕES MISTAS</p> <p>11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS</p>	<p>148</p> <p>151</p> <p>155</p> <p>156</p> <p>157</p> <p>160</p> <p>161</p> <p>163</p> <p>181</p> <p>191</p> <p>239</p> <p>263</p> <p>277</p>
--	--

Ata da 4ª Sessão, Não Deliberativa, em 11 de Fevereiro de 2016

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Raimundo Lira.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 17 horas e 26 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

A Senhora Presidente da República adotou, no período do recesso parlamentar, as seguintes medidas provisórias.

- Nº 703, de 18/12/2015, que altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 21/12/2015;

- Nº 704, de 23/12/2015, que dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para o pagamento da dívida pública federal, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 24/12/2015;

- Nº 705, de 23/12/2015, que altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação de ofertas da educação infantil, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 24/12/2015;

- Nº 706, de 28/12/2015, que altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, publicada na edição extra do *Diário Oficial da União* do dia 28/12/2015;

- Nº 707, de 30/12/2015, que altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009 e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 31/12/2015;

- Nº 708, de 30/12/2015, que autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7/12/2002, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 31/12/2015;

- Nº 712, de 29/1/2016, que dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde, quando verificada a situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do vírus da dengue, da febre chikungunya e do zika vírus, publicada no *Diário Oficial da União* do dia 1º/2/2016.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Ainda nos termos do arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional e do art. 10, A, do Regimento Comum, foram constituídas comissões mistas incumbidas de emitir parecer sobre as matérias.

A composição das comissões mistas e o calendário da tramitação das respectivas medidas provisórias serão publicadas na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

As matérias serão publicadas em avulsos eletrônicos.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados. **(Vide item 1.3.1.1 do Sumário):**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Antes mesmo de passar a palavra ao primeiro orador, eu gostaria de ler um voto de pesar.

Nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento na sexta-feira, dia 05 de fevereiro, do amigo e companheiro de todos os militantes de direitos humanos em longas caminhadas, Ex^{mo} Sr. Marcus Vinicius de Oliveira Silva (Marcus Matranga).

Natural de Minas Gerais, aposentado pela Universidade Federal da Bahia, defensor dos direitos humanos e militante das causas sociais, Marcus Matranga foi vítima de homicídio em função de sua atividade política na mediação de conflitos em terras indígenas e de sua militância nos direitos humanos.

O ex-sindicalista e psicólogo foi levado de sua casa por dois homens armados até uma estrada do povoado, onde foi morto covardemente com um tiro na cabeça.

Lamentamos a morte precoce do líder Marcus Matraga, que perdeu sua vida por defender os direitos humanos e a comunidade indígena em conflito de terras na Bahia, cumprindo com o seu papel de cidadão na luta pelos menos favorecidos. Era um militante exemplar dos direitos humanos.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para o Sindicato dos Psicólogos do Estado da Bahia e para a Federação Nacional dos Psicólogos, extensivo à família de Marcus Vinicius de Oliveira Silva (Marcus Matraga), nos endereços que seguem abaixo:

– Sindicato dos (as) Psicólogos (as) no Estado da Bahia (Sinpsi-BA)

Rua Francisco Ferraro, nº 11, sala 4 - Bairro Nazaré, Salvador (BA) CEP 40.040 – 465;

– Federação Nacional dos Psicólogos

Rua Tomé de Souza, 860, sala 1.004 - Funcionários, Belo Horizonte (MG) CEP 30140-909.

(Vide item 1.2.1.3 do Sumário)

Esse é o requerimento, que, uma vez lido, será devidamente encaminhado pela Mesa da Casa.

Passo a palavra – depois ele, naturalmente, vai preencher o livro – ao nosso amigo e querido Senador José Medeiros.

V. Exª pode usar o tempo necessário para o seu pronunciamento, independentemente dos 20 minutos regimentais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos que nos acompanham aqui na Casa e também aqueles que nos acompanham pela Agência Senado ou pelas redes sociais, durante o ano de 2015, por diversas vezes, tanto eu quanto o Senador Blairo Maggi e o Senador Wellington Fagundes viemos aqui tratar do assunto sobre o Estado de Mato Grosso.

O Estado de Mato Grosso, Senador Paim, como eu costumo dizer, é também uma espécie de filial do Rio Grande do Sul, que é o Estado que V. Exª muito bem representa aqui nesta Casa. Ele tem hoje boa parte de sua população vinda do Sul, à qual os mato-grossenses são muito gratos e já os consideram como irmãos mato-grossenses, porque essas famílias vindas ali do Sul acabaram sendo protagonistas, sendo atores importantes no desenvolvimento do Estado.

E o desenvolvimento do Estado de Mato Grosso, Senador Paim, apesar de todas as dificuldades, tem sido estrondoso. Mato Grosso, por exemplo, produz 88% de todo o diamante nacional. É o maior produtor de soja, o maior produtor de milho, o maior produtor de semente de girassol; tem o maior rebanho e já caminha agora para ser o principal produtor de peixes. É um Estado que ajuda imensamente o Brasil, é um Estado que contribui com boa parte no equilíbrio da balança comercial.

Mas, Senador Paim, desde os pioneiros sulistas, nordestinos, todos aqueles que ajudaram a construir Mato Grosso, desde aquela época, quando aquelas pessoas para ali foram, o Mato Grosso padece de uma dificuldade imensa no que se refere a infraestrutura. Aquelas pessoas chegaram ali na década de 60, 70 e ajudaram a abrir o Estado na base do facão, na base da foice, enfrentando atoleiros, enfrentando a malária, enfrentando tudo isso. Hoje, a sociedade está amedrontada com o *Aedes aegypti*, mas, naquela época, eles enfrentavam muito mais, Senador Paim: enfrentavam a malária, enfrentavam todo tipo de intempéries que aquele Estado virgem sofria ali na zona rural.

Pois bem, construiu-se um grande Estado, um Estado hoje que é a nova fronteira do desenvolvimento do País, mas, Senador Paim, tal como naquela época, Mato Grosso continua praticamente a mesma coisa em relação às suas estradas. Há quem diga que as estradas são as artérias de um país, as veias e as artérias de um Estado. Se for assim, Senador Paim, Mato Grosso está à beira de um ataque cardíaco, Mato Grosso está à beira de um derrame. Se for assim, Mato Grosso está com colesterol altíssimo, porque a grande verdade é que estamos com enorme dificuldade de escoar os produtos. Nada adianta termos uma grande produção, nada adianta sermos protagonistas em toda essa produção se não temos como escoá-la, se os nossos produtos não chegam ao mercado externo de forma competitiva. Ora, tenho dito sempre que o índice de produtividade de Mato Grosso é melhor do que o índice de produtividade dos norte-americanos e do índice de produtividade mundial, mas, Senador Paim, o mercado internacional, como qualquer outro, é na base da concorrência. E, por exemplo, os produtos norte-americanos chegam à China bem mais baratos, não porque tenham índice de produtividade melhor, mas porque sua infraestrutura de transporte é melhor. Então, Senador Paim, subo mais uma vez a esta tribuna para falar justamente desse tema.

Tentando solucionar esse problema, o Governo Federal resolveu fazer a concessão da BR-163 e da BR-364. Foi feita uma audiência pública, e criou-se uma expectativa extraordinária em todo o povo de Mato Grosso de que a rodovia seria duplicada e teria qualidade. Pois bem, foi feito um contrato com o povo, porque, no momento em que se faz uma audiência pública e se acorda, na verdade, é feito um contrato com o povo: “Daqui

para frente, vocês terão uma rodovia com pedágio, porém ela vai ter qualidade e será duplicada". E também foi feito um contrato da seguinte forma: a duplicação de parte da rodovia, um trecho de Rondonópolis a Diamantino, seria de responsabilidade do DNIT; e o restante da duplicação seria feito pela concessionária. Ficou acordado também que, quando a concessionária tivesse feito 10% da duplicação, ela já poderia cobrar pedágio. E assim foi feito.

Antes mesmo do término dessas obras, eu comecei a alertar aqui da tribuna dizendo que havia o risco de, se o DNIT continuar não pagando as empreiteiras, essas empreiteiras abandonarem a obra que ficou de responsabilidade do DNIT, e a concessionária chegar aos 10% que lhe competiam e começar a cobrar pedágio. Aí a população vai estar em uma situação em que a rodovia não estará duplicada, não estará sendo feita a manutenção da rodovia, e estará sendo cobrado pedágio. Pois bem, infelizmente, acabei sendo profeta do caos. Na verdade, eu falei aqui como um alerta, mas hoje nós estamos nesta situação, Senador Paim, Senador Cristovam: a população de Mato Grosso está pagando pedágio no seu único corredor – ali é onde a BR-364 e a BR-163 se fundem, uma rodovia passa por cima da outra –, a estrada está totalmente esburacada, não está duplicada, e a revolta é geral. Essa é a situação a que chegamos – não por falta de alerta.

Agora, eu não digo que alguém levanta de manhã cedo e diz: "Olha, vamos fazer isso só para irritar a população". Não, eu até creio que não, mas eu peço aqui encarecidamente ao Governo Federal que possa alocar recursos para o Ministério dos Transportes. Eu vejo boa vontade do Ministro e de todos os atores que mexem com a parte de logística, mas o que eu sinto é que realmente eles não têm o que fazer, não têm dinheiro para pagar. E não existe bom pagador sem ter dinheiro.

O problema está posto, Senador Paim. O Ministério Público já começa a se mexer. Eu mesmo entrei com uma representação junto ao Ministério Público e conversei com o pessoal da Justiça Federal. E, na segunda-feira, vamos fazer uma audiência pública com toda a comunidade da cidade de Rondonópolis – vereadores, associações de classe, a concessionária, todos –, para tentarmos chegar a um consenso, a uma solução, a uma saída, porque isso não é possível. Nesse feriado de Carnaval mesmo, houve vários acidentes com mortes. E não é possível que a população continue trafegando em uma estrada esburacada, sem segurança e pagando para isso. Isso chega a ser um absurdo.

E, cada vez mais, nós temos visto absurdos aqui no Brasil. Por exemplo, há situações em que se constrói a usina, mas não se construiu o linha para fazer a transmissão da energia. Há lugares onde se constrói a ponte, mas não se fazem nem a cabeceira nem a estrada. Aqui os próprios Senadores Capiberibe e Randolfe trouxeram a situação de que, na divisa do Brasil com a Guiana Francesa, existe uma ponte construída há dois anos, a ponte está lá, e a estrada não está pronta. Então, há esse tipo de situação. E não é possível continuar com esse tipo de coisa. A população nos cobra. E cabe ao Parlamentar o quê? Ao Parlamentar não cabe fazer obra, ao Parlamentar não cabe fazer tarefas que são do Executivo. Agora, cabe, sim, a nós, cobrar; cabe a nós acionar os organismos de controle. E isso eu tenho feito.

Entre com representação no Procon, estamos representando também na Secretaria de Defesa do Consumidor e estamos representando na Justiça Federal. E esperamos que o Governo tome uma providência, porque isso não é possível. Agora mesmo, antes de ontem, um professor do Colégio São Gonçalo, professor há mais de 20 anos no Estado do Mato Grosso, morreu com sua família no trecho da BR-364 entre Cuiabá e Rondonópolis. Então, não é mais possível se quedar diante de uma realidade desta. Na segunda-feira, vamos fazer uma audiência pública. Aproveito a tribuna do Senado para convidar a todos os interessados naquela questão da BR-364 e da BR-163 para fazermos uma reflexão e, acima de tudo, sairmos dali com um plano de ação para que o Governo Federal ou suspenda a cobrança de pedágio ou arrume a rodovia.

Senador Paim, esse era um tema de que não estava pensando em falar hoje, mas, diante da situação, diante do tanto de mortes que houve neste final de semana, resolvi tratar aqui. E vou iniciar a fala que eu pretendia fazer.

Antes, passo a palavra, com muita honra, ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador, quero apenas dizer da oportunidade da sua fala não apenas em relação ao Estado do Mato Grosso, não apenas em relação aos problemas das estradas, mas a algo muito mais profundo. É um recado sobre a imprevidência. A gente fala tanto em Previdência e da crise da Previdência. O Senador Paim é um dos que mais discute isso e contesta, mas a gente precisa falar um pouco é da imprevidência. Até a própria crise da Previdência decorre da imprevidência, com muitos dos recursos que são pagos à Previdência usados com outra finalidade, como o Paim tanto fala. Veja bem, isto que está acontecendo com as estradas é imprevidência. É imprevidência no projeto. É imprevidência na fiscalização da obra onde foi colocado material que se degrada rapidamente. É também imprevidência o exemplo que o senhor falou, ou seja, fazer a ponte e não fazer as estradas ou fazer as estradas e não fazer a ponte. Isso é imprevidência quanto ao planejamento. O restante de tudo o que está acontecendo no Brasil praticamente

vem da imprevidência, como a dengue, o vírus da zika. Isso é imprevidência. Dizem que é o vírus, mas, não, o vírus só está aí por causa do mosquito, e o mosquito só está aí pela imprevidência da gente, que não toma as medidas corretas quanto ao saneamento, que não toma as medidas corretas quanto à educação cívica da população para que esta não deixe que fiquem aí os locais que atraem os mosquitos. A gente está tão preocupada com a inflação, mas ela é resultado da imprevidência com as contas públicas. A inflação não cai do céu, a inflação é o resultado da imprevidência. O descrédito dos políticos é resultado da imprevidência do corpo político – não de fulano, de sicrano, de beltrano ou minha ou do senhor ou do Paim, mas do corpo político –, porque a gente age de tal maneira, com tal imprevidência no zelo da causa pública, que isso leva a esse descrédito. A violência urbana... Hoje, eu tive um almoço no Comando do Exército, e um dos generais estava falando que, no Brasil, há mais gastos, hoje, com a segurança pública do que com as Forças Armadas. Não tem futuro um País como este. Isso é um desajuste, um desatino completo. Esse gasto, hoje, com a segurança pública, que cada um paga sem saber – a gente paga pela segurança que usa no apartamento em que mora, quem mora em casas maiores tem que ter guardinhas protegendo-as, os mais ricos têm carros blindados –, todo esse custo, para não falar das 50 mil mortes, é resultado da imprevidência de erros no passado, por não ter distribuído bem a renda, não ter dado educação de qualidade, não ter tomado medidas para evitar a migração de massas. Todos estão tão chocados com a migração, através do Atlântico, dos sírios, mas essa migração já houve no Brasil, do Nordeste para o Sul, do campo para a cidade, uma migração descontrolada, porque o povo queria ir para aonde estavam as coisas e, então, levou as coisas, por imprevidência, para aonde as pessoas moravam. As pessoas tiveram que migrar para encontrar sobrevivência. Tudo isso tem uma palavra-chave: imprevidência. E o senhor, com seu discurso, inaugura o novo ano, porque eu creio que o senhor talvez seja o primeiro... Não lembro se na semana passada já houve algum?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já houve, mas, como dizem que tudo começa depois do Carnaval, ele está iniciando o ano. *(Risos.)*

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – O senhor trouxe esse tema. Falando de estradas, falando de seu Mato Grosso, o senhor, ao mesmo tempo, trouxe um tema que é nacional e que está por trás do que a gente tem hoje na crise das estradas e de toda a infraestrutura brasileira: imprevidência. Um pecado brasileiro, e um pecado que, se a gente não conseguir se livrar dele, vai continuar infernizando a vida do Brasil. Incrível é que a gente os políticos é que peca, e o povo é que vai para o inferno, por causa da situação em que vive. Está na hora de o povo mostrar também o inferno para a gente. E, se continuar assim, o povo vai mostrar para a gente, de alguma maneira, como em outros países já fez o povo. É imprevidência o grande pecado brasileiro, talvez um pecado que não dependa só dos políticos, talvez um pecado que esteja impregnado na alma do Brasil – pode ser –, mas a gente tem obrigação de romper com isso. Imprevidência é um pecado, pecado grave, até porque quem vai pagar não é só o povo de hoje, são os filhos e netos do povo de hoje. Eles vão pagar pela imprevidência no momento, como as estradas do Mato Grosso estão pagando. É isso, Senador.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado, Senador Cristovam.

E acrescento também a imprevidência, que V. Ex^a sempre traz aqui a Casa, sobre a educação. Se justamente a nossa saída é pela educação, nós a estamos negligenciando já desde a base, como V. Ex^a sempre tem trazido aqui.

Senador Cristovam, como V. Ex^a sabe, eu cheguei aqui no ano passado. Eu iria fazer um balanço em dezembro, mas resolvi fazer um pequeno resumo do que foi, nesse primeiro ano, a minha impressão aqui no Senado. No início de 2016, trago aqui, inicialmente, esse pequeno resumo do que foi o meu mandato parlamentar em 2015.

Eu não posso deixar de expressar minha profunda admiração e o meu inabalável respeito por esta Casa e seus integrantes – e eu queria dizer que V. Ex^a é um desses, juntamente com o Senador Paim, por coincidência, grandes Senadores que eu já admirava antes de chegar aqui a esta Casa e que passei a admirar muito mais depois de estar aqui.

Aqui está toda a nossa Federação representada, com suas múltiplas cores, credos e culturas, com seus distintos sotaques, trejeitos, simbologias e toda a simbologia regional.

Confesso que cheguei a esta Casa e que, nos primeiros dias, dava um frio na barriga ao subir a esta tribuna, porque esta é a grande Casa da Federação, a Casa dos grandes debates, a Casa onde se debatem os grandes temas, a Casa onde cada Senador sobe aqui e fala sobre algum tema, sempre sendo ouvido, do outro lado, por alguém com vasta experiência naquele tema. Por exemplo, quando alguém sobe aqui para falar de educação, há aqui o Senador Cristovam Buarque, vários outros Senadores que foram secretários de educação e governadores que entendem extremamente do tema. Se formos falar de economia, existem vários *players* aqui que entendem extremamente das filigranas da economia.

Enfim, é um privilégio estar aqui, nesta Casa, representando o meu Estado. Esta é uma Casa com um rico mosaico das peculiaridades econômicas, geográficas e sociais, que, conjuntamente, formam nossa amada e indivisível Nação. Fazer parte dessa fundamental missão de amalgamar o Brasil e o interesse nacional tem sido para mim, neste primeiro ano como Senador da República, uma das experiências mais ricas que já tive na vida, Senador Cristovam. Foi exatamente com esse espírito e disposição que por aqui aportei, no começo de 2015, para exercer o papel de representar meu Estado na Câmara Alta, em substituição ao meu querido amigo e companheiro político Pedro Taques, empossado Governador de Mato Grosso.

Minha própria história de vida simboliza bem essa mistura chamada Brasil, Senador Paulo Paim. Sou natural de Caicó, no Rio Grande do Norte, como eu já disse várias vezes aqui. Costumo até a dizer às vezes que sou gaúcho do norte. Em busca das maiores e melhores oportunidades, nossa família foi para Mato Grosso. E lá pude confirmar que o trabalho árduo e honesto – ensinamento herdado do meu querido pai – pode não legar a opulência material, mas traz coisas muito mais importantes, como a dignidade e o respeito dos seus próximos.

Movido por essa premissa, imbuído de lutar o bom combate, defendendo os interesses do meu Estado e da boa gente do meu País, eu me comprometi, desde o início desta caminhada, com bandeiras que reputo das mais importantes, notadamente os temas de maior necessidade e carência de nossa sociedade e, particularmente, da minha região.

Eu não poderia deixar de registrar minha imensurável satisfação em ter sido agraciado, já no primeiro ano de mandato, com o título de um dos dez melhores Senadores do Brasil, honraria concedida pelo prêmio Congresso em Foco, do *site* eletrônico UOL. Aliás, honraria é estar diante de dois grandes ganhadores desse prêmio aqui, Senador Cristovam Buarque e Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Estávamos lá ao seu lado, só isso.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Exatamente, estávamos ao lado.

Fiquei particularmente sensibilizado ainda por ter ficado também entre os dez maiores votados em categorias a que efetivamente me dediquei com especial atenção: defesa da agropecuária, defesa social e da cidadania e profissionalização da gestão pública.

Na questão do agronegócio, não poderia ser diferente: represento, nesta Casa, o celeiro do Brasil, a grande fronteira agrícola que mais se expandiu nas últimas décadas e que ajudou a transformar, em grande parte, o nosso País na atual potência mundial em produção de alimentos. Sinto-me parte integrante nesse sentido dessa grande revolução capitaneada por Mato Grosso, da qual não me afasto.

Defendendo a dignidade e o respeito ao homem do campo, e não somente ao empresário, relatei projetos importantes, como o que anistia agricultores de baixa renda. Nesse mesmo sentido, apresentei projeto que promove a desoneração da venda de pluma de algodão por pessoas físicas mediante isenção do PIS e Cofins e a concessão de empréstimo presumido para empresas adquirentes. Também de minha autoria há o projeto que altera a repartição do Imposto de Renda, para compensar com 10,5% do total arrecadado pela União os Estados e os Municípios exportadores de produtos primários, como alternativa mais sólida ao Fundo de Exportação (FEX).

Tenho lutado, Senador Paim, por uma coisa que lhe é muito cara: a defesa também dos pequenos agricultores, a defesa dos pequenos.

Recentemente, Senador Cristovam, havia, no meu Estado e em todo o Brasil, a possibilidade de que todos os pequenos sitiantes comessem a perder sua terra, todos aqueles pequenos sitiantes que eram signatários do Banco da Terra. Senador Paim, esses pequenos sitiantes compraram suas terras em associações, e o CNPJ em que ficou a dívida era da associação. O Banco da Terra, ao ser extinto, passou a carteira ao Banco do Brasil. O que ocorria? O Banco do Brasil só recebia a dívida se fosse completa. Então, se V. Ex^a, por exemplo, tinha um pedaço de terra e queria pagar sua conta junto ao Banco do Brasil, não poderia fazê-lo, porque a dívida não estava individualizada. Com isso, todas as associações começaram a ficar inadimplentes, e já se estava correndo para execução das terras.

Aqui faço um destaque à sensibilidade do Ministro Patrus Ananias. Levei essa questão a ele. Foi uma luta que começou na Comissão de Agricultura, também levantada pelo Senador Wellington Fagundes. Mas tivemos depois diversas reuniões com o Ministro Patrus Ananias, e ele se sensibilizou e voltou à renegociação das dívidas. Então, associações do País inteiro, do Brasil inteiro, poderão renegociar suas dívidas. Esse é um primeiro passo para, aí, sim, vir a individualização das dívidas, para os pequenos produtores não virem a perder suas terras. Então, faço essa ressalva em justiça à sensibilidade do Ministro Patrus Ananias.

Senador Paim, foi com esse ideal que lutei também pela valorização dos servidores públicos e pela contratação de servidores, por exemplo, para a Polícia Rodoviária Federal e para diversos outros órgãos públicos, enaltecendo a importância do concurso público e do fortalecimento das carreiras de Estado.

Essa luta pela valorização dos servidores públicos – digo isto sem jogar confete, porque é a realidade – também tem sido a luta de V. Ex^a. Tenho acompanhado seu trabalho no Senado desde que aqui cheguei.

Nessa mesma linha, posicionei-me contrariamente ao veto referente ao aumento do salário dos servidores do Judiciário, porque achei ser uma medida de justiça. Infelizmente, temos de chegar à conclusão de que aquele veto foi dado mais por uma contaminação, devido ao ambiente político, do que propriamente por uma necessidade de se vetar realmente. Havia quase dez anos que eles não tinham recomposição de perdas. Agora, com esta inflação, muito mais vão ter uma perda e vão ter seu salário carcomido. Mas, infelizmente, o caldo político de 2015 contaminou o debate, e aqueles servidores foram demonizados. Chegou-se a falar nesta tribuna que, se fosse dado aumento para aqueles servidores, o País quebraria. Bem, toda a culpa praticamente da problemática econômica parecia estar nas costas deles. Não foi dado o aumento, não foi derrubado o veto. A situação econômica do Brasil melhorou? Não. Então, na verdade, foi uma queda de braço. Houve polarização. Parecia que, se fosse dado o aumento para os servidores, isso demonstraria que o Governo não teria maioria na Câmara e que, conseqüentemente, passaria o *impeachment*. Infelizmente, o debate foi contaminado com esse caldo, e eles acabaram sendo demonizados. Infelizmente, foi para a imprensa que eram servidores que estavam ganhando R\$70 mil, R\$80 mil. Não eram. Foi dito aqui um monte de falácia, o que, infelizmente, não condizia com a verdade. Mas V. Ex^a, aliás, V. Ex^{as}, tanto o Senador Cristovam quanto V. Ex^a, foram arautos da verdade e também defenderam esses servidores.

Sr. Presidente, como Parlamentar, também tive a grata oportunidade de exercer representação do nosso País em algumas importantes missões internacionais ao longo de 2015. Destaco, primeiramente, a visita que fiz à base brasileira da Marinha na Antártica, representando a Comissão de Ciência e Tecnologia, cujo Presidente está aqui presente, o Senador Cristovam. Esse é um projeto de mais alta relevância para a pesquisa científica e para a ocupação estratégica do nosso País. Temos falado sempre naquela Comissão sobre inovação, sobre pesquisa. Volto a dizer: não é confete, mas o Senador Cristovam tem batido nesta tecla como um pingô d'água, dizendo que precisamos de inovação, que precisamos de pesquisa.

Ali, nos confins da Antártica, pude ver brasileiros abnegados buscando fazer isso, buscando inovação, buscando pesquisar, buscando plantar um pedacinho do Brasil naquele continente. Trata-se de uma iniciativa das mais importantes, não somente sob o aspecto da defesa nacional, mas, sobretudo, pelas oportunidades tecnológicas que oferece. Ali, vi China, Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, todos com afinco, Senador Cristovam. É incrível como as bases ali plantadas estão realizando pesquisa, estão buscando recursos naturais, estão buscando fincar o seu espaço, colocar os seus marcos no continente.

Achei importante o Brasil estar com essa preocupação, mas também vi precariedade. Vi os brasileiros que ali estavam amontoados em contêineres. É bem verdade que, há alguns anos, houve aquele acidente que destruiu totalmente a Base Comandante Ferraz na Antártica, mas esperamos que o Governo Federal possa alocar recursos, para que possamos ter, em breve, uma base científica, uma base de pesquisa que possa dar estrutura para que as universidades brasileiras e as Forças Armadas brasileiras possam ali fazer suas pesquisas.

Como membro integrante da Frente Parlamentar Pela Liberdade Religiosa, também estive na cidade de Nova York, no painel internacional que reuniu 112 Parlamentares de 52 países, junto com representantes de diversas religiões. Nesse painel, foram discutidas questões fundamentais para os dias de hoje como a intolerância e a liberdade religiosa. Pude compartilhar a experiência brasileira nesse assunto.

Finalmente, pude ir à afamada Universidade de Harvard, também nos Estados Unidos, para participar de uma reunião sobre educação e sobre primeira infância, tema ao qual venho destinando especial atenção e dedicação no exercício do mandato. Vale registrar a aprovação do requerimento de urgência de minha autoria sobre o PLC nº 14, que versa justamente sobre políticas públicas para a primeira infância.

Registro aqui, Senador Cristovam – agradeço o apoio de V. Ex^a e do Senador Paim –, que, já no início do ano, na semana passada, tivemos a oportunidade e a grata satisfação de ter como primeiro projeto aprovado em 2016 o PLC nº 14, que é o Marco Legal da Primeira Infância. O Marco Legal da Primeira Infância começou a ser gestado justamente na Universidade de Harvard, em parceria com a USP e com o Insper, três centros de ensino de referência no mundo que se dedicaram ao tema. Estudiosos do mundo inteiro se debruçaram sobre o assunto primeira infância, sobre educação, sobre o futuro das nossas crianças.

Como representante de um Estado fronteiro, também me dediquei ao desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao espaço de fronteira. Nesse sentido, refiro-me não somente ao aspecto da segurança transnacional e do combate ao tráfico humano e de drogas e ao contrabando de mercadorias, mas também às facilidades de mobilidade e de trânsito para os habitantes daquele espaço e às oportunidades econômicas que podem ser geradas pelas potencialidades locais.

V. Ex^a falava há pouco justamente do tanto que gastamos, Senador Paim, com segurança pública. Gastamos e, por vezes, gastamos de forma errada. Tomamos a decisão, não sei em que momento, de combater o

narcotráfico no varejo, combatendo o narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro, nas favelas de São Paulo, nas favelas dos grandes centros. Nós nos esquecemos de combatê-lo no atacado, onde é mais fácil, onde é mais barato.

Mato Grosso, por exemplo, tem 700km de fronteira seca – muito mais, aliás –, mas totalmente desprotegida. Neste momento – vou falar isto aqui, porque já não é mais uma questão de segurança nacional, porque os traficantes já sabem –, não há 15 agentes das três esferas do Estado brasileiro lá. Não há 15 agentes, neste momento, protegendo os mais de 700km de fronteira seca entre Brasil e Bolívia, no Estado de Mato Grosso. Com certeza, a realidade não muda no País afora. Então, entra tudo. Há tráfico humano, tráfico de armas, tráfico de entorpecentes. E vai tudo para os grandes centros. E aí realmente fica caro combater isso no varejo.

Mas, já me encaminhando para o final, Senador Paim, ainda na defesa dos interesses do meu Estado, Mato Grosso, atuei firmemente na defesa da liberação dos recursos do FEX, porque Mato Grosso não tem como arrecadar sobre o produto que exporta, por força da Lei Kandir, e o Governo Federal não vem pagando em dia o Fundo de Exportação, que compensa essas perdas. O de 2014 foi pago no final de 2015 e o de 2015 ainda não foi pago. Tal situação, nobres colegas, tem gerado grande ineficiência e prejuízo para os produtores mato-grossenses, que não podem contar com os investimentos públicos necessários para recompor e modernizar a infraestrutura da qual falei há pouco nesta tribuna. Também toda a mobilidade urbana das cidades, sem falar na educação e na saúde, fica prejudicada.

Nesse mesmo sentido, também lutei incansavelmente pela reestruturação e ampliação dos aeroportos regionais de Rondonópolis, Cáceres, Alta Floresta, Sinop, Sorriso.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – O incentivo à aviação regional tem sido cantado em prosa e verso pelo Governo, mas, infelizmente, Senador Paim, a realidade ainda tem sido adversa, especialmente para centros urbanos e produtivos mais distantes. Com notórias dificuldades de locomoção terrestre, tal iniciativa alcança contornos ainda mais relevantes, ampliando as possibilidades de progresso, desenvolvimento, acesso a bens e serviços para a população local.

No que tange à reforma política, tema incandescente da atualidade, posicionei-me firmemente contra o financiamento empresarial de campanha, raiz de boa parte das falcaturas e trapças que atualmente vemos reveladas em nossos noticiários. Não dá para acreditar que grandes empresários financiam campanhas sem ter interesses inconfessáveis por trás da suposta generosidade.

Enfim, Sr. Presidente, minhas caras e meus caros colegas Senadores, não há como negar que 2015 foi um ano bastante turbulento em nosso País. A crise político-econômica ecoa por todos os lados, notadamente pelas paredes deste Parlamento. Temos em tramitação um processo de *impeachment*, o qual, quero crer, logo mais, logo menos chegará a esta Casa. Precisaremos estar imbuídos do mais elevado espírito cívico para, nos marcos da constitucionalidade, empurrarmos o Brasil de volta para o caminho da unidade nacional e do desenvolvimento econômico.

Em meu primeiro ano de mandato como Senador da República, aprendi muito com V. Ex^{as}. E ressaltou: principalmente com esses dois Senadores que estão aqui, o Senador Cristovam e o Senador Paulo Paim.

Também pude desempenhar inúmeras ações no sentido de dotar o meu Estado e o nosso País das condições necessárias para o seu pleno e sustentável desenvolvimento.

É com uma mensagem de fé e esperança, na certeza de que, com muito trabalho e dedicação, conseguiremos não somente retirar o nosso País do atoleiro em que se encontra, mas colocá-lo nos trilhos do progresso e da estabilidade política e econômica. Que possamos ter um 2016 imbuídos desse espírito, imbuídos da procura pela saída; não imbuídos da procura pelas filigranas e do defeito do outro, mas todos imbuídos daquela saída que V. Ex^{as} têm tanto apregoado aqui. Precisamos e temos como dever perante o nosso povo apontar a saída.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador José Medeiros, que fez um pequeno resumo do brilhante trabalho realizado a partir do momento em que chegou a esta Casa, jovem Senador.

Já aproveito para convidar todos: teremos, por iniciativa de V. Ex^a, no dia 22/02, Requerimento nº 84 do Senador José Medeiros, a discussão do aprimoramento do marco normativo sobre a produção de equipamentos utilizados pelas instituições policiais no Brasil, mostrando, além de tudo o que o senhor falou, a sua preocupação com segurança.

Meus cumprimentos ao belo mandato que orgulha não só o seu Estado, mas o povo brasileiro.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passamos a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, Senador Paim, espero que cheguemos aqui preparados para enfrentar as dificuldades que teremos neste ano de 2016 na condução do futuro do nosso País. Creio que raras vezes uma Legislatura começou com desafios tão grandes quanto aqueles que temos nesses próximos meses.

Quero começar falando, Senador, da minha mania, da minha nota única, como se fala por aí, nota só, sobre um relatório lançado ontem, embora formalmente só vá ser lançado em breve na Coreia do Sul, pela Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), sobre o estado da educação no mundo.

Mais uma vez, o Brasil faz parte daqueles que ficam na lanterna da educação e, portanto, na lanterna do futuro. Mais uma vez, Senador Paim. Alguns dizem: “Mas temos o que comemorar: aumentou o número de matrículas.” E é verdade, mas a matrícula não merece ser comemorada, apenas citada, dita, porque matrícula não significa frequência. Muitas crianças se matriculam, mas não frequentam, Senador. Frequência, inclusive, não significa assistência. No Brasil, muitas crianças vão à escola até a hora da merenda para comer, e não para estudar. E assistência não significa permanência. Mesmo as crianças matriculadas, frequentando, assistindo, que não são tantas, não ficam na escola, Senador Medeiros, até o final do ensino fundamental. Imagine do ensino médio! A gente só pode comemorar o aumento da permanência até o final do ensino médio, e não o da matrícula. É uma comemoração muito medíocre! Sabe o que me parece? É como se, na próxima Copa do Mundo, nós perdêssemos de 6 a 1 para a Alemanha e comemorássemos. Já não foi de 7 a 1. Alguém vai comemorar se, na próxima Copa, a gente perder de 6 a 1? Não acredito. Então, não dá para comemorar que aumentamos a matrícula, embora tenhamos que citar, dizer e mostrar que é possível.

Além disso, esse relatório da OCDE, que mostra que o Brasil está em 60º entre 76 países, lanterna, não inclui, por exemplo, os analfabetos. Eles não fazem parte da avaliação, não entram. Se colocasse o analfabetismo, o Brasil estaria muito pior, porque, por exemplo, o Brasil está próximo da Argentina na má qualidade da educação de base, mas, se colocar o analfabetismo, o Brasil piora muito. Não dá para comemorar o pouco que avançou.

Reduziu-se, por exemplo, o número de crianças que tiram apenas um. Não dá para comemorar que tenha reduzido, porque 38% delas ainda continuam com nota quase zero. Não dá para comemorar! Dá para alertar! E é isso que quero fazer. Dá para alertar!

Vejam o que vai acontecer no Brasil nos próximos anos se esses indicadores continuarem assim. Por exemplo, Senador Paim, o senhor, que tanto se preocupa com o emprego, não há como aumentar o emprego de qualidade sem educação. Não há como! Até é possível haver emprego para pessoas que não tenham educação, mas são empregos pessimamente remunerados; são empregos, em geral, degradantes, próximos da linha da escravidão, como nós discutimos na semana passada aqui.

O desemprego continuará, se nós não formos capazes de investir na educação, se não garantirmos a conclusão de um ensino médio de qualidade para todas as crianças deste Brasil, e, aí, a gente pode começar a comemorar.

Não haverá produtividade sem educação. Produtividade é quanto cada pessoa produz; e, se cada pessoa produz pouco, a renda das pessoas é baixa. O Brasil pode até crescer o PIB, porque tem uma população de 220 milhões. Então, o PIB pode ser alto, mas o PIB *per capita* continuará baixo enquanto o Brasil não tiver um bom sistema educacional para todas as crianças.

Mas não é só o emprego. A violência cresce, obviamente, com o nível baixo de educação. Não é porque os doutores são pacíficos, mas é porque eles não precisam recorrer à violência física. Nós precisamos educar a nossa população.

A dengue. As pessoas falam que é questão de um mosquito, mas esse mosquito existe por falta de saneamento e de educação, educação cívica, educação que ensine que participemos de tal forma da vida que ninguém deixe um lugar onde os mosquitos serão criados. É a educação que está por trás, saúde.

Todos os estudos mostram que uma pessoa com educação tem mais condições de zelar pela sua alimentação, que tem tudo a ver com saúde; tem condições de zelar até pelo seu peso, de ter informações que digam o que é preciso fazer para ter uma boa saúde. Isso tem tudo a ver com educação. Para buscar o médico, quem tem educação sabe fazer melhor. Tem tudo a ver.

A indústria brasileira, a indústria sem educação do povo é uma indústria falida, porque, mesmo produzindo, produz coisas antigas, superadas, que é o que acontece no Brasil. Nós somos uma economia, ainda, 500 anos depois da descoberta, agrícola e mineral, em vez de ser uma indústria produzindo bens de alta tecnologia, que é o que assegura a dinâmica, que é o que assegura a riqueza.

Vejam quem são os homens mais ricos do mundo: até pouco tempo, eram os donos das fábricas de automóvel; Ford, por exemplo. Hoje, são os donos das indústrias de *software*, das indústrias de computador em projetos de *hardware*, das que produzem novos equipamentos médicos, das que usam o capital conhecimento. Não é mais o capital terra. O preço do petróleo é quase nada, mas o preço de um chipe continua alto; e o chipe não é produzido na terra como o petróleo. É produzido no cérebro das pessoas e é produzido porque sai da educação.

Não há futuro se a gente não fizer o dever de casa que nos negamos a fazer há tanto tempo.

Até coisa que ninguém imagina, uma tragédia brasileira, que é a gravidez precoce de nossas meninas, tem tudo a ver com educação. As estatísticas mostram que as meninas educadas sabem se precaver melhor da gravidez do que as meninas não educadas.

A transmissão da pobreza vem da educação. Barrar a transmissão! Antigamente, dizia-se: "A gente acaba com a pobreza criando emprego." Mas não se cria emprego que tire da pobreza se não houver educação do empregado.

Então, para se cortar a transmissão da pobreza de um pai para um filho é com a educação do filho. Não há outro jeito. Antigamente, havia, porque, mesmo uma pessoa sem educação, conseguindo um emprego, crescia. Hoje, isso acontece? Pode acontecer, mas é raro. É raro! Se esse pai não tiver um filho educado, vai continuar a transmissão da pobreza.

Trabalho infantil: criança na escola não está trabalhando. Tem que botar a criança na escola até como forma de impedir o trabalho infantil. E o trabalho escravo, Senador Paim, o senhor faz parte desses que aqui lutam contra isso em pleno século XXI ...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diga-se que a sua participação, conseguindo a assinatura de todos os Líderes, foi fundamental para que se retirasse a urgência daquela regulamentação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Isso nós temos falado. Foi mérito de V. Ex^a. E temos orgulho de que estávamos juntos no mesmo grupo

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Estávamos juntos, fizemos juntos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas V. Ex^a foi quem conseguiu as assinaturas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Pois bem, o senhor que conhece isso mais do que ninguém – trabalho escravo no século XXI –, o senhor conhece algum trabalhador em condições de escravidão com o curso secundário completo? Não acredito, pois quase todos estão entre os analfabetos ou aqueles que terminaram até o terceiro ano do ensino primário.

São analfabetos funcionais. A mortalidade infantil parece que nada tem a ver, mas tem tudo a ver com o grau de educação da população. A vulnerabilidade às drogas tem a ver.

A influência da leitura na formação da consciência é fundamental! Sem essa consciência, continuamos elegendo corruptos para os altos cargos da República! Ou seja, a corrupção tem tudo a ver com a educação.

Aqui quero insistir: isso não quer dizer que a educação faz a pessoa menos corrupta, até porque quase todos os corruptos deste País são doutores. Não é a educação deles, mas é que eles não teriam sido eleitos, se a gente tivesse uma população com consciência. Essa consciência vem da leitura, e a leitura vem da educação.

Por isso, nada tem a ver educação com fazer ou não um corrupto. Nada! Dá quase para a gente dizer que a corrupção está no sangue dele. Não estou dizendo que seria uma forma até de salvá-los. Não, corrupto é uma coisa pessoal, de caráter pessoal. E a educação não consegue resolver isso fácil, a não ser a doméstica, em casa. Mas o corrupto chega a altos cargos por causa da falta de educação cívica da nossa população. Isso vem – vou repetir – da falta de leituras, que dão consciência. E essa leitura vem da escolaridade – não só da escolaridade, porque há outras influências, mas sobretudo da escolaridade.

Tivemos péssimas notas na parte de matemática. O Brasil é um País desmatematizado. O cérebro dos brasileiros não tem matemática lá dentro. Parece que isso não é importante e tem tudo a ver com o futuro do mundo. O mundo cuja população não tem bases matemáticas é um mundo incapaz de entender plenamente a realidade, é incapaz de criar novos produtos que vêm da matemática, de entender as relações das coisas.

A gente não está dando isso às nossas crianças, e elas vão crescer sem entender o que acontece ao redor plenamente, por falta de um mínimo de matemática. A inflação que está aí pressiona mais quem não sabe matemática do que quem sabe matemática, porque quem sabe matemática é capaz de analisar a variação dos preços, de saber o que isso tem a ver com juros, de escolher se põe dinheiro na caderneta de poupança ou se aumenta o estoque de mercadoria em casa. Isso é matemática. Sem matemática não se consegue viver bem num mundo inflacionado, num País com inflação. E a gente não está dando a matemática. Esse relatório da OCDE mostra como estamos no caminho errado no Brasil.

Eu vi a Presidente falando, desejando fazer consertos em coisas erradas do Brasil, Senadora Ana. O que a gente precisa não é um concerto com “s”, é um concerto com “c”, o concerto do maestro, de fazer com que juntos encontremos o caminho.

A Presidente não sabe como mudar o pneu, mas a gente precisa de um GPS para dizer para onde ir. E isso não é que ela não saiba. A sensação é a de que ela nem preocupada está com isso, porque acha que o caminho está bom, que basta aumentar a velocidade do carro e que para isso precisa consertar o pneu. Nada! Precisa mudar estrada; precisa dobrar a esquina, e não mudar o pneu, como ela fala, e querer um concerto com “s”, o concerto do mecânico. É o concerto do maestro que a gente precisa, para saber para onde levar este País. E para onde o quisermos levar, em um futuro compatível com o que acontece no mundo, isso passa pela educação. Esse relatório mostra que nós não estamos no bom caminho.

Eu espero que, neste ano, Senador Paim – para concluir –, em que vamos ser tentados, Senador Reguffe, a enfrentar os problemas do imediato, que são os mais angustiantes – a corrupção, a inflação, a recessão, o vírus da zika –, esse dia a dia não nos faça esquecer o longo prazo para as nossas crianças.

Nós estamos angustiados, todos, com o risco de aumentar o nascimento de crianças que sofram de microcefalia, por causa da imprevidência, da irresponsabilidade de todos nós – de uns mais e de outros menos – de não cuidarmos do saneamento, de não cuidarmos da saúde. Mas, se não dermos educação, mesmo as crianças que vão nascer sem a maldição do vírus da zika, mesmo as crianças que vão nascer sem microcefalia não vão desenvolver plenamente seu cérebro.

O cérebro dos animais cresce em uma proporção, até que eles nasçam. Depois que nascem, parece que o cérebro ainda cresce um pouquinho de nada biologicamente.

O cérebro humano cresce um pouquinho depois que a criança nasce, mas continua crescendo até a morte. Não biologicamente, não a massa cinzenta aqui dentro, mas aquilo que está dentro dela, aquilo que é chamado de conhecimento.

Há duas microcefalias: a microcefalia biológica, pelo tamanho do cérebro; e a microcefalia intelectual, a quantidade de coisas dentro do cérebro. A quantidade de conhecimento dentro do cérebro depende da educação. Ou seja, a microcefalia biológica é um produto da falta de educação para cuidar do saneamento, para cuidar da higiene. A microcefalia é um produto do *Aedes brasiliensis*, o *Aedes* do Brasil, e não o *Aedes* do Egito. Mas a outra microcefalia intelectual, da quantidade de conhecimento, é ainda mais consequência do *Aedes brasiliensis*. E quando eu digo “*brasiliensis*” não é de Brasília, é do Brasil.

Nós temos que entender isso. Temos que despertar para isso. Ontem o pré-relatório da OCDE nos ajudou nisso. E eu vim aqui – e vou passar a palavra ao Senador Reguffe que pediu um aparte – para abrir a minha participação nesse ano falando disso.

Alguns vão dizer: “Lá vem ele com a mesma história, lá vem ele com a mesma velha preocupação.” Mas é a velha preocupação com o futuro, é a velha preocupação com o que vai acontecer com o nosso País, se não despertarmos para essa realidade, a realidade de que a estrada do futuro vai sobre as estradas onde estão as escolas. As escolas são as estradas do futuro. Eu até diria que as escolas são o aeroporto do futuro. A OCDE, ao mostrar a situação da nossa escola, mostrou que a nossa escola está carcomida e que nós não estamos em condições de caminhar para o futuro.

Só para não dizerem que eu apenas analisei o aspecto crítico, quero dizer que cada vez que eu venho aqui eu falo da solução. A solução é uma boa escola. Essa boa escola depende do bom professor, com bons equipamentos. E isso precisa da União. Isso tem que ser feito, a meu ver, pela federalização da escola – não da escola que está aí, passar de municipal a federal, mas pela criação de um novo sistema, pegando o sistema atual, que está carcomido, como a OCDE mostra e substituindo-o por outro, de tal maneira que, daqui a alguns anos, a gente possa estar bem na foto no presente para a construção do futuro.

Antes de passar a palavra, Senador Paim, quero dizer que a China aparece bem. Mas sabem por que a China aparece bem? Porque aparecem bem as cidades que a China escolheu para servir de exemplo.

É o que eu proponho. Proponho que o Governo Federal adote a educação de algumas cidades, e o número dessas cidades vai sendo aumentado ao longo do tempo. É o que a China está fazendo, é o que o Chile vai fazer agora com o programa que a Presidente Bachelet chama de desmunicipalização, que talvez seja um nome até melhor do que federalização. Eu não teria nenhum problema em mudar o nome de federalização para desmunicipalização.

É o que a China está fazendo, e já aparece bem por causa daquelas cidades. Se a gente viesse fazendo isso desde 2003, quando eu tentei fazer – comecei com 29 cidades quando era ministro –, hoje a gente poderia estar com mil, 1,5 mil, 2,5 mil cidades com notas ótimas na OCDE. Mesmo que as outras não estivessem ainda, seria uma questão de esperar um pouco mais. Mas, como está, esperar não vai colocar a gente em uma

situação melhor; esperar vai continuar mantendo a gente em uma situação muito ruim no cenário mundial no presente, por causa da escola, e, portanto, ainda pior no cenário mundial no futuro.

Eu gostaria, antes de sair da tribuna, de passar a palavra, com muita satisfação, ao Senador pelo Distrito Federal Reguffe.

O Sr. Reguffe (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senador Cristovam, quero, primeiro, parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento, que é muito pertinente nos dias atuais em que a gente vive, e quero discutir o que é o futuro de um País. Antes, quero fazer um comentário sobre a questão do zika vírus, que V. Ex^a colocou, quanto a essa polêmica toda envolvendo o *Aedes aegypti*. Eu sinto isso na pele. Minha esposa está grávida, e eu vivo dias de preocupação permanente com a essa questão. E vejo – apesar de ser Parlamentar, sou também cidadão – com muita preocupação a inação do Governo com relação a esse tema. O Governo parte mais para ações midiáticas, para tentar mostrar que está fazendo alguma coisa, do que efetivamente combater isso com recursos e ações. Isso vale tanto para o Governo Federal quanto para o Governo local. O Governo daqui do Distrito Federal – eu soube – tem apenas 11 carros dos chamados fumacês, o que é uma brincadeira, pelo tamanho do Distrito Federal – uma população de mais de dois milhões de habitantes. O Brasil – como, aliás, já foi falado – está perdendo, pela incompetência do Governo, a guerra contra esse mosquito. Eu me preocupo, não só por minha esposa estar grávida, por essa questão pessoal, mas também pelo País, que só depois que surge uma coisa dessas é que pensa o que vai fazer. Não há nenhuma ação preventiva. Mas, com relação ao pronunciamento de V. Ex^a, que é muito pertinente, volta à questão da educação... Às vezes, as pessoas dizem que V. Ex^a é um Senador de uma nota só, só fala de educação; mas ainda bem que tem gente que se preocupa com a educação, porque para algumas pessoas, hoje, neste País, isso passa ao largo. Eu queria dividir o meu aparte em duas partes. Primeiro, a questão da educação. Infelizmente, este País não soube escolher suas prioridades nos últimos tempos. O ato de governar, a forma de governar é muito mais a consecução de obras físicas do que investir na qualidade dos serviços públicos que são devolvidos à sociedade. O que fica para o futuro é: “Aquela obra está lá. Quem construiu aquela obra?” “Foi fulano de tal”. Mas se a pessoa colocar recursos para a educação ou para a saúde, aquilo não fica. Digo pelas minhas emendas ao orçamento: desde que eu era Deputado Distrital, coloco, por exemplo, a compra de remédios para os hospitais públicos. Só que o remédio é consumido, ele não fica; ele tira a dor de uma pessoa naquele momento, mas não é uma obra física, então a pessoa não vê aquilo. Do mesmo jeito, a educação, pela qual V. Ex^a tanto luta, para que a gente tenha um País diferente. V. Ex^a teve, aqui no Distrito Federal, um Governo exemplar nessa área, com vários projetos interessantes, como a Bolsa Escola – V. Ex^a que trouxe esse debate, foi a primeira experiência no Brasil com relação a esse tema –, como a Poupança Escola, a Bolsa-Alfa, de alfabetização, e tantos outros. Mas eu vejo o País escolher as prioridades erradas: prefere investir em obras físicas do que investir no futuro, do que investir em educação. Nós mudamos de século, as cidades estão cheias de viadutos, cheias de estradas, mas não temos uma educação em tempo integral. Nós já mudamos de século. Está aí o que o Coreia fez no século passado, o que os Tigres Asiáticos fizeram. No Orçamento, não vemos educação como prioridade, e, na ação, o Governo ainda se utiliza de uma maquiagem orçamentária: quando é obrigado a gastar tanto ali, ele simplesmente tira o recurso que já estava ali, coloca o novo recurso, vai, vai. O tempo todo tem a DRU; ano após ano, se aprova a DRU; então, não se vê aquilo como prioridade, não se pensa o futuro. De outro lado, vê-se a classe política muito mais preocupada com cargos no governo, em apoiar governos – se há cargos, apoia; se não há cargos, não apoia –, do que em discutir um futuro para este País. Preocupa-se muito mais com projetos de poder do que com um projeto de País. Nós temos que discutir de verdade um projeto de País, colocar na mesa e discutir o que se pode fazer para o Brasil daqui a 20 anos. Ninguém consegue pensar lá na frente, daqui a 20 anos. Eu não sei se o meu filho que vai nascer vai conviver com um País melhor do que o que vivemos, porque, infelizmente, a nossa sociedade está cada vez mais individualista, e o ato de governar, o ato de fazer política é cada vez mais a ocupação de espaços no governo do que simplesmente debater ideias. Os partidos políticos no Brasil estão falidos, eles hoje são muito mais cartórios para brigar por espaços no governo, por nacos de poder, por empresas estatais do que para discutir um projeto de País, a formulação de políticas públicas, ideias que deveriam ser a verdadeira política, que é a beleza que a política tem. Então, eu me congratulo com V. Ex^a, que algumas pessoas dizem que é um romântico, porque eu acho que o Brasil precisa de mais políticos que queiram pensar o futuro, que queiram pensar o que deve ser o futuro e como chegar a esse futuro, passo a passo, ponto por ponto. Não se vai fazer isso sem investimentos pesados na educação e sem o País se preocupar com a educação de fato e de verdade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O Senador José Antônio Reguffe me trouxe uma lembrança, ao falar, que é o seguinte: o relatório da OCDE mostra que um dos aspectos positivos no Brasil é a taxa de matrículas, que aumentou de 65 para 78, o que eu reconheci aqui, mas matrícula não quer dizer muito, e que isso se deve ao Bolsa Família.

Eu poderia, em vez de fazer um alerta do que vai acontecer no Brasil, estar aqui comemorando e dizer: graças a um programa que iniciei, chamado Bolsa-Escola, do qual mudaram o nome para Bolsa Família, a OCDE diz que aumentou o número de escolarização. Eu poderia estar comemorando, mas eu não comemorei. Na próxima Copa, se o Brasil perder de 6 a 1 para a Alemanha e não de 7 a 1, não vou comemorar; vou reconhecer. Reconhecer não é sinônimo de comemorar. Reconheço que houve esse avanço, mas é um avanço tão tímido no desafio que o Brasil tem que enfrentar que a gente tem que ficar lembrando, mas preocupado.

O Bolsa-Escola deu a sua contribuição, mas é pequena, se a gente não fizer a escola ficar boa. A gente tem como fazer isso e não custa quanto se pensa. Não se faz por milagre, de um dia para outro, mas se faz num cronograma de algumas décadas. Só que não estamos fazendo, Senador Paim. Aumentamos o número de alunos, mas não estamos fazendo esse exercício de a escola do Brasil ser uma das melhores do mundo. Sabe-se como fazer. Temos experiências disso, só é preciso espalhar essas experiências pelo País. Só que vai ser impossível espalhá-las em todo o País apenas sobre os ombros dos prefeitos, além de que também as cidades são muito desiguais do ponto de vista da renda. Portanto, não vamos conseguir na maior parte das cidades que não têm recursos.

Eu espero que esse debate não desapareça em 2016, diante das dificuldades imediatas que vamos enfrentar. Enfrentemos nossas dificuldades sem ignorar as dificuldades que os nossos filhos e os nossos netos vão enfrentar não apenas do ponto de vista pessoal, de cada um deles, de suas famílias, mas também do ponto de vista nacional, do ponto de vista da Nação brasileira, do ponto de vista do conjunto de nossa população. Ainda há tempo, ainda há tempo de fazer aquilo que é preciso. Eu espero que não nos esqueçamos disso neste ano que estamos iniciando agora.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Cristovam, só me permita minha discordância daqueles que dizem que V. Ex^a é um Senador de uma nota só: isso não é verdade. V. Ex^a, eu diria, é o número um aqui quando o tema é educação, mas também nos outros temas da conjuntura nacional. Em todos, V. Ex^a tem posição muito clara, que tem ajudado outros tantos Parlamentares e aqueles que assistem às suas verdadeiras palestras na tribuna do Senado. Meus cumprimentos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Agora, na sequência, seria a Senadora Ana Amélia, como Líder. Em seguida, Alvaro Dias, como Senador inscrito.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão.

Caros colegas Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, venho à tribuna hoje, Senador Paim, brevemente, para manifestar preocupação. Voltei, na madrugada de hoje, de uma missão, nas Nações Unidas, da União Interparlamentar, que debateu as questões relacionadas ao controle de drogas no mundo. Lá se viu que esse problema é transnacional e que as políticas adotadas até agora fracassaram. O problema da droga é tão grave que fragilizou instituições e há suspeita, inclusive, de dinheiro proveniente do tráfico de drogas em campanha eleitoral. Então, esse é um problema extremamente relevante.

Como Presidente da Fundação Milton Campos, tenho apoiado a realização de seminários para envolver as escolas e as famílias no debate da questão da prevenção. Há um projeto desenvolvido no âmbito do Senad (Secretaria Nacional Antidrogas do Ministério da Justiça), cujo título é “Drogas por quê?”

Viu-se exatamente que a tendência hoje é criminalizar o usuário e o produtor – em geral um pequeno produtor, seja de coca ou maconha –, deixando de perseguir quem se deveria, o traficante, que leva a parte principal da lucratividade do dinheiro. Aí é onde está posto esse debate.

Foram mostrados o exemplo do Uruguai e da Suíça em relação a esses aspectos e outras experiências que Portugal também vem fazendo em relação à descriminalização, com resultados, na visão dessas autoridades, importantes. A Colômbia e o Peru igualmente mostraram seus projetos nesse setor.

Nos Estados Unidos, Senador, na segunda-feira e na terça-feira, a imprensa especulou muito: há uma preocupação, Senador Alvaro Dias, de que o Obama poderá não autorizar a vinda da representação norte-americana para as Olimpíadas em função dos problemas causados pelo zika vírus. Da mesma forma, o Quênia; os jornais americanos dando conta de que o Quênia, dos corredores famosos, também poderia proibir a vinda dos seus atletas para as Olimpíadas do Rio de Janeiro. Se isso vier a se confirmar, será, eu diria, um problema grave do ponto de vista da participação de um evento desta envergadura.

Nós estamos devendo explicações, primeiro, para a população brasileira. Aqui foi falado pelo Senador Cristovam Buarque – como sempre exemplar na manifestação – que há cinco meses alguns Estados estão sem receber do Governo Federal o *kit* que faz os testes para identificação da doença. Isso tem sido provocado, segundo o Ministério da Saúde, pela dificuldade na compra e na distribuição desses *kits*. Ora, é uma coisa ele-

mentar – é uma coisa elementar – fazer uma compra e distribuir. Vejam os Estados que não estão recebendo: São Paulo, um Estado extremamente vulnerável, com muitos casos, sem receber estes *kits*, e outros Estados da mesma forma. O Governo Federal diz que até o final deste mês poderá resolver esse problema.

O caso do zika vírus dá bem a medida, eu diria assim, da falta de protagonismo, de iniciativa, de profissionalismo e de atenção em estabelecer prioridades – prioridades com um tema crucial, a saúde pública de nosso País.

Eu já disse aqui nesta tribuna, sobre o zika vírus, que combater o mosquito não é um problema apenas do Governo. Eu reconheço que esse é um problema de cada um de nós – cada um de nós.

Aliás, a Comissão de Agricultura do Senado Federal, que eu tenho a honra de presidir, vai promover no dia 18, na próxima quinta-feira, um debate sobre o zika vírus para tratar de como combater o mosquito *Aedes aegypti*, trazendo especialistas de instituições importantes ligadas à pesquisa nesse setor. E por quê? Porque o setor rural recebe menos informações a respeito dos riscos de contaminação e dos criatórios do mosquito, como os pneus das máquinas agrícolas, como as próprias lonas que se colocam para proteger os equipamentos, as sementes ou a própria ração para o gado. Não há informação sobre os riscos de, nessa lona, com as chuvas, o local acabar se tornando um foco da criação do mosquito ou vários focos, porque são piscininhas, vamos dizer assim, onde se desenvolve, agora, com o clima do verão, facilmente o mosquito da dengue. Então, é esse o motivo que nos leva, na Comissão de Agricultura, a debater essa matéria, por proposta dos Senadores que fazem parte dessa Comissão, um debate extremamente oportuno e necessário. Ali também vamos saber quais as providências que deveremos tomar, quais as medidas mais urgentes e necessárias em relação a essas questões.

Milhões de pessoas estão infectadas e o Ministério da Saúde já confirmou a terceira morte no Brasil relacionada a esse vírus transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*, o mesmo transmissor da dengue e da febre chikungunya. A paciente era uma jovem de 20 anos, do Município de Serrinha, no Rio Grande do Norte. Ela ficou internada em Natal durante 11 dias com problemas respiratórios. A morte foi em abril do ano passado, mas o resultado dos exames só saiu agora. Não à toa, o Brasil virou caso de emergência mundial, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

Esse é o tema mais presente na imprensa dos Estados Unidos, na imprensa do mundo, dada a mobilidade, porque agora, no verão, muitos turistas vêm para o Brasil aproveitar o clima quente e também porque o Brasil se tornou mais barato para o turista, em função do câmbio favorável, que recebe mais reais quando faz o câmbio de dólares ou de euros para o nosso real.

A prevenção depende de todos, como eu disse. Evitar lixo acumulado e não deixar água parada como criadouro de mosquitos, por exemplo, são medidas básicas para evitar o alastramento do vírus responsável pelo surto de microcefalia na Região Nordeste, desde o ano passado. Estamos tratando de uma situação inédita na pesquisa científica mundial. As investigações sobre o tema devem continuar para esclarecer questões como a transmissão desse agente, sua atuação no organismo humano, a infecção do feto e período de maior vulnerabilidade para a gestante. Inicialmente, o risco está associado aos primeiros três meses de gravidez e ainda há muitas dúvidas sobre como combater esse vírus.

São casos preocupantes de saúde pública que precisam, sem dúvida, da mobilização social e política de toda a sociedade brasileira.

Por causa de problemas de higiene, falta de rede de esgoto e de reduzido acesso à água potável, uma criança morre no Brasil a cada três minutos – a cada três minutos! –, mais de 100 milhões de brasileiros não têm coleta de esgoto, e apenas 39% dos rejeitos são tratados – 39%! O resto é despejado na natureza, incentivando a proliferação de mosquitos e doenças de todos os tipos e problemas também graves para Estados e Municípios, endividados no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em boa hora, a nossa CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) acabou de escolher seu tema da Campanha da Fraternidade 2016, “Casa comum, nossa responsabilidade”, com foco na melhoria das políticas de saneamento básico. Essa é outra preocupação que atinge a todos – União, Estados e Municípios –, mas atinge sobretudo as pessoas, porque quem joga o lixo na frente da sua casa ou num terreno baldio de seu bairro está comprometendo a sustentabilidade e o meio ambiente; está comprometendo a sua própria saúde, dos seus filhos, dos seus parentes, dos seus amigos; está comprometendo a saúde de todos os moradores daquele bairro ou daquela cidade. É exatamente essa responsabilidade social que a CNBB, em boa hora, está buscando. A CNBB chama a atenção de todos para que tenhamos esse compromisso não apenas com cada um de nós, mas com o coletivo onde nós vivemos.

É por esse aspecto que aqui ocupo brevemente a tribuna, Senador Paim, caros colegas Senadores, para dizer exatamente da gravidade da situação e das consequências. Vamos esperar que nenhum país proíba os seus atletas de vir à Olimpíada no Rio de Janeiro. Isso seria um desastre não só em relação ao descrédito do Brasil numa questão crucial, que é a saúde pública, mas também em relação ao sucesso desse evento que foi

cantado em prosa e verso, mas que teve seu gasto discutido. Assim como na Copa do Mundo, discutiu-se muito o gasto que foi feito para realizar a Olimpíada. Querem saber se a sociedade carioca, fluminense vai se beneficiar, de fato, com as obras que foram ali iniciadas e concluídas.

Ora, da Copa do Mundo, temos estádios ociosos que valeram, como o aqui de Brasília, quase R\$2 bilhões – um estádio que está ali praticamente ocioso. E foi dinheiro público, dinheiro que falta para a saúde.

As pessoas não têm hospital, não têm atendimento, mas houve dinheiro para botar no estádio de Brasília e no de outros Estados em que o futebol não é um esporte de grande relevo – como ocorre no eixo Rio-São Paulo, ou no Nordeste, em Pernambuco, ou no nosso Rio Grande do Sul, ou no Paraná do Senador Alvaro –, em que o futebol não tem essa relevância e essa importância, com torcidas organizadas, com um movimento enorme nos estádios. Por exemplo, o estádio que foi feito em Cuiabá, o estádio que foi feito em Manaus revelam um equívoco de prioridades, Senador.

E hoje, junto com todo esse cenário de más notícias, vem a notícia da Transparência Internacional, informando que, na sua análise de 400 casos no mundo sobre corrupção, a Petrobras ficou em segundo lugar; em segundo lugar, na avaliação da Transparência Internacional! É muito triste para nós, brasileiros, ver essa empresa, um orgulho, “o petróleo é nosso”, tudo isso praticamente implodido por um processo que nós temos que combater sempre.

A nomeação de presidentes, de dirigentes dessas empresas estatais deveria ser em nome do interesse nacional, em nome do interesse público, e não em nome do interesse de partidos políticos; deveria seguir a mesma profissionalização, o mesmo rigor, o mesmo perfeccionismo, o mesmo profissionalismo que marcou a vitória da Mangueira, da Verde-e-Rosa, nessa grande festa de Carnaval, na homenagem a Maria Bethânia. Esse mesmo rigor e esse mesmo perfeccionismo – e eu acrescentaria a ética e a responsabilidade – deveriam vigorar em nosso País como hoje estão vigorando em algumas instituições como o Poder Judiciário, a Polícia Federal e o Ministério Público. É isso que nos dá ainda a esperança de que uma Operação Lava Jato possa nos simbolizar, a esperança de que possamos enxergar uma luz no fim do túnel desse processo.

É muito triste saber que a Petrobras é o segundo maior caso de corrupção no mundo, segundo a Transparência Internacional.

Muito obrigada, Senador Paim. Muito obrigada, Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Essa foi a Senadora Ana Amélia, que falou pela Liderança do PP.

Agora, como orador inscrito, é o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PV - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Srs. Senadores, Sras. Senadoras, pretendo hoje fazer modesta reflexão sobre a importância do Parlamento e as suas responsabilidades neste momento dramático vivido pelo nosso País.

Mas antes, Senador Paim, uma homenagem, um voto de aplauso a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Permita-me, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PV - PR) – Pois não; pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O Deputado Frederico Antunes, Senadora Ana Amélia, permita-me rapidamente, é um grande companheiro nosso, um grande companheiro seu também; viajei com ele para cá, vim ao lado dele, e eu disse: “Sou bom como companheiro de viagem”. E ele: “Por que, Senador?” “Porque durmo o tempo todo.” (Risos.)

Então, permita-me fazer esse registro, V. Exª que acompanha a Senadora Ana Amélia, foi e é um grande Parlamentar do povo gaúcho.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Paim; obrigada, Senador Alvaro, pela interrupção. Fico feliz por V. Exª ter feito esse registro, e não eu, pois poderia parecer compadrio, porque o Deputado é meu correligionário do Partido Progressista. Temos uma agenda para tratar de *free shops* com a Receita Federal agora, tema que interessa também ao Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Interessa a todos nós.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Obrigada, Senador Paim. Obrigada, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PV - PR) – Sucesso a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seja bem-vindo, Deputado.

Desculpe, Senador Alvaro.

O SR. ALVARO DIAS (PV - PR) – Senador Paulo Paim, um voto de aplauso à grande escritora brasileira Lygia Fagundes Telles, que é a primeira mulher brasileira a ser indicada ao Prêmio Nobel de Literatura.

A indicação da escritora para o prêmio de literatura é um marco para a cultura nacional. A União Brasileira de Escritores elegeu-a por unanimidade e já encaminhou seu nome à Academia sueca. A escolha e o anúncio serão em outubro próximo, na capital sueca.

Lygia Fagundes Telles é verdadeiro patrimônio da literatura brasileira, já que disseminou sua produção literária pelo mundo afora. Suas obras são traduzidas para o alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polonês, tcheco e português de Portugal.

Muitos de seus livros foram igualmente adaptados para o teatro, cinema e televisão. É motivo de celebração e de muito orgulho para todos os brasileiros partilhar deste momento emblemático de sua indicação ao Nobel.

Lygia Fagundes Telles é, inquestionavelmente, a maior escritora brasileira viva, reproduzindo as palavras do presidente da União Brasileira de Escritores, Durval de Noronha.

Numa densa entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, ela afirmava: “Eu sou uma jogadora. Meu pai era um jogador. Ele jogava com as fichas, eu jogo com as palavras. Eu acho que nós temos de arriscar o tempo todo, até a morte. Então arrisco e acho válido. É uma forma de transpor o círculo de giz, a fronteira. Isso, para o escritor, é sempre uma esperança.”

Nas palavras do acadêmico Eduardo Portella, que a saudou na posse da Academia Brasileira de Letras, em maio de 1987, “esse traço modernizante, esse salto rigorosamente qualitativo que vai da ilusão da plenitude à aventura do possível, esse risco calculado, atento às regras do jogo, instala a esperança no interior da linguagem. E a linguagem não é senão a língua mais a premonição.”

De maneira lapidar, a magistral Lygia Fagundes Telles sentencia que “a obra de arte é uma criação de liberdade, de liberdade e de amor.” Suas expressões revelam invariavelmente uma vastidão avessa às fronteiras. Na exata exposição de Portella:

Quem se aproxima da rigorosa humanidade de Lygia pode compreender, sem se entregar ao biografismo fácil, o quanto a pessoa influiu no personagem. Influiu sem dirigir, sem subjugar os movimentos livres da cena. Influiu no alto teor ficcional. Influiu na temperatura afetiva das reconstituições. Influiu no exercício sem alarde, no exercício silencioso e pontual da solidariedade, que é, nos mínimos gestos reclusos, a façanha de um encontro ao mesmo tempo intelectual e humano.

A obra dessa escritora, que já recebeu os prêmios Camões (2005) e Jabuti (1966 e 1974), entre tantos outros, agora concorre ao prêmio que personifica a maior honraria concedida a um escritor. Nesse contexto, estou convicto de que Lygia Fagundes Telles, essa escritora “radical”, “enraizada”, faz-se merecedora, por parte do Senado da República, desse apoio e desse voto de aplauso que tenho a honra de propor e a certeza de que será aprovado, como reconhecimento de sua colossal produção literária.

Por fim, requeiro que o presente voto de aplauso seja encaminhado à homenagem.

Essa é a homenagem que fazemos a essa grande escritora, certamente fazendo jus à sua trajetória literária, atendendo, obviamente, à expectativa de milhares de brasileiros que a admiram.

Mas, Sr. Presidente, pretendo, como disse no início desta fala, abordar a responsabilidade do Parlamento na democracia.

Hans Kelsen, célebre jurista e filósofo austríaco, na obra *Essência e Valor da Democracia*, adverte que a existência da democracia moderna depende da questão de ser ou não o Parlamento um instrumento útil para resolver as necessidades sociais de nossa era.

A função de ditar normas de conduta que regulam a vida social com alcance geral não esgota o trabalho do Parlamento. Tão importante quanto a tarefa de legislar é a de fiscalizar o cumprimento das leis. Tarefa que, considerando a complexidade crescente da administração pública, exige tempo e conhecimento. Nesse ponto, vale ressaltar que a fiscalização não constitui uma função exclusiva do Poder Legislativo. O Poder Judiciário, o Ministério Público e a Polícia Federal atuam com essa função.

Ao Parlamento, diversas técnicas de controle são disponibilizadas. Podemos formular denúncias da tribuna, encaminhar pedidos de informação a ministros e órgãos de fiscalização, apresentar votos de repúdio ao Governo, criar comissões de investigação, como CPIs, que têm o poder de quebrar sigilos, por exemplo.

No Parlamento, a função de fiscalizar é característica da oposição. Inclusive, é no Parlamento que a oposição, elemento característico da democracia pluralista, tem seu espaço para atuar com maior vitalidade. Quanto mais livre e atuante é a oposição, mais democrático é o regime político. É por isso que se afirma: “Infeliz é a nação que não possui uma oposição competente, responsável e corajosa”.

Na Inglaterra, por exemplo, a oposição se organiza de tal forma que é denominada Gabinete Sombra (Shadow Cabinet), também conhecido como Oposição de Sua Majestade (Her Majesty’s Loyal Opposition). Cada membro do Sombra faz um minucioso acompanhamento das ações de um ministro titular. Tudo isso

para acompanhar os atos do Governo de forma permanente e eficiente, criticando e fiscalizando as políticas e ações do Governo e propondo mudanças na legislação.

No Brasil, a oposição, embora numericamente raquítica, faz do Parlamento o espaço legítimo para manifestação. Durante anos, alguns da oposição denunciávamos os desmandos na área econômica. Chamei atenção para a bomba de efeito retardado que estava sendo gestada pelos arquitetos da política econômica que serviam e ainda servem à Senhora Presidente da República. Até ao Supremo Tribunal Federal nos dirigimos para conseguir abrir a caixa-preta que durante anos caracterizou os negócios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), especialmente aqueles relacionados aos empréstimos a países estrangeiros, subsidiados com o dinheiro do contribuinte brasileiro que foram permitidos graças ao maroto Decreto Presidencial nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, que alterou o Estatuto Social do BNDES, permitindo esse tipo de operação.

Abro parênteses, nesse aspecto, para dizer àqueles que imaginam ser responsabilidade do Senado Federal aprovar ou não empréstimos concedidos através do BNDES a outras Nações que, na verdade, essa prerrogativa não nos pertence. Esse decreto que alterou esse estatuto do BNDES permite esse tipo de operação sem que o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, tenha que avaliar.

De fato, criticamos, fiscalizamos e denunciávamos nos últimos anos. Quando criticávamos a política econômica, especialmente o crescimento da dívida pública, o Governo tentava nos desqualificar dizendo sermos pessimistas. Deu no que deu. Não estava, portanto, a oposição sendo pessimista. Estávamos alertando. O Governo insistiu no erro e agora chama a população para pagar a conta, aumentando impostos em diversos segmentos. Ele lançou a proposta da CPMF. E, enquanto a população assustada tenta se mobilizar para frear a criação da CPMF, o Governo, de forma sorrateira, vai aumentando impostos em diversas áreas e, assim, ampliando a fatia que abocanha dos salários dos brasileiros – aliás, na contramão da realidade. Eu tenho repetido, Senador Paim, que se trata de uma trombada na realidade nacional, porque estamos vivendo um período de recessão, de inflação que se eleva e de desemprego, e aumentar impostos é aumentar dificuldades. Aumentando dificuldades, o desemprego, sobretudo, cresce e passa a ser, hoje, a grande preocupação dos brasileiros. O drama que vivem trabalhadores ainda empregados diante da perspectiva de uma demissão a curto prazo passa a ser o sofrimento maior neste País na atualidade.

Criticamos também, de forma indignada, o estelionato eleitoral que caracterizou a vitória da candidata eleita para a Presidência da República, que se elege prometendo açúcar ao povo e está entregando robustas doses de fel a cada dia.

Atualmente, grande parte do que denunciávamos está sendo investigada pela Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Federal e Tribunal de Contas da União. Quando afirmo “investigamos”, faço referência às várias CPIs realizadas no Senado Federal – algumas delas com insucesso visível, mas que, de qualquer maneira, produziram relatórios paralelos que, certamente, se tornaram importantes para as investigações atuais. Aliás, foram representações inúmeras. Só em relação à Petrobras, nós protocolamos 18 representações junto ao Procurador-Geral da República. As denúncias desde 2009 foram selecionadas; as mais importantes, as mais graves se transformaram em representações encaminhadas ao Procurador-Geral da República. E, dessas representações, surgiram os inquéritos instaurados pelo Ministério Público Federal. Certamente, elas se constituem em uma contribuição do Legislativo para que essa investigação judiciária em curso tenha sucesso e alcance os resultados, surpreendentes para muitos, que vêm alcançando. Criticamos, portanto, o Governo e tomamos essas providências que cabia ao Legislativo adotar.

Atualmente, repito, grande parte do que denunciávamos está sendo investigado pela Polícia Federal, Ministério Público, Justiça Federal e Tribunal de Contas da União. Nesses casos, o Parlamento não deve concorrer com as instituições que estão atuando. Constantemente, nós somos cobrados como se devêssemos instalar novas CPIs para investigar aquilo que já está sendo investigado com maior autoridade e competência, pois trata-se de uma investigação judiciária de profissionais qualificados, uma investigação que se realiza tendo à frente profissionais extremamente qualificados e experientes, com instrumentos muito mais poderosos do que aqueles de que nós poderíamos lançar mão para a investigação política.

É por isso que na Constituição da França se inscreve que a Comissão Parlamentar de Inquérito se instala como forma de convocar o Ministério Público a investigar. A partir do momento em que o Ministério Público instaura os procedimentos para a investigação, a CPI encerra suas atividades, mesmo sem conclusão. Aqui, no Brasil, nós avançamos com investigações paralelas, que, até determinado momento, são necessárias, úteis, contribuem, mas, hoje, quando nós vemos o avanço das investigações em relação à Petrobras, abordar a necessidade de instalar-se uma nova CPI aqui seria, a meu ver, uma incongruência e, de certa forma, um oportunismo de quem estaria tentando aproveitar-se do fato consumado para obter dividendos de natureza eleitoral. Não cabe à oposição esse comportamento.

O Parlamento deve, sim, estar atento e atuar para garantir a continuidade e a regularidade do trabalho que está sendo realizado pelas instituições. Neste caso, a oposição no Parlamento deve atuar como guardiã e atuar como instrumento garantidor, valorizando o trabalho dessas instituições que se credenciam diante da opinião pública, apontando para uma mudança essencial para que se acredite no futuro deste País. Eu me refiro às instituições como a Justiça Federal, o Ministério Público Federal e a Polícia Federal. Creio que esta é a nossa missão nesta hora: corroborar, valorizar, apoiar para que essas investigações alcancem o resultado desejado pelo povo brasileiro.

Já com relação à função legislativa, o Parlamento precisa efetivamente aproveitar o que está sendo identificado como fragilidade do sistema legislativo e aperfeiçoá-lo, para que a corrupção não encontre terreno fértil como encontrou nos últimos anos. Fazendo isso, efetivamente, o Parlamento estará sendo um instrumento útil para resolver as necessidades sociais de nossa era.

No turbilhão da crise econômica, da crise de liderança, da crise ética e da crise de legitimidade, o Parlamento deve buscar um novo patamar nos debates travados entre os seus pares. É inaceitável transformar as discussões em plenário numa disputa político-partidária. O debate deve ser orientado pela busca de alternativas para o País.

Como já dissemos, procuramos cumprir nosso papel fiscalizador nos últimos anos. Considero injusta a crítica generalizada de que atuamos com timidez. É possível que alguns oposicionistas tenham atuado com timidez, mas não todos. Seja nas CPIs, nas representações apresentadas, nos pedidos de informações, em auditorias, etapa preliminar que antecede a investigação judiciária, oferecemos às instâncias adequadas – como a Polícia Federal, o Ministério Público, a Justiça Federal e o TCU – os elementos para as investigações que foram confirmadas pela Operação Lava Jato, deflagrada nos idos de 2014. Precisamos, sim, enaltecer – repito – o papel dessas instituições, capazes de mudar o conceito de justiça. Até então, vigorava a máxima de que a justiça no Brasil só valia para os pobres. Hoje há grandes empresários, banqueiros, ex-ministros de Estado, Parlamentares e até um ex-Presidente da República sendo investigados. Isso merece ser celebrado como um avanço da nossa democracia. Há, hoje, na prisão – especialmente em Curitiba, capital do meu Estado –, empresários, ex-ministros, Parlamentares, lideranças políticas. E isso, até há bem pouco tempo, era inacreditável.

Estamos vivendo um momento de mudança do paradigma de justiça, que merece ser celebrado. O que se assiste, neste momento nacional, é a justiça derrotando a impunidade. Momento que tem na Operação Mãos Limpas, iniciada em 1992, na Itália, uma similaridade como marco na história contemporânea do Judiciário. A Operação Mãos Limpas, da Itália, resultou em 2.993 mandados de prisão, 6.059 pessoas investigadas, das quais 872 eram empresários, 1.978 eram administradores locais e 438 Parlamentares – quatro deles haviam sido primeiros-ministros.

Segundo o Juiz Sérgio Moro, no seu trabalho publicado na *Revista CEJ*, em 2004, intitulado “Considerações sobre a Operação Mani Pulite”, “a ação judiciária revelou que a vida político-administrativa de Milão e da própria Itália estava mergulhada na corrupção, com o pagamento de propina para a concessão de todo contrato público”. Precisamos ter consciência de que “a corrupção disseminada não coloca em xeque apenas a legitimidade do regime democrático, mas também a do sistema judicial”, como escreve o Juiz Moro no citado trabalho. Nas palavras de Donatella Della Porta, professora de ciências políticas do Instituto Universitário Europeu, e de Alberto Vannucci, professor da Universidade de Pisa e autor de várias obras sobre corrupção, citados textualmente por Moro:

de fato escândalos políticos não colocam em questão apenas a legitimidade da classe política; eles também têm impacto na legitimidade daqueles encarregados de investigá-los: a magistratura. Em alguns casos, de fato, a descoberta de ilegalidade disseminada provoca críticas ao sistema no sentido de que este estaria sendo inadequado para combater a corrupção.

O Parlamento não pode contrapor-se à Operação Lava Jato. Um novo conceito de justiça emergiu do mar de ilícitos. Nesse contexto, é preciso oferecer marcos legais para o efetivo combate à corrupção, com a aprovação de inúmeros projetos em tramitação, tais como o que muda as regras da prescrição penal para reduzir a impunidade; a proposta de emenda à Constituição do combativo hoje Deputado Jarbas Vasconcelos que já foi aprovada pelo Senado e que impõe a perda imediata do mandato de Parlamentar condenado em sentença definitiva; a proposta do hoje Governador Pedro Taques – dele fui parceiro como relator, ampliando sua proposta – que já foi aprovada no Senado, que está na Câmara dos Deputados e que transforma a corrupção em crime hediondo, bem como o projeto sugerido pela Associação dos Juizes Federais que inibe manobras processuais utilizadas pelo réu para responder em liberdade, a exemplo de tantos outros.

Mas não só o Parlamento é protagonista de mudanças na legislação. O Ministério Público está à frente da campanha “10 medidas contra a corrupção”, colhendo assinaturas para apresentar projetos de lei, entre eles o

que criminaliza o enriquecimento ilícito de agentes públicos e a responsabilização dos partidos políticos pela caixa dois.

Como bem afirma o Juiz Moro, “a gravidade da constatação é que a corrupção tende a espalhar-se enquanto não encontrar barreiras eficazes”.

Decididamente, o Parlamento precisa interpretar as inquietações e necessidades populares. Caso não atue com esse espírito, produzirá um distanciamento entre os eleitores e os Parlamentares, o que não é desejado, visto que o desprestígio dos políticos pode corroer o prestígio da instituição parlamentar e a própria democracia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Raimundo Lira.)

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Passo a palavra ao Senador Paulo Paim. *(Pausa.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Vou para o outro microfone. Aquele lá está funcionando. Vou para aquele, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador, o painel eletrônico está em manutenção. V. Ex^a, por favor, ocupe esta tribuna aqui...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – ...apesar de, tradicionalmente, V. Ex^a ocupar aquela tribuna.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Raimundo Lira, no exercício da Presidência da sessão, eu já li e coloquei em votação – faço questão de que isto fique registrado também como meu pronunciamento na tribuna – uma nota oficial da Comissão de Direitos Humanos sobre o assassinato do psicólogo e militante social Marcus Vinicius Matraga.

A Comissão de Direitos Humanos vem, por meu intermédio, manifestar sua irrestrita solidariedade à família de Marcus Vinicius Matraga, assassinado no dia 5 de fevereiro, no Estado da Bahia. O ex-sindicalista e psicólogo, militante dos direitos humanos, foi levado de sua casa por dois homens armados até uma estrada, onde foi morto com um tiro na cabeça. Essa Comissão fará todos os esforços junto às autoridades da Bahia e à Polícia Federal para o esclarecimento imediato de quem foi o autor ou o mandante do crime.

Propomos, assim – já encaminhei, Sr. Presidente –, em nome da Comissão de Direitos Humanos, voto de pesar, a ser encaminhado à família de Marcus Vinicius Matraga, ao Sindicato dos Psicólogos da Bahia e à Federação Nacional dos Psicólogos.

Quero também, Sr. Presidente, fazer outro registro que considero importantíssimo.

No dia 5 de fevereiro de 2016, a TV Senado completou 20 anos. As comemorações serão restringidas à programação da própria TV, com produções especiais e com novos produtos, além de uma sessão especial que se realizará no mês que vem.

Falo aqui, Sr. Presidente, em nome de todos os profissionais, do mais simples ao mais graduado, como a gente fala, dessa importante TV brasileira, que é um instrumento fundamental do próprio processo democrático. Nada há mais democrático do que a TV Senado. Tudo que eu falar aqui vai ao vivo para milhões e milhões de brasileiros.

Parabéns a todos e a todas que, no dia de hoje, fazem da TV Senado um dos mais importantes veículos de comunicação pública do nosso País!

Aqui, na TV Senado, Sr. Presidente, não há censura. Seja negro, seja branco, seja índio, seja cigano, seja de oposição, seja de situação, tudo que se fala vai ao ar.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Registro ainda, Sr. Presidente, que, quando me apresenta este pequeno resumo, o Diretor da TV Senado o faz com muita humildade, porque o trabalho da TV Senado, que é um trabalho de cidadania, ultrapassa em muito estas folhas pelas quais, neste momento, corro os olhos para homenagear essa querida emissora.

É um instrumento que dá transparência e visibilidade ao trabalho de todos os Senadores e Senadoras e de todos os convidados que vêm a esta Casa, seja nas comissões, seja no plenário, aproximando, com isso, naturalmente, a Casa ao povo brasileiro.

Assim, Sr. Presidente, é que surgiu a TV Senado há 20 anos, a primeira emissora legislativa de alcance nacional.

Em 5 de fevereiro de 1996, o então Presidente do Senado, José Sarney, resumia a quem se destinava a TV Senado: “Este serviço hoje inaugurado não é serviço para o Senado, mas para o povo brasileiro”.

O desafio de aproximar o trabalho dos Parlamentares da sociedade fez surgir um modelo único de TV legislativa, que superou as naturais dificuldades de uma missão pioneira, como lembra a jornalista Marilena Chiarelli, primeira diretora da TV Senado.

– Naquele momento, a gente tinha uma estrutura pequena, não tinha um modelo a seguir. Tivemos que inventar a TV que a gente queria – recorda Marilena.

No começo, eram só 15 horas diárias de programação, transmitidas apenas para Brasília. Em menos de um ano, passou a ficar 24 horas no ar. Hoje, o canal aberto da TV Senado está disponível em 20 capitais, e seu sinal também chega a 40 milhões de residências por antena parabólica e TV por assinatura.

São milhões e milhões de brasileiros que ouvem tudo que nós falamos e fazemos aqui no Senado. Calculem os senhores, nesta introdução, como um Senador como eu, por exemplo, entraria na mídia nacional ou mesmo na mídia do Estado se não fosse a TV Senado? Talvez, ficasse aqui um desconhecido falando para as cadeiras ou para nós mesmos aqui dentro. Mas, graças à TV Senado, o nosso trabalho – não o meu, mas o nosso, o de todos nós – é conhecido em todo o Brasil. Tenho feito uma experiência recentemente com o debate da terceirização, coberto pela TV Senado. Se a TV Senado não pode mandar a equipe, ela recebe da assembleia o debate que lá realizamos e o transmite depois. Vemos, assim, o alcance da TV Senado.

Sr. Presidente, falar da importância da TV Senado faz também com que nos lembremos dos conteúdos produzidos nas atividades legislativas, do jornalismo, dos programas acessados por meio do *site* oficial e do canal do Youtube.

A receita criada foi mérito dos profissionais da TV Senado, destaca Murilo Ramos, consultor em Comunicação, para quem o modelo de uma TV legislativa com características de TV de serviço público, mas com programação generalista, é “sensacional e único no mundo”.

Para Fernando Oliveira Paulino, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), a TV Senado já se consolidou como uma ferramenta essencial para promoção da transparência e da democracia no País.

– É claro que a cidadania brasileira espera que esse canal permaneça desenvolvendo o trabalho que faz e o expanda, promovendo ainda mais debates, discussões públicas e também oferecendo condições para que seus profissionais desenvolvam suas atividades sem interferência [nenhuma] de grupos políticos que assumam a condução da Casa [...]. [É a palavra do professor.]

Para o cientista político André César, que tem na TV Senado uma ferramenta de trabalho, o marco foi a CPI Mista dos Correios, em 2005, quando a audiência bateu recorde.

– De repente, virou uma coisa que o Brasil inteiro parou. O dia em que Marcos Valério foi depor parecia final de Copa do Mundo. Todo mundo parou para ligar a TV, as TVs convencionais colocando no ar ao vivo, muitas usando imagens geradas [por quem?] pela TV Senado. Então, isso mostra que alguma coisa está sendo feita. E isso é muito importante.

Reafirmo aqui a defesa da transparência, da própria democracia e até do combate à impunidade e à corrupção.

As transmissões ao vivo do que acontecia no Senado tiveram impacto quase imediato na estratégia de cobertura dos outros veículos de comunicação e, mais ainda, sobre o comportamento dos próprios personagens centrais, os Senadores. A própria produção legislativa cresceu com a garantia de que tudo estaria sendo registrado e levado ao cidadão.

Aquele que não fazia nada – sabemos que isso existe em todas as categorias – teve de começar a mostrar serviço. Os que faziam continuaram fazendo, sem problema algum. Hoje, vota-se mais, debate-se mais as propostas de leis, os grandes assuntos nacionais.

Funcionam no Senado quase 40 colegiados, entre comissões permanentes e temporárias, subcomissões e comissões mistas ou de inquérito. Há dez anos, eram menos da metade. [A TV Senado cobre tudo.]

Em 2015, a TV Senado transmitiu ao vivo 256 sessões do plenário, totalizando 920 horas. Foram 808 reuniões de comissões gravadas e transmitidas, com mais de 1.415 horas de captação. Mesmo com toda essa enorme demanda de cobertura da atividade legislativa, graças ao esforço da equipe, com cerca de 270 profissionais, foram produzidos 1.550 programas e 1.280 chamadas de programação,

desafio que só pode ser enfrentado com renovados investimentos em tecnologia e capacitação de seus profissionais.

Nos anos recentes, foram adquiridos, e agora começam a ser instalados, equipamentos e sistemas que deverão compensar o déficit tecnológico que a TV Senado enfrenta em relação à maioria das outras emissoras, inclusive as públicas, mas com um esforço enorme de superação com os próprios profissionais. E 2016 é o ano que marcará o início do nosso salto analógico para o digital com ganhos de qualidade para o cidadão e para a sociedade. É uma mudança de paradigma, um momento importante para toda a equipe e para o Senado, informa o diretor de TV, jornalista Sylvio Guedes. [A qualidade do que é produzido gera reconhecimento.] Já são 21 prêmios, entre os mais importantes do País, por reportagens e documentários. Quatro vieram da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelo tratamento dado pela TV Senado aos temas como hanseníase e população de rua. 'A TV Senado ganha prêmios porque mostra preocupação com os temas sensíveis à sociedade', define Dom Leonardo Steiner, Bispo auxiliar de Brasília e Secretário-Geral da CNBB.

Para marcar os 20 anos da criação da TV Senado, a Secretaria de Comunicação Social, em vez de organizar eventos ou cerimônias, optou por presentear os expectadores com o que a emissora sabe melhor fazer: o conteúdo de qualidade. Por isso, ao longo do ano, uma série de programas e documentários novos serão lançados.

[Assim é que se mostra trabalho, assim é que a gente pode dizer: fizemos muito, mas há muito ainda por fazer.]

Filmetes de depoimentos com repórteres da TV, que narram momentos marcantes da TV Senado, sob a ótica de quem cumpriu os fatos, já começam a ser veiculados nesta sexta-feira, ou seja, amanhã. Uma série de pequenos programas registrará trechos memoráveis dos debates e votações em plenário e comissões. Outra linha de produção vai resgatar as leis mais importantes votadas pelos Senadores nos últimos 20 anos.

Da série Histórias Contadas, que enfoca a trajetória política e pessoal de grandes nomes que passaram pelo Parlamento, três novos episódios já estão sendo finalizados, sobre os ex-Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles e Luiz Henrique. Já o projeto/documentário Cidadão 2.0 quer mostrar sob a ótica do próprio cidadão a sua interação com o Senado, por meio dos inúmeros canais oferecidos para a participação do cidadão [e-Cidadania, Ouvidoria, Alô Senado, veículos da Secom, mídias sociais, etc].

Sr. Presidente, fazendo esses dois registros, eu ainda aproveito esta tarde para fazer mais dois registros.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a me permite interrompê-lo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Raimundo Lira, é sempre uma satisfação receber um aparte de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Raimundo Lira. Bloco Maioria/PMDB - PB) – Muito obrigado, Senador.

V. Ex^a falou homenageando a TV Senado pelos 20 anos. Fiz uma matéria que mandei para a imprensa da Paraíba. Todos nós, do Senado Federal, temos a convicção plena de que a democracia só funciona na sua plenitude dando liberdade total, logicamente com direitos e obrigações dos cidadãos, se existir de fato liberdade de imprensa. E a TV Senado merece todas as homenagens, pelo seu trabalho, pela seriedade, pela sua modernidade e pelas matérias que transmite à população brasileira. Quero aqui fazer mais uma referência: nenhum sistema de comunicação simboliza melhor, na sua inteireza, a liberdade de imprensa do que a TV Senado, porque, aqui, como V. Ex^a falou, a palavra é livre, as pessoas e os Senadores têm liberdade de expressar os seus pensamentos, expressar aquilo que recebe da população brasileira dos seus respectivos Estados e transmitir para a população brasileira.

Portanto, quero também me aliar a V. Ex^a, homenageando a TV Senado, principalmente através dos seus funcionários, dedicados, por transformar a TV Senado, nesses 20 anos, num sistema de comunicação que merece o respeito de todos nós, brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Presidente, meus cumprimentos pela sua fala, que ajusta o meu pronunciamento. E uma das frases que V. Ex^a usou, digo: nada melhor para fortalecer a democracia que a transparência absoluta, radical. É isso que a TV Senado faz. Se eu falar aqui um palavrão, vai ao ar; e eu que responda pelo que falei. A TV Senado não tem censura. Isso é democracia na sua radicalidade, e a TV Senado tem essa simbologia.

Meus cumprimentos, Presidente.

Presidente, eu quero falar ainda hoje do meu Estado, que está passando por uma situação muito difícil. Todos sabem da situação dos servidores públicos, que os salários atrasaram, tiveram que tomar empréstimo para o décimo terceiro. Todos sabem que o desemprego tem pegado muito o Rio Grande, a própria questão do Polo Naval – outro dia eu vim à tribuna e comentava a respeito. Agora eu trago outro problema que pega principalmente a agricultura no Rio Grande do Sul: o setor da uva, Sr. Presidente, de que vou falar um pouco aqui.

Os produtores de uva do Rio Grande do Sul amargam prejuízos de mais de R\$380 milhões. O Estado obteve a pior safra dos últimos 70 anos. Conforme a Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), a queda foi de 65%. Entre os motivos estão: floração antecipada, geada tardia, granizo e muita chuva, como muitos brasileiros acompanharam pela mídia em todo País. O fato é que toda a cadeia produtiva foi atingida. Além dos prejuízos aos viticultores, a queda já aumentou os preços da matéria-prima e terá impacto sobre os custos e a oferta de derivados, como vinhos e sucos.

Sr. Presidente, tomei conhecimento, porque me ligaram os produtores – e me refiro aqui também ao empresário do setor metalúrgico, que não é produtor de uva, mas é solidário a eles, o Sr. Adão –, de que, no próximo dia 3 de março, em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, a Câmara da Cadeia Produtiva da Viticultura, Vinhos e Derivados estará reunida.

Esta vai ser uma oportunidade para o debate do assunto e para a busca de soluções que viabilizem a recuperação da cadeia produtiva desse importantíssimo setor do meu Estado, o vinho gaúcho – vinho e derivados; temos, também, é claro, o suco de uva.

O setor encaminhou uma carta à ex-Senadora e Ministra Kátia Abreu. E pediram também que eu interagisse, já que a Kátia foi uma Senadora que sempre teve uma relação muito amistosa, de muita solidariedade a todos aqui no Parlamento em relação à essa área que ela conhece muito bem.

Esta carta, que eles encaminharam e que vou reforçar à Ministra Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem o seguinte teor, Sr. Presidente – e eu sei que a Ministra Kátia, talvez, esteja até neste momento ligada na TV Senado. É esta carta que ela vai receber e que eu quero reforçar.

A carta diz:

“Está ocorrendo uma das safras mais complicadas dos últimos anos para o setor de viticultura do Rio Grande do Sul. Muitas soluções podem ser buscadas para atenuar esses problemas, como um seguro agrícola de melhor qualidade que dê a tranquilidade ao produtor, bem como uma adequada remuneração da matéria-prima. Ao mesmo tempo, toda a cadeia produtiva deve buscar mecanismos para o uso mais intenso de novas tecnologias, como, por exemplo, a adequação de variedades para cada local, o uso da viticultura de precisão e o manejo integrado das pragas.

Como já dever ser do conhecimento de V. Ex^a, Ministra, estamos enfrentando uma safra negativa sem precedentes na história do nosso País em relação a volume e quantidade. Esta realidade está nos afetando. Primeiro, preços praticados na compra da uva estão no patamar de R\$1,50 o quilo, livre de grau para uma uva da variedade bordô, como exemplo. A uva tem uma tabela de preço mínima, que é estabelecida pela Conab, na qual se paga a mesma pela graduação, concentração de açúcar, tendo a possibilidade de ter acesso à linha de crédito subsidiada pelo Governo chamado FGPP (Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor). Como referência, a tabela da Conab está em R\$0,93 o quilo por esta mesma variedade.”

A falta de qualidade da uva está aumentando o nosso custo para produzir um quilo de suco concentrado, já que a uva é de baixa graduação [aí se refere ao baixo teor de açúcar], devido à quantidade de chuva que temos no Sul do País.

As situações acima e que aqui listei vão prejudicar as seguintes áreas: não teremos volume de suco concentrado de uva para abastecer nossos clientes no mercado nacional; não teremos faturamento para manter nossas indústrias; não teremos giro financeiro para pagar nossos custos fixos e as nossas dívidas de FGPP (Financiamento para Garantia de Preços ao Produtor).

Hoje, suco de uva é o principal sabor de suco consumido pelos brasileiros. Com a realidade que estamos enfrentando, o valor do suco de uva vai ficar muito alto, e não teremos como abastecer a necessidade do mercado.

Acreditamos que empresas como Coca-Cola – maior comprador de suco concentrado no Brasil, que compra volumes acima de 20.000 toneladas de concentrado por ano – vão fazer de tudo para poder importar suco concentrado de uva para poder atender sua demanda. Se os nossos clientes, como a Coca-Cola, conseguirem esta importação direta, o nosso ramo vitivinícola ficará extremamente fragilizado, provocando a quebra – falência – da nossa indústria, dos produtores de uva e, consequentemente, dos seus trabalhadores.

Falamos isso, Sr^a Ministra, pelas seguintes razões: nossas indústrias já vão ter uma alta diminuição do faturamento este ano devido à baixa produção. Devido à baixa produção e alta procura da matéria-prima uva,

o nosso custo será bem elevado, enquanto que o suco importado será mais atrativo que o nacional e atenderá nossos clientes no Brasil, em qualidade, quantidade e preço.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, por outro lado, estaremos, assim, enfraquecendo as indústrias brasileiras. Ainda mais: as mesmas terão condições de se manter no mercado com isso? Nossos pequenos agricultores, que somam 20.000 famílias, não terão onde entregar suas produções anuais.”

Sr. Presidente, para não ficar só no campo da análise, pedimos à Ministra que nos ajude a liberar a importação de suco concentrado de uva e vinho a granel para as empresas que trabalham na produção destes produtos no Brasil em um volume controlado e estudado para repor os estoques normais de cada empresa nacional para garantir que as mesmas consigam dar o giro este ano e manter o fornecimento necessário para o consumo brasileiro; exigir dos bancos a extensão dos prazos de FGPP contratados que vencem agora, em 2016 para 2017; ajudar os agricultores de uva com o seguro agrícola, que está sendo negado aos mesmos.

Os produtores precisam da ajuda do Governo para poder sobreviver e encarar de frente a crise.

Sem a ajuda, naturalmente, do Governo, várias empresas vão parar suas atividades este ano, e muitos agricultores vão desistir do plantio de uva.

A queda do setor afetará diretamente o montante de mais de 250 mil pessoas envolvidas na indústria, contando nesse volume com agricultores, vitivinícolas e seus funcionários diretos e indiretos e outros fornecedores.

O setor, enfim, pede socorro. Reitera a necessidade de uma ação do Ministério da Agricultura e de outros Ministérios, Casa Civil, para liberação de uma autorização emergencial para importação de derivados de uva a granel para que eles possam, assim, continuar produzindo o vinho e, principalmente, o suco.

Por fim, Sr. Presidente, faço um último registro.

Tenho feito isso com a maior tranquilidade, Sr. Presidente. Espero que as pessoas não vejam, neste último registro que faço, algo que vá contra aquilo tudo que eu sempre tenho pregado da tribuna e, ao mesmo tempo, o meu Partido, mas vou – como fiz com um artigo de Frei Betto – registrar da tribuna um artigo de Leonardo Boff que julgo apropriado para uma reflexão que nós todos temos que fazer.

Diz Leonardo Boff, neste artigo que achei interessante para uma reflexão, para uma autocrítica dos erros que nós cometemos, sabendo que errar é possível; o grave é não reconhecer o erro e não tentar acertar:

Durante quatro a cinco décadas houve vigorosa movimentação das bases populares da sociedade discutindo que “Brasil queremos”, diferente daquele que herdamos. [Enfim, que Brasil queremos]. Ele deveria nascer de baixo para cima e de dentro para fora, democrático, participativo e libertário. Mas consideremos um pouco os antecedentes histórico-sociais para entendermos por que esse projeto tão sério, tão bonito não conseguiu prosperar como nós gostaríamos.

É do conhecimento dos historiadores, mas muito pouco da população, como foi cruenta a nossa história, tanto na Colônia, na Independência, como no reinado de Dom Pedro I, sob a regência e nos inícios do reinado de Dom Pedro II. As revoltas populares, de mamelucos, negros, colonos e de outros foram exterminadas a ferro e fogo, a maioria fuzilada ou enforcada. Sempre vigorou o espantoso divórcio entre o Poder e a Sociedade. Os dois principais partidos, o Conservador e o Liberal, se digladiavam por pírias reformas eleitorais e jurídicas, porém jamais abordaram as questões sociais e econômicas.

O que predominou foi a Política de Conciliação entre os partidos e as oligarquias, mas sempre sem o povo. Para o povo e com o povo não havia conciliação, mas submissão. Essa estrutura histórico-social excludente predominou por muito e muito tempo até aos nossos dias.

No entanto, pela primeira vez, uma coligação de forças progressistas e populares, hegemonizadas pelo PT, vindo de baixo, chegou ao poder central. [O Leonardo Boff é que escreveu esse documento]. Ninguém pode negar o fato de que se conseguiu a inclusão de milhões e milhões que sempre foram postos à margem. Far-se-iam enfim as reformas de base?

Um governo ou governa sustentado por uma sólida base parlamentar ou assentado no poder social dos movimentos populares organizados. Aqui se impunha uma decisão. [Você vai se articular via Parlamento numa política de negociação, ou de fora para dentro, baseado nos movimentos populares.] Na Bolívia, Evo Morales buscou apoio na vasta rede de movimentos sociais, de onde ele veio como forte líder. Conseguiu, lutando [às vezes e até mesmo] contra os partidos. Depois de anos, construiu uma base de sustentação popular, de indígenas, de mulheres e de jovens [de idosos], a ponto de dar um rumo social ao Estado e lograr que mais da metade do Senado seja hoje composta [inclusive]

por mulheres. Agora os principais partidos o apoiam e a Bolívia goza do maior crescimento econômico do Continente.

Porque tem apoio popular. Baseado no apoio popular, conseguiu maioria também no parlamento porque os parlamentares não quiseram ficar contra a população.

É interessante a análise que faz, aqui, o nosso querido Frei Leonardo Boff. Ele diz que aqui no Brasil se adotou outra alternativa. “Se optou pelo Parlamento no ilusório pressuposto de que seria o atalho mais curto para as reformas” que se pretendiam fazer.

Assumi aqui o “Presidencialismo de Coalizão. Líderes dos movimentos sociais foram chamados a ocupar cargos no governo, enfraquecendo, em parte, a força popular”.

Isso eu já escrevia também, permitam-me que diga, no meu livro *O Rufar dos Tambores*. Escrevi que estava preocupado com o fato de que o movimento social e popular estava sendo enfraquecido porque muitos dos líderes estavam ocupando cargos no Governo. Mas, enfim:

Mesmo mantendo ligação com os movimentos de onde veio, [o nosso movimento] não via neles o sustentáculo de seu poder, mas a coalizão pluriforme de partidos. Se tivessem observado um pouco a história, teriam sabido do risco desta política de Coalização que atualiza a política [na verdade] de conciliação [com a política atrasada] do passado.

A coalizão se faz à base de interesses, [e aqui está fazendo uma crítica] com negociações, troca de favores [é dando que se recebe] e concessão de cargos e de verbas. A maioria dos parlamentares [infelizmente] não representa o povo.

Mas muitos Deputados e Senadores – diz Frei Boff, é a visão dela sobre a política nacional – ficam mais ligados a como se eleger e a quem vai financiar as campanhas. Diz ele:

Todos, com raras exceções, falam do bem comum, mas [infelizmente] é pura hipocrisia.

Na prática, infelizmente, os interesses de bens particulares e corporativos acabam prevalecendo. Foi esse atalho que não deu certo. Por isso, neste período, não se conseguiu fazer nenhuma reforma política, econômica, tributária e muito menos agrária. Não havia base organizada.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Diz ele:

A Carta aos Brasileiros, que na verdade era uma carta aos banqueiros, obrigou Lula a ficar dentro dos ditames da macroeconomia mundial. Ela deixava pouco espaço para as políticas sociais, que foram aproveitadas, tirando da miséria 36 milhões de pessoas. Nessa economia, o mercado dita as normas e tudo tem seu preço.

Assim [nessa política de coalizão], perdeu-se o contato orgânico com as bases, sempre terapêutico contra a corrupção. Infelizmente, boa parte do PT não se manteve fiel às bandeiras principais.

Assim, Sr. Presidente, eu estou tentando resumir aqui: ele diz que as comunidades de base, as pastorais sociais e os grupos emergentes se mantiveram no seu espaço, nas suas células, entendendo que assim eles estariam dando sustentação às grandes mudanças.

Ele diz:

Eles [as comunidades de base, as pastorais sociais e os grupos emergentes] aprenderam a articular fé e política. A mensagem originária de Jesus de um Reino de Justiça, a partir dos últimos e da fraternidade viável, apontava de que lado deveríamos estar: dos oprimidos. A política seria uma mediação para alcançar tais bens para todos. Por isso, as centenas de CEBs não entraram no PT; fundaram [como eu dizia antes] células dele e grupos, como instrumento para fortalecer o sonho de melhorar a vida de todos.

Diz ele mais:

O Partido cometeu um equívoco fatal ao optar, sem opção, pelo problemático presidencialismo de coalizão. Deixamos de articular com as bases, de formar politicamente seus membros e de suscitar, buscar, alavancar novas lideranças.

E aí ele fala aqui e não tem como não dizer: “Daí vem todo o problema [que eu estou sintetizando] do mensalão, sobre o qual se aplicou uma justiça duvidosa que a história um dia tirará ainda a limpo.”

Depois, diz ele: “Veio o problema do petrolão, que envolveu também membros do partido e, naturalmente, de outros partidos.”

Aí ele diz, e aqui termina, Sr. Presidente:

O PT [e eu me somo a esta posição, porque nem tudo que está aqui eu sou obrigado a concordar, está em uma carta] deve ao povo brasileiro uma autocrítica nunca feita integralmente. [E eu me somo a essa frase, tenho me manifestado assim, ao longo dos últimos, no mínimo, dois anos] Para se transformar em uma fênix que ressurge das cinzas, deverá voltar às bases e junto com o povo reaprender a lição de uma nova democracia participativa, popular e justa que poderá resgatar a dívida histórica que os milhões de oprimidos ainda esperam desde a colônia e da escravidão.

Apesar de tudo, e quer queiramos ou não, o PT representa, como disse o ex-presidente uruguaio Mujica, quando esteve entre nós, a alma das grandes majorias empobrecidas e marginalizadas do Brasil. Essa alma luta por sua libertação e o PT redimido continua sendo seu mais imediato instrumento.

E termina dizendo:

Quem cai sempre pode se levantar. Quem erra sempre pode aprender com os próprios erros. Caso queira permanecer e cumprir sua missão histórica, o PT faria bem em seguir este percurso redentor [com uma autocrítica e começar tudo – tudo – outra vez].

Artigo com alguns comentários meus, claro, mas que fica na íntegra, nos *Anais* da Casa, escrito pelo inescrutável e querido de todos nós, que está sempre vigilante no combate...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – ... à impunidade, à corrupção, e na construção de uma sociedade melhor para todos, que é o nosso querido Frei Leonardo Boff.

Era isso. Obrigado, Sr. Presidente.

Parece que eu estava segurando o tempo para o Senador Valdir Raupp chegar.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – V. Exª é que manda agora.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Registro sobre artigo de Leonardo Boff – Os equívocos do PT e o sonho de Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Eu vou registrar aqui, artigo de Leonardo Boff, que julgo ser muito apropriado para a reflexão de todos.

“Os equívocos do PT e o sonho de Lula.

Durante quatro a cinco décadas houve vigorosa movimentação das bases populares da sociedade discutindo que “Brasil queremos”, diferente daquele que herdamos.

Ele deveria nascer de baixo para cima e de dentro para fora, democrático, participativo e libertário.

Mas consideremos um pouco os antecedentes histórico-sociais para entendermos por quê esse projeto não conseguiu prosperar.

É do conhecimento dos historiadores, mas muito pouco da população, como foi cruenta a nossa história tanto na Colônia, na Independência como no reinado de Dom Pedro I, sob a Regência e nos inícios do reinado de Dom Pedro II.

As revoltas populares, de mamelucos, negros, colonos e de outros foram exterminadas a ferro e fogo, a maioria fuzilada ou enforcada.

Sempre vigorou espantoso divórcio entre o Poder e a Sociedade.

Os dois principais partidos, o Conservador e o Liberal, se digladiavam por pírias reformas eleitorais e jurídicas, porém jamais abordaram as questões sociais e econômicas.

O que predominou foi a Política de Conciliação entre os partidos e as oligarquias mas sempre sem o povo.

Para o povo não havia conciliação mas submissão. Esta estrutura histórico-social excludente predominou até aos nossos dias.

No entanto, pela primeira vez, uma coligação de forças progressistas e populares, hegemônicas pelo PT, vindo de baixo, chegou ao poder central.

Ninguém pode negar o fato de que se conseguiu a inclusão de milhões que sempre foram postos à margem. Far-se-iam em fim as reformas de base?

Um governo ou governa sustentado por uma sólida base parlamentar ou assentado no poder social dos movimentos populares organizados.

Aqui se impunha uma decisão. Na Bolívia, Evo Morales Ayma buscou apoio na vasta rede de movimentos sociais, de onde ele veio como forte líder. Conseguiu, lutando contra os partidos.

Depois de anos, construiu uma base de sustentação popular, de indígenas, de mulheres e de jovens a ponto de dar um rumo social ao Estado e lograr que mais da metade do Senado seja hoje composta por mulheres.

Agora os principais partidos o apoiam e a Bolívia goza do maior crescimento econômico do Continente.

Lula abraçou a outra alternativa: optou pelo Parlamento no ilusório pressuposto de que seria o atalho mais curto para as reformas que pretendia.

Assumiu o Presidencialismo de Coalizão. Líderes dos movimentos sociais foram chamados a ocupar cargos no governo, enfraquecendo, em parte, a força popular.

Para Lula, mesmo mantendo ligação com os movimentos de onde veio, não via neles o sustentáculo de seu poder, mas a coalizão pluriforme de partidos.

Se tivesse observado um pouco a história, teria sabido do risco desta política de Coalizão que atualiza a política de Conciliação do passado.

A Coalizão se faz à base de interesses, com negociações, troca de favores e concessão de cargos e de verbas.

A maioria dos parlamentares não representa o povo mas os interesses dos grupos que lhes financiam as campanhas.

Todos, com raras exceções, falam do bem comum, mas é pura hipocrisia. Na prática tratam da defesa dos bens particulares e corporativos. Crer no atalho foi o sonho de Lula que não pode se realizar.

Por isso, em seus oito anos, não conseguiu fazer passar nenhuma reforma, nem a política, nem a econômica, nem a tributária e muito menos a reforma agrária. Não havia base.

A "Carta aos Brasileiros" que na verdade era uma Carta aos Banqueiros, obrigou Lula a alinhar-se aos ditames da macroeconomia mundial.

Ela deixava pouco espaço para as políticas sociais que foram aproveitadas tirando da miséria 36 milhões de pessoas. Nessa economia, o mercado dita as normas e tudo tem seu preço.

Assim parte da cúpula do PT, metida nessa Coalizão, perdeu o contato orgânico com as bases, sempre terapêutico contra a corrupção. Boa parte do PT traiu sua bandeira principal que era a ética e a transparência.

E o pior, traiu as esperanças de 500 anos do povo. E nós que tanta confiança depositávamos no novo, com as milhares comunidades de base, as pastorais sociais e os grupos emergentes...

Elas aprenderam articular fé e política.

A mensagem originária de Jesus de um Reino de justiça a partir dos últimos e da fraternidade viável, apontava de que lado deveríamos estar: dos oprimidos.

A política seria uma mediação para alcançar tais bens para todos. Por isso, as centenas de CEBs não entraram no PT; fundaram células dele e grupos, como instrumento para a realização deste sonho.

O partido cometeu um equívoco fatal: aceitou, sem mais, a opção de Lula pelo problemático presidencialismo de coalizão. Deixou de se articular com as bases, de formar politicamente seus membros e de suscitar novas lideranças.

E aí veio a corrupção do "mensalão" sobre o qual se aplicou uma justiça duvidosa que a história um dia tirará ainda a limpo.

O "petrolão" pelos números altíssimos da corrupção, inegável, condenável e vergonhosa, desmoralizou parte do PT e parte das lideranças, atingindo o coração do partido.

O PT deve ao povo brasileiro uma autocrítica nunca feita integralmente.

Para se transformar numa fênix que ressurge das cinzas, deverá voltar às bases e junto com o povo reaprender a lição de uma nova democracia participativa, popular e justa que poderá resgatar a dívida histórica que os milhões de oprimidos ainda esperam desde a colônia e da escravidão.

Apesar de tudo, e quer queiramos ou não, o PT representa, como disse o ex-presidente uruguaio Mujica, quando esteve entre nós, a alma das grandes maiorias empobrecidas e marginalizadas do Brasil. Essa alma luta por sua libertação e o PT redimido continua sendo seu mais imediato instrumento. Quem cai sempre pode se levantar. Quem erra sempre pode aprender dos erros. Caso queira permanecer e cumprir sua missão histórica, o PT faria bem em seguir este percurso redentor.

Era o que tinha a dizer.

(O Sr. Raimundo Lira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Passo a palavra, neste momento, ao Senador Raimundo Lira, que gentilmente estava presidindo a sessão para que eu fizesse uma fala acima de 20 minutos, talvez 40 ou 50 minutos.

Senador Raimundo Lira, pelo tempo necessário para o seu pronunciamento.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim, é sempre uma satisfação ouvir os pronunciamentos de V. Ex^a, que, além de representar muito bem, com muita dignidade, com muita competência, o querido Estado do Rio Grande do Sul, enriquece esta Casa, trazendo sempre assuntos da maior importância para serem debatidos e registrados nos Anais do Senado Federal.

V. Ex^a falou em um de seus pronunciamentos do brutal assassinato, no Estado da Bahia, do sociólogo Marcus Vinícius Matranga. De forma violenta, nós temos visto o assassinato de muitos brasileiros que dedicaram sua vida ao estudo, à pesquisa, ao trabalho, sobretudo com amor e dedicação ao nosso País. São famílias que estão sendo destroçadas de uma forma que está emocionando, constrangendo e levando indignidade a todos os brasileiros. Por onde passamos, nós sentimos isso, essa indignação da população brasileira em relação à segurança pública.

Há poucos dias, nós verificamos o assassinato de um médico na Lagoa Rodrigo de Freitas. O delinquente queria a sua bicicleta. Ele entregou a bicicleta, mas o delinquente enfiou uma faca no peito do médico, que tinha uma vida inteira para salvar vidas no nosso País.

Foi quando apresentei aqui um projeto transformando a posse, a condução da arma branca em arma letal, excluindo-a, naturalmente, na condição de ferramenta. Então, quando o açougueiro usa a faca, quando se usa a tesoura para cortar o tecido, quando se usa a foice ou a roçadeira para fazer os trabalhos agrícolas, elas não são armas. Elas são ferramentas de trabalho. Mas, quando um assaltante ameaça com uma faca os passageiros em um ônibus, não se justifica esse instrumento não ser uma arma letal.

Também verificamos, outro dia, a morte de outro médico no Rio de Janeiro, que saía do seu plantão e, na Avenida Brasil, foi abordado por meliantes que queriam o seu veículo. Ele entregou o veículo, mas os meliantes, no seu alto grau de perversidade, de crueldade, o assassinaram. E repito: ele tinha muito tempo ainda e grandes oportunidades de salvar vidas no nosso País.

Hoje, eu vi no noticiário da televisão um garçom ser assassinado brutalmente por dois facínoras.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Covardemente.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Covardemente. Esse jovem trabalhador, pai de família, entregou o celular, que era o que os meliantes queriam. Mesmo assim, para satisfazer uma vontade agressiva de matar as pessoas, eles assassinaram o garçom. E quanta falta esse rapaz vai fazer à sua família e à sua filha!

Mas quero aqui fazer uma homenagem especial a um jovem paraibano que escolheu como carreira profissional servir à Polícia Militar e defender a vida e o patrimônio dos paraibanos.

É o jovem Tenente Ulisses Costa, com apenas 32 anos, um oficial disciplinado, querido pela tropa, bem visto pela comunidade, pela sua cortesia e pela sua educação, que estava transitando num veículo da Polícia Militar, cumprindo a sua obrigação, quando sem nenhum confronto três meliantes atiraram no veículo e mataram esse jovem Tenente Ulisses Costa. E em nome dele eu quero homenagear a Polícia Militar do meu Estado, que tem pessoas cumpridoras de suas obrigações, que arriscam, no dia a dia, a sua vida, repito, para defender vidas dos paraibanos.

Então eu quero neste momento rememorar a necessidade, Presidente, que o País tem de modernizar o seu Código Penal, porque não se justifica um policial, civil ou militar... E esses policiais são seres humanos. Eles são filhos, eles são pais, eles são irmãos e arriscam a vida para prender um bandido que está cometendo crime. Logo à frente, poucos dias depois, semanas ou meses, ele arrisca novamente a vida para prender o mesmo bandido que está cometendo o mesmo crime e, com mais algum tempo, semanas ou meses, ele arrisca pela quinta vez a sua vida para prender o mesmo bandido que está cometendo o mesmo crime, porque o Código de Processo Penal imobiliza a ação dos juizes, do Judiciário brasileiro.

Muitas vezes, de forma constrangida, um jovem juiz dedicado à sua carreira é obrigado a liberar, a dar *habeas corpus* a um bandido. Muitas vezes, na sua convicção, no seu íntimo, ele sabe que aquela pessoa, aquele elemento representa um perigo para a sociedade. Mas ele não faz as leis; ele interpreta as leis e precisa atender ao que preconiza o Código de Processo Penal.

Da mesma forma que um Código Penal arcaico, atrasado, imobiliza a ação da polícia – e nós temos que levar em consideração que existem muitos policiais, com certeza a maioria, que são pessoas honestas e trabalhadoras –, da mesma forma, repito, que o Código Penal imobiliza a ação policial, eu quero aqui lembrar que já existem estudos que demonstram claramente que quanto mais rigorosas sejam as leis penais, menos arbitrárias são as polícias daqueles países.

Temos o exemplo da Inglaterra, onde as leis penais são rigorosíssimas e a maioria dos policiais trabalham desarmados, porque as leis penais, um código penal rigoroso funciona como uma barreira. Ele desestimula a ação dos assaltantes, dos bandidos, dos assassinos e dos facínoras, porque eles sabem que, cometendo delitos médios ou graves, terão uma pena muito rigorosa. Isso faz com que a ação da polícia seja menos violenta e, muitas vezes, menos arbitrária, porque a lei já vai cumprir o seu papel de punir com rigor aquelas ações criminosas efetuadas, como citei aqui, de forma covarde e desnecessária contra os cidadãos.

Falei aqui também, na semana anterior, Senador Valdir Raupp, a respeito do surgimento, do crescimento e da consolidação do novo cangaço.

São quadrilhas que chegam às pequenas cidades, dominam o pequeno contingente policial, ameaçam a população inteira e fazem o que querem, roubam o dinheiro das agências bancárias e as explodem. Por conta disso, como consequência, essas pessoas, essas famílias que moram nas pequenas cidades estão vivendo momentos de insegurança, de incerteza e até de descrédito em relação às instituições democráticas brasileiras.

E mais ainda, os bancos estão fechando essas agências. Em alguns casos, a agência que foi explodida uma vez é recuperada; explodida pela segunda vez é recuperada; explodida pela terceira vez, os bancos não têm mais como mantê-la, trazendo desconforto e reduzindo a qualidade de vida da população dessas pequenas cidades.

Isso é muito forte no Nordeste brasileiro, mas eu tenho informações de que o comportamento dessas quadrilhas, que denominamos de novo cangaço, também está acontecendo em outros Estados, inclusive no Estado de V. Ex^a, o Rio Grande do Sul.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Com todo o prazer, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (Bloco Maioria/PMDB - RO) – Quero parabenizá-lo, nobre Senador Raimundo Lira, por esse pronunciamento oportuno, citando os projetos PLS nº 320, de vossa autoria, e o PLS nº 311, de autoria do Senador Romero Jucá. Sou relator dos dois, que estão apensados. Já emiti meu parecer e o encaminhei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que seja apreciado e votado. Acredito que a tipificação do crime de arma branca, no caso da faca ou similar, possa inibir um pouco mais esse tipo de crime que V. Ex^a acabou de citar. São crimes bárbaros. Eu não sei qual é a diferença entre um crime com arma de fogo, um revólver ou uma pistola de calibre baixo, e com uma arma branca, uma faca, uma peixeira, um punhal, um facão. Acho que o crime é praticamente o mesmo. A violência, a barbárie que muitas vezes ocorre num crime de arma branca é tão forte, tão pesada quanto em um crime de arma de fogo. Acho que é até mais brutal, às vezes, um crime com arma branca. Então, eu parabenizo V. Ex^a, assim como o Senador Romero Jucá, por ter tido a iniciativa de encaminhar esses projetos para a apreciação do Senado Federal e, posteriormente, da Câmara dos Deputados. É de se lamentar que a violência, no Brasil, continue aumentando. Nas estradas, os acidentes de trânsito, tanto nas áreas urbanas quanto nas cidades, têm diminuído. Por que têm diminuído? Pela severidade da Lei Seca, proibindo a bebida de álcool, e também pela rigidez da Polícia Rodoviária Federal – ou mesmo das polícias estaduais, nas rodovias estaduais – na fiscalização do trânsito. Então, eu acho que as leis ajudam, sim. É claro que o Brasil vive, de repente, um momento difícil de desigualdades sociais, como muitos países vivem, mas eu acho que a rigidez e a fiscalização, para a aplicação das leis, são muito importantes. Eu visitei recentemente a Colômbia, que era um país violento, um país de guerrilha, que já está praticamente eliminada, estão, inclusive, fazendo as pazes lá, a guerrilha com o Governo colombiano, e eles estão conseguindo reduzir, nas grandes cidades colombianas, como Bogotá, Medellín, Cali, Cartagena e outras, a criminalidade. Quer dizer, um país que não é mais rico do que o Brasil, pelo contrário, é muito mais pobre do que o Brasil, e está conseguindo reduzir a criminalidade. Eu recebi hoje funcionários, conselheiros e ministros da Embaixada do Marrocos. Eu os recebi no meu gabinete, hoje pela manhã, e eles estavam lá me relatando da segurança do país deles, do Marrocos. É um país pequeno, com uma população de 35 ou 45 milhões, se não me falha a memória, mas estão conseguindo praticamente, não vou dizer zerar, mas quase zerar a criminalidade, a exemplo da Indonésia, na área de tráfico de drogas e entorpecentes, que é tolerância zero. Foi assim que os Estados Unidos, principalmente Nova Iorque, que tinha um índice de violência elevado, conseguiram combater os índices de criminalidade,

com a tolerância zero. Eu acho que está na hora de o Brasil, com todo o aparato policial que tem e com as leis também... Tudo bem que temos que aperfeiçoar um pouco mais, mas o Brasil tem muitas leis que, se bem aplicadas, já poderiam estar coibindo esse tipo de crime. Mas, acima de tudo, é necessário tolerância zero. A Justiça tem que ser rápida no julgamento, e a polícia – como esse rapaz, esse cidadão, esse policial que V. Exª está narrando aí – tem que ter determinação, coragem e tolerância zero para esse tipo de crime. Parabéns a V. Exª.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco Maioria/PMDB - PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, apenas para mostrar que a História da humanidade deixou claro que arma branca é tão letal quanto a arma de fogo; apenas para rememorar um fato histórico, na primeira fase do Império Romano, na guerra entre Roma e Cartago, que durou duas gerações. Aníbal, o líder de Cartago; depois, o filho Amílcar, lutaram contra Roma por um período de aproximadamente 30 anos. E, nesse período, não existia arma de fogo, a arma letal era a espada, que não é mais nem menos que uma faca de grande tamanho, uma faca longa.

E, nessa luta entre o Império Romano, na sua primeira fase, e a cidade império de Cartago, foram mortos em combate mais de 150 mil soldados. Isso mostra como a arma branca é letal. E, hoje, estamos vivendo, na atualidade... No Código Penal brasileiro, ainda não está expresso com clareza que a arma branca seja uma arma letal.

Fico muito honrado de V. Exª ser o Relator do meu projeto. Que possamos corrigir essa falha! Mas não só isso, vamos lutar, Sr. Presidente, por um código penal moderno, atualizado; um código de processo penal também moderno, atualizado, que dê instrumentos ao Judiciário para que possa cumprir com eficiência a defesa da sociedade brasileira, pondo fim a essa violência que hoje está assolando o País.

E, mais ainda, é fundamental que, além desse assunto do Código Penal e do Código de Processo Penal, lutemos por outra causa, Sr. Presidente, que é a modernização do sistema prisional do País. Não podemos continuar da forma como está, muitas prisões são verdadeiras escolas do crime. O bandido, o criminoso, por mais perverso que seja, tem que ser punido de acordo com o texto da lei, e não pode ser punido duas vezes, ou seja, ele perde a sua liberdade e vai para uma prisão desumana; então, ele está sendo punido pela segunda vez.

Temos que também trabalhar nessa outra causa, até porque alguns setores da sociedade que defendem a manutenção do Código Penal como está, que não é mais nem menos do que um estatuto de incentivo à criminalidade, eles o defendem, por causa dessa segunda causa, que é a existência no País de presídios desumanos. Nós temos que corrigir isso para que o meliante, o criminoso, o assassino, o facínora seja punido de forma rigorosa, mas que seja recolhido com todas as garantias do Estado brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Meus cumprimentos, Senador Raimundo Lira, que tem o meu apoio à sua iniciativa; e, na mesma linha do Senador Valdir Raupp. Às vezes, o pessoal fala: “Não, mas há muitas leis!” E eu sempre digo: “Ruim com as leis, muito pior sem elas!”

A lei, em tese, vem para favorecer os mais vulneráveis, os mais fracos. E, aí, esse é o objetivo das propostas de V. Exªs. Meus cumprimentos.

Senador Valdir Raupp, com a palavra.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, grande líder, Senador do Rio Grande do Sul, que preside a sessão neste momento; Srªs e Srs. Senadores; senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, antes de iniciar o meu pronunciamento, Sr. Presidente, queria, mais uma vez, porque já falei na semana passada, falar sobre o grito da pecuária do Estado de Rondônia, que é uma cruzada para melhorar o preço da arroba do boi. Rondônia é um Estado agropecuário, que vive da agricultura e da pecuária. Temos mais de 13 milhões de cabeça de gado; é um Estado novo, mas já o quinto maior produtor de carne e de leite do Estado do Brasil; e a disparidade, a diferença entre uma arroba de boi em Rondônia e no Estado de São Paulo é gritante.

No passado, girava em torno de R\$10 a R\$12, o que corresponde, mais ou menos, ao preço do frete da carne para São Paulo, para os grandes centros. Hoje, está chegando a R\$40 a diferença – R\$40! –, e, às vezes, a até mais de R\$40 corresponde o preço da arroba do boi em Rondônia, em relação ao Estado de São Paulo e, às vezes, até ao Mato Grosso do Sul e a Campo Grande; a cotação do boi fica em torno de São Paulo, Campo Grande e Mato Grosso do Sul. Então, isso é inaceitável!

E o Presidente da Assembleia, o Deputado Maurão de Carvalho, com outros Deputados, fez uma cruzada no Estado, em várias cidades polos do Estado de Rondônia. E agora, no dia 15, segunda-feira, será o desfecho destas reuniões em Porto Velho. Já foram convidadas várias autoridades de Brasília, do Ministério da Agricultura, da área de defesa animal, da Confederação da Agricultura (CNA); os proprietários e diretores de frigoríficos dos grandes grupos que dominam hoje o Brasil, e não seria diferente em Rondônia.

São poucos os proprietários de frigoríficos que são de Rondônia, a maioria é formada por grupos de fora. E há uma suspeita de cartelização, da existência de um cartel, para baixar o preço do boi, para ter mais lucro. E nós estamos apurando isso, todos nós.

Então, na segunda-feira próxima, dia 15, será esta reunião em Porto Velho, no auditório da sede, do Palácio do Governo, o Palácio Rio Madeira, com o Governador Confúcio Moura; com o Secretário de Estado de Agricultura, Padovani; com os presidentes de entidades voltadas ao agronegócio; e com os diretores, políticos, Parlamentares, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeitos. Enfim, toda a classe política e econômica vai estar reunida no dia 15, em Porto Velho.

Então, louvo a atitude do Presidente da Assembleia, que iniciou essa cruzada. E, agora, todos nós vamos fazer esse fechamento, apertando essas empresas, para ver se elas chegam, pelo menos, ao que existia antes, a essa diferença de R\$10, R\$12, por arroba, no que se refere à Rondônia com relação a São Paulo.

Entro agora, Sr. Presidente, na fala que devo fazer sobre a economia brasileira. Tenho a honra de congratular-me com a Presidente da República, Dilma Rousseff, pela convocação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o chamado Conselhão, que acreditamos deverá contribuir para viabilizar um consenso político, visando à mobilização das forças políticas e sociais do País, com o escopo de permitir a adoção das amplas reformas por nós ansiadas. Esse Conselho, Sr. Presidente, ficou um pouco paralisado. No Governo Lula, ele se reunia muito; no primeiro Governo da Dilma, acho que até o meio, um pouco mais, também; depois, parou. Eu acho que foi ruim a paralisação das reuniões do Conselhão, porque são muitas ideias, e essas ideias se fundem e acabam surtindo resultado.

Após sua primeira reunião, na nova formatação, o Governo pôde anunciar algumas medidas de impacto para reativar a economia e tirar o País da crise. Nesse sentido, vale recolocar em foco o programa lançado pelo PMDB em 29 de outubro, Uma Ponte para o Futuro, que mereceu amplos aplausos da sociedade brasileira. Trata-se de proposta que visa à união dos brasileiros de boa vontade, clamando pela pacificação, pois, como sabido, a disseminação do ódio e dos ressentimentos está inviabilizando os consensos políticos, sem os quais nossas crises se tornarão cada vez maiores.

Aproveito a oportunidade para parabenizar a direção do PMDB, da qual faço parte, pelas importantes propostas desse programa, que, juntamente com a Agenda Brasil, lançada pelo ilustre Senador Renan Calheiros, Presidente do Congresso Nacional, em agosto último, ajudarão no âmbito do Poder Legislativo a destravar a economia. Do abrangente programa lançado pelo PMDB e que merece ser considerado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social abordo algumas de suas mais importantes propostas no contexto da profunda recessão do Brasil e de possível longo período de estagnação.

O Estado brasileiro vive severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB, em 2014, e de inéditos 9%, em 2015. Houve rombo de R\$111,2 bilhões nas contas públicas, havendo a dívida pública atingido R\$2,8 trilhões, em trajetória que deverá continuar a elevar-se, a menos que reformas estruturais e imprescindíveis sejam empreendidas.

Em sua conclusão, o programa considera que a brusca interrupção do crescimento econômico, com o crescente desemprego e a pausa na expansão das transferências e dos serviços do Estado estão gerando um enfraquecimento da autoridade política e aprofundando a insatisfação social.

Conforme o PMDB defende no programa, requer-se recuperar a capacidade de o Brasil crescer a uma taxa próxima do nível histórico do século XX, de 2,5% ao ano *per capita*. É um imperativo que deve obrigar governos e cidadãos a considerarem uma trajetória realista que leve em conta a necessidade preliminar de reconstituirmos o Estado brasileiro, para que ele volte a ser como foi no passado, não um obstáculo, mas um agente do desenvolvimento.

Como aponta o Uma Ponte para o Futuro, as modernas economias de mercado precisam de um Estado ativo e também moderno. Quem nos diz isso não é apenas a teoria econômica, mas a experiência histórica dos países bem-sucedidos. Só o Estado pode criar e manter em funcionamento as instituições do Estado de Direito e da economia de mercado e só ele também pode suprir os bens e serviços.

No Relatório Global de Competitividade 2015-2016 do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ficou em 75º lugar, apontando-se o nível dos impostos e a complexidade tributária como os dois principais problemas. As leis trabalhistas e a corrupção vêm em seguida.

As despesas públicas primárias, ou não financeiras, têm crescido sistematicamente. É, portanto, uma tarefa que compete aos partidos políticos, ao Congresso Nacional e à cidadania. Não serão somente obras de burocratas e de financistas, mas também de políticos capazes de darem preferência às questões permanentes e de longo prazo.

No Relatório Global de Competitividade 2015-2016, serviços, cujos benefícios sociais superam os benefícios privados, o nosso desajuste fiscal chegou a um ponto crítico e merecerá mais debate no Congresso,

pois sua solução poderá ser muito dura para o conjunto da população e terá de abranger, além de medidas de emergência, medidas acima do crescimento do PIB, a partir da Constituição de 1988.

Em parte, esses aumentos se devem a novos encargos atribuídos ao Estado pela Constituição, muitos deles positivos e virtuosos, nas áreas da saúde, educação e assistência social. Nesses casos, o aumento das despesas públicas, conforme opina o Uma Ponte para o Futuro, foi uma escolha política correta que melhorou nossa sociedade. Mas esta mesma Constituição e legislações posteriores criaram benefícios e dispositivos que tornaram muito difícil a administração do Orçamento, dos quais se sobressai o crescente déficit da Previdência Social, projetando-se que alcance R\$125 bilhões neste ano.

Temos que considerar aqui, nesta Casa, colocar em discussão a reforma da sistemática orçamentária, pois há excessiva rigidez das despesas, o que torna o desequilíbrio fiscal permanente e cada vez mais grave. No Brasil, a maior parte do Orçamento chega ao Congresso para ser discutida e votada com a maior parte dos recursos já previamente comprometidos, seja por meio de vinculações constitucionais, seja por indexação obrigatória dos valores. Assim, os esforços de ajustes acabam se concentrando em uma parcela mínima do Orçamento, o que torna o ajuste mais difícil e menos efetivo.

Uma Ponte para o Futuro propõe, entre outras coisas, acabar com as vinculações constitucionais e considerar a implantação do Orçamento inteiramente impositivo, de forma a que o Brasil disponha de Orçamento real e não de quase ficção, tendo como meta o equilíbrio fiscal de longo prazo. Propõe ainda a criação de uma instituição que articule e integre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, em uma espécie de autoridade orçamentária, com competência para considerar aspectos de harmonização de entendimentos com vistas a se atingirem os fins almejados.

Outro aspecto importante abordado pela proposta do PMDB aponta para a necessidade de conter o crescente déficit da Previdência. Em 2015, a diferença ou déficit entre as receitas e as despesas do regime geral do INSS está em R\$82 bilhões e, no Orçamento de 2016, as previsões do déficit alcançam R\$125 bilhões.

A dívida pública, Sr. Presidente, situa-se já em mais de 67% do PIB, com tendência de continuar crescendo. O Uma Ponte para o Futuro ressalta que a nossa dívida pública deve ter custado mais de 8% do PIB em 2015. A economia brasileira convive, há longo tempo, com a anomalia de juros elevadíssimos – os mais altos do mundo – para controlar a inflação e financiar o endividamento público. Mas o Brasil talvez não tenha exibido uma garantia sólida de equilíbrio fiscal de longo prazo, e os juros altos talvez sejam o preço que pagamos por isso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que se possa desenvolver consenso nesta Casa de que torna fundamental reverter essa anomalia, sem voluntarismo e com prudência, pois juros tão altos diminuem nossa capacidade de crescer, afetam os investimentos produtivos e realizam uma perversa distribuição de renda.

Ao mesmo tempo, a elevada incerteza sobre a sustentabilidade da nossa economia tem resultado no aumento exponencial da dívida de curto prazo, como, por exemplo, pelas Letras Financeiras do Tesouro, sendo quase 40% de nossa imensa dívida, na prática, financiada diariamente no mercado financeiro, uma situação que nenhum país relevante compartilha conosco.

O programa em tela aponta ainda para as dispendiosas operações de *swap* cambial do Banco Central, a um custo de 2% do PIB, agravando o déficit final e o endividamento a um custo, no ano passado, de cerca de R\$112 bilhões. Indago aos caros colegas se seria justo que uma instituição não eletiva tenha esse tipo de poder, sem nenhum controle institucional.

O Uma Ponte para o Futuro considera ou propõe que a taxa de juros de longo prazo que remunera a dívida pública e a taxa de juros que controla a liquidez da economia sejam definidas, respectivamente, pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil. Mesmo sem questionar as razões que estão por trás do Banco Central, não podemos deixar de afirmar que a magnitude e o vulto dessas políticas para a sociedade devem nos levar, conforme aponta o Uma Ponte para o Futuro, a impor a essas decisões um rito mais republicano e representativo.

O programa propõe, entre outras considerações, a execução de uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime de concessões. Ainda cumpre destacar, da extensa agenda, a prioridade à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, que são a base da inovação. E, finalmente, cooperar com o setor privado na abertura dos mercados externos, buscando o maior número possível de alianças ou parcerias regionais.

Acredito, Sr. Presidente, que o Uma Ponte para o Futuro merece ser debatido com mais profundidade nesta Casa, bem como discutido pelos integrantes do Conselho como base na qual o Executivo e o Legislativo possam considerar suas deliberações na construção de um novo Brasil.

Por fim, solicito a inclusão, nos *Anais do Senado Federal*, do artigo “Infraestrutura, inflação e desemprego”, de minha autoria, que foi publicado no jornal *Correio Braziliense*, no dia 8 de fevereiro, na coluna Opinião.

Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção de V. Ex^a, das Sras e dos Srs. Senadores, das senhoras e dos senhores ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado.

Aqui está o artigo "Infraestrutura, inflação e desemprego", de nossa autoria, publicado, no dia 8, pelo *Correio Braziliense*.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR VALDIR RAUPP EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– "Infraestrutura, inflação e desemprego", de Valdir Raupp, *Correio Braziliense*, em 08/02/2016.

Infraestrutura, inflação e desemprego

Na pauta dos principais jornais e noticiários de televisão destacam-se a renitente pressão inflacionária, a crescente recessão e os espectros do desemprego e da redução da renda. Por outro lado, surgem nas colunas econômicas especializadas a questão das contas externas no contexto da redução do "rating" do Brasil e um eventual refluxo de capitais especulativos. Em consequência, a sociedade brasileira depara-se com clima de pessimismo e derrotismo. Investir em que?

Uma das possibilidades reais visíveis, tanto pelas autoridades governamentais quanto pelos agentes econômicos de diversos segmentos, seria retomar ou iniciar investimentos em transportes: rodovias, ferrovias e portos. Como já reiterei na tribuna do Senado e como relator no Congresso do Plano Ferroviário Nacional, tem se agravado a precariedade da malha de transportes terrestres, mesmo no contexto de expansão da produção agrícola.

Segundo a Confederação Nacional de Transportes, a malha rodoviária, por onde circulam cerca de 60% das cargas nacionais é constituída por apenas 203.000 km de rodovias pavimentadas, o que representa 12% de toda a extensão da malha. E cabe destacar que 60% dessas estradas estão em estado regular ou péssimo. E o que isso implica de mais grave? Simplesmente, eleva em 36% o custo operacional do transporte por caminhão, que já é bem superior ao custo do transporte ferroviário. E existem apenas 6.000 km de rodovias com faixas duplas, com as consequentes dificuldades de ultrapassagem nas rodovias congestionadas, aumentando o risco de acidentes sobretudo nas ultrapassagens de caminhões.

Proponho que seja triplicado o total de trechos duplos, com vistas absorver o crescente número de veículos, elevar a velocidade média e diminuir os acidentes, sobretudo nas ultrapassagens de caminhões.

Para os economistas e empresários, a estrutura deficiente do transporte ferroviário e rodoviário e da malha de portos onera, por seus mais elevados custos, a produção agrícola, pressionando a inflação no mercado interno e retirando a competitividade dos produtos agrícolas e de minerais no mercado externo. Como consequência final, de um lado, das pressões inflacionárias decorrentes do elevado custo da comida servida ao trabalhador e, de outro lado, da redução da competitividade das exportações pela malha

de transporte deficiente, o Brasil sofre o impacto negativo sobre a capacidade de criar novos empregos.

Os investimentos nas malhas de transportes rodoviário e ferroviário gerariam novos empregos no setor primário e em toda a cadeia de processamento agrícola. Esses investimentos deveriam naturalmente reativar a construção civil, não apenas as construtoras, mas também o mercado de cimento, vergalhões, maquinaria de construção e caminhões, áreas muito combalidas em função da quase paralisia das grandes obras de infraestrutura.

Nesse contexto, destaco o projeto da Ferrovia Transoceânica, em conjunto com a China e o Peru que visa ligar o Atlântico ao Pacífico, que deverá facilitar o escoamento de nossos produtos de exportação a China, nossa principal parceira comercial, bem como a alguns países da América do Sul (da costa do Pacífico), da Ásia e Oceania. Como se sabe, a Presidente Dilma Rousseff e o Primeiro-Ministro Li Keqiang assinaram acordo bilateral, cujas obras orçadas em US\$10 bilhões seriam em grande parte financiadas pelo Governo chinês.

Tive o prazer de ciceronear a visita de cerca de 40 grandes empresários chineses, inclusive presidentes de bancos e de grandes conglomerados no percurso Cuiabá/Porto Velho, organizada pela Embaixada da China, com o escopo de que visualizassem os potenciais econômicos das regiões beneficiadas pela Ferrovia Transoceânica.

Mencione-se que esse novo projeto assenta-se sobre o traçado da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, saindo de Uruaçu (GO), passando por Lucas do Rio Verde (MT) e seguindo até Porto Velho(RO), que dispõe de moderno porto para escoar grãos, soja, milho e carne por via fluvial até o Amazonas e o Pará.

A reativação da economia brasileira passa obrigatoriamente por uma agenda positiva, como por exemplo, com base em investimentos na malha rodoferroviária que beneficiem a produtividade da economia e viabilizem a expansão da produção, como no caso a agrícola no centro-oeste, gerando empregos de imediato e aliviando as pressões inflacionárias. Em acréscimo as contas externas e os ratings do Brasil serão beneficiados a médio prazo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Valdir Raupp, um dos Líderes da Casa, que traz um tema para o debate.

O importante é isto, Senador: trazer temas para o debate. Cada um expressa o seu ponto de vista, e assim vamos construindo juntos, como V. Ex^a disse outro dia. Eu estava na tribuna, falando de um tema semelhante, e V. Ex^a me lembrou: “Paim, isso tudo é para um grande debate, para construirmos a sociedade ideal para todos.” E eu me somo a essa linha de construirmos um bom debate dos temas que interessam a todo o nosso povo.

Parabéns a V. Ex^a.

Não havendo mais nenhum orador inscrito, nós damos por encerrada a sessão de hoje. Voltaremos amanhã. Às 9h, estaremos aqui.

Sessão encerrada. Que Deus ilumine a todos!

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 26 minutos.)

PUBLICAÇÃO DE MATÉRIAS E DOCUMENTOS**EXPEDIENTE****Aviso do Ministro de Estado da Fazenda****SENADO FEDERAL**
AVISO Nº 6, DE 2016

(Nº 372/2015, NA ORIGEM)
(DO MINISTÉRIO DE ESTADO DA FAZENDA)

Brasília, 29 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relação das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **agosto de 2015**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 4, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.

3. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.

4. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1** – Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2** – Posição de Endividamento dos Municípios, incluindo suas autarquias e fundações, em atendimento ao inciso I, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3** – Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras, em atendimento aos incisos II e III, artigo 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4** – Relação das irregularidades constatadas no período, em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011;
- **Anexo 5** – Operações regularizadas e arquivadas pendentes de regularização no período, conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011.
- **Anexo 6** – Operações vedadas canceladas e pendentes de cancelamento no período, conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e Portaria STN nº 227/2011.

5. Informo que as consultas sobre o trâmite das operações de crédito nesta STN deverão ser realizadas por meio do endereço sadipem.tesouro.gov.br, clicando-se em "Consultar Operações de Crédito", preenchendo-se o formulário de consulta e clicando-se em "Pesquisar". Por sua vez, os Anexos 1 e 2 deste Ofício poderão ser encontrados no endereço <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mip-manual-para-instrucao-de-pleitos>, no link "Consultar indicadores fiscais e de endividamento".

Atenciosamente,



JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Posição de Endividamento dos Estados e do Distrito Federal, incluindo suas autarquias e fundações

Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Período: de 12/2000 a 04/2015

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis (SISTN) até 12/2014 e no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI) a partir de 04/2015

Nº de entes que homologaram dados do 1º quadrimestre de 2015: 23 de 27

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 10/09/2015		Divida Consolidada Líquida - DCL																	RS mil	
UF	31/12/200	31/12/201	31/12/202	31/12/203	31/12/204	31/12/205	31/12/206	31/12/207	31/12/208	31/12/209	31/12/210	31/12/211	31/12/212	31/12/213	30/04/14	31/08/14	31/12/14	30/04/15	31/12/14	30/04/15
AC	705.834	653.786	703.747	694.081	718.119	653.696	844.825	794.553	632.092	886.478	1.423.022	1.498.775	1.917.189	2.535.080	2.182.151	2.259.659	3.153.725	2.884.017	2.884.017	2.884.017
AL	2.670.510	2.451.353	3.491.788	4.482.230	5.072.020	5.487.783	5.927.277	6.218.123	6.955.322	6.509.556	6.798.649	7.099.747	7.599.303	7.998.416	8.084.701	8.256.369	9.186.835	9.384.444	9.384.444	9.384.444
AM	1.925.679	1.508.313	1.830.103	1.606.945	1.681.725	1.602.703	1.556.136	1.011.766	819.600	1.459.103	2.006.938	1.648.844	1.479.388	2.270.931	1.799.695	3.319.222	3.396.341	n.d.	n.d.	n.d.
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	273.970	151.826	172.481	181.009	97.330	246.308	449.436	317.815	395.232	927.593	628.610	1.319.981	1.658.631	1.185.089	1.185.089	1.185.089
BA	8.362.057	9.738.867	12.136.457	12.246.048	12.878.112	12.048.374	11.616.488	10.378.837	10.238.352	9.234.647	9.057.007	8.917.888	10.617.350	10.877.168	7.818.804	9.667.725	10.331.578	10.536.909	10.536.909	10.536.909
CE	2.711.864	3.402.000	4.543.190	4.418.874	4.276.527	3.876.714	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.623	2.680.112	3.221.715	3.360.363	3.940.902	3.212.203	4.367.432	6.084.983	5.856.320	5.856.320	5.856.320
DF	1.153.478	1.200.158	1.597.309	1.599.518	1.467.462	2.128.096	2.278.953	1.551.449	1.543.196	1.777.578	2.081.761	2.046.859	1.432.931	2.543.967	2.251.289	1.931.369	3.618.924	n.d.	n.d.	n.d.
ES	2.129.037	2.123.028	2.963.275	3.385.641	3.011.009	2.247.686	1.872.059	1.210.426	800.397	636.022	1.415.501	1.335.776	1.633.945	2.190.888	2.407.708	2.663.854	3.182.321	2.951.030	2.951.030	2.951.030
GO	8.359.621	9.029.903	10.611.539	10.948.751	11.744.077	11.386.819	11.334.808	12.231.562	12.552.278	11.697.404	13.680.116	12.770.815	14.378.869	14.104.042	14.313.430	14.817.753	14.951.661	15.643.479	15.643.479	15.643.479
MA	4.624.286	4.452.327	5.784.811	5.448.982	5.141.515	4.908.145	5.054.291	4.479.838	4.316.480	4.073.167	4.339.646	3.802.114	3.659.267	3.491.341	2.744.978	3.189.043	4.691.372	4.558.107	4.558.107	4.558.107
MG	13.614.394	26.757.537	32.941.741	34.735.247	37.464.187	39.706.846	41.767.078	44.693.247	51.560.659	52.264.415	60.499.483	67.779.833	70.461.771	79.111.025	76.443.498	76.962.683	85.268.467	86.079.725	86.079.725	86.079.725
MS	4.133.669	4.507.029	5.450.997	5.662.301	6.004.251	6.117.359	6.207.989	5.829.442	5.507.198	5.602.766	6.213.168	6.781.344	6.955.693	7.330.753	7.009.758	6.884.251	7.919.594	n.d.	n.d.	n.d.
MT	4.379.090	4.107.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.781.493	4.939.587	4.593.566	4.321.155	3.497.758	3.928.181	3.121.225	2.712.172	3.358.825	2.841.169	3.690.010	4.633.931	4.557.032	4.557.032	4.557.032
PA	1.314.362	1.713.751	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.436.549	2.164.718	2.144.103	1.907.584	2.609.966	2.020.245	1.372.729	1.378.888	1.099.565	1.270.964	1.503.963	1.506.617	1.506.617	1.506.617
PB	2.438.937	1.977.968	2.769.785	2.618.496	2.513.817	2.384.626	2.463.929	2.201.350	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.832	2.815.560	1.888.630	2.015.208	2.266.836	2.736.794	2.574.363	2.574.363	2.574.363
PE	2.961.347	4.253.623	5.495.023	5.429.048	5.405.263	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.076.720	7.143.209	9.061.039	7.977.866	8.794.572	10.702.243	10.728.899	10.728.899	10.728.899
PI	2.002.176	2.241.789	2.602.589	2.561.526	2.751.157	2.580.295	2.262.084	2.380.281	2.308.190	2.434.575	2.443.126	2.807.500	2.815.560	3.390.108	2.015.208	3.332.404	3.776.119	3.732.678	3.732.678	3.732.678
PR	7.353.797	8.398.766	9.260.301	8.755.690	9.951.077	13.490.215	14.346.486	14.906.000	17.192.100	16.937.485	15.130.153	14.950.807	13.067.786	15.215.768	14.454.284	13.692.536	16.476.233	16.204.781	16.204.781	16.204.781
RJ	23.870.619	25.840.552	35.419.514	38.571.989	42.929.196	43.901.530	45.072.844	46.575.258	51.041.607	47.204.513	53.932.732	57.269.426	67.063.121	72.375.122	73.702.986	73.759.717	82.048.347	85.177.025	85.177.025	85.177.025
RN	1.148.656	964.036	1.291.902	1.157.033	992.857	1.004.351	970.171	870.373	879.803	841.601	1.104.556	775.654	713.792	1.073.263	567.791	555.049	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
RO	1.002.894	1.076.043	1.745.381	1.781.627	1.807.978	1.774.749	1.640.206	1.666.582	1.642.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	2.155.481	3.021.794	3.369.991	3.412.737	3.410.356	3.304.789	3.304.789	3.304.789
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.669	123.991	-164.810	-204.269	506.160	73.668	-228.747	-466.622	901.315	527.535	330.274	513.457	338.852	338.852	338.852
RS	17.740.010	18.535.183	23.496.895	27.066.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.038.534	38.170.677	43.437.027	46.874.223	51.718.917	55.040.941	56.957.669	56.672.554	59.939.702	61.999.021	61.999.021	61.999.021
SC	6.018.289	5.680.842	8.511.284	8.555.064	9.324.484	8.019.912	8.030.910	7.677.817	8.065.824	6.312.345	7.464.223	6.298.321	5.898.678	7.645.242	6.559.538	6.787.086	8.051.407	7.279.968	7.279.968	7.279.968
SE	1.064.373	1.086.809	1.215.477	1.236.566	1.322.030	1.119.727	1.636.893	1.312.718	829.760	1.048.609	1.541.388	2.133.519	2.755.403	3.042.166	2.766.679	2.887.731	3.414.265	3.270.331	3.270.331	3.270.331
SP	62.317.593	70.308.906	90.210.046	97.876.864	110.330.939	111.916.498	118.355.919	120.461.936	135.920.658	130.298.983	152.727.942	157.430.440	177.517.847	183.764.775	183.300.310	174.533.035	200.478.761	202.381.105	202.381.105	202.381.105
TO	323.219	291.412	515.266	403.239	607.264	312.979	308.144	235.459	340.850	374.955	634.993	939.303	1.038.809	1.365.010	1.063.033	1.481.723	1.983.737	1.918.166	1.918.166	1.918.166
Tot	184.556.637	212.584.038	271.275.952	298.079.444	315.639.960	321.287.505	333.556.245	335.486.027	364.848.299	353.270.418	404.273.068	421.688.425	462.172.728	495.837.984	489.435.844	489.172.974	517.059.764	n.d.	n.d.	n.d.

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI.
2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTINS/CONFI.

Receita Corrente Líquida dos Estados

Atualizado: 10/09/2015		Receita Corrente Líquida - RCL																RS mil	
UF	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	30/04/14	31/08/14	31/12/14	30/04/15	30/04/15
AC	677.082	784.739	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.090	1.633.875	1.933.479	2.223.257	2.453.090	2.648.933	2.975.828	3.281.195	3.700.351	3.987.784	4.231.275	4.267.231	4.210.239	4.210.239
AL	1.195.875	1.375.355	1.477.875	1.619.021	1.918.255	2.442.059	2.674.302	3.105.363	3.528.416	3.597.965	4.205.365	4.801.099	5.051.891	5.465.256	5.703.611	5.808.702	5.969.713	6.118.322	6.118.322
AM	1.925.171	2.288.852	2.767.751	3.051.642	3.751.410	4.294.390	4.670.314	5.331.931	6.395.995	6.161.491	7.407.732	8.515.532	9.653.316	10.329.762	11.078.183	11.129.107	11.639.956	n.d.	n.d.
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.060	1.444.006	1.594.277	1.917.132	2.401.878	2.237.967	2.492.365	2.897.411	3.341.164	3.535.062	3.667.661	3.971.292	4.020.130	3.987.100	3.987.100
BA	5.105.240	5.715.509	6.693.304	7.506.520	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.007	14.237.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	21.624.181	23.080.634	24.355.330	25.901.553	25.670.525	26.359.249	26.359.249
CE	3.103.121	3.628.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.032.096	6.500.999	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.966.135	12.130.621	13.379.882	13.782.968	14.150.078	14.418.478	14.825.245	n.d.
DF	3.209.332	3.419.965	3.987.827	4.467.483	5.309.061	6.149.618	6.969.807	8.121.066	9.656.776	10.254.999	11.483.148	12.859.742	14.312.436	15.811.905	16.324.875	16.802.788	17.501.270	11.756.087	11.756.087
ES	2.176.256	2.265.412	2.560.765	3.331.517	4.122.214	5.143.638	5.552.712	6.367.980	7.755.470	7.486.192	8.739.168	9.772.998	10.915.833	10.561.113	11.114.553	11.515.498	11.798.289	17.096.889	17.096.889
GO	2.671.633	3.208.572	3.829.074	4.553.712	5.304.978	6.153.147	6.230.992	7.618.520	8.944.139	9.105.648	10.530.493	12.639.405	14.102.432	15.269.901	15.694.090	16.237.965	16.656.492	10.428.278	10.428.278
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.451.001	2.950.836	3.700.427	4.389.950	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.197	8.065.450	8.899.987	9.145.629	9.515.573	9.964.478	10.147.462	47.515.061	n.d.
MG	9.029.796	11.412.858	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.550.334	22.083.399	23.803.678	29.242.489	29.118.470	33.179.152	37.284.184	40.371.093	43.141.299	44.817.070	46.167.217	47.644.235	47.515.061	n.d.
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.550	2.579.044	3.041.883	3.427.592	3.930.857	4.839.438	4.886.919	5.180.065	5.993.642	6.599.714	7.178.005	7.458.205	7.672.818	8.095.389	n.d.	n.d.
MT	1.748.543	2.083.871	2.512.858	3.136.452	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.184.777	6.467.071	7.099.077	7.820.719	8.901.438	9.702.678	10.389.393	10.615.099	10.921.731	10.729.693	10.729.693
PA	2.313.543	2.706.265	3.204.737	3.303.004	4.068.167	4.847.313	5.590.771	6.273.309	7.587.651	7.997.163	9.117.950	10.426.350	12.722.720	13.336.643	13.909.777	14.666.624	15.092.464	15.659.912	15.659.912
PB	1.599.214	1.801.118	1.944.563	2.244.882	2.335.662	2.912.034	3.251.483	3.668.685	4.391.287	4.637.840	5.067.318	5.992.468	6.286.656	7.073.292	7.420.748	7.633.429	7.399.789	7.948.438	7.948.438
PE	3.458.438	3.803.157	4.383.769	4.629.419	5.295.561	6.381.179	7.388.664	8.301.076	10.010.231	10.631.854	12.441.687	14.549.104	15.612.666	17.173.973	17.620.989	18.035.562	18.475.020	19.019.500	19.019.500
PI	1.155.252	1.390.514	1.586.525	1.689.464	1.940.461	2.357.829	2.671.013	3.054.199	3.831.028	4.013.265	4.534.858	5.050.101	5.575.468	5.785.044	5.988.232	6.103.609	6.201.507	6.345.266	6.345.266
PR	5.709.876	6.760.845	7.490.807	8.367.454	9.245.030	10.453.929	11.406.920	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.777	19.713.389	21.849.073	25.397.666	26.425.192	26.970.684	28.336.699	29.388.089	29.388.089
RJ	11.329.908	13.008.848	15.100.326	19.168.781	21.009.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.904	39.268.345	40.613.415	47.064.198	47.398.341	47.896.310	46.015.518	47.945.332	n.d.
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.858	2.648.951	3.144.102	3.691.537	3.936.240	4.516.137	4.832.600	5.443.269	5.915.554	6.761.305	7.275.809	7.494.747	7.609.901	n.d.	n.d.	n.d.
RO	902.789	1.022.129	1.204.801	1.467.002	1.737.061	2.091.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.402	4.789.361	2.403.838	2.534.466	2.723.806	2.785.141	2.825.091	2.825.091
RR	517.009	604.774	732.306	668.297	776.946	1.038.551	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.306	2.322.210	2.390.441	2.403.838	2.534.466	2.723.806	2.785.141	2.825.091	2.825.091
RS	6.657.896	7.378.894	8.114.927	9.859.597	10.746.730	12.349.352	13.312.373	13.991.364	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.977.905	23.710.654	26.387.876	27.348.107	27.691.638	28.633.466	29.088.538	29.088.538
SC	3.388.096	3.904.463	4.373.551	5.129.578	5.669.194	6.718.512	7.376.828	8.498.348	10.420.913	10.405.660	11.857.684	13.791.477	14.555.174	15.892.868	16.725.826	17.351.263	17.835.511	18.321.729	18.321.729
SE	1.209.361	1.395.943	1.674.710	1.805.467	2.043.107	2.536.658	2.865.674	3.102.889	3.799.764	3.934.265	4.629.387	4.914.198	5.221.654	5.524.275	5.721.687	5.839.876	5.983.485	6.038.200	6.038.200
SP	32.298.817	35.083.659	39.675.808	43.699.168	49.479.772	56.775.075	62.468.354	70.557.961	82.182.734	86.690.248	99.914.611	106.053.551	115.369.738	129.472.631	133.935.714	134.129.207	135.630.165	137.441.442	137.441.442
TO	922.323	1.084.734	1.391.422	1.537.933	1.743.111	2.368.410	2.716.421	2.781.449	3.451.007	3.306.416	3.881.229	4.548.795	4.991.475	5.323.440	5.636.109	5.915.094	6.071.480	6.240.454	n.d.
Total	198.432.525	223.176.204	259.075.233	295.653.755	341.102.271	401.188.337	461.197.924	528.453.763	607.695.093	614.659.666	700.515.197	784.773.944	869.610.084	953.251.784	1.011.779.740	1.041.120.142	1.079.920.106	1.104.454.454	n.d.

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2016 homologados no SICONFI.
2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações a primeira homologação e publicação no SISTIN.

Relação DCL / RCL dos Estados

Atualizado: 10/09/2015

UF	Relação DCL / RCL																	
	31/12/00	31/12/01	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	31/12/12	31/12/13	30/4/14	31/8/14	31/12/14	30/4/15
AC	1,04	0,83	0,73	0,68	0,62	0,45	0,52	0,41	0,28	0,37	0,54	0,30	0,58	0,69	0,55	0,53	0,74	0,69
AL	2,23	1,78	2,36	2,77	2,64	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,62	1,48	1,50	1,46	1,42	1,42	1,54	1,53
AM	1,00	0,69	0,67	0,56	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,15	0,22	0,16	0,30	0,31	n.d.
AP	0,95	0,05	0,28	0,28	0,23	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	0,18	0,26	0,17	0,34	0,41	0,30
BA	1,64	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,49	0,47	0,32	0,37	0,40	0,40
CE	0,87	0,94	1,18	1,06	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,28	0,29	0,23	0,31	0,42	0,40
DF	0,35	0,35	0,40	0,36	0,28	0,35	0,33	0,19	0,16	0,17	0,18	0,16	0,10	0,16	0,14	0,12	0,21	n.d.
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,34	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,15	0,21	0,22	0,23	0,27	0,25
GO	3,13	2,81	2,77	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,00	1,28	1,30	1,01	1,02	0,92	0,91	0,91	0,90	0,91
MA	2,58	2,10	2,73	2,22	1,74	1,33	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,41	0,38	0,29	0,32	0,46	0,44
MG	1,41	2,34	2,63	2,43	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,75	1,83	1,71	1,67	1,79	1,82
MS	3,10	2,94	3,10	2,67	2,33	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,05	1,02	0,94	0,90	0,98	n.d.
MT	2,50	1,97	1,59	1,76	1,30	1,11	1,10	0,94	0,70	0,54	0,55	0,40	0,30	0,35	0,27	0,35	0,42	0,42
PA	0,57	0,63	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,11	0,10	0,08	0,09	0,10	0,10
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,34	0,36	0,25	0,26	0,27	0,27	0,30	0,37	0,33
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,53	0,42	0,43	0,38	0,39	0,46	0,53	0,45	0,49	0,58	0,54
PI	1,73	1,74	1,64	1,52	1,42	1,09	0,83	0,78	0,60	0,60	0,54	0,57	0,50	0,59	0,56	0,55	0,61	0,59
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,29	1,26	1,16	1,19	1,12	0,89	0,76	0,60	0,60	0,55	0,51	0,58	0,55
RJ	2,07	1,90	2,35	2,01	2,04	1,90	1,72	1,73	1,60	1,63	1,56	1,46	1,65	1,54	1,56	1,54	1,78	1,78
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,38	0,32	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,11	0,15	0,08	0,07	n.d.	n.d.
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,59	0,53	0,54	0,50	0,45	0,62	0,66	0,64	0,62	0,59
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,31	0,04	-0,10	0,20	0,37	0,21	0,12	0,18	0,12
RS	2,66	2,51	2,79	2,80	2,83	2,58	2,33	2,54	2,34	2,20	2,14	2,14	2,18	2,09	2,08	2,05	2,09	2,13
SC	1,83	1,45	1,95	1,67	1,64	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,41	0,48	0,39	0,39	0,45	0,40
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,22	0,27	0,33	0,43	0,53	0,55	0,48	0,49	0,57	0,54
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,59	1,53	1,46	1,54	1,42	1,37	1,30	1,48	1,47
TO	0,35	0,27	0,37	0,26	0,35	0,14	0,13	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,21	0,26	0,19	0,25	0,33	0,31
Total	1,70	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	1,05	1,03	0,98	0,96	1,10	n.d.
n.d. - informação não disponível																		

n.d. - Informação não disponível

Obs: 1 - Os dados referentes a 30/04/2015 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º Quadrimestre de 2015 homologados no SICONFI

2 - Os dados referentes aos quadrimestres anteriores não consideram eventuais alterações efetuadas pelos entes posteriormente à primeira homologação e publicação no SISTN.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 2**Posição de Endividamento dos Municípios,
incluindo suas autarquias e fundações****Em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF nº 43/2001**

- Dívida Consolidada Líquida (DCL)
- Receita Corrente Líquida (RCL)
- Relação DCL/RCL

Data-base: 06/2015 (**1º Semestre:** para municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes, optantes pela forma de divulgação prevista no art. 63 da LRF)
04/2015 (**1º Quadrimestre:** para os demais municípios)

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) homologados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI)

Nº de entes que homologaram dados do 1º quadrimestre de 2015/1º Semestre de 2015: 2653 de 5570

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 1º Quadrimestre de 2015
data-base 30/04/2015

Posição: 10/09/2015

UF	Nome do Município	Cód IBGE	DCL 1º Quadrimestre 2015	RCL 1º Quadrimestre 2015	% DCL/RCL
AC	Brasília	1200104	1.122.838,78	32.732.843,80	3,43
AC	Cruzeiro do Sul	1200203	27.365.321,18	107.326.982,20	25,50
AC	Feijó	1200302	-6.217.294,39	36.113.277,94	-
AC	Mâncio Lima	1200336	3.428.624,05	28.991.089,86	11,83
AC	Marechal Thaumaturgo	1200351	3.796.211,78	31.728.608,74	11,96
AC	Porto Walter	1200393	-2.050.395,84	20.457.481,60	-
AC	Rodrigues Alves	1200427	-4.745.322,17	30.680.734,78	-
AC	Sena Madureira	1200500	862.472,00	48.320.365,57	1,78
AC	Tarauacá	1200609	-6.432.344,07	59.167.327,17	-
AL	Branquinha	2701100	-5.415.873,69	33.316.075,07	-
AL	Chã Preta	2701902	-3.204.298,16	5.570.698,40	-
AL	Maceió	2704302	0,00	1.683.436.264,36	0,00
AL	Messias	2705200	7.292.664,19	41.909.967,72	17,40
AL	Paulo Jacinto	2706604	3.391.382,93	13.850.225,56	24,49
AL	Pilar	2706901	14.937.329,41	30.663.769,92	48,71
AL	São José da Laje	2708303	12.578.351,77	41.806.788,25	30,09
AM	Manaus	1302603	-511.010.650,90	3.528.382.438,09	-
BA	Acajutiba	2900306	6.321.730,95	23.757.600,27	26,61
BA	Adustina	2900355	-1.827.912,52	25.180.966,78	-
BA	Água Fria	2900405	15.194.745,74	30.595.219,67	49,66
BA	Alagoinhas	2900702	19.693.288,76	258.362.136,29	7,62
BA	Amargosa	2901007	219.707,65	4.807.064,76	4,57
BA	Amélia Rodrigues	2901106	21.143.572,35	40.682.674,51	51,97
BA	América Dourada	2901155	5.724.615,45	29.840.735,32	19,18
BA	Andaraí	2901304	2.768.075,29	28.413.405,67	9,74
BA	Andorinha	2901353	662.643,23	32.448.354,93	2,01
BA	Angical	2901403	21.210.210,03	26.202.979,65	80,95
BA	Anguera	2901502	8.102.992,42	18.199.397,57	44,52
BA	Antônio Cardoso	2901700	-1.407.781,17	12.730.098,78	-
BA	Antônio Gonçalves	2901809	-2.544.176,72	21.104.574,01	-
BA	Apuarema	2901957	24.408,07	1.625.403,82	1,50
BA	Araças	2902054	4.225.179,21	42.033.962,31	10,05
BA	Araci	2902104	-11.625.564,98	85.636.659,18	-
BA	Aramari	2902203	3.135.667,52	20.105.575,03	15,60
BA	Aratuípe	2902302	1.649.859,05	15.518.451,47	10,63
BA	Baianópolis	2902500	7.889.592,11	28.086.088,16	28,09
BA	Baixa Grande	2902609	6.307.246,38	33.537.376,91	18,81
BA	Barra	2902708	-2.320.361,06	89.854.512,15	-
BA	Barreiras	2903201	254.628.027,40	297.955.586,77	85,46
BA	Barro Preto	2903300	8.876.689,09	17.818.276,88	49,82
BA	Biritinga	2903607	19.498.867,53	29.446.159,83	66,22
BA	Boa Nova	2903706	22.537.932,70	29.889.368,10	75,40
BA	Bom Jesus da Lapa	2903904	39.307.907,28	122.161.507,41	32,18
BA	Boquira	2904100	13.940.880,62	13.940.880,62	100,00
BA	Botuporã	2904209	10.523.805,94	25.835.590,01	40,73
BA	Brejões	2904308	-2.690.334,05	27.491.920,83	-
BA	Brumado	2904605	-3.196.579,06	118.902.578,13	-
BA	Buritama	2904753	360.320,91	34.273.541,43	1,05
BA	Cachoeira	2904902	20.416.610,20	48.282.347,99	42,29
BA	Caculé	2905008	14.328.171,65	34.826.185,07	41,14
BA	Caém	2905107	6.308.521,43	22.269.413,14	28,33
BA	Caetité	2905206	55.528.378,14	96.774.999,61	57,38
BA	Cafarnaum	2905305	-652.549,57	31.836.854,69	-
BA	Cairu	2905404	-622.738,96	74.664.723,43	-
BA	Caldeirão Grande	2905503	4.985.856,98	26.744.115,73	18,64
BA	Camacan	2905602	30.610.060,99	47.214.378,82	64,83
BA	Camamu	2905800	15.801.096,18	57.693.978,14	27,39
BA	Campo Formoso	2906006	-26.910.390,04	115.097.109,25	-
BA	Canarana	2906204	16.978.656,02	39.129.334,61	43,39
BA	Candeias	2906501	196.817.542,18	246.649.131,28	79,80
BA	Candiba	2906600	2.586.504,95	21.498.531,68	12,03

BA	Cansanção	2906808	25.628.981,59	60.955.628,63	42,05
BA	Canudos	2906824	1.806.992,40	29.449.303,85	6,14
BA	Capela do Alto Alegre	2906857	-2.585.289,55	20.576.211,21	-
BA	Capim Grosso	2906873	24.519.462,05	45.084.691,17	54,39
BA	Caravelas	2906907	-542.252,98	43.627.262,40	-
BA	Cardeal da Silva	2907004	3.216.864,51	21.169.091,42	15,20
BA	Carinhanha	2907103	12.400.899,48	54.298.212,70	22,84
BA	Casa Nova	2907202	-7.172.997,11	79.002.461,01	-
BA	Castro Alves	2907301	29.729.559,00	45.190.345,88	65,79
BA	Catolândia	2907400	1.342.916,05	11.337.867,77	11,84
BA	Catu	2907509	31.306.143,70	95.015.027,28	32,95
BA	Caturama	2907558	9.326.107,45	15.248.487,78	61,16
BA	Central	2907608	14.116.421,76	30.711.261,93	45,96
BA	Chorrochó	2907707	5.321.278,74	24.065.283,27	22,11
BA	Cocos	2908101	9.010.185,40	40.512.727,03	22,24
BA	Conceição do Coité	2908408	61.056.994,29	81.184.795,79	75,21
BA	Condeúba	2908705	14.579.185,55	32.933.766,52	44,27
BA	Coração de Maria	2908903	9.362.747,85	36.303.895,40	25,79
BA	Coronel João Sá	2909208	19.815.678,76	39.894.417,74	49,67
BA	Correntina	2909307	17.324.319,27	87.862.736,64	19,72
BA	Cotegipe	2909406	1.671.052,16	27.531.556,00	6,07
BA	Cravolândia	2909505	-434.679,09	12.595.139,88	-
BA	Crisópolis	2909604	9.693.588,53	37.204.579,16	26,05
BA	Cristópolis	2909703	2.084.736,55	22.482.828,34	9,27
BA	Dias d'Ávila	2910057	6.599.857,51	136.797.077,09	4,82
BA	Dom Macedo Costa	2910206	-494.425,55	10.542.503,20	-
BA	Elísio Medrado	2910305	0,00	1.452.139,14	0,00
BA	Encruzilhada	2910404	46.561.317,56	38.886.488,99	119,74
BA	Entre Rios	2910503	50.180.799,29	76.066.786,59	65,97
BA	Érico Cardoso	2900504	11.654.439,37	20.112.402,72	57,95
BA	Esplanada	2910602	54.032.074,58	81.845.245,88	66,02
BA	Eunápolis	2910727	174.855.008,20	200.540.745,39	87,19
BA	Feira da Mata	2910776	-2.612.622,89	14.354.353,77	-
BA	Feira de Santana	2910800	-92.598.741,85	806.196.953,72	-
BA	Formosa do Rio Preto	2911105	-5.388.483,82	84.294.153,23	-
BA	Gandu	2911204	35.385.367,00	46.296.244,54	76,43
BA	Gavião	2911253	0,00	1.304.652,20	0,00
BA	Gentio do Ouro	2911303	6.536.797,28	22.297.246,66	29,32
BA	Governador Mangabeira	2911600	12.349.050,17	12.566.116,33	98,27
BA	Guanambi	2911709	202.771,60	134.327.451,86	0,15
BA	Ibipitanga	2912509	6.613.605,11	28.027.343,60	23,60
BA	Ibirapuã	2912806	3.273.282,92	21.496.065,20	15,23
BA	Ibitiara	2913002	-14.387.298,13	19.821.586,41	-
BA	Ibotirama	2913200	23.626.015,87	48.280.196,48	48,94
BA	Ichu	2913309	-9.254.999,86	13.668.759,21	-
BA	Igaporã	2913408	16.296.300,38	29.445.975,19	55,34
BA	Igrapiúna	2913457	12.460.278,86	32.430.822,01	38,42
BA	Ilhéus	2913606	259.857.253,77	282.946.050,74	91,84
BA	Ipecaetá	2913804	18.855.866,28	31.754.831,08	59,38
BA	Ipirá	2914000	22.389.331,85	84.477.343,94	26,50
BA	Irará	2914505	6.133.682,78	48.478.819,90	12,65
BA	Itaberaba	2914703	22.616.289,89	109.012.953,98	20,75
BA	Itabuna	2914802	378.077.251,25	422.284.084,99	89,53
BA	Itacaré	2914901	56.851.986,74	46.784.668,52	121,52
BA	Itaeté	2915007	12.405.827,98	28.245.133,04	43,92
BA	Itagi	2915106	14.735.378,48	21.909.409,46	67,26
BA	Itaguaçu da Bahia	2915353	897.399,51	28.866.433,46	3,11
BA	Itaparica	2916104	11.357.296,48	44.722.513,66	25,40
BA	Itapetinga	2916401	44.369.882,50	118.090.201,63	37,57
BA	Itatim	2916856	19.803.462,49	31.945.097,49	61,99
BA	Itiruçu	2916906	21.074.929,11	21.365.426,65	98,64
BA	Itiúba	2917003	17.152.220,20	61.838.012,00	27,74
BA	Ituberá	2917300	3.489.596,12	47.765.396,29	7,31
BA	Jaborandi	2917359	0,00	21.447.472,71	0,00
BA	Jacaraci	2917409	5.841.580,82	26.578.967,27	21,98
BA	Jacobina	2917508	486.602,22	128.319.156,81	0,38

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

BA	Jaguaquara	2917607	47.373.322,34	70.658.095,37	67,05
BA	Jandaíra	2917904	11.462.671,31	24.688.042,21	46,43
BA	Jequié	2918001	43.300.296,94	269.262.069,18	16,08
BA	Jeremoabo	2918100	23.467.402,10	69.891.761,54	33,58
BA	Jiquiriçá	2918209	8.417.992,00	8.207.192,21	102,57
BA	Jitaúna	2918308	39.488.460,48	9.524.945,86	414,58
BA	Juazeiro	2918407	-245.215.881,15	413.096.870,56	-
BA	Jussari	2918555	33.824.525,49	15.775.999,20	214,40
BA	Lagoa Real	2918753	17.942.181,70	26.186.692,24	68,52
BA	Lajedão	2918902	2.964.999,53	14.529.788,21	20,41
BA	Lauro de Freitas	2919207	71.508.910,95	403.753.206,25	17,71
BA	Lençóis	2919306	-267.602,31	21.121.940,51	-
BA	Luís Eduardo Magalhães	2919553	6.206.980,38	210.004.838,69	2,96
BA	Macaúbas	2919801	48.098.080,39	74.323.110,98	64,71
BA	Madre de Deus	2919926	23.001.342,13	142.098.016,38	16,19
BA	Mairi	2920106	5.183.984,39	33.354.277,27	15,54
BA	Maihada	2920205	6.573.610,59	36.041.084,87	18,24
BA	Mansidão	2920452	6.805.036,76	27.267.400,06	24,96
BA	Mascote	2920908	23.086.996,35	28.215.212,69	81,82
BA	Mata de São João	2921005	-19.087.889,11	153.731.602,36	-
BA	Matina	2921054	3.842.247,03	22.461.171,21	17,11
BA	Milagres	2921302	-3.543.365,68	21.099.735,67	-
BA	Monte Santo	2921500	21.974.961,42	83.194.336,58	26,41
BA	Morro do Chapéu	2921708	14.988.230,02	58.734.548,28	25,52
BA	Mucugê	2921906	7.168.857,48	31.869.196,79	22,49
BA	Mucuri	2922003	58.031.238,00	110.340.340,22	52,59
BA	Mulungu do Morro	2922052	5.205.652,12	28.264.088,22	18,42
BA	Mundo Novo	2922102	8.224.763,50	35.693.939,60	23,04
BA	Muniz Ferreira	2922201	842.337,67	13.933.034,34	6,05
BA	Muquém de São Francisco	2922250	2.807.488,44	26.970.910,72	10,41
BA	Muritiba	2922300	23.572.444,13	42.331.526,11	55,69
BA	Mutuípe	2922409	9.332.986,39	33.825.460,55	27,59
BA	Nazaré	2922508	10.249.575,20	38.377.906,93	26,71
BA	Nilo Peçanha	2922607	8.228.076,74	27.360.750,06	30,07
BA	Nova Fátima	2922730	0,00	1.450.923,20	0,00
BA	Nova Itarana	2922805	6.201.862,28	14.703.239,03	42,18
BA	Nova Redenção	2922854	-1.724.637,02	15.828.514,81	-
BA	Nova Soure	2922904	14.433.227,10	40.951.078,05	35,25
BA	Nova Viçosa	2923001	34.670.415,22	76.223.196,07	45,49
BA	Novo Horizonte	2923035	7.990.133,13	19.072.527,91	41,89
BA	Oliveira dos Brejinhos	2923209	27.733.583,88	38.764.370,17	71,54
BA	Ouriçangas	2923308	5.218.094,74	16.690.004,86	31,26
BA	Palmeiras	2923506	6.494.891,07	14.951.581,50	43,44
BA	Paramirim	2923605	19.200.579,05	38.168.722,38	50,30
BA	Paratinga	2923704	16.314.368,82	52.991.635,73	30,79
BA	Paripiranga	2923803	21.523.800,96	40.533.848,93	53,10
BA	Paulo Afonso	2924009	-23.197.399,47	200.415.880,41	-
BA	Pé de Serra	2924058	2.921.399,73	25.877.988,46	11,29
BA	Pedrao	2924108	19.000,00	1.118.900,48	1,70
BA	Piatã	2924306	10.866.740,00	33.297.004,32	32,64
BA	Pindai	2924504	27.005.680,78	30.051.011,70	89,87
BA	Pindobaçu	2924603	-4.237.758,94	39.504.722,51	-
BA	Pirai do Norte	2924678	8.861.084,67	16.785.509,48	52,79
BA	Piritiba	2924801	-747.624,95	32.678.564,68	-
BA	Pojuca	2925204	56.768.780,34	90.902.321,68	62,45
BA	Ponto Novo	2925253	13.533.476,03	30.446.051,68	44,45
BA	Porto Seguro	2925303	181.177.584,48	257.719.637,22	70,30
BA	Prado	2925501	19.992,76	55.999.219,01	0,04
BA	Presidente Dutra	2925600	4.393.435,70	20.858.801,42	21,06
BA	Remanso	2926004	11.363.693,17	82.338.222,93	13,80
BA	Riachão das Neves	2926202	8.396.517,93	50.212.203,53	16,72
BA	Riachão do Jacuípe	2926301	27.049.563,88	44.238.919,97	61,14
BA	Riacho de Santana	2926400	25.028.491,83	54.803.874,90	45,67
BA	Ribeira do Amparo	2926509	8.837.726,17	29.833.746,10	29,62
BA	Ribeira do Pombal	2926608	47.451.210,80	75.812.169,09	62,59
BA	Rio de Contas	2926707	5.537.944,28	6.542.398,34	84,65

BA	Rio do Pires	2926905	0,00	1.896.743,93	0,00
BA	Rio Real	2927002	10.597.277,20	61.986.341,73	17,10
BA	Rodelas	2927101	7.720.977,93	19.686.045,01	39,22
BA	Salinas da Margarida	2927309	-415.896,31	34.691.939,91	-
BA	Salvador	2927408	1.050.642.197,81	4.863.917.812,02	21,60
BA	Santa Bárbara	2927507	10.233.386,11	30.092.984,54	34,01
BA	Santa Cruz Cabralia	2927705	50.885.821,46	56.934.705,04	89,38
BA	Santa Luzia	2928059	26.657.902,63	23.869.890,42	111,68
BA	Santa Maria da Vitória	2928109	11.428.941,12	70.213.049,32	16,28
BA	Santa Rita de Cássia	2928406	22.413.855,11	47.289.490,73	47,40
BA	Santo Amaro	2928604	47.503.597,43	90.421.432,01	52,54
BA	Santo Antônio de Jesus	2928703	6.927.673,01	149.343.024,08	4,64
BA	São Felipe	2929107	12.369.671,31	36.180.204,84	34,19
BA	São Félix do Coribe	2929057	-596.235,40	32.558.805,19	-
BA	São Francisco do Conde	2929206	111.893.695,33	423.145.449,12	26,44
BA	São Gabriel	2929255	-1.366.338,46	31.911.098,09	-
BA	São Gonçalo dos Campos	2929305	168.599.045,70	49.374.001,42	341,47
BA	São Miguel das Matas	2929404	4.229.654,58	20.711.829,73	20,42
BA	Sátiro Dias	2929701	9.783.002,39	34.693.458,26	28,20
BA	Saúde	2929800	6.389.491,56	20.530.981,31	31,12
BA	Sebastião Laranjeiras	2930006	15.352.056,50	21.429.420,04	71,64
BA	Senhor do Bonfim	2930105	-5.470.463,03	105.041.267,08	-
BA	Sento Sé	2930204	36.116.718,98	66.498.169,76	54,31
BA	Serra do Ramalho	2930154	-20.580.647,36	58.733.953,03	-
BA	Serra Preta	2930402	6.596.007,82	26.972.042,59	24,45
BA	Simões Filho	2930709	201.850.508,30	282.443.965,12	71,47
BA	Sítio do Mato	2930758	10.883.150,94	24.102.065,57	45,15
BA	Sítio do Quinto	2930766	15.599.268,68	21.021.608,36	74,21
BA	Sobradinho	2930774	7.686.692,19	47.392.868,11	16,22
BA	Tabocas do Brejo Velho	2930907	-252.090,78	23.013.052,46	-
BA	Tanque Novo	2931053	11.312.279,37	31.952.454,30	35,40
BA	Tanquinho	2931103	-2.026.518,65	13.531.493,80	-
BA	Taperoá	2931202	20.213.957,47	36.486.512,05	55,40
BA	Teixeira de Freitas	2931350	37.238.254,55	270.356.789,19	13,77
BA	Teodoro Sampaio	2931400	1.119.434,81	15.492.210,87	7,23
BA	Teofilândia	2931509	8.931.968,55	40.784.915,24	21,90
BA	Teolândia	2931608	31.062.811,29	34.392.107,26	90,32
BA	Tucano	2931905	64.457.990,58	79.294.822,60	81,29
BA	Uauá	2932002	15.353.513,66	39.691.947,50	38,68
BA	Ubaira	2932101	3.952.245,87	35.392.172,68	11,17
BA	Uibaí	2932408	5.678.341,73	22.876.023,11	24,82
BA	Utinga	2932804	5.348.990,19	31.752.310,59	16,85
BA	Valença	2932903	17.484.027,64	131.637.758,80	13,28
BA	Valente	2933000	32.653.056,28	39.469.831,20	82,73
BA	Várzea do Poço	2933109	-844.775,87	14.979.413,82	-
BA	Varzedo	2933174	12.223.339,89	16.429.956,11	74,40
BA	Vera Cruz	2933208	12.823.292,53	73.610.769,51	17,42
BA	Vereda	2933257	4.065.614,00	15.613.719,26	26,04
BA	Vitória da Conquista	2933307	115.045.204,10	507.722.450,99	22,66
BA	Wanderley	2933455	1.472.343,73	25.163.169,04	5,85
CE	Abaíara	2300101	-2.384.801,53	9.038.128,28	-
CE	Acopiara	2300309	29.346.669,85	77.523.510,81	37,86
CE	Aiuaba	2300408	14.326.652,98	28.023.365,62	51,12
CE	Amontada	2300754	-40.095,94	75.569.401,26	-
CE	Aquiraz	2301000	-1.694.025,79	169.747.109,71	-
CE	Aracati	2301109	14.428.145,19	127.487.799,70	11,32
CE	Aracoiaba	2301208	1.669.229,66	53.554.158,26	3,12
CE	Aratuba	2301406	8.093.284,73	24.512.777,55	33,02
CE	Assaré	2301604	-2.543.831,71	14.232.011,48	-
CE	Banabulú	2301851	-1.844.992,12	34.942.582,28	-
CE	Barbalha	2301901	-2.088.530,94	159.591.881,05	-
CE	Beberibe	2302206	7.582.233,98	89.956.377,07	8,43
CE	Bela Cruz	2302305	2.113.946,66	46.600.170,96	4,54
CE	Canindé	2302800	82.084.924,00	140.065.540,93	58,60
CE	Capistrano	2302909	9.069.004,25	36.841.422,13	24,62
CE	Caridade	2303006	-39.989,79	35.377.487,58	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

CE	Caririçu	2303204	2.488.956,74	45.896.529,06	5,42
CE	Cascavel	2303501	30.542.329,02	109.889.186,52	27,79
CE	Catarina	2303600	2.148.693,20	30.386.736,54	7,07
CE	Caucaia	2303709	53.578.671,46	498.404.194,04	10,75
CE	Cedro	2303808	23.244.318,45	42.338.992,87	54,90
CE	Choró	2303931	7.636.111,62	25.541.762,99	29,90
CE	Chorozinho	2303956	10.215.715,80	35.546.114,96	28,74
CE	Crateús	2304103	29.261.207,79	114.261.652,97	25,61
CE	Crato	2304202	16.351.307,84	198.813.472,02	8,22
CE	Croatá	2304236	2.740.038,43	33.380.105,33	8,21
CE	Deputado Irapuan Pinheiro	2304269	17.905,46	19.089.521,36	0,09
CE	Eusébio	2304285	-93.923.844,42	186.536.739,03	-
CE	Fortaleza	2304400	454.421.232,10	4.741.627.230,19	9,58
CE	Fortim	2304459	3.429.992,84	31.460.980,71	10,90
CE	Groaíras	2304905	6.925.032,02	23.607.424,54	29,33
CE	Guaiúba	2304954	1.803.573,87	43.559.113,73	4,14
CE	Horizonte	2305233	15.512.336,93	148.317.495,07	10,46
CE	Ibiapina	2305308	-984.830,54	42.205.331,93	-
CE	Icapuí	2305357	34.204.271,51	43.902.847,57	77,91
CE	Icó	2305407	74.344.182,41	108.595.091,94	68,46
CE	Iguatu	2305506	65.813.095,75	159.314.098,94	41,31
CE	Ipueiras	2305902	-30.847,16	65.534.334,65	-
CE	Iracema	2306009	6.211.756,66	33.018.307,44	18,81
CE	Irauçuba	2306108	10.181.801,82	42.511.718,83	23,95
CE	Itaíçaba	2306207	7.939.325,17	16.324.409,85	48,63
CE	Itapipoca	2306405	19.321.709,84	198.505.375,17	9,73
CE	Itarema	2306553	-7.114.395,96	72.024.863,91	-
CE	Itatira	2306603	72.203,22	39.887.838,81	0,18
CE	Jaguaribara	2306801	2.231.842,43	21.180.320,21	10,54
CE	Jaguaribe	2306900	-3.001.701,69	63.703.979,34	-
CE	Jaguaruana	2307007	13.377.450,25	55.809.786,00	23,97
CE	Jati	2307205	1.285.688,80	8.564.444,21	15,01
CE	Juazeiro do Norte	2307304	116.789.080,92	375.665.382,03	31,09
CE	Lavras da Mangabeira	2307502	16.414.216,83	50.449.411,02	32,54
CE	Limoeiro do Norte	2307601	39.343.912,61	97.017.235,92	40,55
CE	Madalena	2307635	-204.877,97	33.883.513,30	-
CE	Maracanaú	2307650	-35.389.221,30	565.149.861,99	-
CE	Maranguape	2307700	2.925.867,68	158.308.764,18	1,85
CE	Marco	2307809	3.061.849,50	51.177.644,38	5,98
CE	Massapê	2308005	9.724.861,88	56.274.979,50	17,28
CE	Milagres	2308302	-2.386.163,10	44.354.173,47	-
CE	Milhã	2308351	12.048.165,52	24.124.757,81	49,94
CE	Mombaça	2308500	37.996.441,98	60.023.467,68	63,30
CE	Morada Nova	2308708	28.425.630,31	102.233.165,91	27,80
CE	Morrinhos	2308906	630.891,90	36.055.697,18	1,75
CE	Mulungu	2309102	9.252.833,89	20.059.119,10	46,13
CE	Nova Russas	2309300	534.570,34	51.393.127,12	1,04
CE	Novo Oriente	2309409	15.303.655,72	49.881.646,51	30,68
CE	Ocara	2309458	5.531.635,52	47.330.295,83	11,69
CE	Pacajus	2309607	33.271.453,89	104.974.663,56	31,69
CE	Pacoti	2309805	1.300.318,26	26.595.974,20	4,89
CE	Palmácia	2310100	6.039.205,36	21.247.287,16	28,42
CE	Paracuru	2310209	30.177.015,18	69.179.538,58	43,62
CE	Paramoti	2310407	-716.161,50	23.869.010,40	-
CE	Pindoretama	2310852	4.422.317,62	39.764.566,80	11,12
CE	Piquet Carneiro	2310902	4.499.666,44	29.185.702,83	15,42
CE	Porteiras	2311108	-3.781.423,79	31.899.500,54	-
CE	Potiretama	2311231	1.558.623,18	17.074.374,28	9,13
CE	Quixadá	2311306	33.180.590,59	126.507.910,55	26,23
CE	Quixelô	2311355	7.371.825,80	29.851.374,19	24,70
CE	Quixeramobim	2311405	-2.131.597,26	132.506.826,97	-
CE	Redenção	2311603	4.851.651,37	48.026.481,74	10,10
CE	Russas	2311801	13.325.213,56	122.011.211,49	10,92
CE	Santa Quitéria	2312205	13.979.780,70	25.534.526,31	54,75
CE	São João do Jaguaribe	2312502	1.993.145,39	17.554.191,63	11,35
CE	São Luís do Curu	2312601	-9.954,69	24.003.130,61	-

CE	Senador Pompeu	2312700	7.739.707,39	43.064.768,22	17,97
CE	Sobral	2312908	-46.256.783,98	468.363.107,49	-
CE	Solonópolis	2313005	4.725.862,50	36.376.097,67	12,99
CE	Tabuleiro do Norte	2313104	18.553.136,14	44.584.838,17	41,61
CE	Tianguá	2313401	511.723,92	123.109.845,81	0,42
CE	Trairi	2313500	-18.971.867,03	79.072.764,60	-
CE	Umirim	2313757	11.465.200,96	34.386.950,43	33,34
CE	Uruburetama	2313807	27.002.791,65	38.452.673,47	70,22
ES	Aracruz	3200607	-56.958.997,74	358.609.301,00	-
ES	Atílio Vivacqua	3200706	-8.217.307,00	30.602.866,00	-
ES	Barra de São Francisco	3200904	12.146.457,01	85.582.290,94	14,19
ES	Brejetuba	3201159	-4.862.875,40	32.733.083,04	-
ES	Cachoeiro de Itapemirim	3201209	-197.213.951,73	349.269.501,25	-
ES	Cariacica	3201308	-52.910.878,65	513.597.752,64	-
ES	Colatina	3201506	-18.182.455,25	270.239.620,86	-
ES	Linhares	3203205	-61.217.980,37	537.615.954,63	-
ES	Nova Venécia	3203908	-15.524.419,62	105.612.344,18	-
ES	Santa Teresa	3204609	-23.437.157,63	60.630.977,09	-
ES	São Mateus	3204906	-18.833.379,35	273.660.753,52	-
ES	Viana	3205101	-7.649.850,89	147.130.440,94	-
ES	Vitória	3205309	64.282.150,83	1.409.517.141,82	4,56
GO	Acreúna	5200134	-25.055.219,05	59.587.518,42	-
GO	Aloândia	5200506	1.256.502,77	9.085.074,90	13,83
GO	Amaralina	5200829	-8.956,86	11.320.464,34	-
GO	Anápolis	5201108	50.031.635,15	760.825.585,01	6,58
GO	Aparecida de Goiânia	5201405	-88.039.188,57	707.031.078,86	-
GO	Araguapaz	5202155	280.914,76	15.316.293,76	1,83
GO	Aruanã	5202502	2.860.636,89	23.784.309,66	12,03
GO	Aurilândia	5202601	-856.183,85	10.667.958,77	-
GO	Bela Vista de Goiás	5203302	45.884.328,10	51.825.938,61	88,54
GO	Bonópolis	5203575	923.384,10	12.575.828,29	7,34
GO	Buriti Alegre	5203906	4.039.534,31	23.777.025,95	16,99
GO	Cachoeira de Goiás	5204201	7.473.276,78	8.761.297,86	85,30
GO	Cachoeira Dourada	5204250	44.680.989,44	33.920.326,96	131,72
GO	Caiaapônia	5204409	-6.015.476,52	39.147.897,76	-
GO	Caldas Novas	5204508	49.518.901,14	170.476.008,86	29,05
GO	Campinaçu	5204656	1.171.896,04	16.132.136,00	7,26
GO	Campo Limpo de Goiás	5204854	-1.177.862,14	16.239.641,75	-
GO	Campos Belos	5204904	34.185.593,92	35.601.606,05	96,02
GO	Campos Verdes	5204953	18.726.856,74	11.622.283,19	161,13
GO	Catalão	5205109	-7.441.139,25	277.029.916,54	-
GO	Cavalcante	5205307	1.371.733,15	27.058.300,30	5,07
GO	Ceres	5205406	-4.495.912,65	62.423.380,00	-
GO	Cristalina	5206206	-97.445.111,99	130.685.041,45	-
GO	Edéia	5207402	0,00	32.217.688,16	0,00
GO	Fazenda Nova	5207600	11.023.830,70	12.149.039,57	90,74
GO	Firminópolis	5207808	-1.895.518,90	13.453.771,83	-
GO	Gemeleira de Goiás	5208152	-2.306.632,48	13.093.631,07	-
GO	Goianésia	5208608	-23.245.755,12	118.398.012,71	-
GO	Goiânia	5208707	487.388.994,96	3.198.270.106,57	15,24
GO	Goianira	5208806	-10.435.602,23	70.656.540,65	-
GO	Guapó	5209200	22.410.639,17	25.947.606,20	86,37
GO	Guarani de Goiás	5209408	-1.266.227,12	12.863.365,28	-
GO	Hidrolândia	5209705	-5.367.523,84	42.928.461,59	-
GO	Hidrolina	5209804	113.620,16	10.454.582,34	1,09
GO	Inhumas	5210000	18.658.117,01	83.245.362,05	22,41
GO	Ipiranga de Goiás	5210158	574.055,96	10.120.629,02	5,67
GO	Iporá	5210208	6.535.934,30	47.270.561,40	13,83
GO	Israelândia	5210307	4.160.649,03	10.469.219,71	39,74
GO	Itaberaí	5210406	3.544.681,80	73.482.379,00	4,82
GO	Itumbiara	5211503	26.342.801,56	217.688.878,31	12,10
GO	Jaraguá	5211800	34.861.185,58	66.034.333,72	52,79
GO	Jataí	5211909	-3.704.390,02	240.329.181,21	-
GO	Jesópolis	5212055	-3.231.830,60	8.952.040,12	-
GO	Joviânia	5212105	-6.256.449,96	17.992.785,49	-
GO	Jussara	5212204	-1.611.009,05	39.071.934,72	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	Mairipotaba	5212600	3.177.142,64	9.862.911,23	32,21
GO	Mara Rosa	5212808	1.767.766,91	20.205.027,21	8,75
GO	Maurilândia	5213004	13.013.872,21	21.875.161,47	59,49
GO	Mimoso de Goiás	5213053	8.086.189,53	10.604.019,33	76,26
GO	Mineiros	5213103	-22.368.604,49	155.369.744,45	-
GO	Montividiu do Norte	5213772	1.634.115,18	13.048.406,61	12,52
GO	Nerópolis	5214507	-9.343.688,96	74.489.386,23	-
GO	Nova Iguaçu de Goiás	5214879	-38.050,36	9.928.996,01	-
GO	Novo Brasil	5215207	-1.557.076,74	11.149.377,03	-
GO	Palmeiras de Goiás	5215702	30.527.690,59	58.366.875,98	52,30
GO	Petrolina de Goiás	5216809	7.737.510,19	19.623.449,63	39,43
GO	Pilar de Goiás	5216908	3.447.198,59	12.747.241,08	27,04
GO	Piranhas	5217203	4.474.308,89	22.623.343,68	19,78
GO	Pontalina	5217708	92.150,79	32.973.769,99	0,28
GO	Porteirão	5218052	18.418.274,54	15.893.150,33	115,89
GO	Professor Jamil	5218391	2.252.498,84	9.820.700,07	22,94
GO	Quirinópolis	5218508	1.947.921,03	110.573.072,19	1,76
GO	Rialma	5218607	0,00	20.139.485,40	0,00
GO	Santa Fé de Goiás	5219258	-189.536,18	16.719.396,28	-
GO	Santa Rosa de Goiás	5219506	-2.211.345,12	9.955.469,75	-
GO	Santa Tereza de Goiás	5219605	3.167.969,94	11.765.460,90	26,93
GO	São Francisco de Goiás	5219902	4.120.255,26	14.627.311,45	28,17
GO	São Luís de Montes Belos	5220108	4.349.977,57	56.772.729,02	7,66
GO	São Luiz do Norte	5220157	4.626.640,80	15.185.228,03	30,47
GO	São Miguel do Araguaia	5220207	-17.964.191,83	49.242.435,14	-
GO	São Simão	5220405	-149.371.277,69	23.976.117,99	-
GO	Senador Canedo	5220454	64.475.514,93	311.624.874,22	20,69
GO	Trindade	5221403	51.663.229,91	136.874.527,04	37,74
GO	Trombas	5221452	1.908.436,19	13.282.767,43	14,37
GO	Uirapuru	5221577	3.827.400,61	8.495.246,68	45,05
GO	Uruaçu	5221601	57.697.196,64	63.829.085,08	90,39
GO	Vila Propício	5222302	95.763,88	16.013.198,47	0,60
MA	Arari	2101004	0,00	47.038.618,36	0,00
MA	Bacabeira	2101251	619.238,78	44.869.480,81	1,38
MA	Balsas	2101400	0,00	169.068.378,59	0,00
MA	Barra do Corda	2101608	-26.428.929,68	131.181.363,41	-
MA	Cajari	2102507	0,00	3.546.134,45	0,00
MA	Caxias	2103000	-11.808.483,82	309.536.831,45	-
MA	Chapadinha	2103208	0,00	112.518.507,08	0,00
MA	Cidelândia	2103257	-1.668.941,31	30.897.979,51	-
MA	Codó	2103307	-18.909.842,09	192.318.060,14	-
MA	Davinópolis	2103752	0,00	8.310.008,50	0,00
MA	Dom Pedro	2103802	-1.809.610,83	36.736.855,07	-
MA	Gonçalves Dias	2104404	-1.090.242,53	30.929.066,07	-
MA	Imperatriz	2105302	53.506.848,48	478.492.378,08	11,18
MA	Itapecuru Mirim	2105401	-8.749.736,58	106.974.562,52	-
MA	Olho d'Água das Cunhãs	2107407	-299.558,95	40.091.040,25	-
MA	Olinda Nova do Maranhão	2107456	-675.679,00	26.635.639,52	-
MA	Pedro do Rosário	2108256	-4.727.590,91	52.144.548,44	-
MA	Peritoró	2108454	-18.473.009,51	40.303.496,09	-
MA	Pinheiro	2108603	-3.810.173,50	125.077.915,30	-
MA	Presidente Dutra	2109106	-5.922.635,40	63.668.617,36	-
MA	Presidente Sarney	2109270	-218.012,79	22.958.696,48	-
MA	São Bento	2110500	0,00	50.926.734,07	0,00
MA	São José de Ribamar	2111201	-10.571.898,99	229.725.281,71	-
MA	São Luís	2111300	375.296.342,96	2.141.629.271,60	17,52
MA	Tuntum	2112308	-7.444.745,24	65.868.332,45	-
MA	Viana	2112803	0,00	78.530.997,36	0,00
MA	Vitória do Mearim	2112902	-3.817.997,14	53.311.810,39	-
MG	Alfenas	3101607	30.506.955,80	174.625.220,14	17,47
MG	Alpinópolis	3101904	2.774.685,19	28.883.807,68	9,61
MG	Árcos	3104205	-2.401.626,53	81.004.312,09	-
MG	Barbacena	3105608	22.518.048,11	254.290.625,01	8,86
MG	Belo Horizonte	3106200	2.592.655.229,51	7.645.714.404,58	33,91
MG	Betim	3106705	453.931.826,00	1.323.883.206,39	34,29
MG	Brasilândia de Minas	3108552	-4.397.117,69	23.739.577,95	-

MG	Bueno Brandão	3109105	-4.990.645,85	16.241.660,98	-
MG	Cabo Verde	3109501	1.203.083,99	20.982.233,79	5,73
MG	Campo do Meio	3111309	-1.193.935,48	21.313.542,73	-
MG	Campos Gerais	3111606	-3.165.597,94	40.216.463,75	-
MG	Cana Verde	3111903	851.445,89	10.728.486,82	7,94
MG	Capelinha	3112307	-5.549.479,05	44.958.502,58	-
MG	Capinópolis	3112604	1.275.129,32	32.287.816,13	3,95
MG	Caratinga	3113404	-11.098.017,57	131.779.360,41	-
MG	Cássia	3115102	-212.576,89	31.849.746,48	-
MG	Cataguases	3115300	5.746.661,06	106.080.516,04	5,42
MG	Caxambu	3115508	-3.444.634,24	37.651.483,65	-
MG	Claraval	3116407	803.877,84	11.428.251,19	7,03
MG	Cláudio	3116605	7.576.551,91	45.815.761,82	16,54
MG	Conceição das Alagoas	3117306	9.136.329,54	64.574.910,38	14,15
MG	Contagem	3118601	309.934.991,23	1.202.702.092,10	25,77
MG	Coqueiral	3118700	1.622.848,75	14.740.008,57	11,01
MG	Curvelo	3120904	-19.428.195,38	124.001.282,37	-
MG	Desterro do Melo	3121506	-1.433.588,64	10.913.850,24	-
MG	Divinópolis	3122306	57.681.986,30	409.701.180,26	14,08
MG	Formiga	3126109	101.002,82	113.841.680,39	0,09
MG	Frei Gaspar	3126802	1.459.873,22	12.983.624,26	11,24
MG	Gonzaga	3127503	-1.747.482,49	12.945.239,14	-
MG	Governador Valadares	3127701	71.332.602,85	609.451.385,05	11,70
MG	Guapé	3128105	1.811.348,78	29.585.339,07	6,12
MG	Guaraciaba	3128204	-4.171.572,05	16.652.779,72	-
MG	Guaxupé	3128709	-6.278.197,78	86.239.661,91	-
MG	Ibirité	3129806	-34.945.021,94	291.346.133,01	-
MG	Ipatinga	3131307	16.712.475,79	577.158.467,29	2,90
MG	Itajubá	3132404	-19.054.906,55	145.502.273,80	-
MG	Itaúna	3133808	13.454.411,15	179.388.679,54	7,50
MG	Itinga	3134004	-820.610,53	22.920.569,05	-
MG	Jacuí	3134806	-1.106.314,91	14.302.138,22	-
MG	João Monlevade	3136207	-16.117.803,00	161.190.588,00	-
MG	Juiz de Fora	3136702	-71.146.462,77	1.121.688.854,27	-
MG	Leopoldina	3138401	-16.800.048,41	71.919.360,49	-
MG	Machado	3139003	-7.739.850,72	63.843.998,10	-
MG	Manhuaçu	3139409	-14.064.608,57	137.794.575,24	-
MG	Matias Barbosa	3140803	-5.714.846,19	36.761.818,38	-
MG	Minduri	3141900	906.524,18	3.848.084,45	23,56
MG	Monte Belo	3143005	-7.009.471,78	-880.487,73	796,09
MG	Monte Santo de Minas	3143203	-5.959.060,18	34.774.720,23	-
MG	Montes Claros	3143302	118.605.019,88	648.272.495,75	18,30
MG	Muriáe	3143906	-14.522.205,49	188.671.518,29	-
MG	Nova Era	3144706	-4.831.381,17	38.645.091,71	-
MG	Nova Lima	3144805	39.393.527,45	501.069.585,15	7,86
MG	Ouro Branco	3145901	4.924.746,34	105.029.971,53	4,69
MG	Pará de Minas	3147105	2.551.165,34	155.179.310,23	1,64
MG	Paracatu	3147006	-4.507.376,19	179.246.526,91	-
MG	Paraisópolis	3147303	-8.143.263,18	33.891.724,21	-
MG	Passos	3147907	-3.506.739,38	170.178.890,96	-
MG	Patrocínio	3148103	9.412.326,13	171.887.287,21	5,48
MG	Pedro Leopoldo	3149309	-30.289.179,39	129.169.571,14	-
MG	Piedade de Ponte Nova	3150208	-65.362,47	11.712.911,89	-
MG	Poços de Caldas	3151800	26.926.556,00	486.521.921,99	5,53
MG	Ponte Nova	3152105	-4.776.586,00	141.475.796,36	-
MG	Pouso Alegre	3152501	41.518.342,84	329.554.357,17	12,60
MG	Pouso Alto	3152600	-2.457.158,17	13.793.758,38	-
MG	Pratinha	3153004	0,00	10.759.590,92	0,00
MG	Ribeirão das Neves	3154606	102.816.684,96	318.464.840,76	32,29
MG	Sabará	3156700	-37.676.036,03	200.190.026,36	-
MG	Sacramento	3156908	1.059.008,46	71.433.864,80	1,48
MG	Santo Antônio do Monte	3160405	-3.790.483,38	45.379.112,08	-
MG	São Bento Abade	3160801	-1.346.566,53	11.643.103,29	-
MG	São Domingos das Dores	3160959	-3.734.555,36	13.099.991,19	-
MG	São João del Rei	3162500	1.850.263,54	151.360.544,70	1,22
MG	São José da Barra	3162948	-9.677.285,57	23.982.252,08	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	São Miguel do Anta	3163805	-119.624,04	12.684.328,56	-
MG	São Sebastião do Anta	3164472	-894.994,21	13.218.636,44	-
MG	São Sebastião do Paraíso	3164704	4.832.431,36	132.139.490,91	3,66
MG	Seritinga	3166402	-1.102.968,12	3.207.316,41	-
MG	Serra Azul de Minas	3166501	1.419.056,05	10.343.504,49	13,72
MG	Sete Lagoas	3167202	127.479.941,24	502.498.659,90	25,37
MG	Teófilo Otoni	3168606	43.150.402,63	240.986.371,90	17,91
MG	Timóteo	3168705	133.453.471,44	148.031.853,16	90,15
MG	Tiradentes	3168804	-3.867.142,61	16.030.758,75	-
MG	Três Corações	3169307	31.378.233,71	128.406.326,01	24,44
MG	Três Pontas	3169406	-29.614.113,21	97.227.935,55	-
MG	Turmalina	3169703	370.712,71	33.890.398,94	1,09
MG	Turvolândia	3169802	-971.998,56	11.104.933,17	-
MG	Uba	3169901	-95.325.641,73	151.344.225,92	-
MG	Uberaba	3170107	102.412.381,34	720.219.943,91	14,22
MG	Uberlândia	3170206	-138.114.972,69	1.481.414.013,41	-
MG	Unaí	3170404	-14.136.957,69	157.720.667,20	-
MG	Varginha	3170701	-29.081.030,33	175.264.583,34	-
MG	Viçosa	3171303	-56.223.898,06	157.194.214,76	-
MS	Corumbá	5003207	-34.571.884,33	373.718.474,51	-
MS	Maracaju	5005400	-4.558.571,55	123.261.956,52	-
MS	Navirai	5005707	1.494.285,05	133.362.389,82	1,12
MS	Nova Andradina	5006200	-19.845.748,06	117.163.624,43	-
MS	Três Lagoas	5008305	-57.316.734,52	343.001.778,48	-
MT	Alto Araguaia	5100300	-8.206.925,77	69.119.633,71	-
MT	Alto Paraguaí	5100508	-1.728.099,04	5.267.880,50	-
MT	Apiacás	5100805	-2.827.403,17	20.146.461,33	-
MT	Araguaiana	5101001	-1.807.023,95	11.123.356,30	-
MT	Barra do Garças	5101803	23.415.355,21	115.179.898,12	20,33
MT	Bom Jesus do Araguaia	5101852	0,00	15.888.747,31	0,00
MT	Campo Novo do Parecis	5102637	-13.442.509,86	102.638.135,11	-
MT	Campos de Júlio	5102686	-6.060.135,73	33.745.213,17	-
MT	Canarana	5102702	791.865,65	45.616.494,37	1,74
MT	Comodoro	5103304	-1.065.273,99	43.082.141,50	-
MT	Cuiabá	5103403	340.731.978,74	1.406.116.272,67	24,23
MT	Diamantino	5103502	9.733.134,76	57.015.261,37	17,07
MT	Gaúcha do Norte	5103858	-702.868,20	24.259.516,74	-
MT	Guarantã do Norte	5104104	-1.477.471,44	55.027.672,72	-
MT	Itiquira	5104609	-2.389.685,62	55.912.474,73	-
MT	Jangada	5104906	-3.033.797,34	12.409.936,90	-
MT	Lambari D'Oeste	5105234	-516.059,85	15.278.186,56	-
MT	Lucas do Rio Verde	5105259	10.761.546,25	160.379.582,23	6,71
MT	Nova Brasilândia	5106208	-3.064.498,27	11.549.580,38	-
MT	Nova Guarita	5108808	-3.577.069,86	11.657.548,97	-
MT	Nova Monte Verde	5108956	-6.514.381,25	17.598.954,67	-
MT	Planalto da Serra	5106455	-590.240,85	11.183.900,11	-
MT	Rondolândia	5107578	-212.416,85	14.027.613,13	-
MT	Santa Cruz do Xingu	5107743	-1.011.157,21	12.122.898,26	-
MT	São José do Xingu	5107354	-720.969,51	16.430.303,85	-
MT	Serra Nova Dourada	5107883	-2.415.734,31	8.666.324,01	-
MT	Sinop	5107909	6.286.477,60	259.746.813,95	2,42
MT	Tangará da Serra	5107958	-19.588.245,53	164.782.544,50	-
MT	Vila Rica	5108600	-7.797.806,82	34.604.455,55	-
PA	Abaetetuba	1500107	-3.537.675,99	191.019.781,03	-
PA	Abel Figueiredo	1500131	0,00	16.231.430,41	0,00
PA	Água Azul do Norte	1500347	-5.521.860,80	37.583.003,07	-
PA	Altamira	1500602	-88.446.933,79	298.614.821,03	-
PA	Ananindeua	1500800	43.111.163,44	546.717.098,65	7,89
PA	Belém	1501402	288.006.596,00	2.446.731.779,00	11,77
PA	Cachoeira do Piriá	1501956	-83.528,18	14.786.188,24	-
PA	Colares	1502608	-208.264,39	18.442.031,44	-
PA	Curuçá	1502905	-891.968,22	45.442.935,09	-
PA	Dom Eliseu	1502939	580.749,98	83.501.014,80	0,70
PA	Marapanim	1504406	-97.834,96	43.957.859,33	-
PA	Marituba	1504422	0,00	193.805.799,69	0,00
PA	Nova Ipixuna	1504976	-148.887,14	30.871.854,12	-

PA	Ourém	1505403	-1.539.913,84	27.285.291,02	-
PA	Pacajá	1505486	20.330,70	73.208.231,27	0,03
PA	Parauapebas	1505536	0,00	1.015.286.803,24	0,00
PA	Piçarra	1505635	0,00	27.248.661,09	0,00
PA	Placas	1505650	-207.451.836,69	38.612.930,58	-
PA	Redenção	1506138	0,00	122.850.906,60	0,00
PA	Rio Maria	1506161	388.954,78	33.465.842,58	1,16
PA	Salinópolis	1506203	-8.739.170,37	55.274.879,18	-
PA	São Félix do Xingu	1507300	-2.659.186,98	122.363.177,45	-
PA	São Miguel do Guamá	1507607	-17.697.989,78	81.585.265,32	-
PA	Tailândia	1507953	11.456,72	120.727.810,88	0,01
PA	Trairão	1508050	-2.376.794,63	31.012.255,71	-
PA	Uruará	1508159	-11.916.119,72	72.678.465,33	-
PA	Vigia	1508209	-4.637.820,57	20.119.115,93	-
PB	Barra de Santa Rosa	2501609	4.381.005,13	23.525.563,20	18,62
PB	Caaporã	2503001	15.137.114,61	52.100.079,23	29,05
PB	Cabedelo	2503209	-86.296.310,73	200.070.185,53	-
PB	Cuité	2505105	2.168.243,66	33.136.341,34	6,54
PB	Guarabira	2506301	18.507.177,61	85.252.083,54	21,71
PB	Marcação	2509057	1.936.483,36	14.652.646,50	13,22
PB	Poço Dantas	2512036	1.617.672,52	12.100.452,25	13,37
PB	São José dos Ramos	2514453	1.560.455,82	13.400.419,71	11,64
PB	Sapé	2515302	28.595.392,89	70.016.840,00	40,84
PB	Sossêgo	2516151	-442.869,37	9.803.445,27	-
PE	Abreu e Lima	2600054	21.108.200,86	122.080.521,76	17,29
PE	Afrânio	2600203	-10.942.244,47	39.987.427,07	-
PE	Agrestina	2600302	17.652.514,29	44.245.376,31	39,90
PE	Água Preta	2600401	13.611.884,03	54.885.905,67	24,80
PE	Águas Belas	2600500	29.898.194,06	62.151.268,43	48,11
PE	Alagoinha	2600609	4.580.913,47	27.964.466,06	16,38
PE	Aliança	2600708	0,00	55.600.032,15	0,00
PE	Altinho	2600807	15.354.133,69	32.072.912,51	47,87
PE	Araçoiaba	2601052	0,00	31.553.791,76	0,00
PE	Araripina	2601102	-10.184.293,05	-10.184.293,05	100,00
PE	Barreiros	2601409	20.863.044,22	67.367.588,91	30,97
PE	Belém de Maria	2601508	3.079.531,55	22.934.041,17	13,43
PE	Belém do São Francisco	2601607	-3.193.179,99	36.748.854,70	-
PE	Belo Jardim	2601706	23.646.919,34	121.513.290,31	19,46
PE	Betânia	2601805	-603.755,26	23.745.908,29	-
PE	Bezerros	2601904	3.365.181,82	85.738.883,97	3,92
PE	Bom Conselho	2602100	15.534.090,80	65.795.616,81	23,61
PE	Bom Jardim	2602209	2.672.047,75	53.951.538,16	4,95
PE	Bonito	2602308	20.572.614,24	61.787.398,79	33,30
PE	Brejão	2602407	-575.590,82	21.054.877,75	-
PE	Brejo da Madre de Deus	2602605	-3.831.540,95	68.316.634,51	-
PE	Buenos Aires	2602704	-2.322.041,18	22.343.578,43	-
PE	Buíque	2602803	-4.273.927,10	72.305.419,48	-
PE	Cabo de Santo Agostinho	2602902	-23.852.152,60	525.692.729,25	-
PE	Cabrobó	2603009	12.250.568,60	57.462.326,91	21,32
PE	Cachoeirinha	2603108	-10.120.434,82	33.857.805,06	-
PE	Caetés	2603207	-5.824.945,52	45.065.517,03	-
PE	Calumbi	2603405	-758.346,50	13.810.740,01	-
PE	Camaragibe	2603454	16.030.421,94	203.925.430,49	7,86
PE	Camocim de São Félix	2603504	-974.471,65	31.066.635,14	-
PE	Canhotinho	2603702	4.912.964,98	39.533.806,34	12,43
PE	Capoeiras	2603801	-9.141.448,62	43.604.868,62	-
PE	Carnaubeira da Penha	2603926	-3.125.620,14	21.228.402,58	-
PE	Carpina	2604007	1.951.351,02	98.479.987,52	1,98
PE	Caruaru	2604106	67.149.323,75	477.124.084,62	14,07
PE	Casinhas	2604155	9.322.419,58	30.239.168,72	30,83
PE	Catende	2604205	13.604.368,82	57.237.716,78	23,77
PE	Chã de Alegria	2604403	5.511.158,81	23.789.344,24	23,17
PE	Chã Grande	2604502	6.848.786,13	39.493.311,66	17,34
PE	Condado	2604601	26.151.732,31	38.954.972,96	67,13
PE	Cumarú	2604908	7.697.824,73	26.671.413,58	28,86
PE	Cupira	2605004	42.706.593,47	38.203.036,09	111,79

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	Custódia	2605103	15.554.717,47	52.498.057,58	29,63
PE	Dormentes	2605152	4.865.270,27	34.718.423,16	14,01
PE	Escada	2605202	-5.625.124,68	89.344.705,92	-
PE	Exu	2605301	-6.101.425,75	51.426.806,80	-
PE	Feira Nova	2605400	14.507.059,16	33.068.117,33	43,87
PE	Ferreiros	2605509	0,00	21.832.234,31	0,00
PE	Flores	2605608	312.321,56	35.906.729,81	0,87
PE	Floresta	2605707	7.475.898,66	65.719.693,32	11,38
PE	Frei Miguelinho	2605806	2.875.946,90	24.330.441,69	11,82
PE	Garanhuns	2606002	-8.704.101,43	205.298.925,83	-
PE	Glória do Goitá	2606101	9.125.479,50	39.239.975,62	23,26
PE	Goiana	2606200	63.526.600,15	154.934.215,57	41,00
PE	Granito	2606309	-3.165.143,41	17.833.998,99	-
PE	Gravatá	2606408	47.062.911,31	111.178.991,20	42,33
PE	Iati	2606507	1.256.159,99	38.739.522,61	3,24
PE	Ibimirim	2606606	-2.842.058,01	41.532.521,00	-
PE	Igarassu	2606804	-13.899.188,27	166.805.533,39	-
PE	Inajá	2607000	0,00	31.446.764,31	0,00
PE	Ipojuca	2607208	-147.121.415,99	570.952.652,13	-
PE	Itaíba	2607505	-2.419.401,58	45.912.570,62	-
PE	Itambé	2607653	-4.701.644,79	52.709.703,50	-
PE	Itapissuma	2607752	-6.560.803,02	61.388.665,30	-
PE	Itaquitinga	2607802	0,00	34.752.281,75	0,00
PE	Jaboatão dos Guararapes	2607901	-6.815.603,58	932.591.565,41	-
PE	Jaqueira	2607950	16.163.352,31	28.401.236,65	56,91
PE	Jatobá	2608057	-6.402.045,79	28.534.144,89	-
PE	João Alfredo	2608107	8.075.713,14	48.391.843,46	16,69
PE	Joaquim Nabuco	2608206	738.076,65	31.920.245,34	2,31
PE	Lagoa do Carro	2608453	6.515.774,81	28.336.853,38	22,99
PE	Lagoa do Ouro	2608602	2.364.267,42	27.448.028,30	8,61
PE	Lagoa dos Gatos	2608701	3.416.256,95	27.594.909,08	12,38
PE	Lagoa Grande	2608750	-922.071,36	47.077.426,21	-
PE	Lajedo	2608800	-1.383.233,54	64.184.622,91	-
PE	Limoeiro	2608909	10.159.009,50	78.700.331,90	12,91
PE	Macaparana	2609006	6.799.594,27	38.558.599,61	17,63
PE	Machados	2609105	1.604.073,39	25.214.045,59	6,36
PE	Manari	2609154	-104.287,13	35.604.988,31	-
PE	Maraial	2609204	-4.867.595,43	23.786.150,91	-
PE	Moreilândia	2614303	905.265,24	22.979.052,94	3,94
PE	Moreno	2609402	60.152.492,17	78.035.462,53	77,08
PE	Nazaré da Mata	2609501	38.972.285,01	41.771.851,38	93,30
PE	Orobó	2609709	21.145.706,13	42.916.859,48	49,27
PE	Orocó	2609808	4.688.319,13	27.512.634,23	17,04
PE	Ouricuri	2609907	9.597.532,30	88.633.561,68	10,83
PE	Palmares	2610004	-2.288.475,87	106.974.615,88	-
PE	Palmeirina	2610103	1.353.014,84	18.116.489,81	7,47
PE	Panelas	2610202	13.821.631,76	53.571.437,82	25,80
PE	Parnamirim	2610400	-3.440.868,92	36.543.303,83	-
PE	Passira	2610509	12.421.513,69	40.975.514,42	30,31
PE	Paudalho	2610608	31.663.695,49	77.441.556,17	40,89
PE	Paulista	2610707	31.226.694,67	344.006.920,43	9,08
PE	Pedra	2610806	-1.398.283,46	34.701.865,39	-
PE	Pesqueira	2610905	33.645.600,66	88.959.982,74	37,82
PE	Petrolândia	2611002	-16.905.877,91	80.643.071,29	-
PE	Petrolina	2611101	61.089.939,64	481.147.123,19	12,70
PE	Pombos	2611309	4.863.622,47	43.013.293,28	11,31
PE	Quipapá	2611507	1.917.936,68	40.425.279,14	4,74
PE	Recife	2611606	378.443.002,26	3.702.814.573,09	10,22
PE	Riacho das Almas	2611705	6.563.402,60	36.315.395,11	18,07
PE	Rio Formoso	2611903	22.283.703,26	46.106.981,89	48,33
PE	Sairé	2612000	15.306.160,99	23.830.431,80	64,23
PE	Salgadinho	2612109	4.970.153,20	15.824.938,03	31,41
PE	Salgueiro	2612208	-243.690,42	95.017.363,80	-
PE	Saloá	2612307	-586.835,07	29.495.091,49	-
PE	Santa Cruz	2612455	-1.501.508,50	30.264.105,14	-
PE	Santa Cruz da Baixa Verde	2612471	-1.203.701,31	21.671.671,02	-

PE	Santa Cruz do Capibaribe	2612505	28.421.686,70	118.919.532,58	23,90
PE	Santa Filomena	2612554	1.385.532,59	26.542.717,97	5,22
PE	Santa Maria da Boa Vista	2612604	9.327.587,45	66.429.459,77	14,04
PE	Santa Maria do Cambucá	2612703	-483.981,67	24.479.701,16	-
PE	São Benedito do Sul	2612901	5.216.316,20	25.007.138,91	20,86
PE	São Bento do Una	2613008	6.339.504,15	74.371.158,26	8,52
PE	São Caitano	2613107	-14.988.386,33	49.753.884,87	-
PE	São João	2613206	0,00	41.317.288,51	0,00
PE	São Joaquim do Monte	2613305	5.839.910,45	37.745.443,13	15,47
PE	São José do Belmonte	2613503	2.335.100,22	46.759.941,54	4,99
PE	São Lourenço da Mata	2613701	10.899.124,63	130.248.694,51	8,37
PE	São Vicente Ferrer	2613800	3.243.908,81	29.627.927,76	10,95
PE	Serra Talhada	2613909	21.854.657,62	126.649.261,99	17,26
PE	Sertânia	2614105	1.949.033,74	54.624.489,78	3,57
PE	Sirinhaém	2614204	20.938.403,53	59.213.451,52	35,36
PE	Solidão	2614402	953.037,53	15.096.906,48	6,31
PE	Surubim	2614501	-4.479.266,75	82.855.354,43	-
PE	Tacaimbó	2614709	6.007.415,40	21.739.318,56	27,63
PE	Tacaratu	2614808	-5.036.449,82	38.139.621,43	-
PE	Taquaritinga do Norte	2615003	24.525.959,38	38.764.888,88	63,27
PE	Terezinha	2615102	724.650,44	15.341.186,62	4,72
PE	Terra Nova	2615201	-1.643.680,24	17.477.663,79	-
PE	Timbaúba	2615300	8.499.553,59	81.649.454,29	10,41
PE	Toritama	2615409	14.756.025,42	60.364.397,18	24,44
PE	Trindade	2615607	1.961.123,09	49.693.891,05	3,95
PE	Tupanatinga	2615805	292.381,24	45.914.810,44	0,64
PE	Tuparetama	2615904	2.353.075,30	18.456.398,53	12,75
PE	Venturosa	2616001	3.741.141,83	30.484.103,30	12,27
PE	Vertente do Lério	2616183	239.031,23	17.326.825,15	1,38
PE	Vertentes	2616209	-4.559.445,73	33.347.077,95	-
PE	Vicência	2616308	0,00	48.921.222,06	0,00
PE	Vitória de Santo Antão	2616407	4.032.337,56	197.311.248,63	2,04
PE	Xexéu	2616506	3.019.842,98	30.965.232,42	9,75
PI	Altos	2200400	1.092.263,01	52.482.475,92	2,08
PI	Brasileira	2201960	35.141,30	12.577.102,63	0,28
PI	Capitão de Campos	2202406	-1.906.390,15	20.385.756,73	-
PI	Caridade do Piauí	2202554	-970.617,74	12.036.104,75	-
PI	Castelo do Piauí	2202604	-260.532,52	33.375.173,13	-
PI	Curral Novo do Piauí	2203271	-157.390,70	4.646.269,77	-
PI	Elesbão Veloso	2203503	87.581,42	22.010.064,79	0,40
PI	Floriano	2203909	-570.110,28	98.114.469,06	-
PI	Marcos Parente	2206001	-746.003,13	11.036.875,23	-
PI	Matias Olímpio	2206100	197.024,23	18.012.727,27	1,09
PI	Milton Brandão	2206357	-28.578,72	13.905.070,66	-
PI	Olho D'Água do Piauí	2207108	-17.066,72	2.784.255,55	-
PI	Paes Landim	2207306	-120.165,75	8.610.803,84	-
PI	Patos do Piauí	2207777	-976.335,98	11.204.363,64	-
PI	Pau D'Arco do Piauí	2207793	-1.199.237,08	9.493.879,34	-
PI	Pio IX	2208205	-1.729.961,06	28.685.325,78	-
PI	Piripiri	2208403	-1.144.579,51	89.567.266,66	-
PI	Queimada Nova	2208650	-596.332,17	15.101.069,25	-
PI	Santa Filomena	2209203	-295.219,59	16.266.538,75	-
PI	São Miguel do Tapuio	2210409	-705.824,18	29.240.407,33	-
PI	Teresina	2211001	-465.523.978,06	1.845.544.017,62	-
PR	Abatiá	4100103	2.068.260,42	15.193.894,00	13,61
PR	Almirante Tamandaré	4100400	21.565.213,45	122.811.915,67	17,56
PR	Anahy	4101051	600.792,97	11.331.033,19	5,30
PR	Antonina	4101200	6.966.851,98	39.264.758,21	17,74
PR	Apucarana	4101408	53.069.856,94	239.475.816,62	22,16
PR	Arapongas	4101507	-45.975.424,42	194.291.680,52	-
PR	Araucária	4101804	-15.430.034,06	599.673.536,64	-
PR	Barracão	4102604	-1.325.433,22	21.576.938,29	-
PR	Boa Esperança	4103008	-1.738.336,05	16.045.019,59	-
PR	Boa Esperança do Iguaçu	4103024	-570.368,61	12.554.137,52	-
PR	Bocaiúva do Sul	4103107	-5.197.055,65	24.615.823,37	-
PR	Bom Jesus do Sul	4103156	-1.429.652,98	12.433.930,41	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Cambé	4103701	-21.768.974,50	179.271.224,21	-
PR	Campina do Simão	4103958	-335.782,42	13.115.444,90	-
PR	Campo Largo	4104204	3.257.460,81	194.805.496,84	1,67
PR	Campo Mourão	4104303	-29.124.635,77	199.978.450,30	-
PR	Carambei	4104659	-2.066.221,08	62.184.305,90	-
PR	Carlópolis	4104709	1.356.163,34	27.521.497,44	4,93
PR	Cascavel	4104808	-85.739.784,62	549.122.549,13	-
PR	Castro	4104907	-10.980.698,91	145.475.392,05	-
PR	Chopininho	4105409	-144.860,50	56.971.687,82	-
PR	Cianorte	4105508	-38.452.820,08	170.349.462,02	-
PR	Colombo	4105805	-91.545.547,22	287.279.865,53	-
PR	Cruzeiro do Sul	4106704	-137.309,91	13.662.012,03	-
PR	Curitiba	4106902	339.483.344,37	6.021.074.512,55	5,64
PR	Fazenda Rio Grande	4107652	3.464.242,73	144.913.659,65	2,39
PR	Florestópolis	4108007	10.479.506,95	22.543.791,18	46,49
PR	Foz do Iguaçu	4108304	82.099.784,78	609.175.490,13	13,48
PR	Foz do Jordão	4108452	-480.084,03	16.736.959,22	-
PR	Francisco Beltrão	4108403	-3.439.965,08	180.320.019,21	-
PR	Guarapuava	4109401	-15.936.262,92	275.846.538,11	-
PR	Ibaiti	4109708	-4.011.339,70	41.772.498,64	-
PR	Ibiporã	4109807	-19.259.439,65	114.006.912,21	-
PR	Irati	4110706	-13.995.284,65	95.347.408,11	-
PR	Ivaiporã	4111506	-9.881.317,82	53.843.511,21	-
PR	Ivatuba	4111605	551.359,78	10.831.260,93	5,09
PR	Laranjeiras do Sul	4113304	2.086.646,28	55.176.703,06	3,78
PR	Londrina	4113700	71.246.189,06	1.204.552.703,59	5,91
PR	Mamborê	4114005	-2.438.049,85	35.268.099,23	-
PR	Mangueirinha	4114401	3.129.225,27	50.814.527,82	6,16
PR	Marechal Cândido Rondon	4114609	-35.226.784,01	124.362.198,76	-
PR	Maringá	4115200	-273.849.270,06	986.867.741,71	-
PR	Marquinho	4115457	-468.565,74	15.415.217,31	-
PR	Medianeira	4115804	658.720,62	87.861.137,28	0,75
PR	Miraselva	4116000	1.203.489,32	9.399.143,29	12,80
PR	Novo Itacolomi	4117297	-1.116.375,16	10.801.950,42	-
PR	Paranaguá	4118204	-67.415.787,40	327.332.620,65	-
PR	Paranavaí	4118402	33.282.060,52	145.308.831,62	22,90
PR	Pato Branco	4118501	602.936,55	197.439.802,98	0,31
PR	Pérola d'Oeste	4119004	-473.672,20	15.046.865,05	-
PR	Pinhais	4119152	-60.663.718,11	270.981.730,77	-
PR	Pinhão	4119301	1.712.400,79	62.514.459,57	2,74
PR	Piraquara	4119509	1.215.181,81	154.224.114,79	0,79
PR	Ponta Grossa	4119905	148.914.710,93	575.288.738,50	25,89
PR	Porto Barreiro	4120150	-3.693.889,09	15.187.355,09	-
PR	Quarto Centenário	4120655	-1.735.928,48	15.874.120,44	-
PR	Rancho Alegre D'Oeste	4121356	-1.327.016,40	12.044.101,09	-
PR	Rolândia	4122404	6.547.674,37	123.160.653,17	5,32
PR	Salgado Filho	4122800	-206.875,15	12.550.163,26	-
PR	Salto do Lontra	4123006	3.022.304,92	28.810.555,50	10,49
PR	Santa Mariana	4123907	3.112.284,38	23.748.933,23	13,10
PR	Santa Tereza do Oeste	4124020	3.095.540,68	25.548.768,79	12,12
PR	Santo Antônio do Sudoeste	4124400	1.013.789,54	37.512.898,42	2,70
PR	São José dos Pinhais	4125506	-242.488.862,86	844.674.928,16	-
PR	São Sebastião da Amoreira	4126009	1.707.769,77	16.479.728,41	10,36
PR	Sarandi	4126256	-13.854.753,10	116.909.402,21	-
PR	Serranópolis do Iguaçu	4126355	634.649,48	19.404.984,46	3,27
PR	Tamarana	4126678	-3.385.845,27	22.875.476,96	-
PR	Telêmaco Borba	4127106	-39.180.770,88	145.215.435,68	-
PR	Toledo	4127700	-24.981.293,76	279.327.336,41	-
PR	Umuarama	4128104	-21.643.276,05	222.409.578,34	-
PR	União da Vitória	4128203	-82.881.526,42	119.377.077,99	-
PR	Virmond	4128658	-1.876.225,73	12.603.944,62	-
RJ	Angra dos Reis	3300100	61.805.020,70	822.207.055,20	7,52
RJ	Areal	3300225	2.170.733,20	45.014.440,50	4,82
RJ	Barra do Piraí	3300308	10.160.878,10	187.299.355,20	5,42
RJ	Campos dos Goytacazes	3301009	311.168.231,30	2.279.582.404,30	13,65
RJ	Carapebus	3300936	37.390.392,80	93.556.858,30	39,97

RJ	Casimiro de Abreu	3301306	-98.222.115,52	258.173.321,60	-
RJ	Guapimirim	3301850	2.369.558,80	155.276.503,50	1,53
RJ	Itaboraí	3301900	-110.491.539,00	637.456.497,50	-
RJ	Italva	3302056	-1.245.541,84	46.582.576,74	-
RJ	Magé	3302502	-65.616.009,90	393.326.410,10	-
RJ	Mangaratiba	3302601	11.320.780,20	243.498.629,63	4,65
RJ	Maricá	3302700	-56.142.660,00	522.835.965,00	-
RJ	Mendes	3302809	-6.776.544,50	52.450.958,00	-
RJ	Miguel Pereira	3302908	-23.084.924,50	80.101.621,10	-
RJ	Nilópolis	3303203	-6.664.261,40	217.139.747,10	-
RJ	Niterói	3303302	-167.715.775,50	1.711.470.014,30	-
RJ	Paracambi	3303609	-1.517.379,20	107.872.517,00	-
RJ	Petrópolis	3303906	-96.166.056,00	755.497.939,60	-
RJ	Queimados	3304144	-93.865.495,80	281.954.023,10	-
RJ	Resende	3304201	91.378.425,60	421.155.320,70	21,70
RJ	Rio de Janeiro	3304557	9.232.715.216,62	18.856.553.082,14	48,96
RJ	São Pedro da Aldeia	3305208	32.215.503,50	173.858.248,30	18,53
RJ	Três Rios	3306008	6.846.290,00	212.949.206,30	3,21
RN	Açu	2400208	-1.991.930,52	83.589.578,13	-
RN	Caicó	2402006	1.357.137,59	91.830.980,03	1,48
RN	Jucurutu	2406106	8.743.886,81	34.387.397,87	25,43
RN	Macaíba	2407104	16.905.257,04	132.413.982,86	12,77
RN	Mossoró	2408003	137.928.037,92	474.235.082,46	29,08
RN	Natal	2408102	265.333.169,50	1.660.067.453,54	15,98
RN	Pendências	2409902	13.262.435,17	35.022.277,02	37,87
RN	Porto do Mangue	2410256	-1.292.762,63	17.472.106,98	-
RN	Santana do Matos	2411403	7.989.771,74	24.230.338,76	32,97
RO	Ariquemes	1100023	-46.936.283,98	177.065.980,38	-
RO	Cacoal	1100049	-23.536.975,74	141.851.282,81	-
RO	Cerejeiras	1100056	-6.713.822,72	34.280.148,25	-
RO	Chupinguaia	1100924	-4.676.256,19	29.067.381,40	-
RO	Guajará- Mirim	1100106	6.790.197,25	61.226.682,15	11,09
RO	Jaru	1100114	9.562.296,12	86.846.585,61	11,01
RO	Ji-Paraná	1100122	-27.389.489,59	169.143.152,34	-
RO	Ministro Andreazza	1101203	-3.092.016,56	22.004.765,08	-
RO	Nova Mamoré	1100338	-6.157.746,08	41.254.535,78	-
RO	Ouro Preto do Oeste	1100155	-11.905.223,17	66.613.412,66	-
RO	Pimenta Bueno	1100189	4.914.448,53	63.024.353,75	7,80
RO	Porto Velho	1100205	-3.593.080,63	961.052.928,86	-
RO	Presidente Médici	1100254	-6.169.252,53	35.963.695,51	-
RO	Rolim de Moura	1100288	-10.242.144,75	84.746.774,58	-
RO	Theobroma	1101609	-1.651.733,56	24.426.846,88	-
RO	Vale do Paraíso	1101807	-3.268.096,01	18.232.956,55	-
RO	Vilhena	1100304	22.369.357,32	179.215.173,87	12,48
RR	Boa Vista	1400100	-194.208.778,89	771.041.202,40	-
RR	Bonfim	1400159	-6.750.613,69	24.130.590,01	-
RR	Caroebe	1400233	0,00	16.044.554,60	0,00
RR	Pacaraima	1400456	-756.483,65	18.466.548,94	-
RR	Uiramutã	1400704	-4.647.111,52	4.219.012,62	-
RS	Arroio dos Ratos	4301107	-10.361.605,55	29.821.538,80	-
RS	Bagé	4301602	-16.682.892,85	236.397.575,67	-
RS	Barão	4301651	481.836,06	16.996.863,11	2,83
RS	Bento Gonçalves	4302105	-34.096.905,67	319.390.689,54	-
RS	Bom Jesus	4302303	10.490.773,31	28.749.559,92	36,49
RS	Cachoeirinha	4303103	5.411.482,77	280.442.358,73	1,93
RS	Caibaté	4303301	-874.462,63	13.291.046,47	-
RS	Camaquã	4303509	-8.837.229,04	112.123.125,12	-
RS	Campo Bom	4303905	-19.484.487,34	164.579.245,84	-
RS	Candelária	4304200	-6.102.213,08	59.513.559,53	-
RS	Cândido Godói	4304309	-2.959.519,02	16.283.943,79	-
RS	Canguçu	4304507	-14.271.888,14	100.539.196,30	-
RS	Canoas	4304606	97.138.513,08	1.038.388.625,55	9,35
RS	Capão do Leão	4304663	-6.822.143,33	45.269.174,64	-
RS	Carazinho	4304705	-13.882.064,60	129.882.262,50	-
RS	Caxias do Sul	4305108	-75.438.395,95	1.337.606.927,03	-
RS	Chiapetta	4305405	257.905,21	14.544.954,23	1,77

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Coqueiros do Sul	4305850	-2.166.503,11	11.207.736,58	-
RS	Cruz Alta	4306106	-3.662.893,62	113.994.439,18	-
RS	Erechim	4307005	-28.548.911,80	186.261.922,91	-
RS	Esteio	4307708	-41.998.594,38	169.238.937,23	-
RS	Gravataí	4309209	226.160.291,45	498.829.773,29	45,34
RS	Guaíba	4309308	17.633.455,70	186.464.265,45	9,46
RS	Ibirubá	4310009	-3.473.595,02	49.224.216,70	-
RS	Ijuí	4310207	-48.362.387,30	233.364.336,34	-
RS	Imbé	4310330	48.704.486,92	74.274.396,82	65,57
RS	Itaara	4310538	-3.878.132,49	13.174.532,52	-
RS	Itaqui	4310603	-10.812.685,87	80.749.589,91	-
RS	Jaboticaba	4310850	-501.475,05	11.245.980,56	-
RS	Jacutinga	4310900	23.966,62	11.964.026,25	0,20
RS	Lajeado	4311403	-53.110.332,89	220.755.399,54	-
RS	Lajeado do Bugre	4311429	196.615,21	10.982.713,24	1,79
RS	Monte Alegre dos Campos	4312377	-1.669.852,34	12.460.373,06	-
RS	Montenegro	4312401	40.184.546,09	132.864.371,18	30,24
RS	Morrinhos do Sul	4312443	-448.951,80	9.629.708,95	-
RS	Nova Bassano	4312906	-7.168.073,50	27.107.217,58	-
RS	Nova Bréscia	4313003	-630.478,96	15.126.977,23	-
RS	Nova Santa Rita	4313375	-10.356.818,98	67.472.937,87	-
RS	Novo Hamburgo	4313409	92.033.335,58	643.992.906,61	14,29
RS	Parobé	4314050	7.791.481,18	91.394.476,38	8,53
RS	Passo Fundo	4314100	-23.847.477,33	392.648.366,99	-
RS	Pedro Osório	4314209	-3.112.334,86	14.057.400,10	-
RS	Pelotas	4314407	-7.847.162,23	630.913.548,03	-
RS	Pinto Bandeira	4314548	-913.189,63	8.899.704,04	-
RS	Piratini	4314605	-162.266,04	37.011.610,43	-
RS	Porto Alegre	4314902	412.943.033,13	4.704.760.304,86	8,78
RS	Rio Grande	4315602	-95.226.044,81	511.004.337,49	-
RS	Riozinho	4315750	1.540.214,95	13.242.764,57	11,63
RS	Rolante	4316006	1.313.579,81	41.045.325,14	3,20
RS	Santa Cruz do Sul	4316808	22.517.272,20	320.187.586,45	7,03
RS	Santa Margarida do Sul	4316972	126.013,06	12.493.563,79	1,01
RS	Santa Maria	4316907	-85.764.036,79	392.268.340,89	-
RS	Santa Vitória do Palmar	4317301	1.496.902,99	79.597.503,11	1,88
RS	Sant'Ana do Livramento	4317103	19.941.733,07	147.585.346,61	13,51
RS	Santiago	4317400	-2.628.260,52	85.262.243,86	-
RS	Santo Ângelo	4317509	-7.505.267,93	117.107.124,19	-
RS	Santo Antônio das Missões	4317707	549.071,88	24.706.843,01	2,22
RS	São Borja	4318002	7.445.169,46	135.491.020,51	5,49
RS	São Francisco de Paula	4318200	-7.000.169,96	40.425.918,92	-
RS	São Gabriel	4318309	43.610.424,45	103.472.732,12	42,15
RS	São José do Hortêncio	4318481	-6.386.264,67	15.639.977,01	-
RS	São Leopoldo	4318705	241.348.432,73	520.608.193,39	46,36
RS	São Martinho da Serra	4319125	-262.102,07	10.588.295,66	-
RS	São Nicolau	4319208	1.981.741,71	13.031.026,15	15,21
RS	São Pedro das Missões	4319364	-3.884.776,47	11.826.620,90	-
RS	Sapiranga	4319901	-21.778.980,99	147.043.652,79	-
RS	Sapucaia do Sul	4320008	2.408.533,89	248.075.549,71	0,97
RS	Sério	4320453	-1.762.445,51	11.064.062,38	-
RS	Taquara	4321204	7.730.562,97	91.101.272,19	8,49
RS	Torres	4321501	-7.480.941,94	95.304.664,54	-
RS	Uruguaiana	4322400	106.408.276,69	199.132.671,47	53,44
RS	Vacaria	4322509	-27.609.198,52	136.077.953,18	-
RS	Venâncio Aires	4322608	-30.977.772,68	139.974.507,38	-
RS	Viamão	4323002	-43.259.479,71	262.396.818,34	-
RS	Vila Nova do Sul	4323457	-1.460.501,57	12.265.441,54	-
SC	Araranguá	4201406	-14.173.913,56	108.372.550,08	-
SC	Balneário Arroio do Silva	4201950	-5.858.768,06	25.312.435,16	-
SC	Biguaçu	4202305	-772.588,84	123.305.324,33	-
SC	Blumenau	4202404	72.389.549,23	1.014.505.626,65	7,14
SC	Bombinhas	4202453	-27.151.856,00	73.456.596,26	-
SC	Braço do Norte	4202800	110.175,74	61.094.028,77	0,18
SC	Brusque	4202909	5.348.142,46	279.908.805,43	1,91
SC	Caçador	4203006	1.635.216,53	141.159.128,61	1,16

SC	Calmon	4203154	2.910.630,93	13.802.945,57	21,09
SC	Camboriú	4203204	-23.082.443,32	139.815.532,59	-
SC	Campo Erê	4203501	-3.095.156,65	22.523.644,48	-
SC	Canoinhas	4203808	-19.256.354,10	105.622.007,48	-
SC	Chapecó	4204202	-129.425.531,48	492.842.273,12	-
SC	Concórdia	4204301	-32.063.488,17	195.304.277,06	-
SC	Criciúma	4204608	33.416.339,50	506.081.488,27	6,60
SC	Galvão	4205605	-1.014.227,25	11.333.783,67	-
SC	Ibiam	4206751	-1.725.380,90	10.276.657,91	-
SC	Içara	4207007	28.715.242,30	113.323.778,53	25,34
SC	Imarui	4207205	263.799,29	19.786.272,80	1,33
SC	Indaial	4207502	-8.872.668,72	136.974.260,21	-
SC	Ipira	4207601	-2.336.923,71	14.045.783,92	-
SC	Itajaí	4208203	-101.436.167,26	955.646.778,44	-
SC	Itapema	4208302	-15.888.654,41	164.502.798,20	-
SC	Itapoá	4208450	-15.434.872,48	70.507.717,25	-
SC	Jaborá	4208609	-1.393.551,65	15.575.932,42	-
SC	Jaraguá do Sul	4208906	24.156.518,36	552.499.923,48	4,37
SC	Joaçaba	4209003	-28.441.064,65	102.271.366,37	-
SC	Joinville	4209102	210.982.681,72	1.586.086.359,23	13,30
SC	Lages	4209300	32.232.819,89	374.103.628,11	8,62
SC	Lebon Régis	4209706	-3.323.136,04	22.313.705,50	-
SC	Mafra	4210100	-3.556.234,94	102.218.279,40	-
SC	Major Vieira	4210308	-370.020,80	22.154.684,15	-
SC	Monte Castelo	4211108	-712.406,96	16.595.206,82	-
SC	Navegantes	4211306	-26.311.923,21	189.119.745,61	-
SC	Nova Veneza	4211603	-2.811.891,70	36.818.005,11	-
SC	Otacílio Costa	4211751	11.202.265,01	45.675.155,39	24,53
SC	Palhoça	4211900	-84.693.783,65	324.671.909,90	-
SC	Rio do Sul	4214805	-19.841.133,71	196.569.851,00	-
SC	Santa Terezinha	4215679	-2.134.811,05	16.445.144,24	-
SC	São Bento do Sul	4215802	-7.954.517,60	182.077.183,60	-
SC	São José	4216602	-66.010.350,06	464.250.176,68	-
SC	Siderópolis	4217600	366.599,96	29.177.959,34	1,32
SC	Tangará	4217907	-1.404.367,47	27.213.921,97	-
SC	Treze Tilias	4218509	-4.045.246,51	24.622.953,30	-
SC	Tubarão	4218707	-16.624.958,16	175.957.314,53	-
SC	Urussanga	4219002	-1.548.125,08	51.911.153,96	-
SC	Vargão	4219101	-2.835.669,35	13.777.222,02	-
SC	Videira	4219309	34.904.628,68	129.667.968,76	26,92
SC	Xanxerê	4219507	3.782.043,24	90.954.218,89	4,16
SC	Xaxim	4219705	3.827.453,51	64.030.609,96	5,98
SC	Zortéa	4219853	-1.963.734,85	14.463.746,27	-
SE	Aracaju	2800308	129.041.157,21	1.399.587.180,70	9,22
SE	Estância	2802106	4.072.981,18	152.826.736,14	2,67
SE	Itabaiana	2802908	1.387.479,90	130.999.646,89	1,06
SE	Lagarto	2803500	7.508.421,96	148.980.309,09	5,04
SP	Adamantina	3500105	-8.878.577,12	104.920.180,17	-
SP	Aguai	3500303	1.508.014,17	67.555.350,83	2,23
SP	Alumínio	3501152	-3.331.510,81	53.426.556,12	-
SP	Americana	3501608	398.591.963,64	555.412.008,79	71,77
SP	Amparo	3501905	-16.753.583,10	183.168.170,57	-
SP	Analândia	3502002	-2.167.851,10	21.501.257,52	-
SP	Andradina	3502101	6.759.185,22	121.714.510,74	5,55
SP	Angatuba	3502200	-1.474.169,46	64.475.782,98	-
SP	Aparecida	3502507	5.568.247,79	102.742.360,12	5,42
SP	Araçatuba	3502804	169.617.606,19	415.062.162,24	40,87
SP	Araçoiaba da Serra	3502903	-10.839.958,87	72.245.036,24	-
SP	Aramina	3503000	-371.458,62	17.042.777,69	-
SP	Arandu	3503109	-1.081.373,84	21.514.577,86	-
SP	Araras	3503307	-160.976.642,37	361.812.316,33	-
SP	Arco-Íris	3503356	-1.950.378,34	12.130.796,36	-
SP	Areiópolis	3503604	-4.608.402,85	24.834.134,16	-
SP	Arujá	3503901	-33.505.100,52	208.537.041,99	-
SP	Assis	3504008	10.308.925,51	217.246.391,07	4,75
SP	Atibaia	3504107	-46.415.944,45	368.793.532,24	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Avai	3504305	-108.410,56	19.748.298,83	-
SP	Avanhandava	3504404	945.752,15	26.745.650,56	3,54
SP	Balbinos	3504701	0,00	12.381.241,64	0,00
SP	Bananal	3504909	5.837.697,44	26.489.069,28	22,04
SP	Barbosa	3505104	-129.688,53	6.296.605,91	-
SP	Bariri	3505203	-177.182,72	117.141.564,44	-
SP	Barra Bonita	3505302	-4.259.241,45	30.560.826,94	-
SP	Barretos	3505500	49.350.924,35	405.809.192,10	12,16
SP	Bastos	3505807	124.437,14	45.871.131,51	0,27
SP	Batatais	3505906	2.599.849,40	133.851.158,51	1,94
SP	Bauru	3506003	77.885.339,36	847.209.568,77	9,19
SP	Bebedouro	3506102	0,00	178.029.029,39	0,00
SP	Bento de Abreu	3506201	-40.290,83	15.774.851,76	-
SP	Bernardino de Campos	3506300	-4.114.592,98	24.110.182,45	-
SP	Bertioga	3506359	-13.750.068,10	330.487.184,12	-
SP	Birigui	3506508	0,00	269.291.650,13	0,00
SP	Biritiba-Mirim	3506607	-3.252.843,66	54.749.078,65	-
SP	Boa Esperança do Sul	3506706	-148.480,37	38.529.920,53	-
SP	Bofete	3506904	-4.465.986,68	28.664.860,20	-
SP	Boituva	3507001	-3.152.803,85	175.388.150,97	-
SP	Bom Jesus dos Perdões	3507100	-9.105.767,28	60.174.029,60	-
SP	Bom Sucesso de Itararé	3507159	-334.213,13	12.265.331,13	-
SP	Boroborema	3507407	1.507.002,72	40.903.111,65	3,68
SP	Botucatu	3507506	-177.918.651,90	293.286.789,98	-
SP	Bragança Paulista	3507605	-114.560.190,10	373.835.571,77	-
SP	Brejo Alegre	3507753	0,00	15.652.442,39	0,00
SP	Brodowski	3507803	22.219.722,86	55.395.132,50	40,11
SP	Brotas	3507902	-11.519.976,05	69.692.783,47	-
SP	Caçapava	3508504	14.258.212,49	205.700.143,75	6,93
SP	Caiabu	3508900	2.574.893,78	12.993.933,79	19,82
SP	Caieiras	3509007	-25.246.242,91	201.360.103,57	-
SP	Caiuá	3509106	-2.126.923,51	19.927.425,69	-
SP	Cajamar	3509205	111.515.992,92	357.985.930,56	31,15
SP	Cajati	3509254	-15.650.999,15	77.970.848,02	-
SP	Campinas	3509502	1.027.469.003,88	3.626.012.747,13	28,34
SP	Canas	3509957	-1.071.383,79	16.095.929,14	-
SP	Capão Bonito	3510203	8.628.124,79	107.022.007,68	8,06
SP	Capivari	3510401	-55.729.178,60	148.776.539,00	-
SP	Carapicuíba	3510609	17.965.474,27	385.712.157,91	4,66
SP	Castilho	3511003	-74.219,06	75.176.092,48	-
SP	Catanduva	3511102	2.938.945,99	323.362.868,15	0,91
SP	Cerqueira César	3511409	-1.933.439,72	48.628.059,56	-
SP	Cerquillo	3511508	-20.993.149,02	117.846.737,52	-
SP	Cesário Lange	3511607	-4.686.729,09	42.200.885,56	-
SP	Conchas	3512308	-936.669,79	43.241.435,23	-
SP	Cordeirópolis	3512407	-4.407.225,97	103.849.701,01	-
SP	Coronel Macedo	3512605	1.090.952,44	16.412.550,30	6,65
SP	Corumbatai	3512704	-1.696.558,59	19.274.269,73	-
SP	Cosmópolis	3512803	60.446.323,70	135.669.134,03	44,55
SP	Cotia	3513009	75.349.728,21	661.520.007,91	11,39
SP	Cravinhos	3513108	3.283.976,16	91.059.375,19	3,61
SP	Cruzália	3513306	0,00	13.296.257,22	0,00
SP	Cruzeiro	3513405	45.437.552,71	150.707.519,61	30,15
SP	Diadema	3513801	30.265.967,99	955.413.333,17	3,17
SP	Dumont	3514601	-1.716.807,05	22.294.936,10	-
SP	Eldorado	3514809	-1.330.160,19	38.260.728,86	-
SP	Elias Fausto	3514908	-2.981.882,52	44.504.945,97	-
SP	Embu das Artes	3515004	3.435.030,77	458.136.374,92	0,75
SP	Engenheiro Coelho	3515152	4.179.399,93	44.125.220,93	9,47
SP	Espírito Santo do Pinhal	3515186	-14.682.324,73	87.429.601,64	-
SP	Espírito Santo do Turvo	3515194	-2.760.879,43	16.137.998,10	-
SP	Fernando Prestes	3515608	-342.309,81	16.787.279,05	-
SP	Fernandópolis	3515509	-12.453.223,42	139.022.624,41	-
SP	Floreal	3515905	-554.882,24	13.382.522,53	-
SP	Franca	3516200	-209.692.734,18	566.160.844,53	-
SP	Francisco Morato	3516309	-37.668.538,75	233.073.931,14	-

SP	Franco da Rocha	3516408	-40.188.472,15	231.551.723,15	-
SP	Garça	3516705	-22.178.382,81	113.869.536,80	-
SP	Gastão Vidigal	3516804	-101.599,51	12.744.376,39	-
SP	Gavião Peixoto	3516853	-9.637.324,95	26.924.113,01	-
SP	General Salgado	3516903	3.326.122,46	28.029.522,16	11,87
SP	Getulina	3517000	168.292,23	24.399.239,28	0,69
SP	Glicério	3517109	-2.829.906,80	16.535.993,83	-
SP	Guaiçara	3517208	1.188.919,61	24.428.259,43	4,87
SP	Guaira	3517406	-14.812.047,70	130.997.013,39	-
SP	Guapiaçu	3517505	192.567,54	50.232.332,88	0,38
SP	Guapiara	3517604	-2.883.682,11	37.507.941,49	-
SP	Guará	3517703	-23.230,15	54.199.801,55	-
SP	Guaraçai	3517802	-404.168,67	23.412.546,90	-
SP	Guaraci	3517901	2.741.666,47	37.324.844,08	7,35
SP	Guarani d'Oeste	3518008	568.499,72	11.709.211,07	4,86
SP	Guararema	3518305	-16.373.022,51	158.997.896,10	-
SP	Guaratinguetá	3518404	5.065.432,54	245.472.892,26	2,06
SP	Guareí	3518503	-2.493.395,41	30.521.173,27	-
SP	Guarujá	3518701	421.145.444,27	1.027.633.064,81	40,98
SP	Guatapará	3518859	1.280.171,28	24.596.391,65	5,20
SP	Guzolândia	3518909	-4.320.137,33	14.700.308,46	-
SP	Herculândia	3519006	-101.475,60	20.018.400,93	-
SP	Holambra	3519055	3.221.242,21	56.000.884,07	5,75
SP	Iacanga	3519105	-383.332,45	33.953.591,69	-
SP	Ibaté	3519303	3.304.238,44	68.242.948,65	4,84
SP	Ibirarema	3519501	-5.274.353,24	20.782.731,64	-
SP	Ibitinga	3519600	-2.257.975,85	105.167.263,30	-
SP	Icém	3519808	191.345,79	32.751.612,06	0,58
SP	Iepê	3519907	2.144.991,59	25.909.905,58	8,28
SP	Igarapé do Tietê	3520004	-5.875.374,10	46.811.057,13	-
SP	Igarapava	3520103	22.588.944,30	69.402.783,22	32,55
SP	Igaratá	3520202	-4.423.788,93	29.067.912,74	-
SP	Iguape	3520301	6.328.828,78	83.660.579,52	7,56
SP	Ilha Comprida	3520426	-111.427.320,82	146.808.761,99	-
SP	Ilhabela	3520400	-117.075.382,39	309.250.065,91	-
SP	Indiaporã	3520707	51.028,94	15.877.393,07	0,32
SP	Inúbia Paulista	3520806	-2.155.356,29	13.238.159,68	-
SP	Ipaussu	3520905	2.436.514,55	34.663.784,91	7,03
SP	Iperó	3521002	7.920.126,76	74.287.894,05	10,66
SP	Ipeúna	3521101	-4.017.603,67	24.256.423,58	-
SP	Ipiguá	3521150	1.129.838,42	13.874.957,34	8,14
SP	Iporanga	3521200	4.103.769,44	18.840.744,61	21,78
SP	Ipuã	3521309	-6.310.690,67	45.075.958,60	-
SP	Irapuru	3521606	475.423,99	14.997.318,52	3,17
SP	Itaberá	3521705	-1.966.004,77	39.811.227,37	-
SP	Itai	3521804	-10.342.683,44	61.938.022,33	-
SP	Itaju	3522000	-86.833,98	16.452.706,25	-
SP	Itapeçerica da Serra	3522208	-79.766.435,14	328.705.665,82	-
SP	Itapetininga	3522307	-22.538.713,52	340.093.856,09	-
SP	Itapeva	3522406	-2.961.233,52	240.219.799,34	-
SP	Itapira	3522604	6.673.620,33	190.243.402,27	3,51
SP	Itaporanga	3522802	-4.066.611,14	31.682.515,08	-
SP	Itapuí	3522901	1.314.335,96	33.872.824,76	3,88
SP	Itaquaquecetuba	3523107	115.802.872,12	476.764.062,34	24,29
SP	Itararé	3523206	-8.133.588,68	94.808.767,59	-
SP	Itariri	3523305	-532.037,67	29.206.404,76	-
SP	Itatiba	3523404	-3.271.254,10	298.808.846,84	-
SP	Itirapina	3523602	-6.841.759,97	50.008.924,36	-
SP	Itu	3523909	11.717.242,48	452.972.349,72	2,59
SP	Itupeva	3524006	22.351.044,02	181.711.266,58	12,30
SP	Ituverava	3524105	5.351.192,29	112.071.179,59	4,77
SP	Jaboticabal	3524303	97.747.420,11	202.167.517,96	48,35
SP	Jacareí	3524402	-125.143.769,58	594.019.407,12	-
SP	Jacupiranga	3524600	-2.577.521,36	37.530.964,52	-
SP	Jaguariúna	3524709	10.425.640,82	246.418.055,29	4,23
SP	Jandira	3525003	-33.127.219,90	217.309.023,05	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Jardinópolis	3525102	-28.233.541,12	103.315.261,01	-
SP	Jarinu	3525201	7.181.034,36	82.216.251,98	8,73
SP	Jaú	3525300	14.593.048,19	330.119.186,80	4,42
SP	Joanópolis	3525508	478.178,86	28.483.117,29	1,68
SP	Juquitiba	3526209	-382.604,36	57.067.831,58	-
SP	Leme	3526704	16.375.375,34	220.721.021,15	7,42
SP	Lençóis Paulista	3526803	-17.728.550,94	179.670.855,84	-
SP	Limeira	3526902	-40.964.919,00	711.267.811,63	-
SP	Lindóia	3527009	-563.422,16	29.645.627,88	-
SP	Lins	3527108	-2.933.559,75	156.927.149,63	-
SP	Lourdes	3527256	-91.867,29	11.434.570,36	-
SP	Louveira	3527306	-256.280.562,69	434.865.283,83	-
SP	Lucélia	3527405	-6.369.164,52	43.915.321,67	-
SP	Luiziânia	3527702	-565.728,32	13.015.270,98	-
SP	Mairiporã	3528502	-12.041.129,55	181.088.322,73	-
SP	Maracá	3528809	-1.181.640,39	38.344.235,28	-
SP	Mariápolis	3528908	-1.890.540,01	11.797.225,77	-
SP	Marília	3529005	38.399.532,38	600.370.817,89	6,40
SP	Martinópolis	3529203	4.533.649,50	62.035.237,23	7,31
SP	Matão	3529302	38.140.954,25	168.961.280,76	22,57
SP	Mauá	3529401	901.052.975,59	783.729.254,48	114,97
SP	Miguelópolis	3529708	2.461.132,04	63.896.756,01	3,85
SP	Mineiros do Tietê	3529807	1.198.075,47	24.759.360,22	4,84
SP	Mirassol	3530300	-24.300.185,98	121.926.668,33	-
SP	Mirassolândia	3530409	-102.923,28	12.890.275,46	-
SP	Mogi Mirim	3530805	43.285.056,29	298.160.322,75	14,52
SP	Mombuca	3530904	-1.064.068,83	13.669.737,72	-
SP	Monções	3531001	-1.627.561,03	14.932.327,54	-
SP	Mongaguá	3531100	-25.744.397,91	170.139.767,08	-
SP	Monte Azul Paulista	3531506	1.923.794,91	48.507.479,71	3,97
SP	Monte Mor	3531803	-5.241.690,00	169.239.516,48	-
SP	Morungaba	3532009	-1.115.879,75	31.637.856,23	-
SP	Nhandeara	3532603	864.024,32	27.347.216,53	3,16
SP	Nipoá	3532702	281.697,39	13.286.781,86	2,12
SP	Nova Castilho	3532868	-1.264.308,76	11.141.814,87	-
SP	Nova Europa	3532900	-963.745,99	26.952.475,65	-
SP	Nova Guataporanga	3533106	183.610,58	10.166.627,34	1,81
SP	Nova Luzitânia	3533304	-1.254.444,87	11.548.960,04	-
SP	Nova Odessa	3533403	-3.290.334,79	140.838.379,97	-
SP	Novo Horizonte	3533502	-20.420.484,29	94.029.339,16	-
SP	Olímpia	3533908	-66.109.961,63	159.568.270,30	-
SP	Onda Verde	3534005	-8.843.687,72	17.979.149,16	-
SP	Osasco	3534401	884.892.988,33	1.686.536.488,00	52,47
SP	Oscar Bressane	3534500	-132.576,69	11.721.474,87	-
SP	Osvaldo Cruz	3534609	-9.825.141,22	64.409.184,24	-
SP	Ourinhos	3534708	37.978.649,91	268.362.850,91	14,15
SP	Ouroeste	3534757	3.157.845,03	59.051.228,14	5,35
SP	Pacaembu	3534906	-577.671,63	29.687.659,86	-
SP	Palmital	3535309	-3.933.617,20	57.746.137,22	-
SP	Panorama	3535408	516.496,24	33.949.834,26	1,52
SP	Paraguaçu Paulista	3535507	-4.977.340,38	108.109.419,51	-
SP	Paraíso	3535705	2.158.884,41	21.817.336,15	9,90
SP	Patrocínio Paulista	3536307	-184.594,48	38.664.865,08	-
SP	Paulistânia	3536570	-2.707.741,45	12.000.961,11	-
SP	Pederneiras	3536703	0,00	106.942.356,38	0,00
SP	Pedranópolis	3536901	-870.215,51	11.394.174,25	-
SP	Pedreira	3537107	19.876.480,69	107.350.830,47	18,52
SP	Penápolis	3537305	32.624.250,34	156.200.160,10	20,89
SP	Pereira Barreto	3537404	11.250.141,63	76.129.751,50	14,78
SP	Peruíbe	3537602	-3.707.063,41	184.583.264,73	-
SP	Pindamonhangaba	3538006	-66.747.642,63	342.440.477,05	-
SP	Pinhalzinho	3538204	0,00	28.421.913,42	0,00
SP	Piquerobi	3538303	-87.082,12	16.354.316,77	-
SP	Piquete	3538501	-4.237.059,17	22.966.093,73	-
SP	Piracicaba	3538709	-166.432.289,90	1.207.193.281,95	-
SP	Pirajui	3538907	-586.109,56	49.203.592,57	-

SP	Pirassununga	3539301	-20.660.590,68	183.797.615,94	-
SP	Pitangueiras	3539509	-13.274.819,02	91.444.252,25	-
SP	Platina	3539707	-2.737.166,94	14.218.066,92	-
SP	Poá	3539806	-40.061.358,97	135.678.376,07	-
SP	Poloni	3539905	1.897.258,67	14.445.788,84	13,13
SP	Populina	3540408	822.241,64	16.991.652,32	4,84
SP	Porto Feliz	3540606	-41.503.348,84	172.410.010,65	-
SP	Porto Ferreira	3540705	896.762,22	126.699.249,18	0,71
SP	Praia Grande	3541000	-168.316.569,60	1.015.995.744,96	-
SP	Presidente Prudente	3541406	-214.504.177,90	479.098.212,62	-
SP	Promissão	3541604	-7.170.242,87	90.146.450,87	-
SP	Queiroz	3541802	507.840,11	18.308.074,93	2,77
SP	Queluz	3541901	14.095.648,14	27.661.184,29	50,96
SP	Quintana	3542008	-258.127,46	18.512.743,91	-
SP	Rafard	3542107	-2.820.253,44	25.464.778,22	-
SP	Redenção da Serra	3542305	445.228,67	14.720.922,78	3,02
SP	Reginópolis	3542503	-128.200,39	20.482.459,24	-
SP	Registro	3542602	-21.670.965,43	141.793.628,72	-
SP	Ribeirão Bonito	3542909	-23.632,75	31.617.412,47	-
SP	Ribeirão dos Índios	3543238	0,00	11.821.127,79	0,00
SP	Ribeirão Pires	3543303	51.936.804,51	231.357.185,71	22,45
SP	Ribeirão Preto	3543402	97.475.486,19	1.827.127.775,24	5,33
SP	Rio Claro	3543907	167.261.355,97	579.028.258,56	28,89
SP	Rio das Pedras	3544004	9.396.185,19	84.317.707,25	11,14
SP	Riolândia	3544202	-4.239.537,00	29.093.491,71	-
SP	Riversul	3543501	2.328.719,77	14.879.636,27	15,65
SP	Sabino	3544608	162.614,45	19.674.388,56	0,83
SP	Salmourão	3545100	-927.500,54	12.356.742,41	-
SP	Salto	3545209	3.598.436,22	277.053.151,84	1,30
SP	Salto de Pirapora	3545308	-26.830.981,98	103.647.455,36	-
SP	Santa Bárbara d'Oeste	3545803	-26.044.081,05	390.952.403,10	-
SP	Santa Cruz da Conceição	3546207	-2.147.646,11	17.574.980,27	-
SP	Santa Cruz das Palmeiras	3546306	0,00	57.239.639,71	0,00
SP	Santa Cruz do Rio Pardo	3546405	-21.229.543,92	113.407.321,30	-
SP	Santa Fé do Sul	3546603	-9.074.599,43	106.759.530,92	-
SP	Santa Gertrudes	3546702	-6.034.486,28	88.118.737,32	-
SP	Santa Isabel	3546801	-22.207.029,77	118.811.642,80	-
SP	Santa Rita do Passa Quatro	3547502	-9.893.274,33	72.108.657,75	-
SP	Santa Rosa de Viterbo	3547601	3.908.011,78	48.897.149,43	7,99
SP	Santana de Parnaíba	3547304	-167.961.342,06	645.287.594,28	-
SP	Santo André	3547809	601.980.529,22	1.834.864.625,84	32,81
SP	Santo Antônio do Aracanguá	3548054	-4.009.389,73	36.670.970,45	-
SP	Santo Antônio do Jardim	3548104	-1.556.265,90	5.834.874,18	-
SP	Santos	3548500	117.358.370,09	1.837.464.932,39	6,39
SP	São Bernardo do Campo	3548708	993.853.288,86	2.941.198.052,88	33,79
SP	São Caetano do Sul	3548807	172.539.299,16	1.158.512.907,68	14,89
SP	São João da Boa Vista	3549102	-134.194.843,97	222.151.885,61	-
SP	São João do Pau d'Alho	3549300	-5.177,90	11.798.028,10	-
SP	São Joaquim da Barra	3549409	5.358.595,75	100.507.185,38	5,33
SP	São José do Rio Pardo	3549706	1.386.382,86	135.904.194,35	1,02
SP	São José do Rio Preto	3549805	-238.315.463,95	1.178.013.258,92	-
SP	São José dos Campos	3549904	-39.593.974,12	2.164.892.576,86	-
SP	São Lourenço da Serra	3549953	2.024.860,57	33.198.358,28	6,10
SP	São Luís do Paraitinga	3550001	82.822,31	28.681.390,70	0,29
SP	São Paulo	3550308	70.801.845.971,94	38.943.471.463,76	181,81
SP	São Pedro do Turvo	3550506	-3.019.181,30	22.177.401,85	-
SP	São Roque	3550605	-33.726.718,97	221.675.547,29	-
SP	São Sebastião	3550704	18.452.719,98	464.767.642,59	3,97
SP	São Simão	3550902	-3.167.385,66	45.305.735,82	-
SP	São Vicente	3551009	265.522.723,60	706.259.870,22	37,60
SP	Sarutaiá	3551207	1.356.806,98	11.851.301,99	11,45
SP	Sebastianópolis do Sul	3551306	-518.638,82	18.354.590,49	-
SP	Serra Negra	3551603	-4.442.375,76	75.695.370,26	-
SP	Sertãozinho	3551702	-35.908.329,33	350.664.381,13	-
SP	Silveiras	3552007	898.821,32	21.533.568,90	4,17
SP	Socorro	3552106	-22.144.065,71	75.236.867,52	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Sorocaba	3552205	-14.994.648,13	2.100.476.157,98	-
SP	Sud Mennucci	3552304	-152.856,62	29.692.700,67	-
SP	Sumaré	3552403	351.868.496,85	579.732.107,50	60,70
SP	Suzano	3552502	32.158.906,91	531.931.488,85	6,05
SP	Tabatinga	3552700	-3.691.082,12	32.118.139,46	-
SP	Taboão da Serra	3552809	51.824.495,36	594.537.773,35	8,72
SP	Taiúva	3553203	-1.062.890,43	16.038.521,37	-
SP	Tambaú	3553302	4.168.854,65	61.020.306,88	6,83
SP	Tanabi	3553401	159.959,65	57.954.406,72	0,28
SP	Tapirai	3553500	-2.692.705,09	20.644.137,62	-
SP	Taquaral	3553658	-2.519.124,36	11.349.180,53	-
SP	Taquaritinga	3553708	19.956.861,10	128.457.378,09	15,54
SP	Tarumã	3553955	-5.599.680,78	47.592.034,55	-
SP	Tatuí	3554003	-15.795.757,40	248.038.577,69	-
SP	Taubaté	3554102	-95.907.280,90	776.051.819,12	-
SP	Tejupá	3554201	-2.752.042,32	15.686.063,54	-
SP	Tietê	3554508	-7.095.489,77	116.642.634,65	-
SP	Timburi	3554607	-890.841,85	12.869.185,59	-
SP	Trabiju	3554755	-1.042.029,40	10.688.209,41	-
SP	Tupã	3555000	75.616,41	123.549.772,24	0,06
SP	Turiúba	3555208	3.321.873,64	11.903.412,67	27,91
SP	Turmalina	3555307	804.358,97	12.313.127,03	6,53
SP	Ubatuba	3555406	-39.971.052,73	228.993.390,85	-
SP	Uchoa	3555604	-634.413,32	27.318.078,20	-
SP	União Paulista	3555703	-732.947,32	11.049.018,15	-
SP	Uru	3555901	-35.782,65	11.808.279,59	-
SP	Valinhos	3556206	330.468.253,65	396.601.191,23	83,33
SP	Vargem Grande do Sul	3556404	-3.860.876,85	74.593.681,16	-
SP	Várzea Paulista	3556503	51.041.353,41	189.500.153,30	26,93
SP	Vinhedo	3556701	-7.226.055,47	362.320.856,62	-
SP	Viradouro	3556800	-256.194,43	42.958.707,59	-
SP	Vista Alegre do Alto	3556909	-3.770.037,56	22.492.721,22	-
SP	Votorantim	3557006	-17.058.084,17	248.233.586,54	-
SP	Votuporanga	3557105	-9.634.441,74	210.510.161,26	-
TO	Araguaína	1702109	55.997.747,18	254.958.677,84	21,96
TO	Palmas	1721000	-128.198.683,76	801.017.388,48	-
TO	Porto Nacional	1718204	12.566.289,26	89.123.434,16	14,10

DCL/RCL - RGF 1º Semestre de 2015

data-base 30/06/2015

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Posição: 10/09/2015

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	DCL 1º Semestre 2015	RCL 1º Semestre 2015	DCL/RCL
AM	Benjamin Constant	1300607	-5.805.604,01	64.454.187,31	-
AM	Presidente Figueiredo	1303536	-14.190.294,57	138.545.337,49	-
AM	Silves	1304005	-5.253.880,37	20.424.720,17	-
BA	Arataca	2902252	25.299.837,55	22.081.368,86	114,58
BA	Belo Campo	2903508	5.326.449,54	33.769.016,07	15,77
BA	Buerarema	2904704	44.736.806,26	27.131.193,80	164,89
BA	Firmino Alves	2910909	12.972.697,01	12.336.942,77	105,15
BA	Floresta Azul	2911006	41.615.221,08	17.854.353,12	233,08
BA	Irajuba	2914208	8.808.539,79	16.867.253,46	52,22
BA	Itaju do Colônia	2915403	19.184.762,18	16.829.655,74	113,99
BA	Itapé	2916203	25.974.803,66	18.799.677,16	138,17
BA	Itapitanga	2916609	16.901.237,69	19.807.395,53	85,33
BA	Marau	2920700	18.348.915,25	43.127.363,18	42,55
BA	Nova Canaã	2922706	17.440.227,32	28.240.418,12	61,76
BA	Planaltino	2924900	1.689.252,94	17.428.676,47	9,69
BA	Santa Inês	2927903	8.347.123,52	18.591.521,51	44,90
BA	Santa Teresinha	2928505	14.182.760,55	20.414.106,75	69,48
BA	São José da Vitória	2929354	19.605.857,47	12.734.814,66	153,95
BA	Una	2932507	53.558.882,99	45.291.766,18	118,25
BA	Uruçuca	2932705	32.536.096,29	33.539.999,32	97,01
CE	Altaneira	2300606	6.207.499,02	17.978.863,75	34,53
CE	Ararendá	2301257	2.851.521,62	23.384.827,03	12,19
CE	Araripe	2301307	-7.922.399,10	44.831.023,21	-
CE	Aurora	2301703	-610.195,69	40.475.206,64	-
CE	Barro	2302008	9.019.149,44	33.856.949,12	26,64
CE	Cariús	2303303	15.462.030,88	34.864.629,60	44,35
CE	Farias Brito	2304301	-5.106.188,20	40.535.091,84	-
CE	General Sampaio	2304608	3.317.569,28	19.799.088,56	16,76
CE	Graça	2304657	-1.336.931,94	30.206.783,72	-
CE	Guaramiranga	2305100	10.247.067,20	16.578.685,95	61,81
CE	Ipaporanga	2305654	10.991.175,36	23.424.434,58	46,92
CE	Ipaumirim	2305704	2.034.128,53	22.868.327,96	8,89
CE	Jaguaretama	2306702	17.108.790,66	32.424.752,52	52,76
CE	Jucás	2307403	19.764.498,20	42.631.706,93	46,36
CE	Mauriti	2308104	10.450.370,53	83.308.484,06	12,54
CE	Missão Velha	2308401	32.873.271,07	56.675.588,12	58,00
CE	Mucambo	2309003	1.961.744,11	31.123.538,68	6,30
CE	Nova Olinda	2309201	-8.377.672,62	33.711.648,09	-
CE	Palhano	2310001	6.917.213,51	18.220.020,65	37,96
CE	Parambu	2310308	-15.491.816,27	60.867.949,99	-
CE	Pereiro	2310803	208.414,67	30.178.953,14	0,69
CE	Pires Ferreira	2310951	-41.728,64	23.758.587,47	-
CE	Poranga	2311009	-102.573,30	25.127.576,40	-
CE	Potengi	2311207	11.296.004,53	23.169.223,87	48,75
CE	Quixeré	2311504	2.192.872,74	40.676.008,34	5,39
CE	Reriutaba	2311702	5.848.871,91	36.389.557,04	16,07
CE	Salitre	2311959	-1.931.005,02	35.102.571,14	-
CE	Santana do Cariri	2312106	11.926.100,54	34.486.231,00	34,58
CE	São Gonçalo do Amarante	2312403	-43.761.890,85	209.011.974,76	-
CE	Tarrafas	2313252	-1.112.156,35	19.635.161,13	-
CE	Umari	2313708	2.771.536,47	16.415.246,96	16,88
ES	Afonso Claudio	3200102	-10.643.427,11	68.558.371,77	-
ES	Boa Esperança	3201001	-3.450.480,81	38.819.894,37	-
ES	Castelo	3201407	-19.166.916,94	81.761.982,12	-
ES	Domingos Martins	3201902	-14.558.239,09	89.776.643,49	-
ES	Governador Lindenberg	3202256	-7.624.898,40	29.237.924,45	-
ES	Itaguaçu	3202702	-2.582.445,32	36.229.721,96	-
ES	Itarana	3202900	-8.284.464,45	28.698.418,19	-
ES	Marataizes	3203320	-123.350.286,05	175.589.705,10	-

Dados extraídos dos RGF's homologados no SICONFI ou encaminhados à CCONF/STN
na forma do artigo 7º da Portaria STN nº 702/2014, de 10/12/2014

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

ES	Marechal Floriano	3203346	-8.355.150,85	42.288.007,65	-
ES	Pancas	3204005	-11.471.707,04	44.852.546,67	-
ES	Piúma	3204203	-26.387.291,22	72.197.485,04	-
ES	São Roque do Canaã	3204955	-7.616.969,84	26.763.640,63	-
ES	Sooretama	3205010	-7.461.003,11	60.904.432,02	-
GO	Chapadão do Céu	5205471	-13.244.853,31	44.576.713,29	-
GO	Colinas do Sul	5205521	0,00	7.603.017,00	0,00
GO	Sanclerlândia	5219001	0,00	8.488.819,66	0,00
GO	Santa Helena de Goiás	5219308	-7.336.411,68	73.078.413,24	-
GO	Vicentinópolis	5222054	0,00	11.248.572,52	0,00
MA	Amarante do Maranhão	2100600	0,00	61.040.251,84	0,00
MA	Arame	2100956	-3.200.470,72	48.494.113,09	-
MA	Bernardo do Mearim	2101939	-1.205.318,12	14.149.038,77	-
MA	Bom Lugar	2102077	-2.804.018,56	24.331.746,21	-
MA	Buritirana	2102358	-1.157.745,55	25.296.009,14	-
MA	Campestre do Maranhão	2102556	-4.497.628,47	25.767.051,68	-
MA	Colinas	2103505	0,00	68.055.124,18	0,00
MA	Feira Nova do Maranhão	2104073	0,00	15.680.780,31	0,00
MA	Fernando Falcão	2104081	0,00	21.808.205,57	0,00
MA	Igarapé Grande	2105203	-1.018.179,15	21.450.163,39	-
MA	Itinga do Maranhão	2105427	-3.612.269,00	25.705.935,72	-
MA	João Lisboa	2105500	-4.772.617,69	23.916.962,30	-
MA	Lago dos Rodrigues	2105948	-479.581,94	17.164.034,33	-
MA	Lima Campos	2106003	-2.088.238,60	23.951.604,91	-
MA	Mirinzal	2106805	0,00	27.078.614,72	0,00
MA	Paulo Ramos	2108108	-4.418.592,45	36.334.172,59	-
MA	Pindaré-Mirim	2108504	0,00	65.628.012,77	0,00
MA	Poção de Pedras	2108900	-4.473.532,93	37.663.509,65	-
MA	Presidente Médici	2109239	-1.606.187,00	14.320.698,87	-
MA	Santa Rita	2110203	0,00	46.670.182,40	0,00
MG	Abadia dos Dourados	3100104	6.067.296,44	15.223.865,08	39,85
MG	Águas Vermelhas	3101003	1.781.029,46	19.136.624,67	9,31
MG	Alfredo Vasconcelos	3101631	-540.650,82	12.289.015,94	-
MG	Almenara	3101706	8.111.104,61	57.940.871,14	14,00
MG	Alvorada de Minas	3102407	-8.287.226,74	28.729.047,11	-
MG	Amparo do Serra	3102506	-927.476,70	10.832.821,79	-
MG	Andradas	3102605	-482.037,00	65.382.922,66	-
MG	Angelândia	3102852	208.448,79	16.640.931,17	1,25
MG	Antônio Dias	3103009	0,00	23.732.267,51	0,00
MG	Araçai	3103207	-897.811,91	9.840.347,93	-
MG	Araçuaí	3103405	-1.502.270,85	49.557.399,94	-
MG	Araújos	3103900	-1.916.615,34	16.585.679,31	-
MG	Arceburgo	3104106	1.536.228,23	22.029.345,77	6,97
MG	Areado	3104304	-3.497.817,69	22.198.470,08	-
MG	Argirita	3104403	-1.320.597,42	10.255.212,34	-
MG	Arinos	3104502	-1.314.643,10	31.567.500,57	-
MG	Baldim	3105004	4.014.238,05	14.678.537,69	27,35
MG	Bandeira do Sul	3105301	-2.243.954,65	12.222.498,77	-
MG	Barão de Cocais	3105400	-50.248.054,00	89.262.917,00	-
MG	Belo Oriente	3106309	20.276.567,38	64.241.772,59	31,56
MG	Berilo	3106507	-1.114.268,13	18.112.783,03	-
MG	Boa Esperança	3107109	12.351.991,95	64.349.583,43	19,20
MG	Bom Jesus da Penha	3107604	-958.787,94	14.094.946,23	-
MG	Bom Repouso	3107901	851.518,97	18.675.587,73	4,56
MG	Bonfinópolis de Minas	3108206	-169.738,72	16.320.297,37	-
MG	Botelhos	3108404	-2.594.239,31	23.840.776,65	-
MG	Brasópolis	3108909	-1.268.122,95	21.844.281,72	-
MG	Brumadinho	3109006	4.066.547,27	181.840.847,65	2,24
MG	Buenópolis	3109204	-128.113,75	18.568.410,26	-
MG	Buritizinho	3109402	3.297.950,78	44.905.534,26	7,34
MG	Cabeceira Grande	3109451	3.555.579,81	20.770.108,17	17,12
MG	Cachoeira de Minas	3109709	-5.304.993,42	19.151.163,35	-
MG	Caetanópolis	3109907	-624.340,07	17.626.901,21	-
MG	Caeté	3110004	-1.470.038,39	65.892.317,39	-
MG	Cajuri	3110202	-1.796.835,72	11.068.665,23	-
MG	Camacho	3110400	344.619,96	9.659.905,10	3,57

MG	Camanducaia	3110509	-5.972.993,19	42.547.742,51	-
MG	Cambui	3110608	-4.833.953,04	52.489.058,71	-
MG	Cambuquira	3110707	5.614.419,59	21.269.548,60	26,40
MG	Campanha	3110905	-1.213.830,80	28.472.816,56	-
MG	Campo Florido	3111408	66.099,45	25.882.797,37	0,26
MG	Canaã	3111705	-1.112.639,68	10.561.195,31	-
MG	Capela Nova	3112208	-568.394,51	10.233.873,94	-
MG	Capetinga	3112406	-782.044,80	13.027.011,91	-
MG	Capitólio	3112802	-4.433.773,12	23.908.996,28	-
MG	Carangola	3113305	-4.071.884,19	62.514.492,31	-
MG	Carbonita	3113503	2.326.532,67	16.170.459,34	14,39
MG	Careaçu	3113602	1.372.356,24	14.073.464,29	9,75
MG	Carmo da Cachoeira	3113909	-1.935.108,52	22.938.049,89	-
MG	Carmo do Cajuru	3114204	-5.126.694,73	37.089.821,17	-
MG	Carmo do Rio Claro	3114402	1.418.388,58	35.805.485,74	3,96
MG	Carrancas	3114600	-1.407.658,86	11.735.483,92	-
MG	Carvalhópolis	3114709	-546.655,28	11.382.832,59	-
MG	Cedro do Abaeté	3115607	-773.160,36	8.522.747,86	-
MG	Conceição da Barra de Minas	3115201	-706.167,17	10.026.994,45	-
MG	Conceição do Mato Dentro	3117504	0,00	62.759.629,54	0,00
MG	Conquista	3118205	1.729.339,60	18.559.358,14	9,32
MG	Cordisburgo	3118908	1.563.787,20	13.417.709,66	11,65
MG	Corinto	3119104	-1.822.799,34	35.550.509,69	-
MG	Cristina	3120508	-670.040,54	17.828.409,72	-
MG	Curral de Dentro	3120870	-2.316.595,45	13.642.777,52	-
MG	Delfim Moreira	3121100	-3.003.087,09	13.665.063,52	-
MG	Divinolândia de Minas	3122207	0,00	14.629.841,26	0,00
MG	Divisa Nova	3122405	-2.934.719,40	11.984.902,57	-
MG	Dom Silvério	3122702	-2.330.913,65	11.637.522,91	-
MG	Dom Viçoso	3122801	-721.698,68	9.036.137,45	-
MG	Dona Eusébia	3122900	1.854.952,47	12.332.382,65	15,04
MG	Dores de Guanhães	3123106	-3.612.812,24	16.045.107,15	-
MG	Doresópolis	3123403	3.114.511,31	9.549.088,85	32,62
MG	Espera Feliz	3124203	1.620.139,67	36.069.605,30	4,49
MG	Espírito Santo do Dourado	3124401	-983.243,35	11.166.493,68	-
MG	Estiva	3124500	-1.618.996,77	17.394.860,54	-
MG	Faria Lemos	3125309	1.665.878,58	10.865.797,63	15,33
MG	Felício dos Santos	3125408	-433.762,60	12.539.468,21	-
MG	Formoso	3126208	-4.046.121,34	15.455.097,04	-
MG	Franciscópolis	3126752	0,00	12.558.753,00	0,00
MG	Frei Lagonegro	3126950	-625.906,92	9.223.098,01	-
MG	Fronteira	3127008	4.274.897,43	40.829.982,68	10,47
MG	Fronteira dos Vales	3127057	318.118,02	10.005.492,09	3,18
MG	Fruta de Leite	3127073	-1.332.308,06	12.298.876,55	-
MG	Gameleiras	3127339	201.921,30	12.043.336,05	1,68
MG	Gouveia	3127602	-824.194,35	17.081.391,91	-
MG	Guaranésia	3128303	-5.730.465,13	32.907.332,73	-
MG	Guidoval	3128808	2.410.828,33	12.510.604,67	19,27
MG	Heliodora	3129202	-514.490,79	12.717.528,34	-
MG	Ibiá	3129509	21.451.514,29	49.929.847,05	42,96
MG	Ibiraci	3129707	223.296,78	25.472.214,16	0,88
MG	Ibitiúra de Minas	3129905	932.582,76	9.788.479,41	9,53
MG	Inconfidentes	3130606	-667.278,62	13.613.923,49	-
MG	Ingaí	3130804	-860.527,36	4.970.697,60	-
MG	Inhaúma	3131000	4.688.541,19	15.449.320,68	30,35
MG	Ipuiúna	3131505	1.340.666,54	16.705.465,40	8,03
MG	Itaipé	3132305	4.050.625,55	20.095.619,77	20,16
MG	Itamogi	3132909	239.785,04	20.466.824,95	1,17
MG	Itamonte	3133006	8.202.243,11	27.405.444,22	29,93
MG	Itanhandu	3133105	-4.660.374,16	27.736.838,77	-
MG	Itaobim	3133303	-8.352.307,09	33.254.429,92	-
MG	Itapagipe	3133402	4.931.151,97	35.549.125,32	13,87
MG	Itapeva	3133600	-1.249.720,18	22.436.875,35	-
MG	Japaraíba	3135308	-635.144,53	11.509.369,54	-
MG	Juruaia	3136900	430.723,45	18.147.420,96	2,37
MG	Lambari	3137809	1.516.917,49	36.626.363,70	4,14

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	Lima Duarte	3138609	-238.022,10	27.476.339,40	-
MG	Limeira do Oeste	3138625	3.905.387,12	22.556.704,09	17,31
MG	Luminárias	3138708	-2.772.206,72	11.590.152,19	-
MG	Luz	3138807	657.400,72	34.912.572,33	1,88
MG	Machacalis	3138906	1.530.036,76	13.203.276,24	11,59
MG	Madre de Deus de Minas	3139102	-464.933,38	11.826.522,93	-
MG	Mar de Espanha	3139805	-2.366.501,64	17.079.364,50	-
MG	Maria da Fé	3139904	-1.969.680,74	23.928.394,90	-
MG	Mário Campos	3140159	-4.839.050,01	25.353.000,37	-
MG	Marliéria	3140308	-1.157.446,06	12.750.555,66	-
MG	Mata Verde	3140555	80.860,31	14.213.093,38	0,57
MG	Materlândia	3140605	-1.186.954,35	11.533.481,25	-
MG	Matias Cardoso	3140852	478.324,40	21.762.242,34	2,20
MG	Matipó	3140902	2.437.553,76	29.346.842,43	8,31
MG	Mato Verde	3141009	2.563.382,32	18.695.671,02	13,71
MG	Matutina	3141207	-1.066.840,37	10.817.988,79	-
MG	Medina	3141405	9.922.111,96	29.467.237,50	33,67
MG	Mercês	3141603	-1.944.923,68	18.187.386,97	-
MG	Moema	3142403	-2.710.541,35	13.992.202,89	-
MG	Monte Alegre de Minas	3142809	-2.432.250,05	45.700.802,20	-
MG	Monte São	3143401	651.866,11	45.340.348,99	1,44
MG	Morro da Garça	3143609	477.522,63	11.373.941,97	4,20
MG	Munhoz	3143807	1.844.463,06	11.676.750,17	15,80
MG	Mutum	3144003	-2.312.829,73	34.991.660,57	-
MG	Muzambinho	3144102	-2.683.742,10	37.368.108,61	-
MG	Natércia	3144409	-807.789,09	10.836.019,24	-
MG	Nazareno	3144508	-2.660.486,06	18.701.480,27	-
MG	Nepomuceno	3144607	3.883.558,06	36.198.658,30	10,73
MG	Ninheira	3144656	-545.056,60	18.635.650,65	-
MG	Nova Ponte	3145000	4.232.673,27	21.227.036,29	19,94
MG	Nova União	3136603	-2.925.361,34	11.352.812,61	-
MG	Novo Cruzeiro	3145307	-5.459.538,27	42.061.474,45	-
MG	Novorizonte	3145372	-3.098.877,69	11.970.384,92	-
MG	Olaria	3145406	0,00	9.223.146,29	0,00
MG	Oliveira	3145604	-12.930.337,17	40.272.138,37	-
MG	Ouro Fino	3146008	-14.427.887,56	54.911.025,79	-
MG	Pains	3146503	3.437.261,81	23.705.030,44	14,50
MG	Papagaios	3146909	-381.858,62	25.723.233,13	-
MG	Paraguaçu	3147204	-5.667.803,80	35.238.132,20	-
MG	Passa Quatro	3147600	-5.731.200,07	25.911.711,83	-
MG	Passabém	3147501	-1.579.406,84	8.699.328,02	-
MG	Patís	3147956	1.235.309,20	13.347.903,52	9,25
MG	Paulistas	3148400	-1.187.047,14	11.259.668,42	-
MG	Pedra Azul	3148707	6.150.071,87	39.894.973,47	15,42
MG	Pedra Bonita	3148756	608.084,19	15.379.461,79	3,95
MG	Pedra do Indaiá	3148905	435.077,12	11.652.367,55	3,73
MG	Piau	3150109	-4.630.936,61	9.134.702,80	-
MG	Pimenta	3150505	3.172.639,53	18.553.825,94	17,10
MG	Piracema	3150604	-3.675.759,04	12.902.968,71	-
MG	Pirajuba	3150703	3.338.518,23	18.596.755,68	17,95
MG	Pitangui	3151404	1.539.687,17	37.420.859,17	4,11
MG	Piumhi	3151503	-9.867.160,69	68.716.626,21	-
MG	Planura	3151602	781.818,04	26.022.809,14	3,00
MG	Poço Fundo	3151701	-23.032.648,28	12.057.922,46	-
MG	Pompéu	3152006	19.175.040,77	55.714.739,17	34,42
MG	Ponto Chique	3152131	-2.151.230,44	10.965.244,42	-
MG	Porto Firme	3152303	-58.065,23	14.080.443,98	-
MG	Presidente Juscelino	3153202	-2.105.828,30	11.398.642,70	-
MG	Presidente Kubitschek	3153301	1.608.033,33	10.348.320,67	15,54
MG	Prudente de Moraes	3153608	1.362.847,60	17.446.122,58	7,81
MG	Quartel Geral	3153707	-5.616.794,82	13.917.868,75	-
MG	Rio Doce	3155009	1.037.245,55	10.408.244,22	9,97
MG	Rio Espera	3155207	426.375,05	9.656.807,70	4,42
MG	Rio Manso	3155306	-1.163.051,02	12.954.736,18	-
MG	Rio Piracicaba	3155702	1.158.022,90	32.318.545,31	3,58
MG	Rubim	3156601	8.168.727,32	18.918.406,39	43,18

MG	Santa Cruz do Escalvado	3157401	132.051,45	12.865.839,07	1,03
MG	Santa Efigênia de Minas	3157500	0,00	10.931.247,95	0,00
MG	Santa Fé de Minas	3157609	4.919.213,18	10.642.832,72	46,22
MG	Santa Margarida	3157906	193.056,72	24.898.386,22	0,78
MG	Santa Maria de Itabira	3158003	-5.381.219,51	19.239.797,91	-
MG	Santa Rita de Caldas	3159209	-19.364,71	15.888.373,07	-
MG	Santa Rita de Minas	3159357	413.464,96	13.099.554,07	3,16
MG	Santa Vitória	3159803	12.966.062,70	84.336.151,36	15,37
MG	Santana de Pirapama	3158508	2.640.291,76	13.577.210,37	19,45
MG	Santana do Manhuaçu	3158904	-1.425.801,73	13.307.822,11	-
MG	Santana dos Montes	3159100	-197.972,01	5.243.563,46	-
MG	Santo Antônio do Itambé	3160207	1.209.163,56	11.035.826,21	10,96
MG	Santo Antônio do Rio Abaixo	3160504	-192.982,60	8.909.021,43	-
MG	São Domingos do Prata	3161007	6.332.425,53	28.623.663,49	22,12
MG	São Gonçalo do Sapucaí	3162005	-1.907.034,98	37.308.629,51	-
MG	São Gotardo	3162104	-529.652,64	52.136.183,06	-
MG	São João da Mata	3162302	0,00	9.021.252,47	0,00
MG	São João do Manhuaçu	3162559	2.342.806,59	19.600.055,39	11,95
MG	São João Evangelista	3162807	-1.769.541,00	27.814.095,12	-
MG	São Joaquim de Bicas	3162922	0,00	55.627.576,44	0,00
MG	São José da Varginha	3163102	1.474.483,57	11.224.881,86	13,14
MG	São José do Mantimento	3163607	0,00	9.338.611,74	0,00
MG	São Pedro da União	3163904	-964.417,10	12.225.036,71	-
MG	São Pedro do Suaçuí	3164100	230.093,95	11.469.139,49	2,01
MG	São Romão	3164209	-553.179,00	20.434.741,93	-
MG	São Tiago	3165008	-2.671.907,43	17.357.515,71	-
MG	São Tomás de Aquino	3165107	2.564.914,15	13.961.374,20	18,37
MG	São Vicente de Minas	3165305	-730.509,17	14.106.688,15	-
MG	Sapucaí-Mirim	3165404	-2.977.309,99	13.917.510,30	-
MG	Senador José Bento	3165800	-14.748,04	8.663.450,45	-
MG	Senhora do Porto	3166105	-1.585.765,45	12.871.686,36	-
MG	Tiros	3168903	-2.725.946,24	16.121.968,47	-
MG	Tombos	3169208	-2.082.130,62	17.776.440,91	-
MG	Vargem Bonita	3170602	1.421.820,10	10.030.685,58	14,17
MG	Várzea da Palma	3170800	9.905.246,12	62.624.426,45	15,82
MG	Vieiras	3171402	-1.513.298,51	10.710.762,54	-
MG	Virgolândia	3171907	-809.020,39	13.046.114,41	-
MS	Amambai	5000609	5.154,85	83.636.191,58	0,01
MS	Anastácio	5000708	-1.975.412,49	43.322.391,47	-
MS	Antônio João	5000906	-753.421,33	25.033.704,94	-
MS	Aparecida do Taboado	5001003	-27.347.689,02	68.062.260,66	-
MS	Aquidauana	5001102	-22.703.472,98	99.849.292,18	-
MS	Bataguassu	5001904	-19.757.213,41	72.309.195,10	-
MS	Brasilândia	5002308	-872.090,76	43.521.396,34	-
MS	Caarapó	5002407	-9.123.872,63	65.804.447,16	-
MS	Caracol	5002803	9.375.184,83	18.646.193,82	50,28
MS	Cassilândia	5002902	-8.433.831,28	55.869.707,73	-
MS	Coronel Sapucaia	5003157	352.339,10	33.185.254,49	1,06
MS	Costa Rica	5003256	-20.098.686,74	91.498.629,76	-
MS	Coxim	5003306	-7.084.816,28	78.736.307,88	-
MS	Fátima do Sul	5003801	837.099,47	35.999.824,01	2,33
MS	Figueirão	5003900	-2.132.072,15	16.118.465,88	-
MS	Iguatemi	5004304	10.454,81	37.627.713,44	0,03
MS	Itaquiraí	5004601	-2.136.016,25	46.878.941,23	-
MS	Ivinhema	5004700	11.022.348,36	55.612.217,18	19,82
MS	Japorã	5004809	-2.047.269,12	23.500.952,59	-
MS	Laguna Carapã	5005251	-681.631,94	31.119.256,26	-
MS	Nioaque	5005806	11.687.084,14	34.193.521,99	34,18
MS	Novo Horizonte do Sul	5006259	666.269,21	17.325.071,21	3,85
MS	Paraíso das Águas	5006275	-3.969.302,45	27.609.462,38	-
MS	Paranhos	5006358	-1.557.813,26	35.976.639,28	-
MS	Ribas do Rio Pardo	5007109	-949.930,49	72.726.692,02	-
MS	Rio Brilhante	5007208	-2.600.269,69	105.080.111,93	-
MS	Rio Verde de Mato Grosso	5007406	18.191.340,16	45.029.078,51	40,40
MS	Rochedo	5007505	-11.411.395,87	18.015.966,10	-
MS	São Gabriel do Oeste	5007695	-4.877.938,28	93.623.741,05	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MS	Sete Quedas	5007703	-3.808.614,55	26.440.075,87	-
MS	Sidrolândia	5007901	-7.909.555,18	114.800.653,74	-
MS	Sonora	5007935	-4.315.626,80	53.218.823,06	-
MS	Tacuru	5007950	-3.304.376,96	32.641.617,28	-
MS	Taquarussu	5007976	-829.189,35	21.485.849,76	-
MS	Terenos	5008008	-17.453.843,07	45.651.142,29	-
MT	Araguainha	5101209	883.243,39	7.779.303,62	11,35
MT	Conquista D'Oeste	5103361	-3.420.666,63	15.343.676,82	-
MT	Curvelândia	5103437	-2.124.927,69	11.598.495,25	-
MT	Figueirópolis D'Oeste	5103809	0,00	10.030.316,71	0,00
MT	Itanhanga	5104542	-1.153.122,71	15.063.614,62	-
MT	Itaúba	5104559	-1.628.440,53	17.660.685,07	-
MT	Jaciara	5104807	-5.984.873,35	54.871.388,07	-
MT	Jauru	5105002	3.121.186,00	22.798.906,70	13,69
MT	Marcelândia	5105580	-2.995.553,50	27.616.593,03	-
MT	Mirassol d'Oeste	5105622	-9.129.728,99	43.105.529,90	-
MT	Nova Bandeirantes	5106158	-1.547.698,38	25.334.231,63	-
MT	Nova Canaã do Norte	5106216	-11.277.157,01	30.962.182,58	-
MT	Nova Maringá	5108907	-887.149,18	10.094.502,62	-
MT	Nova Santa Helena	5106190	-1.538.383,07	13.511.416,66	-
MT	Novo Mundo	5106265	-1.532.406,07	12.520.790,61	-
MT	Paranaíta	5106299	-23.427.224,09	43.586.317,24	-
MT	Pontes e Lacerda	5106752	-26.381.639,58	67.663.470,67	-
MT	Reserva do Cabaçal	5107156	-1.048.436,25	9.535.335,04	-
MT	Santa Carmem	5107248	-1.043.899,15	16.694.194,73	-
MT	São José do Povo	5107297	-1.252.529,45	9.545.729,05	-
MT	São José do Rio Claro	5107305	-8.808.205,97	36.027.394,75	-
PA	Canaã dos Carajás	1502152	-31.175.503,66	298.549.459,88	-
PA	Jacareacanga	1503754	-14.087.047,30	75.095.874,51	-
PA	Primavera	1506104	-3.311.339,49	23.050.955,62	-
PA	Rondon do Pará	1506187	-2.765.568,21	71.727.065,29	-
PA	Terra Santa	1507979	-5.378.754,73	38.413.348,79	-
PB	Algodão de Jandaira	2500577	0,00	10.935.270,12	0,00
PB	Areial	2501203	0,00	14.072.990,18	0,00
PB	Belém	2501906	6.774.859,74	14.259.203,99	47,51
PB	Caiçara	2503605	-898.644,66	13.687.886,00	-
PB	Dona Inês	2505709	-159.559,91	19.978.063,93	-
PB	Esperança	2506004	7.026.095,01	53.502.485,52	13,13
PB	Jacaraú	2507309	-2.888.260,17	26.007.127,18	-
PB	Mamanguape	2508901	-5.588.887,24	58.751.769,86	-
PB	Mataraca	2509305	-1.510.208,79	23.346.505,42	-
PB	Pedra Lavrada	2511103	13.659.681,69	16.336.531,91	83,61
PB	Pedro Régis	2512721	-177.600,23	11.924.819,89	-
PB	Remígio	2512705	0,00	29.867.600,54	0,00
PB	Riachão	2512747	-78.830,52	10.822.989,09	-
PB	Rio Tinto	2512903	-3.732.927,34	38.612.818,40	-
PB	São Sebastião de Lagoa de Roça	2515104	2.822,95	19.930.588,05	0,01
PB	Serra Branca	2515500	2.302.532,55	22.942.050,37	10,04
PE	Afogados da Ingazeira	2600104	3.419.375,15	57.075.449,54	5,99
PE	Bodocó	2602001	-1.097.371,08	57.818.923,65	-
PE	Brejinho	2602506	0,00	17.499.012,38	0,00
PE	Camutanga	2603603	-296.369,33	22.758.627,50	-
PE	Iguaraci	2606903	-2.646.173,36	20.820.634,65	-
PE	Ingazeira	2607109	285.991,21	14.335.291,54	2,00
PE	Itacuruba	2607406	6.190.572,89	23.748.928,94	26,07
PE	Itapetim	2607703	683.805,03	27.182.288,94	2,52
PE	Jataúba	2608008	0,00	30.859.523,33	0,00
PE	Jupi	2608305	-3.048.303,31	31.674.111,97	-
PE	Quixaba	2611533	2.122.613,68	19.070.536,86	11,13
PE	Santa Terezinha	2612802	4.766.476,62	20.352.578,02	23,42
PE	São José da Coroa Grande	2613404	3.111.464,04	35.115.082,82	8,86
PE	São José do Egito	2613602	-2.037.349,36	50.760.626,57	-
PE	Tamandaré	2614857	16.716.872,02	49.171.786,51	34,00
PE	Triunfo	2615706	-4.323.844,99	28.066.454,00	-
PI	Água Branca	2200202	145.002,15	31.744.859,57	0,46
PI	Antônio Almeida	2200806	-24.632,43	9.806.474,75	-

4m

B

W

amp

PI	Barra D'Alcântara	2201176	507.337,20	9.403.746,16	5,40
PI	Bela Vista do Piauí	2201556	33.886,23	9.663.408,42	0,35
PI	Campinas do Piauí	2202109	-713.004,02	11.360.461,13	-
PI	Capitão Gervásio Oliveira	2202455	228.621,33	9.841.078,18	2,32
PI	Domingos Mourão	2203420	916.319,96	10.017.532,40	9,15
PI	Floresta do Piauí	2203859	-88.363,34	7.469.082,12	-
PI	Francinópolis	2204006	-162.719,42	9.369.965,62	-
PI	Jardim do Mulato	2205250	-132.547,34	8.904.833,50	-
PI	Jatobá do Piauí	2205276	-42.470,92	11.757.370,47	-
PI	João Costa	2205359	391.524,35	8.808.304,05	4,44
PI	Lagoinha do Piauí	2205540	7.706,13	7.594.201,13	0,10
PI	Monte Alegre do Piauí	2206605	0,00	20.998.194,92	0,00
PI	Nazaré do Piauí	2206704	51.589,00	13.197.194,01	0,39
PI	Novo Santo Antônio	2206951	-3.686,41	9.085.696,32	-
PI	Palmeirais	2207504	-6.055,19	24.805.068,44	-
PI	Parnaguá	2207603	-3.933.069,86	18.632.081,62	-
PI	Santo Inácio do Piauí	2209500	96.000,00	9.580.988,91	1,00
PI	São Francisco de Assis do Piauí	2209658	0,00	11.731.538,59	0,00
PI	São Miguel da Baixa Grande	2210383	-339.344,96	7.503.023,14	-
PI	São Miguel do Fidalgo	2210391	45.157,67	9.349.575,29	0,48
PI	Sebastião Leal	2210631	-1.159.084,23	11.677.688,19	-
PI	Simões	2210706	-245.813,60	29.671.260,00	-
PI	Tanque do Piauí	2210979	-65.091,94	8.669.977,56	-
PI	Vila Nova do Piauí	2211605	0,00	8.484.600,54	0,00
PR	Altamira do Paraná	4100459	346.341,98	12.376.137,78	2,80
PR	Alto Paraíso	4128625	0,00	18.357.240,12	0,00
PR	Altônia	4100509	3.006.092,96	40.159.688,16	7,49
PR	Alvorada do Sul	4100806	3.905.699,96	28.900.382,08	13,51
PR	Amaporã	4100905	-2.882.639,61	14.890.581,94	-
PR	Ampére	4101002	138.980,44	36.683.970,59	0,38
PR	Antônio Olinto	4101309	1.114.038,35	17.927.250,20	6,21
PR	Arapoti	4101606	-13.973.216,49	59.284.653,14	-
PR	Araruna	4101705	-452.967,68	30.717.259,00	-
PR	Ariranha do Ivaí	4101853	-744.659,15	11.507.897,77	-
PR	Assaí	4101903	-1.261.610,95	38.000.295,26	-
PR	Assis Chateaubriand	4102000	-4.121.785,75	68.898.144,14	-
PR	Astorga	4102109	1.303.177,92	49.150.510,86	2,65
PR	Balsa Nova	4102307	2.145.101,30	40.458.434,31	5,30
PR	Barbosa Ferraz	4102505	366.121,91	23.929.417,00	1,53
PR	Bela Vista da Caroba	4102752	-417.210,07	13.832.768,89	-
PR	Bituruna	4102901	1.926.640,41	40.443.043,62	4,76
PR	Boa Ventura de São Roque	4103040	1.205.645,57	18.294.395,16	6,59
PR	Boa Vista da Aparecida	4103057	-2.232.340,69	23.100.310,60	-
PR	Bom Sucesso	4103206	2.091.371,33	16.458.494,08	12,71
PR	Bom Sucesso do Sul	4103222	0,00	14.494.920,76	0,00
PR	Borrazópolis	4103305	5.195.713,21	16.861.876,54	30,81
PR	Brasilândia do Sul	4103370	1.599.274,77	14.477.010,94	11,05
PR	Cafeara	4103404	-1.201.965,96	10.679.624,28	-
PR	Cafelândia	4103453	1.348.912,07	46.227.710,82	2,92
PR	Cafezal do Sul	4103479	-628.299,32	13.307.855,45	-
PR	Califórnia	4103503	-3.558.027,35	17.519.322,84	-
PR	Cambará	4103602	-697.076,29	43.836.330,18	-
PR	Campina da Lagoa	4103909	2.801.975,95	33.253.553,86	8,43
PR	Campina Grande do Sul	4104006	-19.161.482,75	90.505.250,55	-
PR	Campo do Tenente	4104105	2.714.724,73	18.276.039,71	14,85
PR	Campo Magro	4104253	395.551,61	54.257.091,95	0,73
PR	Cantagalo	4104451	3.102.409,00	25.097.793,95	12,36
PR	Capanema	4104501	-1.917.295,91	43.222.469,78	-
PR	Catanduvas	4105003	-4.792.894,47	23.569.885,09	-
PR	Céu Azul	4105300	-4.464.030,01	35.389.737,21	-
PR	Cidade Gaúcha	4105607	-1.233.391,85	26.949.139,85	-
PR	Clevelândia	4105706	627.009,93	34.457.167,70	1,82
PR	Colorado	4105904	0,00	49.210.824,98	0,00
PR	Contenda	4106209	-8.021.050,15	33.426.049,96	-
PR	Corbélia	4106308	-2.419.836,63	40.246.709,31	-
PR	Coronel Vivida	4106506	-4.118.526,05	49.328.908,56	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Cruzeiro do Iguaçu	4106571	-556.145,79	16.369.118,97	-
PR	Cruzeiro do Oeste	4106605	-1.619.032,69	44.667.231,34	-
PR	Cruzmalina	4106852	-1.743.789,63	11.863.032,55	-
PR	Diamante D'Oeste	4107157	0,00	15.675.166,03	0,00
PR	Douradina	4107256	-6.791.036,44	21.082.068,43	-
PR	Entre Rios do Oeste	4107538	-1.522.913,55	25.500.171,74	-
PR	Esperança Nova	4107520	-1.417.492,71	10.107.473,29	-
PR	Espigão Alto do Iguaçu	4107546	858.608,19	14.864.861,89	5,78
PR	Farol	4107553	-1.082.900,26	13.364.050,85	-
PR	Fernandes Pinheiro	4107736	-2.798.260,31	20.314.302,72	-
PR	Flor da Serra do Sul	4107850	-1.864.230,38	16.771.305,67	-
PR	Floraí	4107801	-604.407,61	14.500.810,28	-
PR	Floresta	4107900	-3.701.258,39	17.336.241,10	-
PR	General Carneiro	4108502	780.099,73	28.680.704,91	2,72
PR	Godoy Moreira	4108551	-2.387.990,02	10.063.058,09	-
PR	Guamiranga	4108957	740.332,96	17.925.100,10	4,13
PR	Guaraniaçu	4109302	-5.334.040,16	33.636.233,05	-
PR	Guaratuba	4109609	42.587.114,92	97.016.242,01	43,90
PR	Icaraima	4109906	372.617,09	21.284.314,79	1,75
PR	Iguatu	4110052	541.508,38	10.024.205,81	5,40
PR	Imbituva	4110102	-3.622.888,60	52.561.212,80	-
PR	Inácio Martins	4110201	555.396,42	25.183.952,85	2,21
PR	Indianópolis	4110409	-995.067,27	15.534.907,32	-
PR	Ipiranga	4110508	-5.330.500,40	33.044.397,76	-
PR	Iretama	4110805	-11.946.760,43	25.183.330,87	-
PR	Itambaracá	4111001	-1.811.247,21	15.964.375,68	-
PR	Itapejara d'Oeste	4111209	896.928,30	25.315.256,20	3,54
PR	Itaperuçu	4111258	-1.354.316,02	41.120.149,79	-
PR	Ivaí	4111407	-1.475.209,20	24.234.967,70	-
PR	Ivatê	4111555	2.352.617,08	18.417.118,10	12,77
PR	Jaboti	4111704	178.670,94	12.878.901,02	1,39
PR	Jacarezinho	4111803	-10.473.665,12	81.965.631,26	-
PR	Janiópolis	4112207	-617.965,55	16.453.814,67	-
PR	Jussara	4113007	-319.184,10	20.587.835,15	-
PR	Lapa	4113205	-54.757.015,50	93.433.863,56	-
PR	Laranjal	4113254	-311.767,45	14.649.612,38	-
PR	Lindoeste	4113452	-909.594,74	14.894.671,10	-
PR	Lobato	4113601	-1.203.347,35	15.170.302,92	-
PR	Lunardelli	4113759	2.654.197,53	13.877.217,56	19,13
PR	Lupionópolis	4113809	75.700,94	13.928.933,26	0,54
PR	Mallet	4113908	5.452.275,51	27.698.629,16	19,68
PR	Mandaguacu	4114104	-4.045.328,98	40.841.249,17	-
PR	Mandaguari	4114203	7.970.421,58	74.247.114,34	10,73
PR	Mandirituba	4114302	7.361.002,55	47.527.807,99	15,49
PR	Manoel Ribas	4114500	-1.710.131,38	30.951.904,99	-
PR	Maria Helena	4114708	-2.590.315,47	14.008.055,63	-
PR	Marialva	4114807	-5.823.461,95	69.688.526,39	-
PR	Marilena	4115002	-1.226.983,75	15.524.214,44	-
PR	Mariluz	4115101	761.827,09	22.461.003,67	3,39
PR	Mariópolis	4115309	-109.828,94	18.081.020,94	-
PR	Maripá	4115358	-3.214.257,50	12.408.051,74	-
PR	Marumbi	4115507	1.195.006,22	13.224.617,50	9,04
PR	Mercedes	4115853	-4.496.392,69	23.233.080,60	-
PR	Mirador	4115903	6.083.287,29	11.192.842,70	54,35
PR	Missal	4116059	-3.331.735,33	38.182.928,85	-
PR	Moreira Sales	4116109	-445.960,36	24.487.425,73	-
PR	Morretes	4116208	-1.960.665,44	37.700.931,08	-
PR	Nova Aliança do Ivaí	4116505	-520.327,51	9.294.550,61	-
PR	Nova América da Colina	4116604	273.817,13	12.280.887,34	2,23
PR	Nova Aurora	4116703	-1.231.335,04	31.544.840,54	-
PR	Nova Cantu	4116802	-1.434.064,83	16.451.915,04	-
PR	Nova Esperança	4116901	2.850.661,36	49.145.944,00	5,80
PR	Nova Esperança do Sudoeste	4116950	1.208.737,37	15.378.574,57	7,86
PR	Nova Laranjeiras	4117057	-2.314.045,26	25.204.044,95	-
PR	Nova Londrina	4117107	14.289.788,63	26.444.976,31	54,04
PR	Nova Prata do Iguaçu	4117255	4.377.545,91	28.172.620,11	15,54

PR	Nova Santa Bárbara	4117214	-1.569.277,04	12.707.323,08	-
PR	Nova Santa Rosa	4117222	-2.579.081,65	23.240.548,94	-
PR	Nova Tebas	4117271	-1.800.499,52	18.087.825,91	-
PR	Ouro Verde do Oeste	4117453	308.678,95	18.530.168,15	1,67
PR	Palmeira	4117701	-4.293.090,37	73.056.818,88	-
PR	Palmital	4117800	1.474.854,52	28.557.261,26	5,16
PR	Paraíso do Norte	4118006	-2.777.142,05	24.980.654,24	-
PR	Paranapoema	4118303	2.467.035,67	10.934.390,44	22,56
PR	Pato Bragado	4118451	-10.691.514,11	29.313.110,45	-
PR	Paula Freitas	4118600	-2.460.891,14	16.018.501,17	-
PR	Piên	4119103	1.848.711,46	29.334.545,31	6,30
PR	Pinhalão	4119202	-2.360.615,57	15.918.988,92	-
PR	Pitangueiras	4119657	14.117,38	11.589.485,03	0,12
PR	Planalto	4119806	960.855,46	28.904.530,07	3,32
PR	Pontal do Paraná	4119954	-18.349.096,07	62.171.701,78	-
PR	Porto Amazonas	4120101	0,00	14.027.002,92	0,00
PR	Prado Ferreira	4120333	-49.843,06	12.056.142,66	-
PR	Primeiro de Maio	4120507	-1.694.385,36	25.708.224,20	-
PR	Quatro Pontes	4120853	-3.770.465,76	15.508.899,68	-
PR	Quedas do Iguaçu	4120903	8.185.255,82	59.177.872,47	13,83
PR	Quitandinha	4121208	2.669.406,86	34.406.327,17	7,76
PR	Ramilândia	4121257	-867.295,33	13.406.657,52	-
PR	Realeza	4121406	86.443,17	36.204.331,06	0,24
PR	Renascença	4121604	-3.672.330,04	20.051.416,36	-
PR	Ribeirão Claro	4121802	-6.664.275,96	31.011.641,42	-
PR	Rio Bonito do Iguaçu	4122156	2.187.761,83	33.707.136,27	6,49
PR	Rio Branco do Sul	4122206	28.911.119,34	73.554.360,12	39,31
PR	Rio Negro	4122305	-7.258.168,13	64.381.184,44	-
PR	Rondon	4122602	-3.031.314,26	22.974.010,82	-
PR	Santa Cruz de Monte Castelo	4123303	1.455.000,67	17.886.569,64	8,13
PR	Santa Fé	4123402	-2.583.012,48	23.507.799,99	-
PR	Santa Izabel do Oeste	4123808	2.349.027,43	29.502.633,66	7,96
PR	Santa Lúcia	4123824	0,00	12.582.278,69	0,00
PR	Santa Terezinha de Itaipu	4124053	-13.859.319,32	58.334.361,43	-
PR	Santo Antônio da Platina	4124103	-6.012.398,26	74.111.156,45	-
PR	Santo Antônio do Paraíso	4124301	-4.163.320,04	12.093.191,21	-
PR	São Carlos do Ivaí	4124608	425.652,86	18.852.527,72	2,26
PR	São João	4124806	3.186.430,80	28.721.972,41	11,09
PR	São João do Ivaí	4125001	866.637,06	23.566.880,26	3,68
PR	São João do Triunfo	4125100	-506.599,70	27.895.573,86	-
PR	São Jorge do Patrocínio	4125357	-1.223.842,04	23.182.762,67	-
PR	São Jorge d'Oeste	4125209	5.722.139,74	36.380.640,31	15,73
PR	São José das Palmeiras	4125456	-320.006,49	12.096.832,05	-
PR	São Manoel do Paraná	4125555	-4.666.369,13	10.509.486,52	-
PR	São Mateus do Sul	4125605	-656.721,51	84.318.152,03	-
PR	São Miguel do Iguaçu	4125704	-14.542.300,14	83.242.020,69	-
PR	São Pedro do Ivaí	4125803	-2.728.100,92	24.742.549,40	-
PR	São Pedro do Paraná	4125902	-1.270.696,58	12.091.424,54	-
PR	Sapopema	4126207	358.617,16	16.825.544,34	2,13
PR	Saudade do Iguaçu	4126272	-2.835.091,00	35.999.604,03	-
PR	Sengés	4126306	584.546,48	36.922.578,25	1,58
PR	Sertaneja	4126405	-4.089.194,68	22.064.285,44	-
PR	Siqueira Campos	4126603	473.554,57	36.325.018,83	1,30
PR	Sulina	4126652	979.711,71	13.410.676,13	7,31
PR	Tapejara	4126801	467.029,77	34.107.168,58	1,37
PR	Tapira	4126900	-644.454,71	15.144.216,22	-
PR	Teixeira Soares	4127007	1.884.567,19	25.918.678,66	7,27
PR	Terra Rica	4127304	3.632.315,15	34.744.809,85	10,45
PR	Tibagi	4127502	-6.341.347,53	58.450.503,60	-
PR	Tijucas do Sul	4127601	-4.558.616,92	30.419.799,02	-
PR	Três Barras do Paraná	4127858	4.200.428,09	32.684.203,31	12,85
PR	Tunas do Paraná	4127882	-5.266.858,45	16.846.367,68	-
PR	Tupãssi	4127957	-5.118.075,45	23.592.725,45	-
PR	Vera Cruz do Oeste	4128559	-160.597,24	19.107.224,79	-
PR	Verê	4128609	158.408,48	19.105.382,66	0,83
PR	Vitorino	4128708	-3.731.357,64	18.919.322,97	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	Wenceslau Braz	4128500	-1.392.417,03	34.603.456,90	-
PR	Xambê	4128807	-434.537,33	14.673.887,73	-
RJ	Cantagalo	3301108	-5.917.617,60	73.077.087,90	-
RJ	Porto Real	3304110	-7.218.656,10	181.005.048,60	-
RJ	Quatis	3304128	-2.109.556,50	50.216.411,80	-
RJ	Rio Claro	3304409	10.791.635,00	70.617.167,00	15,28
RJ	Rio das Flores	3304508	-1.856.244,47	42.002.275,43	-
RJ	São Sebastião do Alto	3305307	-10.770.285,50	38.530.702,10	-
RN	Apodi	2401008	-10.825.281,71	50.824.625,67	-
RN	Areia Branca	2401107	9.285.002,43	73.279.695,86	12,67
RN	Augusto Severo	2401305	-1.887.400,46	17.297.159,45	-
RN	Bodó	2401651	-1.035.819,02	12.278.561,84	-
RN	Bom Jesus	2401701	3.955.518,19	17.628.725,29	22,44
RN	Coronel João Pessoa	2402907	-441.836,78	13.736.589,69	-
RN	Cruzeta	2403004	20.509,51	16.241.523,14	0,13
RN	Doutor Severiano	2403202	3.134.681,39	14.721.730,77	21,29
RN	Fernando Pedroza	2403756	-265.227,94	9.813.598,55	-
RN	Ipanguaçu	2404705	-35.025,40	24.690.556,38	-
RN	José da Penha	2406007	0,00	12.512.388,75	0,00
RN	Lagoa d'Anta	2406205	232.489,61	13.289.973,13	1,75
RN	Lagoa de Pedras	2406304	4.223.658,53	16.016.658,76	26,37
RN	Lajes	2406700	-879.058,34	21.579.630,66	-
RN	Lajes Pintadas	2406809	-64.561,96	11.656.239,15	-
RN	Montanhas	2407708	-2.813.153,94	21.250.904,21	-
RN	Monte das Gameleiras	2407906	0,00	10.294.281,56	0,00
RN	Paraná	2408607	0,00	11.971.526,39	0,00
RN	Paraú	2408706	-565.135,63	10.415.076,66	-
RN	Parelhas	2408904	6.016.285,48	31.744.486,42	18,95
RN	Pedro Avelino	2409704	1.715.437,20	15.123.237,76	11,34
RN	Pedro Velho	2409803	-1.470.442,56	26.131.135,76	-
RN	Poço Branco	2410108	4.691.938,57	20.354.449,81	23,05
RN	Portalegre	2410207	0,00	14.199.104,09	0,00
RN	Rio do Fogo	2408953	0,00	26.557.842,45	0,00
RN	Rodolfo Fernandes	2411007	-673.346,58	12.594.122,27	-
RN	Ruy Barbosa	2411106	5.380.043,34	12.186.380,97	44,15
RN	Santana do Seridó	2411429	-49.635,60	9.947.910,30	-
RN	São Bento do Trairi	2411700	-1.412.505,66	12.124.782,95	-
RN	São Francisco do Oeste	2411908	0,00	10.623.622,92	0,00
RN	São João do Sabugi	2412104	-2.651.125,20	12.054.739,24	-
RN	São Miguel	2412500	5.571.095,25	37.037.825,57	15,04
RN	São Paulo do Potengi	2412609	0,00	30.546.105,06	0,00
RN	São Pedro	2412708	609.297,34	13.585.284,66	4,48
RN	Senador Elói de Souza	2413102	-1.543.526,71	13.552.017,24	-
RN	Serra de São Bento	2413300	0,00	11.201.454,02	0,00
RN	Taboleiro Grande	2413805	-1.346.093,14	10.037.422,46	-
RN	Várzea	2414704	0,00	10.555.206,13	0,00
RO	Alta Floresta D'Oeste	1100015	-6.530.760,28	44.111.304,55	-
RO	Alto Alegre dos Parecis	1100379	-3.082.066,57	26.949.063,66	-
RO	Alvorada D'Oeste	1100346	-1.513.400,00	29.908.177,69	-
RO	Buritis	1100452	-10.684.703,67	59.300.848,40	-
RO	Cabixi	1100031	-5.650.120,39	16.887.558,97	-
RO	Colorado do Oeste	1100064	-5.755.150,96	29.248.586,62	-
RO	Corumbiara	1100072	-3.803.630,54	22.354.123,35	-
RO	Cujubim	1100940	-4.201.537,60	37.095.822,32	-
RO	Espigão D'Oeste	1100098	-12.115.994,49	54.712.863,40	-
RO	Governador Jorge Teixeira	1101005	-5.613.543,57	20.881.187,56	-
RO	Monte Negro	1101401	-1.335.659,04	28.762.371,81	-
RO	Nova União	1101435	-3.471.385,02	16.134.058,53	-
RO	Parecis	1101450	-3.067.147,60	14.229.838,97	-
RO	Pimenteiras do Oeste	1101468	-2.734.565,92	13.877.330,22	-
RO	Primavera de Rondônia	1101476	-2.025.411,00	11.483.990,57	-
RO	São Francisco do Guaporé	1101492	-5.237.918,52	39.206.118,30	-
RO	Seringueiras	1101500	17.002.115,66	27.032.816,39	62,89
RO	Teixeirópolis	1101559	-5.293.006,70	13.810.136,95	-
RO	Vale do Anari	1101757	-3.395.124,25	16.970.367,99	-
RS	Aceguá	4300034	-3.335.971,34	20.365.978,57	-

RS	Água Santa	4300059	-1.433.516,79	15.021.663,04	-
RS	Agudo	4300109	1.269.225,82	38.954.240,12	3,26
RS	Ajuricaba	4300208	-1.615.621,72	18.465.107,28	-
RS	Alecrim	4300307	0,00	7.814.373,78	0,00
RS	Alegria	4300455	-1.469.815,76	13.035.149,81	-
RS	Almirante Tamandaré do Sul	4300471	-1.772.107,25	11.160.151,26	-
RS	Alpestre	4300505	0,00	40.239.670,63	0,00
RS	Alto Alegre	4300554	-2.287.171,02	10.924.989,08	-
RS	Alto Feliz	4300570	-1.741.514,27	11.769.517,65	-
RS	Amaral Ferrador	4300638	1.760.472,07	14.050.550,50	12,53
RS	Ametista do Sul	4300646	-17.560.812,09	15.278.170,74	-
RS	André da Rocha	4300661	-2.360.050,64	10.411.597,49	-
RS	Anta Gorda	4300703	-205.865,94	16.187.790,67	-
RS	Antônio Prado	4300802	-3.878.853,93	33.479.606,35	-
RS	Araricá	4300877	-1.353.487,48	17.065.952,07	-
RS	Arroio do Meio	4301008	-7.271.906,36	53.536.708,11	-
RS	Arroio do Sal	4301057	-9.099.169,90	35.534.520,86	-
RS	Arroio Grande	4301305	-196.160,46	40.394.493,66	-
RS	Augusto Pestana	4301503	-3.307.630,71	18.789.581,38	-
RS	Aurea	4301552	-864.541,56	12.145.156,22	-
RS	Balneário Pinhal	4301636	683.163,38	34.561.717,90	1,98
RS	Barra do Quaraí	4301875	-1.359.631,06	16.512.667,92	-
RS	Barra Funda	4301958	-713.673,45	13.692.645,07	-
RS	Barracão	4301800	-1.524.276,01	17.396.373,40	-
RS	Barros Cassal	4302006	348.824,12	28.161.549,65	1,24
RS	Benjamin Constant do Sul	4302055	-1.289.524,54	10.565.673,78	-
RS	Boa Vista das Missões	4302154	-40.892,76	11.073.091,74	-
RS	Boa Vista do Buricá	4302204	-2.556.140,07	17.447.818,04	-
RS	Boa Vista do Cadeado	4302220	-1.668.338,55	14.727.487,91	-
RS	Boa Vista do Incra	4302238	-1.497.930,87	13.678.602,35	-
RS	Boa Vista do Sul	4302253	-3.098.844,30	15.268.266,55	-
RS	Bom Princípio	4302352	-3.568.774,85	41.328.506,83	-
RS	Bom Retiro do Sul	4302402	-2.111.036,61	23.252.785,21	-
RS	Bossoroca	4302501	-1.594.051,92	20.029.570,75	-
RS	Bozano	4302584	-1.796.309,79	9.841.043,33	-
RS	Braga	4302600	621.193,76	11.008.153,21	5,64
RS	Butiá	4302709	7.961.186,97	38.930.811,45	20,45
RS	Caçapava do Sul	4302808	3.546.718,71	64.004.970,22	5,54
RS	Cacequi	4302907	2.377.265,55	29.183.410,21	8,15
RS	Cacique Doble	4303202	-1.462.129,29	12.622.574,93	-
RS	Caíara	4303400	90.578,40	17.879.377,65	0,51
RS	Camargo	4303558	-1.092.728,24	12.836.011,46	-
RS	Campina das Missões	4303707	-2.061.359,11	15.455.072,39	-
RS	Campinas do Sul	4303806	-6.777.334,73	16.476.792,35	-
RS	Candiota	4304358	3.621.423,36	42.739.373,24	8,47
RS	Canela	4304408	-13.921.444,21	105.324.153,32	-
RS	Capão Bonito do Sul	4304622	-883.186,99	11.678.510,68	-
RS	Capão do Cipó	4304655	834.256,29	15.498.658,35	5,38
RS	Capitão	4304697	-2.711.838,38	14.344.475,21	-
RS	Capivari do Sul	4304671	-3.806.088,49	15.489.528,45	-
RS	Carlos Barbosa	4304804	-3.547.047,29	81.366.379,34	-
RS	Carlos Gomes	4304853	-1.058.999,34	8.527.384,64	-
RS	Caseiros	4304952	-2.492.576,13	11.656.296,12	-
RS	Catuípe	4305009	-1.841.381,57	20.996.195,34	-
RS	Centenário	4305116	-1.348.126,97	11.490.032,01	-
RS	Cerro Grande	4305157	690.163,90	11.184.635,25	6,17
RS	Chapada	4305306	-1.188.930,05	23.834.224,04	-
RS	Charqueadas	4305355	4.621.740,18	87.876.984,27	5,26
RS	Charrua	4305371	-3.278.757,60	10.413.516,50	-
RS	Chuvisca	4305447	-1.737.387,09	13.018.603,82	-
RS	Colinas	4305587	-653.549,03	11.732.737,12	-
RS	Colorado	4305603	-12.121.596,17	14.450.138,40	-
RS	Condor	4305702	-700.611,25	18.663.877,01	-
RS	Constantina	4305801	45.725,29	25.720.012,90	0,18
RS	Coqueiro Baixo	4305835	-1.275.848,99	9.734.186,05	-
RS	Coronel Barros	4305871	-2.593.792,01	13.358.555,29	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Coronel Bicaco	4305900	-11.503.394,28	18.417.408,40	-
RS	Coronel Pilar	4305934	-3.260.990,32	9.757.517,08	-
RS	Cotiporã	4305959	-1.653.248,94	14.719.145,15	-
RS	Crissiumal	4306007	-1.186.675,95	28.781.599,30	-
RS	Cristal	4306056	-5.671.258,00	17.963.840,83	-
RS	Cruzeiro do Sul	4306205	-1.901.051,53	24.708.273,11	-
RS	David Canabarro	4306304	-636.327,30	12.993.874,82	-
RS	Derrubadas	4306320	0,00	12.850.666,79	0,00
RS	Dois Irmãos	4306403	-8.112.956,81	70.498.220,04	-
RS	Dois Lajeados	4306452	-982.213,05	13.449.443,32	-
RS	Dom Feliciano	4306502	-3.318.223,26	30.774.905,04	-
RS	Dom Pedrito	4306601	-7.862.883,11	79.701.560,83	-
RS	Dona Francisca	4306700	-640.848,82	12.004.884,31	-
RS	Doutor Ricardo	4306759	-543.741,69	9.701.481,06	-
RS	Eldorado do Sul	4306767	-3.213.631,67	86.455.108,93	-
RS	Entre Rios do Sul	4306957	-6.902.241,73	16.180.548,22	-
RS	Entre-Ijuís	4306932	-808.110,63	22.089.136,86	-
RS	Ernestina	4307054	-1.823.148,51	13.273.985,22	-
RS	Erval Grande	4307203	-480.744,48	15.831.337,23	-
RS	Esperança do Sul	4307450	-2.659.578,01	12.052.470,84	-
RS	Estância Velha	4307609	-8.245.380,85	97.836.227,03	-
RS	Estrela	4307807	-11.162.862,52	76.469.209,38	-
RS	Eugênio de Castro	4307831	-480.993,75	12.928.990,46	-
RS	Fagundes Varela	4307864	-2.464.687,63	12.860.406,45	-
RS	Faxinal do Soturno	4308003	947.203,48	14.108.156,28	6,71
RS	Fazenda Vilanova	4308078	-1.197.136,23	14.494.701,47	-
RS	Feliz	4308102	-7.649.315,68	33.894.107,54	-
RS	Flores da Cunha	4308201	-16.692.889,24	76.790.120,82	-
RS	Floriano Peixoto	4308250	-9.787.767,95	10.076.954,12	-
RS	Fontoura Xavier	4308300	1.507.529,78	19.869.090,59	7,59
RS	Forquetinha	4308433	-2.645.988,53	10.121.937,30	-
RS	Garibaldi	4308607	-20.772.389,43	83.398.586,09	-
RS	Gaurama	4308706	-7.510.940,98	16.063.715,39	-
RS	Getúlio Vargas	4308904	2.331.846,38	33.276.298,35	7,01
RS	Girua	4309001	-9.020.659,34	50.577.279,16	-
RS	Glorinha	4309050	-4.031.997,54	26.168.130,34	-
RS	Gramado	4309100	-17.568.513,09	171.857.444,59	-
RS	Gramado dos Loureiros	4309126	571.239,63	10.079.090,81	5,67
RS	Gramado Xavier	4309159	-3.406.099,20	11.891.184,90	-
RS	Guabiju	4309258	-2.747.805,64	9.180.903,57	-
RS	Guarani das Missões	4309506	-278.786,56	17.395.670,93	-
RS	Harmonia	4309555	-2.481.774,41	18.093.061,13	-
RS	Herval	4307104	-1.426.412,78	18.790.993,16	-
RS	Herveiras	4309571	-2.238.545,57	10.325.238,66	-
RS	Horizontina	4309605	-10.012.181,72	61.709.322,37	-
RS	Hulha Negra	4309654	-4.247.918,87	16.833.130,40	-
RS	Humaitá	4309704	-22.340.301,93	14.452.985,51	-
RS	Ibarama	4309753	-1.030.773,19	13.249.416,44	-
RS	Ibiaçá	4309803	-4.160.705,68	16.583.153,98	-
RS	Ibiraiaras	4309902	-864.330,66	17.776.249,63	-
RS	Ibirapuitã	4309951	-321.048,63	14.561.844,23	-
RS	Igrejinha	4310108	-6.516.549,05	86.277.784,95	-
RS	Ilópolis	4310306	-1.965.775,77	12.838.803,77	-
RS	Independência	4310405	1.593.784,85	16.357.788,10	9,74
RS	Inhacorá	4310413	1.379.628,53	10.174.050,86	13,56
RS	Ipê	4310439	-594.251,28	16.502.676,98	-
RS	Ipiranga do Sul	4310462	-3.135.396,14	11.346.117,98	-
RS	Itapuca	4310579	-1.297.732,60	9.391.082,98	-
RS	Itati	4310652	-2.068.161,39	9.810.626,39	-
RS	Itatiba do Sul	4310702	-787.563,42	12.899.737,23	-
RS	Ivorá	4310751	-12.921.120,34	9.910.707,41	-
RS	Ivoti	4310801	-4.324.718,56	58.175.909,09	-
RS	Jacuízinho	4310876	-1.041.197,14	11.241.757,21	-
RS	Jaguarão	4311007	-27.624.866,11	51.038.943,39	-
RS	Jaguari	4311106	1.542.173,32	21.151.669,83	7,29
RS	Jari	4311130	-2.244.692,63	12.514.480,56	-

RS	Jóia	4311155	-2.244.656,18	25.305.279,26	-
RS	Júlio de Castilhos	4311205	-897.472,26	48.248.099,87	-
RS	Lagoa dos Três Cantos	4311270	-401.463,52	11.058.589,32	-
RS	Lagoa Vermelha	4311304	-11.943.346,98	54.786.330,67	-
RS	Lagoão	4311254	-1.739.167,27	13.891.856,78	-
RS	Lavras do Sul	4311502	-3.259.718,86	21.944.029,30	-
RS	Lindolfo Collor	4311627	-1.261.286,96	16.929.389,69	-
RS	Linha Nova	4311643	-3.539.239,61	8.820.669,53	-
RS	Maquiné	4311775	-826.513,81	16.597.495,06	-
RS	Maratá	4311791	-2.810.192,39	12.003.979,71	-
RS	Marau	4311809	-8.445.147,37	96.902.430,90	-
RS	Marques de Souza	4312054	-1.593.575,29	14.207.843,99	-
RS	Mata	4312104	186.452,13	14.407.978,54	1,29
RS	Mato Leitão	4312153	-17.932.327,54	16.103.955,05	-
RS	Mato Queimado	4312179	-2.116.475,06	11.467.684,79	-
RS	Miraguaí	4312302	1.060.778,89	12.994.733,10	8,16
RS	Montauri	4312351	-2.190.279,56	10.637.860,40	-
RS	Monte Belo do Sul	4312385	-4.607.996,42	12.628.378,22	-
RS	Morro Redondo	4312450	-3.449.423,49	14.463.098,27	-
RS	Morro Reuter	4312476	-1.277.013,79	15.576.766,10	-
RS	Mostardas	4312500	496.663,57	30.217.399,95	1,64
RS	Muçum	4312609	-623.872,44	14.525.479,24	-
RS	Muliterno	4312625	-926.312,58	10.752.282,71	-
RS	Não-Me-Toque	4312658	-11.175.166,27	49.699.219,72	-
RS	Nicolau Vergueiro	4312674	-366.632,69	10.182.292,85	-
RS	Nonoai	4312708	780.506,64	26.743.489,08	2,92
RS	Nova Alvorada	4312757	-2.669.179,30	14.212.377,72	-
RS	Nova Araçá	4312807	0,00	16.179.118,85	0,00
RS	Nova Boa Vista	4312955	-2.036.531,91	11.445.511,12	-
RS	Nova Candelária	4313011	-3.741.550,86	13.818.662,97	-
RS	Nova Esperança do Sul	4313037	-375.403,37	12.619.379,85	-
RS	Nova Hartz	4313060	-1.027.831,02	42.087.264,79	-
RS	Nova Pádua	4313086	-2.191.942,31	12.053.615,55	-
RS	Nova Palma	4313102	-164.171,55	18.233.167,36	-
RS	Nova Petrópolis	4313201	-12.377.280,54	53.086.130,28	-
RS	Nova Prata	4313300	-12.136.019,72	70.584.823,12	-
RS	Novo Barreiro	4313490	-8.856.572,19	12.624.985,35	-
RS	Novo Cabrais	4313391	-1.216.872,95	12.059.388,30	-
RS	Novo Machado	4313425	2.599.561,37	13.061.317,37	19,90
RS	Novo Tiradentes	4313441	-658.827,77	10.315.079,40	-
RS	Osório	4313508	-49.066.857,05	168.883.566,75	-
RS	Paim Filho	4313607	-1.725.943,31	12.730.454,58	-
RS	Palmeira das Missões	4313706	0,00	68.871.734,67	0,00
RS	Palmitinho	4313805	-2.499.700,35	16.400.949,98	-
RS	Panambi	4313904	-13.344.740,30	113.683.855,94	-
RS	Pantano Grande	4313953	205.827,54	21.976.866,65	0,94
RS	Paráí	4314001	-3.386.831,94	21.974.055,99	-
RS	Pareci Novo	4314035	-1.694.075,36	15.042.477,90	-
RS	Passa Sete	4314068	-3.270.875,04	13.549.212,00	-
RS	Passo do Sobrado	4314076	-2.574.522,26	16.318.040,72	-
RS	Paulo Bento	4314134	-1.424.372,14	11.102.202,36	-
RS	Paverama	4314159	-1.284.839,80	15.870.449,17	-
RS	Pedras Altas	4314175	-4.137.241,13	13.602.332,81	-
RS	Pejuçara	4314308	361.261,32	16.078.992,81	2,25
RS	Picada Café	4314423	-3.520.063,09	20.784.899,19	-
RS	Pinhai da Serra	4314464	-1.850.264,01	19.864.498,74	-
RS	Pinhai Grande	4314472	-2.744.957,92	20.539.398,91	-
RS	Pinheirinho do Vale	4314498	-1.095.112,14	13.215.463,72	-
RS	Pirapó	4314555	-1.310.467,86	11.078.257,46	-
RS	Planalto	4314704	0,00	20.082.350,05	0,00
RS	Pontão	4314779	-1.861.672,24	18.931.837,09	-
RS	Portão	4314803	1.921.018,86	66.846.206,65	2,87
RS	Porto Mauá	4315057	-1.091.097,08	11.036.967,54	-
RS	Porto Vera Cruz	4315073	0,00	9.915.769,26	0,00
RS	Porto Xavier	4315107	-1.353.839,55	22.967.741,88	-
RS	Pouso Novo	4315131	-1.413.598,88	9.642.187,95	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	Presidente Lucena	4315149	-2.041.307,94	11.291.683,52	-
RS	Progresso	4315156	-2.284.838,28	14.791.122,71	-
RS	Protásio Alves	4315172	-1.130.478,28	10.293.238,61	-
RS	Putinga	4315206	-3.964.491,43	13.090.514,86	-
RS	Quevedos	4315321	-1.117.552,03	12.568.069,81	-
RS	Redentora	4315404	1.051.319,88	18.441.999,75	5,70
RS	Relvado	4315453	-940.770,80	9.954.274,74	-
RS	Restinga Seca	4315503	-55.630,81	32.956.046,32	-
RS	Rio dos Índios	4315552	0,00	13.461.435,99	0,00
RS	Rio Pardo	4315701	1.153.496,24	84.347.223,01	1,37
RS	Roca Sales	4315800	856.505,51	24.502.315,02	3,50
RS	Ronda Alta	4316105	-86.227,56	24.966.593,90	-
RS	Rondinha	4316204	-5.913.946,49	16.555.560,74	-
RS	Roque Gonzales	4316303	-1.410.845,92	16.653.036,15	-
RS	Rosário do Sul	4316402	33.343.544,36	62.427.242,04	53,41
RS	Saldanha Marinho	4316436	1.524.145,75	12.489.021,80	12,20
RS	Salvador das Missões	4316477	-619.089,04	13.251.603,67	-
RS	Salvador do Sul	4316501	-2.131.639,07	20.054.084,77	-
RS	Sananduva	4316600	-3.452.683,45	34.452.889,35	-
RS	Santa Clara do Sul	4316758	-4.668.658,62	16.896.668,81	-
RS	Santa Maria do Herval	4316956	-997.956,84	16.452.237,91	-
RS	Santa Tereza	4317251	-1.165.807,68	9.107.896,18	-
RS	Santana da Boa Vista	4317004	-2.110.986,51	17.671.846,86	-
RS	Santo Antônio da Patrulha	4317608	-3.128.274,93	83.328.891,98	-
RS	Santo Cristo	4317905	-884.584,98	31.199.837,23	-
RS	Santo Expedito do Sul	4317954	-706.984,75	10.648.991,08	-
RS	São Domingos do Sul	4318051	214.641,27	11.460.874,19	1,87
RS	São Francisco de Assis	4318101	-1.964.080,14	40.365.468,50	-
RS	São Jerônimo	4318408	-31.115.921,77	35.425.312,96	-
RS	São João da Urtiga	4318424	-1.687.706,14	15.022.731,52	-
RS	São João do Polêsine	4318432	-111.766,91	9.976.620,99	-
RS	São Jorge	4318440	-1.249.531,07	10.483.346,16	-
RS	São José do Herval	4318465	-582.298,40	11.088.237,90	-
RS	São José do Inhacorá	4318499	-1.261.925,99	11.044.190,04	-
RS	São José do Norte	4318507	-10.982.146,81	57.719.767,18	-
RS	São José do Ouro	4318606	-1.095.297,51	16.527.452,42	-
RS	São José do Sul	4318614	-2.242.518,36	12.639.737,46	-
RS	São Lourenço do Sul	4318804	-17.878.770,17	90.584.864,25	-
RS	São Marcos	4319000	-1.357.035,98	53.450.574,15	-
RS	São Martinho	4319109	0,00	16.088.429,59	0,00
RS	São Miguel das Missões	4319158	-2.350.328,73	25.774.402,64	-
RS	São Pedro da Serra	4319356	-2.350.838,96	13.887.456,00	-
RS	São Pedro do Butiá	4319372	-12.197.462,88	12.066.700,01	-
RS	São Pedro do Sul	4319406	-2.512.636,88	43.061.916,40	-
RS	São Sebastião do Cai	4319505	-2.358.648,44	57.061.806,18	-
RS	São Valentim	4319703	-3.180.364,41	12.650.888,18	-
RS	São Valentim do Sul	4319711	-1.782.825,14	9.832.144,20	-
RS	São Vendelino	4319752	-1.946.924,05	12.506.780,89	-
RS	São Vicente do Sul	4319802	-1.466.459,44	20.995.022,96	-
RS	Sarandi	4320107	-4.307.128,95	43.849.151,50	-
RS	Seberi	4320206	445.450,40	23.391.491,56	1,90
RS	Sede Nova	4320230	-3.982.672,31	11.820.398,64	-
RS	Selbach	4320305	-309.883,96	16.602.696,16	-
RS	Senador Salgado Filho	4320321	-1.035.727,30	11.058.556,11	-
RS	Serafina Corrêa	4320404	-2.196.909,93	40.806.555,74	-
RS	Sete de Setembro	4320578	238.328,10	9.927.064,91	2,40
RS	Severiano de Almeida	4320602	-1.976.517,23	13.237.617,51	-
RS	Silveira Martins	4320651	-1.087.807,83	10.319.470,93	-
RS	Sinimbu	4320677	-6.893.693,17	21.717.437,97	-
RS	Sobradinho	4320701	178,75	30.569.544,67	0,00
RS	Soledade	4320800	4.756.338,96	59.984.512,94	7,93
RS	Tabaí	4320859	-913.274,43	11.654.359,02	-
RS	Tapejara	4320909	-5.238.384,04	46.596.600,26	-
RS	Tapera	4321006	899.305,23	26.225.640,37	3,43
RS	Tapes	4321105	-3.288.814,08	34.265.164,64	-
RS	Taquari	4321303	-2.865.101,09	45.751.342,05	-

RS	Taquaruçu do Sul	4321329	-1.556.733,71	11.404.836,95	-
RS	Tavares	4321352	844.306,99	13.042.882,68	6,47
RS	Tenente Portela	4321402	3.524.201,04	31.515.613,52	11,18
RS	Terra de Areia	4321436	-477.448,27	24.316.126,55	-
RS	Teutônia	4321451	-898.627,48	69.808.473,01	-
RS	Tio Hugo	4321469	1.006.549,40	12.240.802,12	8,22
RS	Tiradentes do Sul	4321477	-2.263.217,01	13.969.894,06	-
RS	Tramandaí	4321600	-5.967.787,94	150.374.330,06	-
RS	Travesseiro	4321626	-2.292.460,29	11.122.946,64	-
RS	Três Arroios	4321634	-384.876,37	12.827.221,78	-
RS	Três Cachoeiras	4321667	-3.914.920,79	20.496.452,51	-
RS	Três de Maio	4321808	-1.698.132,16	45.147.539,26	-
RS	Três Forquilhas	4321832	1.118.862,54	11.684.231,92	9,58
RS	Três Palmeiras	4321857	-870.434,29	13.646.950,78	-
RS	Três Passos	4321907	-5.495.496,87	49.994.804,96	-
RS	Trindade do Sul	4321956	313.087,94	14.353.343,56	2,18
RS	Triunfo	4322004	29.496.732,57	177.299.615,44	16,64
RS	Tucunduva	4322103	211.218,61	14.999.541,64	1,41
RS	Tupanci do Sul	4322186	-837.534,00	9.752.079,17	-
RS	Tupanciretã	4322202	5.518.612,74	54.787.146,51	10,07
RS	Tupandi	4322251	-1.266.871,44	24.715.880,72	-
RS	Tuparendi	4322301	580.131,74	18.433.283,67	3,15
RS	União da Serra	4322350	0,00	9.330.731,80	0,00
RS	Unistalda	4322376	-147.561,69	10.438.145,37	-
RS	Vale do Sol	4322533	-5.855.637,18	24.208.941,16	-
RS	Vale Real	4322541	-700.011,16	15.340.314,46	-
RS	Vale Verde	4322525	-935.684,02	11.797.489,84	-
RS	Vanini	4322558	-1.121.689,36	10.405.913,50	-
RS	Vera Cruz	4322707	-9.303.481,62	55.927.577,73	-
RS	Veranópolis	4322806	-10.767.696,23	70.880.663,92	-
RS	Vespasiano Correa	4322855	-2.247.592,53	10.832.739,06	-
RS	Vicente Dutra	4323101	-2.177.239,42	12.322.538,27	-
RS	Victor Graeff	4323200	-2.600.923,26	13.975.229,28	-
RS	Vila Flores	4323309	-1.699.201,42	15.269.236,19	-
RS	Vila Lângaro	4323358	-1.441.566,67	12.239.729,99	-
RS	Vila Maria	4323408	-659.895,64	15.845.207,89	-
RS	Vista Alegre	4323507	-844.704,10	10.791.651,23	-
RS	Vista Alegre do Prata	4323606	-944.545,65	12.214.648,50	-
RS	Westfália	4323770	-2.280.595,28	16.383.163,10	-
RS	Xangri-lá	4323804	-27.713.586,02	82.786.942,23	-
SC	Abdon Batista	4200051	-3.590.263,09	16.176.431,63	-
SC	Abelardo Luz	4200101	-5.644.281,92	46.439.250,43	-
SC	Agronômica	4200309	-307.889,26	14.140.789,09	-
SC	Água Doce	4200408	-6.423.440,52	22.154.478,14	-
SC	Águas de Chapécó	4200507	-66.320,91	14.744.260,92	-
SC	Águas Frias	4200556	-2.209.194,12	11.158.103,22	-
SC	Anchieta	4200804	-1.817.282,21	14.984.442,55	-
SC	Angelina	4200903	745.187,12	15.338.164,46	4,86
SC	Antônio Carlos	4201208	-2.744.331,21	25.818.966,27	-
SC	Apiúna	4201257	-3.325.686,86	29.242.966,85	-
SC	Ararutã	4201273	-620.671,66	16.025.618,00	-
SC	Arvoredo	4201653	-579.780,61	11.862.569,61	-
SC	Ascurra	4201703	-1.422.451,77	15.668.020,82	-
SC	Atalanta	4201802	-356.483,48	11.232.082,06	-
SC	Aurora	4201901	384.431,13	15.715.019,82	2,45
SC	Balneário Piçarras	4212809	-15.674.757,85	61.797.750,94	-
SC	Balneário Rincão	4220000	-4.309.423,20	32.212.317,41	-
SC	Bela Vista do Toldo	4202131	863.988,94	16.403.101,72	5,27
SC	Belmonte	4202156	-641.480,91	10.386.011,47	-
SC	Benedito Novo	4202206	-2.840.167,31	20.424.179,07	-
SC	Bocaina do Sul	4202438	-1.500.199,99	11.757.372,73	-
SC	Bom Jesus	4202537	-2.479.687,88	11.727.659,28	-
SC	Bom Jesus do Oeste	4202578	-1.125.644,01	10.573.365,85	-
SC	Botuverá	4202701	-4.546.171,52	7.650.519,40	-
SC	Braço do Trombudo	4202859	-2.323.463,07	14.872.563,84	-
SC	Brunópolis	4202875	-4.156.335,37	11.530.381,61	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Caibi	4203105	-400.542,88	16.689.371,20	-
SC	Campo Alegre	4203303	-1.532.564,27	30.885.145,69	-
SC	Campo Belo do Sul	4203402	-1.308.478,64	17.671.193,85	-
SC	Campos Novos	4203600	-15.972,18	100.041.868,51	-
SC	Capinzal	4203907	-9.849.234,16	65.312.162,57	-
SC	Catanduvas	4204004	-1.579.125,50	24.618.018,86	-
SC	Caxambu do Sul	4204103	-491.977,79	15.833.068,25	-
SC	Cerro Negro	4204178	-1.296.027,10	12.800.241,00	-
SC	Chapadão do Lageado	4204194	-1.573.405,64	10.748.907,23	-
SC	Cocal do Sul	4204251	401.967,20	40.432.767,50	0,99
SC	Cordilheira Alta	4204350	-1.881.259,45	17.221.591,00	-
SC	Coronel Freitas	4204400	-6.659.244,10	26.449.172,83	-
SC	Coronel Martins	4204459	373.042,08	5.664.580,12	6,59
SC	Correia Pinto	4204558	1.311.267,16	38.388.289,64	3,42
SC	Corupá	4204509	1.356.643,85	35.305.873,11	3,84
SC	Cunha Porã	4204707	-2.493.844,95	24.386.473,26	-
SC	Cunhataí	4204756	-1.781.623,11	7.866.696,19	-
SC	Curitibanos	4204806	-15.984.664,81	75.422.415,35	-
SC	Descanso	4204905	-1.958.406,94	18.279.818,29	-
SC	Dionísio Cerqueira	4205001	-5.795.537,37	37.138.614,95	-
SC	Dona Emma	4205100	-1.046.809,29	11.725.273,29	-
SC	Doutor Pedrinho	4205159	-540.021,28	10.981.576,71	-
SC	Entre Rios	4205175	-1.030.781,55	10.847.391,20	-
SC	Ermo	4205191	222.772,65	10.289.353,21	2,17
SC	Erval Velho	4205209	-4.658.765,73	14.224.506,87	-
SC	Faxinal dos Guedes	4205308	-1.381.630,31	30.626.955,24	-
SC	Forquilha	4205456	-5.170.121,18	60.963.306,30	-
SC	Fraiburgo	4205506	-12.617.875,74	80.939.690,18	-
SC	Frei Rogério	4205555	-2.465.346,07	10.737.027,65	-
SC	Garopaba	4205704	-5.671.198,64	48.863.269,53	-
SC	Governador Celso Ramos	4206009	-767.054,89	41.897.943,59	-
SC	Grão Pará	4206108	1.195.111,53	16.549.197,29	7,22
SC	Guabiruba	4206306	-3.693.876,46	45.347.875,81	-
SC	Guaraciaba	4206405	-446.290,06	22.762.109,47	-
SC	Guaramirim	4206504	-8.021.781,97	98.813.689,08	-
SC	Guarujá do Sul	4206603	-2.410.872,66	-2.410.872,66	100,00
SC	Guatambú	4206652	-2.914.772,20	18.060.070,27	-
SC	Ibirama	4206900	-7.143.906,11	41.306.334,41	-
SC	Imbuia	4207403	-4.081.178,07	15.043.172,59	-
SC	Iomerê	4207577	-858.268,67	13.679.728,36	-
SC	Iporã do Oeste	4207650	-4.282.773,21	21.199.477,32	-
SC	Iraceminha	4207759	-747.856,09	12.307.131,40	-
SC	Irani	4207809	158.761,83	21.432.020,26	0,74
SC	Irati	4207858	-1.468.499,18	9.580.014,79	-
SC	Irineópolis	4207908	-890.287,30	26.479.836,47	-
SC	Itá	4208005	1.246.417,94	33.414.682,12	3,73
SC	Itapiranga	4208401	-3.502.463,14	44.179.688,99	-
SC	Jacinto Machado	4208708	-2.530.138,22	22.687.109,90	-
SC	Jaguaruna	4208807	920.432,86	42.689.394,49	2,16
SC	Jardinópolis	4208955	-369.966,73	-4.910.302,53	7,53
SC	José Boiteux	4209151	-251.537,30	13.565.172,93	-
SC	Jupia	4209177	-672.628,09	10.149.100,23	-
SC	Laguna	4209409	-6.055.088,12	86.707.954,41	-
SC	Lajeado Grande	4209458	-1.919.918,58	10.223.808,85	-
SC	Laurentino	4209508	-599.790,99	15.655.350,98	-
SC	Leoberto Leal	4209805	-85.471,48	11.820.242,36	-
SC	Lindóia do Sul	4209854	-2.494.985,48	14.895.453,39	-
SC	Lontras	4209904	-2.251.496,29	24.274.821,74	-
SC	Luiz Alves	4210001	-6.844.207,97	29.264.743,84	-
SC	Luzerna	4210035	-2.380.758,05	16.546.960,51	-
SC	Macieira	4210050	-5.265.897,72	10.946.029,98	-
SC	Maracajá	4210407	-2.101.794,81	16.879.449,62	-
SC	Maravilha	4210506	-5.744.076,70	54.732.616,03	-
SC	Marema	4210555	-1.438.935,63	11.630.378,07	-
SC	Massaranduba	4210605	-3.877.661,83	36.429.983,16	-
SC	Matos Costa	4210704	-554.880,23	10.636.774,28	-

SC	Meleiro	4210803	-851.706,69	19.958.001,19	-
SC	Mirim Doce	4210852	-886.652,22	10.876.235,02	-
SC	Modelo	4210902	141.416,41	13.777.072,44	1,03
SC	Mondai	4211009	-4.595.282,83	28.815.710,61	-
SC	Monte Carlo	4211058	-2.698.486,40	21.293.086,36	-
SC	Morro da Fumaça	4211207	-1.706.191,80	40.769.615,41	-
SC	Morro Grande	4211256	-2.074.503,11	14.328.327,55	-
SC	Nova Erechim	4211405	-1.004.468,58	15.076.580,93	-
SC	Nova Itaberaba	4211454	-2.559.365,55	14.653.468,68	-
SC	Nova Trento	4211504	-2.657.885,88	32.753.063,04	-
SC	Novo Horizonte	4211652	-724.512,23	12.750.305,97	-
SC	Orleans	4211702	-2.214.036,10	54.803.394,35	-
SC	Ouro	4211801	-3.442.650,98	17.249.310,76	-
SC	Ouro Verde	4211850	-616.216,34	12.656.018,76	-
SC	Palmeira	4212056	1.632.808,91	5.604.345,69	29,13
SC	Palmitos	4212106	-4.348.949,20	32.817.093,98	-
SC	Papanduva	4212205	2.517.417,20	37.013.102,26	6,80
SC	Passo de Torres	4212254	-2.563.184,39	17.943.693,68	-
SC	Passos Maia	4212270	-3.348.549,67	15.343.350,24	-
SC	Paulo Lopes	4212304	-676.367,28	15.368.420,17	-
SC	Pedras Grandes	4212403	-1.070.854,74	11.767.390,13	-
SC	Peritiba	4212601	-1.196.703,22	11.488.735,30	-
SC	Petrolândia	4212700	-1.833.368,29	14.742.899,28	-
SC	Pinhalzinho	4212908	-4.488.594,27	46.604.931,01	-
SC	Pinheiro Preto	4213005	-3.397.195,48	13.771.838,26	-
SC	Planalto Alegre	4213153	-248.128,70	10.902.754,12	-
SC	Ponte Serrada	4213401	-3.094.922,91	24.894.732,52	-
SC	Pouso Redondo	4213708	-1.205.336,30	30.930.836,87	-
SC	Praia Grande	4213807	-965.792,96	16.413.701,85	-
SC	Presidente Castello Branco	4213906	955,27	10.274.562,30	0,01
SC	Presidente Getúlio	4214003	-4.388.207,32	37.289.469,02	-
SC	Presidente Nereu	4214102	-84.318,56	9.714.381,49	-
SC	Princesa	4214151	-5.049.010,21	10.941.067,43	-
SC	Quilombo	4214201	-2.731.497,44	23.574.584,77	-
SC	Rio das Antas	4214409	-1.426.321,61	19.931.305,07	-
SC	Rio do Campo	4214508	-1.316.351,58	14.973.999,68	-
SC	Rio do Oeste	4214607	-2.837.441,08	16.224.821,55	-
SC	Rio Fortuna	4214904	377.426,27	12.994.402,42	2,90
SC	Rio Negrinho	4215000	2.055.100,31	102.407.141,41	2,01
SC	Rodeio	4215109	-2.200.126,85	21.702.662,25	-
SC	Romelândia	4215208	2.052.607,12	12.368.873,35	16,59
SC	Saltinho	4215356	-889.532,00	11.689.183,03	-
SC	Salto Veloso	4215406	-15.639.572,66	17.117.779,15	-
SC	Sangão	4215455	-422.168,33	22.339.691,82	-
SC	Santa Cecília	4215505	715.401,59	34.594.462,44	2,07
SC	Santa Helena	4215554	-1.022.805,40	10.744.198,14	-
SC	Santa Rosa de Lima	4215604	144.378,46	10.620.481,68	1,36
SC	Santa Rosa do Sul	4215653	-1.138.616,42	16.166.350,97	-
SC	Santa Terezinha do Progresso	4215687	-1.318.900,43	9.896.871,12	-
SC	Santiago do Sul	4215695	-1.727.325,11	9.591.706,88	-
SC	São Bernardino	4215752	-1.376.945,42	11.435.711,43	-
SC	São Bonifácio	4215901	-1.361.886,87	10.623.578,69	-
SC	São Carlos	4216008	1.314.952,14	24.687.811,05	5,33
SC	São Domingos	4216107	-3.739.841,34	21.107.049,81	-
SC	São João do Itaperiú	4216354	-133.731,81	11.687.963,35	-
SC	São João do Oeste	4216255	-1.996.365,33	18.378.020,80	-
SC	São Joaquim	4216503	-1.920.095,47	43.641.979,28	-
SC	São José do Cedro	4216701	-3.678.652,69	32.118.476,47	-
SC	São José do Cerrito	4216800	-2.517.649,59	18.536.003,26	-
SC	São Lourenço do Oeste	4216909	-8.497.950,01	57.378.312,75	-
SC	São Ludgero	4217006	-3.841.085,76	30.934.669,57	-
SC	São Martinho	4217105	-657.956,36	10.911.446,80	-
SC	São Miguel da Boa Vista	4217154	-355.221,93	9.255.498,92	-
SC	São Pedro de Alcântara	4217253	-1.015.352,20	13.579.294,95	-
SC	Saudades	4217303	-518.886,66	21.241.299,52	-
SC	Schroeder	4217402	-8.164.355,32	38.448.684,15	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	Seara	4217501	-3.182.401,99	43.140.498,24	-
SC	Serra Alta	4217550	-675.732,46	11.205.752,01	-
SC	Sombrio	4217709	1.841.929,19	53.149.196,79	3,47
SC	Sul Brasil	4217758	-1.258.198,99	10.432.911,11	-
SC	Tigrinhos	4217956	-236.585,90	9.896.165,69	-
SC	Timbé do Sul	4218103	-2.322.829,48	13.524.539,01	-
SC	Timbó	4218202	-24.526.011,79	108.101.395,93	-
SC	Timbó Grande	4218251	4.470.175,58	8.513.702,16	52,51
SC	Três Barras	4218301	-498.496,94	52.394.013,51	-
SC	Treviso	4218350	4.568,43	19.817.888,13	0,02
SC	Treze de Maio	4218400	-2.282.947,28	15.212.820,46	-
SC	Tunápolis	4218756	-1.376.881,52	15.759.817,05	-
SC	Turvo	4218806	-2.926.040,40	29.584.427,89	-
SC	União do Oeste	4218855	-843.948,84	11.415.155,93	-
SC	Vargem Bonita	4219176	-4.289.493,63	19.969.921,53	-
SC	Vidal Ramos	4219200	-1.567.828,74	18.904.434,21	-
SC	Vitor Meireles	4219358	-1.441.482,37	13.738.740,80	-
SC	Witmarsum	4219408	-2.536.500,95	12.215.883,58	-
SC	Xavantina	4219606	-377.541,56	15.668.222,22	-
SE	Araúá	2800407	-2.630.471,08	24.770.930,12	-
SE	Areia Branca	2800506	-3.074.831,45	32.826.696,79	-
SE	Boquim	2800670	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Campo do Brito	2801009	2.047.579,91	31.451.533,73	6,51
SE	Carira	2801405	-4.836.304,08	39.043.983,31	-
SE	Cumbe	2801900	-1.715.762,02	12.986.485,22	-
SE	Frei Paulo	2802304	-1.549.734,16	27.402.332,09	-
SE	Gracho Cardoso	2802601	-58.853,45	13.212.411,04	-
SE	Indiaroba	2802809	-4.499.023,98	33.535.030,11	-
SE	Japarutuba	2803302	-9.864.002,07	78.119.380,27	-
SE	Japoatã	2803401	-6.087.312,56	25.248.386,63	-
SE	Laranjeiras	2803609	-19.534.478,37	99.007.706,44	-
SE	Macambira	2803708	-1.096.199,54	15.527.993,64	-
SE	Malhador	2803906	-3.586.901,27	40.351.658,92	-
SE	Moita Bonita	2804102	-2.777.768,06	20.148.511,54	-
SE	Nossa Senhora Aparecida	2804458	-644.354,46	17.471.337,00	-
SE	Pedra Mole	2805000	-494.607,99	11.095.122,86	-
SE	Pedrinhas	2805109	1.627.326,07	18.012.260,20	9,03
SE	Pinhão	2805208	0,00	7.608.934,01	0,00
SE	Pirambu	2805307	-389.693,22	43.125.956,48	-
SE	Poço Verde	2805505	1.802.216,21	34.258.086,25	5,26
SE	Porto da Folha	2805604	-2.815.661,38	44.312.673,81	-
SE	Ribeirópolis	2806008	-2.285.515,94	31.192.164,30	-
SE	Rosário do Catete	2806107	2.033.199,19	64.417.304,53	3,16
SE	São Domingos	2806800	-1.337.906,23	18.148.738,89	-
SE	Simão Dias	2807105	18.278.083,52	59.617.740,15	30,66
SE	Umbaúba	2807600	-849.347,16	40.384.262,11	-
SP	Águas de Lindóia	3500501	1.675.175,33	66.713.057,61	2,51
SP	Águas de São Pedro	3500600	245.796,86	19.119.933,00	1,29
SP	Agudos	3500709	-6.756.322,19	127.229.122,73	-
SP	Altair	3500907	-268.044,80	17.036.575,96	-
SP	Alto Alegre	3501103	-1.683.405,94	15.872.842,45	-
SP	Álvares Florence	3501202	-117.016,95	15.658.676,78	-
SP	Américo Brasiliense	3501707	-9.138.371,01	77.303.128,11	-
SP	Américo de Campos	3501806	-54.404,86	17.612.779,93	-
SP	Aparecida d'Oeste	3502606	-11.548,81	13.909.771,15	-
SP	Apiaí	3502705	18.095.536,53	53.327.217,11	33,93
SP	Areias	3503505	-2.968.072,53	14.551.219,43	-
SP	Ariranha	3503703	2.912.282,17	33.378.328,77	8,73
SP	Artur Nogueira	3503802	23.316.138,87	101.804.130,79	22,90
SP	Aspásia	3503950	-178.778,21	10.772.198,20	-
SP	Bady Bassitt	3504602	-1.746.531,47	43.244.175,21	-
SP	Barrinha	3505609	24.280.898,28	61.525.881,51	39,46
SP	Bilac	3506409	-15.866.519,98	19.754.083,40	-
SP	Bocaina	3506805	-4.796.940,51	30.922.639,60	-
SP	Boracéia	3507308	-3.289.197,34	19.208.761,18	-
SP	Braúna	3507704	-18.350,94	15.526.570,60	-

SP	Buritama	3508108	-7.153.899,20	50.498.599,78	-
SP	Buritizal	3508207	2.600,83	19.605.645,32	0,01
SP	Caconde	3508702	-4.742.549,14	39.531.027,77	-
SP	Cajobi	3509304	1.622.863,63	25.118.101,56	6,46
SP	Campina do Monte Alegre	3509452	292.930,25	17.236.518,59	1,70
SP	Cardoso	3510708	-3.543.077,33	34.171.540,65	-
SP	Catiguá	3511201	-2.432.955,60	17.077.837,42	-
SP	Cedral	3511300	-3.086.510,33	28.021.418,75	-
SP	Charqueada	3511706	-1.809.930,89	37.590.269,68	-
SP	Clementina	3511904	-2.280.084,86	21.042.948,17	-
SP	Colina	3512001	1.684.081,64	57.930.972,10	2,91
SP	Colômbia	3512100	1.107.119,26	32.183.499,33	3,44
SP	Coroados	3512506	238.458,79	15.688.653,73	1,52
SP	Cosmorama	3512902	-213.325,72	22.987.713,73	-
SP	Cunha	3513603	-5.338.582,51	43.567.268,42	-
SP	Dirce Reis	3513850	-1.877.657,64	10.253.322,31	-
SP	Dolcinópolis	3514205	473.411,44	10.722.234,72	4,42
SP	Dracena	3514403	-6.329.755,86	95.722.089,97	-
SP	Echaporã	3514700	-2.036.041,66	19.524.043,27	-
SP	Elisiário	3514924	-2.035.745,30	12.973.759,29	-
SP	Estrela d'Oeste	3515202	-2.906.771,66	23.930.080,25	-
SP	Fernão	3515657	-2.082.345,26	11.244.690,07	-
SP	Iacri	3519204	-1.378.433,20	8.972.049,52	-
SP	Ibirá	3519402	57.553,72	31.650.281,03	0,18
SP	Ilha Solteira	3520442	-9.658.123,95	107.691.818,28	-
SP	Iracemápolis	3521408	4.616.761,79	52.794.583,47	8,74
SP	Irapuã	3521507	-3.827.605,84	18.506.794,18	-
SP	Itajobi	3521903	-2.129.089,90	44.980.929,00	-
SP	Itapura	3523008	-2.968.194,69	19.996.858,54	-
SP	Itobi	3523800	551.004,79	13.575.353,14	4,06
SP	Jaborandi	3524204	59.601,13	21.422.739,49	0,28
SP	Jales	3524808	13.945.927,12	92.878.163,70	15,02
SP	Jambeiro	3524907	-2.992.391,30	27.701.417,25	-
SP	José Bonifácio	3525706	2.456.067,28	77.112.626,51	3,19
SP	Jumirim	3525854	-60.405,94	16.370.713,66	-
SP	Junqueirópolis	3526001	-4.529.720,91	51.161.935,16	-
SP	Lagoinha	3526308	-2.731.638,16	15.610.704,77	-
SP	Laranjal Paulista	3526407	-2.501.547,58	67.805.784,26	-
SP	Lavínia	3526506	-1.307.664,83	26.446.582,16	-
SP	Lavrinhas	3526605	-364.951,37	19.465.860,09	-
SP	Macatuba	3528007	-5.049.919,56	50.093.820,34	-
SP	Macaubal	3528106	2.736.229,70	18.666.944,16	14,66
SP	Macedônia	3528205	-2.264.041,88	13.604.539,18	-
SP	Mendonça	3529500	-1.396.253,03	20.196.247,64	-
SP	Meridiano	3529609	4.034.670,08	18.697.163,47	21,58
SP	Mesópolis	3529658	-67.181,96	12.930.383,18	-
SP	Mira Estrela	3530003	-1.120.934,52	14.816.357,10	-
SP	Miracatu	3529906	-3.794.757,17	58.180.914,25	-
SP	Monte Alegre do Sul	3531209	-129.143,37	21.990.371,82	-
SP	Monte Alto	3531308	-14.777.988,56	119.265.528,51	-
SP	Monte Aprazível	3531407	-753.899,68	49.126.405,88	-
SP	Monte Castelo	3531605	-12.789,74	15.578.416,12	-
SP	Murutinga do Sul	3532108	-554.320,77	15.847.220,25	-
SP	Natividade da Serra	3532306	1.105.942,76	21.930.958,54	5,04
SP	Nova Aliança	3532801	-1.791.541,58	18.624.074,93	-
SP	Nova Campina	3532827	-5.149.387,86	24.602.904,24	-
SP	Nova Granada	3533007	-43.419,36	38.693.412,91	-
SP	Nova Independência	3533205	-1.849.085,46	18.301.305,12	-
SP	Novais	3533254	-294.244,28	15.124.407,10	-
SP	Oriente	3534104	1.301.196,43	15.026.390,22	8,66
SP	Orindiúva	3534203	-3.462.383,84	26.727.724,05	-
SP	Orlândia	3534302	-4.805.774,13	124.652.736,53	-
SP	Palmares Paulista	3535101	-352.940,26	21.574.923,93	-
SP	Paraibuna	3535606	-40.156.098,81	50.836.394,86	-
SP	Paranapuã	3535903	-75.871,94	13.023.728,58	-
SP	Parapuã	3536000	-1.745.706,19	24.746.336,65	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	Pariquera-Açu	3536208	-5.785.876,89	36.407.232,77	-
SP	Parisi	3536257	-56.958,00	12.857.120,88	-
SP	Pedra Bela	3536802	157.267,25	15.513.510,42	1,01
SP	Pedrinhas Paulista	3537156	0,00	15.374.739,97	0,00
SP	Pedro de Toledo	3537206	-3.130.844,42	28.090.812,43	-
SP	Pilar do Sul	3537909	-8.447.647,68	56.074.259,50	-
SP	Pirangi	3539004	-4.395.317,78	25.401.593,76	-
SP	Pirapozinho	3539202	-1.479.234,43	52.240.045,34	-
SP	Planalto	3539608	-1.026.653,45	20.216.861,56	-
SP	Pongai	3540101	-82.820,29	14.567.809,97	-
SP	Pontal	3540200	15.970.485,47	83.725.104,94	19,07
SP	Potirendaba	3540804	-2.381.703,79	47.780.328,27	-
SP	Pracinha	3540853	-659.533,03	10.426.079,18	-
SP	Pradópolis	3540903	681.078,41	54.614.456,91	1,25
SP	Pratânia	3541059	-2.269.558,38	15.962.998,65	-
SP	Presidente Alves	3541109	1.108.824,02	12.218.666,53	9,07
SP	Presidente Epitácio	3541307	8.259.387,11	83.322.761,72	9,91
SP	Quatã	3541703	0,00	34.447.175,48	0,00
SP	Ribeirão Grande	3543253	-3.751.581,08	24.849.728,30	-
SP	Rifaina	3543600	-11.251,60	24.951.826,81	-
SP	Rincão	3543709	-126.347,69	26.388.581,63	-
SP	Rinópolis	3543808	-1.513.855,27	11.886.475,05	-
SP	Rio Grande da Serra	3544103	7.993.851,36	57.757.780,48	13,84
SP	Sales	3544806	-1.700.625,56	24.340.167,66	-
SP	Saltinho	3545159	-1.831.962,45	21.775.243,39	-
SP	Santa Adélia	3545605	-3.003.879,53	37.017.801,52	-
SP	Santa Albertina	3545704	-50.743,52	19.964.124,48	-
SP	Santa Clara d'Oeste	3546108	-1.271.920,80	12.532.535,20	-
SP	Santa Ernestina	3546504	-508.794,90	14.372.982,81	-
SP	Santa Maria da Serra	3547007	-785.068,54	17.316.669,15	-
SP	Santa Salete	3547650	-188.738,60	11.057.898,76	-
SP	Santo Antônio do Pinhal	3548203	-5.427.518,43	21.391.670,60	-
SP	Santópolis do Aguapeí	3548401	-1.710.477,46	12.728.516,60	-
SP	São João das Duas Pontes	3549201	-110.231,50	11.290.575,49	-
SP	São João de Itacema	3549250	-6.789.142,62	13.588.604,07	-
SP	São José do Barreiro	3549607	-736.538,02	16.064.149,38	-
SP	São Manuel	3550100	-6.122.941,98	95.791.376,72	-
SP	São Pedro	3550407	-42.711.063,90	91.652.953,98	-
SP	Sarapuá	3551108	986.316,87	22.017.899,59	4,48
SP	Severínia	3551900	-2.494.413,92	40.514.341,06	-
SP	Suzanópolis	3552551	-192.204,53	20.153.289,76	-
SP	Tabapuã	3552601	1.494.653,84	30.034.468,68	4,98
SP	Taguai	3553005	-444.449,50	26.268.587,87	-
SP	Tapiratiba	3553609	3.130.320,82	30.572.879,21	10,24
SP	Taquarivaí	3553856	-3.106.788,78	19.487.916,18	-
SP	Torrinha	3554706	-1.304.505,31	20.737.380,07	-
SP	Ubarana	3555356	-281.714,27	21.038.145,67	-
SP	Urânia	3555802	-50.387,67	19.317.387,15	-
SP	Urupês	3556008	-3.781.490,97	32.357.232,72	-
SP	Valentim Gentil	3556107	-5.281.943,42	28.468.939,91	-
SP	Valparaíso	3556305	-5.117.405,41	59.287.672,55	-
SP	Vitória Brasil	3556958	169.830,88	10.090.590,36	1,68
SP	Zacarias	3557154	-3.792.551,75	17.024.236,36	-
TO	Nova Olinda	1714880	1.769.323,14	21.132.525,25	8,37

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 3

Operações de crédito e garantias concedidas pelos entes (deferidas, indeferidas ou arquivadas) incluindo nome do mutuário, credor, valor da operação e condições financeiras

Em atendimento aos inc. II e III, art. 41 da RSF nº 43/2001

- **Resumo das operações agrupadas por:**
 - arquivadas a pedido¹;
 - deferidas;
 - pendentes de regularização²; e
 - arquivadas por decurso de prazo³.

Período: 01 a 31 de agosto/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

¹ O pleito foi arquivado a pedido do credor/interessado.

² O pleito foi arquivado com status “pendente de regularização”, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes. Neste caso, a contratação de novas operações de crédito pelo ente fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão.

³ O pleito foi arquivado, tendo em vista o não envio de documentos e informações no prazo informado por meio dos ofícios expedidos aos respectivos entes.

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Operação Contratual Interna

Número do Processo: 17944.000270/2015-58
Tipo de Ente: Município
Interessado: Arapongas
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.000.000,00
Taxa de juros: 4,50% a.a. acrescidos do IPCA
Indexador: IPCA
Status: Arquivado por decurso de prazo
Data: 07/08/2015

Número do Processo: 17944.000690/2015-34
Tipo de Ente: Município
Interessado: Araucária
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 15.000.000,00
Taxa de juros: 5,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 21/08/2015

Número do Processo: 17944.000606/2015-82
Tipo de Ente: Município
Interessado: Boa Vista da Aparecida
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 950.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano.

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 17/08/2015

Número do Processo: 17944.000668/2015-94
Tipo de Ente: Município
Interessado: Braço do Norte
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.500.000,00
Taxa de juros: 5,5%a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 07/08/2015

Número do Processo: 17944.000547/2015-42
Tipo de Ente: Município
Interessado: Caçador
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R\$ 7.000.000,00
Taxa de juros: 5,5%a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 19/08/2015

Número do Processo: 17944.000611/2015-95
Tipo de Ente: Município
Interessado: Candeias
UF: BA
Credor: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R\$ 238.634,67
Taxa de juros: 12% a.a
Indexador: Não se aplica
Status: Regularizado
Data: 20/08/2015

Número do Processo: 17944.000559/2015-77
Tipo de Ente: Município
Interessado: Canoinhas
UF: SC
Credor: Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.590.725,10
Taxa de juros: 6% a.a.
Indexador: Não se aplica
Status: Arquivado a pedido
Data: 11/08/2015

Número do Processo: 17944.000650/2015-92
Tipo de Ente: Município
Interessado: Capanema
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 560.000,00
Taxa de juros: 0,00%
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 04/08/2015

Número do Processo: 17944.000744/2015-61

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Tipo de Ente: Município
Interessado: Carinhanha
UF: BA
Credor: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses): 120
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.828.472,82
Taxa de juros: 5% a.a
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 28/08/2015

Número do Processo: 17944.000542/2015-10
Tipo de Ente: Município
Interessado: Cravinhos
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 54
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.250.000,00
Taxa de juros: 4% a.a.
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 04/08/2015

Número do Processo: 17944.000569/2015-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Dias d'Ávila
UF: BA
Credor: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses): 120
Moeda: Real
Valor: R\$ 21.000.000,00
Taxa de juros: CDI conforme Lei 462/2015.
Indexador: Não se aplica
Status: Deferido
Data: 06/08/2015

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

.....

Número do Processo: 17944.001254/2014-00
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fernandes Pinheiro
UF: PR
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 248
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos de TR
Indexador: TR
Status: Arquivado a pedido
Data: 24/08/2015




.....

Número do Processo: 17944.000586/2015-40
Tipo de Ente: Município
Interessado: Fernandes Pinheiro
UF: PR
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 250
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.000.000,00
Taxa de juros: 6%
Indexador: Outra
Status: Deferido
Data: 20/08/2015

.....

Número do Processo: 17944.000686/2015-76
Tipo de Ente: Município
Interessado: Forquilha
UF: SC
Credor: Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A
Prazo (meses): 48
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.500.000,00

.....

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Taxa de juros: 5,5%a.a.
Indexador: Selic
Status: Deferido
Data: 28/08/2015

Número do Processo: 17944.001561/2014-82
Tipo de Ente: Município
Interessado: Goianira
UF: GO
Credor: Companhia Energética de Goiás
Prazo (meses): 520
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.113.142,31
Taxa de juros: 1% a.m
Indexador: IGP-M
Status: Regularizado
Data: 28/08/2015

Número do Processo: 17944.001563/2014-71
Tipo de Ente: Município
Interessado: Goianira
UF: GO
Credor: Companhia Energética de Goiás
Prazo (meses): 276
Moeda: Real
Valor: R\$ 367.800,11
Taxa de juros: Não disponível
Indexador: Não se aplica
Status: Regularizado
Data: 10/08/2015

Número do Processo: 17944.000583/2015-14
Tipo de Ente: Município
Interessado: Guarapuava
UF: PR

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 5,25% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 11/08/2015

Número do Processo: 17944.000712/2015-66
Tipo de Ente: Município
Interessado: Indianópolis
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 765.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 24/08/2015

Número do Processo: 17944.001951/2014-52
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ipatinga
UF: MG
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 264
Moeda: Real
Valor: R\$ 5.000.000,00
Taxa de juros: 8,00% a.a. acrescidos da remuneração das contas vinculadas do FGTS
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 13/08/2015

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL

 TESOURO NACIONAL**Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios**

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Número do Processo: 17944.000563/2015-35
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ipiranga
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4,75% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 13/08/2015

Número do Processo: 17944.001745/2013-61
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ipiranga
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 60
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.000.000,00
Taxa de juros: 4,00% a.a. acrescidos da TJLP
Indexador: TJLP
Status: Arquivado a pedido
Data: 13/08/2015

Número do Processo: 17944.000711/2015-11
Tipo de Ente: Município
Interessado: Itaperuçu
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.800.000,00
Taxa de juros: 4,75 % ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Data: 26/08/2015

.....

Número do Processo: 17944.000359/2015-14
Tipo de Ente: Município
Interessado: Ivatuba
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 200.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 21/08/2015

.....

Número do Processo: 17944.000639/2015-22
Tipo de Ente: Município
Interessado: Jeremoabo
UF: BA
Credor: Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
Prazo (meses): 120
Moeda: Real
Valor: R\$ 7.000.000,00
Taxa de juros: 5% a.a.
Indexador: TJLP
Status: Deferido
Data: 28/08/2015

.....

Número do Processo: 17944.001745/2014-42
Tipo de Ente: Município
Interessado: Jeremoabo
UF: BA
Credor: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
Prazo (meses): 180
Moeda: Real

.....

Handwritten signature

Handwritten mark

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Valor: R\$ 138.448,60
Taxa de juros: Não disponível
Indexador: Não se aplica
Status: Regularizado
Data: 24/08/2015

Número do Processo: 17944.000573/2015-71
Tipo de Ente: Município
Interessado: Mallet
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.200.000,00
Taxa de juros: 4,75 ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 24/08/2015

Número do Processo: 17944.000656/2015-60
Tipo de Ente: Município
Interessado: Marquinho
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 1.100.000,00
Taxa de juros: 4,25% ao ano
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 25/08/2015

Número do Processo: 17944.001661/2014-17
Tipo de Ente: Município
Interessado: Osasco

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

UF: SP
Credor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 63.000.000,00
Taxa de juros: Subcrédito A: R\$ 14.000.000,00 (quatorze milhões de Reais); e
Subcrédito B: R\$ 49.000.000,00 (quarenta e nove milhões de Reais);
Atualização Monetária: Subcrédito A : Taxa SELIC;
Subcrédito B : Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP;
Taxas de Juros:
Subcrédito A $\hat{=}$ 1,2% a.a. (um inteiro e dois décimos por cento ao ano) + 0,26% a.a. (vinte e seis centésimos por cento ao ano - sobretaxa de referência (TXD00245)) + 1,0% a.a. (um por cento ao ano - taxa de risco de crédito) = 2,46% a.a. (dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento ao ano);
Subcrédito B - 1,0% a.a. (um por cento ao ano) + 1,0% a.a. (um por cento ao ano - taxa de risco de crédito) = 2,0% a.a. (dois por cento ao ano);

Indexador: Outra
Status: Deferido
Data: 25/08/2015

Número do Processo: 17944.000203/2015-33
Tipo de Ente: Município
Interessado: Salvador
UF: BA
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 288
Moeda: Real
Valor: R\$ 300.000.000,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 06/08/2015

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Número do Processo: 17944.001913/2014-08
Tipo de Ente: Município
Interessado: Senador Canedo
UF: GO
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 249
Moeda: Real
Valor: R\$ 3.681.250,00
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos de atualização do FGTS
Indexador: TR
Status: Deferido
Data: 28/08/2015

Número do Processo: 17944.000727/2015-24
Tipo de Ente: Município
Interessado: Três Barras do Paraná
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 2.300.000,00
Taxa de juros: 4,75% ao ano.
Indexador: IPCA
Status: Deferido
Data: 25/08/2015

Número do Processo: 17944.000738/2015-12
Tipo de Ente: Município
Interessado: Virmond
UF: PR
Credor: Agência de Fomento do Paraná S/A
Prazo (meses): 96
Moeda: Real
Valor: R\$ 995.000,00
Taxa de juros: 4,25% a.a.
Indexador: IPCA
Status: Deferido

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública,
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Data: 26/08/2015**Operação Contratual Interna (com garantia da União)**

Número do Processo: 17944.000875/2014-68
Tipo de Ente: Município
Interessado: Santo André
UF: SP
Credor: Caixa Econômica Federal
Prazo (meses): 288
Moeda: Real
Valor: R\$ 102.004.531,76
Taxa de juros: 6,00% a.a. acrescidos da TR.
Indexador: TR
Status: Arquivado a pedido
Data: 13/08/2015

SADIPEMSistema de Análise da Dívida Pública.
Operações de Crédito e Garantias da
União, Estados e Municípios

TESOURO NACIONAL



TESOURO NACIONAL

Demonstrativo das Operações de Crédito de Estados e Municípios

Período de 01/08/15 a 31/08/15

Resumo**Operação Contratual Interna - Arquivado a pedido**

Credor	Operações	Valor (R\$)
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul	1	2.590.725,10
Caixa Econômica Federal	1	1.000.000,00
Agência de Fomento do Paraná S/A	1	2.000.000,00

Operação Contratual Interna - Arquivado por decurso de prazo

Credor	Operações	Valor (R\$)
Agência de Fomento do Paraná S/A	1	3.000.000,00

Operação Contratual Interna - Deferido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Agência de Fomento do Paraná S/A	12	35.870.000,00
Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A	3	12.000.000,00
Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	3	33.828.472,82
Caixa Econômica Federal	5	310.931.250,00
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	1	63.000.000,00

Operação Contratual Interna - Regularizado

Credor	Operações	Valor (R\$)
Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A	2	377.083,27
Companhia Energética de Goiás	2	2.480.942,42

Operação Contratual Interna (com garantia da União) - Arquivado a pedido

Credor	Operações	Valor (R\$)
Caixa Econômica Federal	1	102.004.531,76

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado por decurso de prazo	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado a pedido	O pleito foi arquivado por solicitação do ente federativo ou da instituição financeira
Pendente de Regularização	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização ou comprovante de quitação (PGFN/CAF/Nº 1.252, de 22/06/2006)
Deferido	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Indeferido	O pleito sob exame não atendeu os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

B



Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 4**Relação das irregularidades constatadas no período**

**Em atendimento ao § 2º art. 24 da RSF nº 43/2001 e
à Portaria STN nº 227/2011, de 11/04/2011**

- São consideradas irregularidades, para fins deste Anexo, operações realizadas sem a prévia verificação de limites e condições ou operações vedadas nos termos do artigo 35 e 37 da LC 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF);
- As operações de crédito e as equiparadas a operações de crédito nos termos do § 1º do art. 29 da LRF realizadas sem a prévia verificação de limites e condições são submetidas a processo de regularização nos termos do art. 24 da RSF nº 43/2001 antes da comunicação aos órgãos de controle;

Período: 01 a 31 de agosto/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/08/2015 a 31/08/2015

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS – complemento (Anexo 4)

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Itatim – BA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A	1	91.660,10
Total de operações		1	91.660,10

B *M*



Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 5

Operações Regularizadas e Arquivadas Pendentes de Regularização no período

Conforme art. 24 da RSF nº 43/2001 e Portaria STN nº 227/2011

Período: 01 a 31 de agosto/2015

Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM

Período de 01/08/2015 a 31/08/2015

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

OPERAÇÕES REGULARIZADAS E ARQUIVADAS PENDENTES DE REGULARIZAÇÃO (Anexo 5)

Operações arquivadas pendentes de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

Arquivados - a Regularizar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
Total de operações			-	-	-	-

Operações regularizadas (art. 24 da RSF 43/2001) ou arquivadas por quitação

Arquivados – Regularizados ou Quitados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Obs.
17944.001561/2014-82	Goianira – GO	Companhia Energética de Goiás	1	2.113.142,31	28/08/2015	-
17944.001563/2014-71	Goianira – GO	Companhia Energética de Goiás	1	367.800,11	10/08/2015	-
17944.001745/2014-42	Jeremoabo – BA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A	1	138.448,60	24/08/2015	-
Total de operações			3	2.619.391,02		

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes regularizados/a regularizar das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.

Anexo ao Aviso nº

/GMF/MF-DF

ANEXO 6

Operações Vedadas Canceladas e Pendentes de Cancelamento no período

**Conforme art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF e
Portaria STN nº 227/2011**

Período: 01 a 31 de agosto/2015

**Fonte: Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias
da União, Estados e Municípios – SADIPEM**



MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional – STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Período de 01/08/2015 a 31/08/2015

OPERAÇÕES VEDADAS CANCELADAS E PENDENTES DE CANCELAMENTO (Anexo 6)

Operações Vedadas Pendentes de Cancelamento (art. 35 ou 37 c/c §§ 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – a Cancelar						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
Total de operações			-	-	-	-

Operações Vedadas Canceladas (art. 35 ou 37 c/c § 1º e 3º do art. 33 da LRF)

Arquivados – Cancelados						
Nº de processo	Ente	Credor	Nº operações	Valor (R\$) (*)	Data	Obs.
-	-	-	-	-	-	-
Total de operações			-	-	-	-

(*) Os valores apresentados referem-se aos montantes originais das dívidas. Eventuais consultas sobre os saldos devedores atuais dessas dívidas poderão ser feitas junto aos respectivos entes.





**SENADO FEDERAL**
Presidência

Brasília, de setembro de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o, encaminho, para conhecimento e providências pertinentes, os anexos expedientes constantes da relação abaixo, que foram endereçados a esta Presidência.

DOCUMENTO	ORIGEM	ASSUNTO
Ofício nº 072/2015	Câmara Municipal da Estância Climática de Nuporanga	Encaminha Moção de Repúdio n 003/15 ao aumento/criação de impostos para tentar reverter a crise instalada no País.
Ofício GP/DL/0535/2015	Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina	Encaminha cópia da Moção 0120.02/2015 de apoio a aprovação de inclusão da matéria na pauta de corações da PEC Nº 186/2007.
Documento sem Numero	Valdemar Moreira	ENCAMINHA ATA DE REUNIÃO REALIZADA NO DIA 28/08/2015, NA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, QUE TRATOU DO APOIO AO PLC 218/2014 DO SENADO FEDERAL E OS PL 7832/2014, PL 7546 E PL 4293/2008 NA CÂMARA.
Aviso nº 372/GMF/MF-DF	Joaquim Vieira Ferreira Levy	ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO CONTENDO: RELAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO ANALISADAS NO ÂMBITO DAQUELE MINISTÉRIO NO MÊS DE AGOSTO DE 2015, TABELAS DEMONSTRATIVAS DA POSIÇÃO DE ENDIVIDAMENTO DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS MUNICÍPIOS. PRESTA ESCLARECIMENTOS.
Ofício nº 110/2015-PRES/DPL	Câmara Municipal de Araucária	Encaminha cópia da Moção de Apoio nº 001/2015 á aprovação do PLC 130/2011.

Atenciosamente,

VINICIUS LAGES
Chefe de Gabinete



Senado Federal

Brasília, 17 de dezembro de 2015

Senhor Presidente,

Em atenção ao Aviso nº 372/GMF/MF-DF, de Vossa Excelência, informo que a referida manifestação foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal por se tratar de assunto pertinente àquele órgão.

Atenciosamente,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

no exercício da 1ª secretaria

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e decorativa.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P
CEP 70048-900 – Brasília – DF

À COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Mensagem da Presidente da República

Mensagem nº 34

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o projeto de lei que “Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para disciplinar o processo e o julgamento do recurso extraordinário e do recurso especial, e dá outras providências.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 13.256, de 4 de fevereiro de 2016

Brasília, 4 de fevereiro de 2016.



Requerimentos**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 13, DE 2016**

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento na sexta-feira, dia 05 de fevereiro, do amigo e companheiro de longas caminhadas, Marcos Vinícius de Oliveira Silva (Marcos Matraga).

Natural de Minas Gerais, aposentado da Universidade Federal da Bahia, defensor dos direitos humanos e militante das causas sociais, Marcos Matraga, foi vítima de homicídio, em função de sua atividade política na mediação de conflitos de terras indígenas.

O ex-sindicalista e psicólogo, foi levado de sua casa por dois homens armados até uma estrada do povoado, onde foi morto covardemente com um tiro na cabeça.

Lamentamos a morte precoce de Marcos Matraga, que perdeu sua vida ao defender uma comunidade indígena em um conflito de terras na Bahia, cumprindo com seu papel de cidadão na luta pelos menos favorecidos.

Gostaria que o presente voto fosse enviado para o Sindicato dos Psicólogos do Estado da Bahia e para a Federação Nacional dos Psicólogos, extensivo a família de Marcos Vinícius de Oliveira Silva (Marcos Matraga), nos endereços a seguir:

Sindicato dos/as Psicólogos/as no Estado da Bahia - SINPSI-BA

Rua Francisco Ferraro, n.º 11, sala 4Bairro Nazaré, Salvador/Bahia CEP 400404-65.

Federação Nacional dos Psicólogos

Rua Tomé de Souza, 860, sala 104, Funcionários • Belo Horizonte / Minas Gerais - CEP 30140-909

2

Sala das Sessões,

Senador **PAULO PAIM**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 14, DE 2016

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata de **Voto de Aplauso** a **LYGIA FAGUNDES TELLES**, primeira mulher brasileira a ser indicada ao Prêmio Nobel de Literatura.

JUSTIFICAÇÃO

A indicação da escritora paulistana Lygia Fagundes Telles para o Prêmio Nobel de Literatura é um marco para a cultura nacional. A União Brasileira de Escritores (UBE) a elegeu por unanimidade e já encaminhou seu nome à Academia Sueca. A escolha e o anúncio do Nobel de Literatura serão em outubro próximo na capital sueca.

Lygia Fagundes Telles, verdadeiro patrimônio da literatura brasileira, já que disseminou sua produção literária pelo mundo afora. Suas obras estão traduzidas para o alemão, inglês, espanhol, francês, italiano, polonês, checo e



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 15, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 02/05/2016, a fim de comemorar o Dia Mundial do Trabalhador, celebrado anualmente em 01 de maio.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

Senador **PAULO PAIM**
Senador **ALVARO DIAS**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senador **PAULO BAUER**

2

português de Portugal. Muitos dos seus livros foram igualmente adaptados para o teatro, cinema e televisão.

É motivo de celebração e de muito orgulho para todos os cidadãos brasileiros, partilhar desse momento emblemático de sua indicação ao Nobel. Lygia Fagundes Telles é inquestionavelmente a maior escritora brasileira viva, reproduzindo as palavras do presidente da União Brasileira de Escritores, Durval de Noronha Goyos.

Numa densa entrevista concedida ao Jornal O Estado de S. Paulo, ela afirmava: *“Eu sou uma jogadora. Meu pai era um jogador. Ele jogava com as fichas, eu jogo com as palavras. Eu acho que nós temos de arriscar, o tempo todo, até a morte. Então, arrisco e acho válido. É uma forma de transpor o círculo de giz, a fronteira. Isto, para o escritor, é sempre uma esperança.”*

Nas palavras do acadêmico Eduardo Portella, que a saudou na posse da Academia Brasileira de Letras, em 12 de maio de 1987, *“esse traço modernizante, esse salto rigorosamente qualitativo que vai da ilusão da plenitude à aventura do possível, esse risco calculado, atento às regras do jogo, instala a esperança no interior da Linguagem. E a Linguagem não é senão a Língua mais a premonição.”*

De maneira lapidar, a magistral Lygia Fagundes Telles sentencia que *“A obra de Arte é uma criação de liberdade, de liberdade e de amor”*. Suas expressões revelam invariavelmente uma vastidão avessa a fronteiras.

Na exata exposição de Portella, *“Quem se aproxima da rigorosa humanidade de Lygia pode compreender, sem se entregar ao biografismo fácil, o quanto a pessoa influiu no personagem. Influiu sem dirigir, sem subjugar os movimentos livres da cena. Influiu no alto teor ficcional, influiu na temperatura afetiva das reconstituições, influiu no exercício sem alarde, no exercício silencioso e pontual da solidariedade, que é, nos mínimos gestos reclusos, a façanha de um encontro ao mesmo tempo intelectual e humano.”*

3

A obra desta escritora, que já recebeu os prêmios Camões (2005), o Jabuti (1966 e 1974), entre tantos outros, agora concorre ao prêmio que personifica a maior honraria concedida a um escritor.

Nesse contexto, estou convicto que **LYGIA FAGUNDES TELLES**, essa escritora “radical”, “enraizada”, se faz merecedora, por parte do Senado da República, desse **Voto de Aplauso** que tenho a honra de propor e a certeza de que será aprovado, como o reconhecimento de sua colossal produção literária. Por fim, requeiro, ainda, que o presente Voto de Aplauso seja encaminhado à homenageada.

Sala das sessões, em 11 de fevereiro de 2016

Senador **ALVARO DIAS**

(À publicação)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 16, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 13/05/2016, a fim de comemorar o Dia da Abolição da Escravatura no Brasil, celebrado anualmente em 13 de maio.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

Senador **PAULO PAIM**
Senador **ALVARO DIAS**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senador **PAULO BAUER**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 17, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 23/09/2016, a fim de comemorar o Dia Nacional da Luta das Pessoas com Deficiência, celebrado anualmente em 21 de setembro.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

Senador **PAULO PAIM**
Senador **ALVARO DIAS**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senador **PAULO BAUER**



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 18, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 03/10/2016, a fim de comemorar o Dia do Estatuto do Idoso, celebrado anualmente em 01 de outubro.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

Senador **PAULO PAIM**
Senador **ALVARO DIAS**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senador **PAULO BAUER**

(À publicação)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 19, DE 2016

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 21/11/2016, a fim de comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 de novembro.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

Senador **PAULO PAIM**
Senador **ALVARO DIAS**
Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**
Senador **HUMBERTO COSTA**
Senador **JOSÉ MEDEIROS**
Senador **LASIER MARTINS**
Senador **PAULO BAUER**

12 - Segurança



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim
REQUERIMENTO Nº 20 DE 2016

À Publicação
Em 11 / 2 / 2016

(Raimundo Lima)

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 12/12/2016, a fim de comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado anualmente em 10 de dezembro.

Sala das Sessões, 02 de fevereiro de 2016.

(Assinatura de Paulo Paim)
Senador Paulo Paim
(PT - RS)

NOME DO SENADOR	ASSINATURA
LASIER	<i>(Assinatura de Lasier)</i>
Flumbeito Costa	<i>(Assinatura de Flumbeito Costa)</i>
Fosé Siqueira	<i>(Assinatura de Fosé Siqueira)</i>
Alvaro Dias	<i>(Assinatura de Alvaro Dias)</i>
Paulo Bauer	<i>(Assinatura de Paulo Bauer)</i>
Fernando Bezerra	<i>(Assinatura de Fernando Bezerra)</i>

Recebido em 05 / 02 / 2016
Hora 11
(Assinatura)
Mariane Machado - mat. 38262
SGM/SLSP



SF/16202.57229-51

Página: 1/1 28/01/2016 11:52:59

e0b64fc37b9168e7d200b6a0287d1e4acc272fc0





SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 21, DE 2016

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as seguintes informações:

a) qual é o total de recursos sob administração do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA) e a inadimplência de suas operações? Apresentar os dados em base anual.

JUSTIFICAÇÃO

Os recursos destinados ao setor rural, em particular aqueles voltados a iniciativas sociais de reforma agrária, são de extrema importância para um País com uma dívida social muito grande.

No caso do Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FTRA), temos notícia da dificuldade de pagamento das prestações pecuniárias por parte dos trabalhadores rurais e pequenos agricultores beneficiários do Programa.

O órgão gestor do FTRA é o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Todavia, o MDA não disponibiliza dados nem do total de recursos sob administração do Fundo, muito menos da inadimplência das operações.

Entendemos necessário o pedido de informações para avaliar a magnitude da questão. As informações subsidiarão não apenas a função fiscalizadora deste Parlamento como, especificamente, ajudará na avaliação da adequação e oportunidade de proposta de eventuais medidas saneadoras específicas.

2

Dessa forma, solicito o encaminhamento do presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões,

Senador **JOSÉ MEDEIROS**

(À MESA DO SENADO FEDERAL)



SENADO FEDERAL REQUERIMENTO Nº 22, DE 2016

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador RENAN CALHEIROS,**

Com fundamento no disposto no art. 255, inciso II, alínea “c”, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência que o Projeto de Lei da Câmara nº 84, de 2015, que “*veda a publicação em jornais de anúncio de emprego sem a identificação da empresa contratante.*” seja apreciado, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, além da comissão constante do despacho inicial.

Sala das Sessões,

Senador **VALDIR RAUPP**

(Inclua-se em Ordem do Dia oportunamente)

Término de prazos

Encerrou-se em 4 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 62 e 63, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

As matérias vão à CCJ e à CDir.

Encerrou-se em 5 de fevereiro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Resolução nºs 65 e 66, de 2015.

Não foram oferecidas emendas.

Os Projetos vão à CCJ e CDir.

Encerrou-se no dia 5 de fevereiro o prazo fixado no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, no sentido da apreciação pelo Plenário do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2015.

Tendo sido aprovado terminativamente pela CAE, o Projeto vai à Câmara dos Deputados.

MATÉRIAS DO CONGRESSO NACIONAL**Adoção de Medidas Provisórias**

A Senhora Presidente da República adotou, em 18 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 21 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 703 de 2015**.

“Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

É a seguinte a composição da Comissão Mista:

SENADORES**TITULARES SUPLENTE**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota
Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro
Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.
Hélio José 2. 3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer
Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin
José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Wellington Fagundes

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Sérgio Petecão
Omar Aziz 2.

DEPUTADOS**TITULARES SUPLENTE**Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Wilson Filho 1. Nilton Capixaba
2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso
Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela
Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Danilo Forte 1.

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

DEM

José Carlos Aleluia 1.

PDT*

Félix Mendonça Júnior 1. Weverton Rocha

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 21/12/2015

- Designação da Comissão: 11/02/2016

- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação

- Emendas: até 06/02/2016 (6 dias após a publicação)

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 16/03/2016 (46º dia)

- Prazo final no Congresso: 30/03/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA LIDERANÇA DO DEMOCRATAS

A Publicação
Em ____/____/____

Ofício nº 001-L-Democratas/16

Brasília, 1º de fevereiro de 2016.

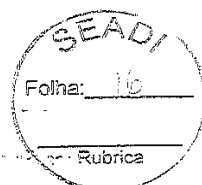
Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado **JOSÉ CARLOS ALELUIA** para integrar, como membro **titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a **Medida Provisória nº 703**, de 18 de dezembro de 2015, que "Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência", em vaga existente.

Respeitosamente,


Deputado **MENDONÇA FILHO**
Líder do Democratas



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A Publicação
Em ____ / ____ / ____

OF./B / 003 / 16.

Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar o Deputado **DANILO FORTE (PSB-CE)**, como titular, da Medida Provisória nº 703, de 2015, “Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência”.

Respeitosamente,

Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta





CÂMARA DOS DEPUTADOS
LIDERANÇA DO PDT

A Publicação	
Em	___/___/___

OK

Ofício nº 5 /2016 Lid PDT

Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 2º, § 4º, da Resolução nº 1/2002 do Congresso Nacional, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados **FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR PDT/BA** e **WEVERTON ROCHA PDT/MA**, para integrarem, na condição de membros **TITULAR** e **SUPLENTE**, respectivamente, a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 703/15, que dispõe sobre acordos de leniência.

Atenciosamente,


Deputado WEVERTON ROCHA
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Nesta





Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

A Publicação
Em ____ / ____ / ____

Of. nº // /2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **WILSON FILHO (PTB/PB)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **NILTON CAPIXABA (PTB/RO)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 703/15, que “Altera a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, para dispor sobre acordos de leniência”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS



A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 24 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 704 de 2015**.

“Dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTEs

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota
Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro
Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.
Hélio José 2.
3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer
Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin
José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Eduardo Amorim
Wellington Fagundes 2. Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Omar Aziz

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTEs

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Benito Gama 1. Pedro Fernandes
2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso
Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela

Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foletto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

PMB

Domingos Neto 1. Brunny

SD*

Arthur Oliveira Maia 1. Zé Silva

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 24/12/2015
- Designação da Comissão: 11/02/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)

É o seguinte o ofício da liderança:



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

A Publicação	
Em	/ /

Of. nº 3 /2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **BENITO GAMA (PTB/BA)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB/MA)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 704/15, que “Dispõe sobre fontes de recursos para cobertura de despesas primárias obrigatórias e para pagamento da Dívida Pública Federal”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

A Senhora Presidente da República adotou, em 23 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 24 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 705 de 2015**.

“Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTEs

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro

Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Wellington Fagundes

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Sérgio Petecão

Omar Aziz 2.

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTEs

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Pedro Fernandes 1. Wilson Filho

2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso

Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela

Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva

Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foletto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

DEM

Pauderney Avelino 1. Efraim Filho

PPS*

Rubens Bueno 1. Arnaldo Jordy

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 24/12/2015
 - Designação da Comissão: 11/02/2016
 - Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
 - Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)
- É o seguinte o ofício da liderança:



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

3
10/6

A Publicação
Em ____/____/____

Of. nº 4/2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **PEDRO FERNANDES (PTB/MA)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **WILSON FILHO (PTB/PB)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 705/15, que “Altera a Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012, que dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

A Senhora Presidente da República adotou, em 28 de dezembro de 2015, e publicou, em Edição Extra no Diário Oficial da União do mesmo dia, mês e ano, a **Medida Provisória nº 706 de 2015**.

“Altera a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTE

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro

Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Eduardo Amorim

Wellington Fagundes 2. Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Omar Aziz

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTE

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Benito Gama 1. Eros Biondini

2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso

Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela

Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva

Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foletto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

PMB

Domingos Neto 1. Brunny

PCdoB*

Daniel Almeida 1. Luciana Santos

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 28/12/2015 (Edição Extra)
 - Designação da Comissão: 11/02/2016
 - Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
 - Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)
- É o seguinte o ofício da liderança:



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

① OK

A Publicação
Em ____ / ____ / ____

Of. nº /5 /2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

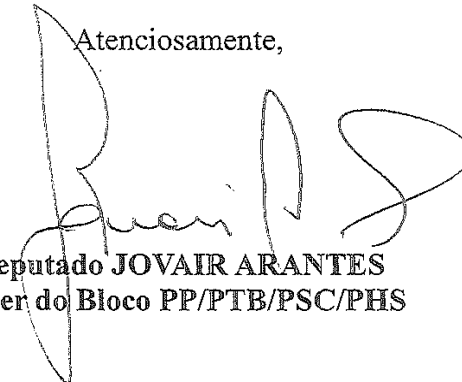
Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **BENITO GAMA (PTB/BA)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **EROS BIONDINI (PTB/MG)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 706/15, que “Altera a Lei no 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Deputado **JOVAIR ARANTES**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

A Senhora Presidente da República adotou, em 30 de dezembro de 2015, e publicou, no Diário Oficial da União do dia 31 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 707 de 2015**.

“Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTEs

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro

Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

Fernando Bezerra 1.

2.

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Wellington Fagundes

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Sérgio Petecão

Omar Aziz 2.

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTEs

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Nilton Capixaba 1. Zeca Cavalcanti

2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso
Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela
Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Danilo Forte 1. Tereza Cristina

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

DEM

Pauderney Avelino 1. Efraim Filho

PV*

Evair de Melo 1.

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 31/12/2015
 - Designação da Comissão: 11/02/2016
 - Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
 - Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)
- São os seguintes os ofícios das lideranças:



SENADO FEDERAL
Bloco Socialismo e Democracia
PSB – PPS – PCdoB – PSOL

(1) OK

A Publicação	
Em	/ /

GLBSD-OF. 002/2016

Brasília, 3 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional

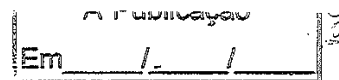
Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito a Vossa Excelência a indicação do **Senador Fernando Bezerra** para compor, como membro titular, a comissão mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 707, de 2015.

Respeitosamente,


Senador José Medeiros
Líder em exercício do Bloco Socialismo e Democracia

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

OF./B / 002 / 16.

Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar os Deputados **DANILO FORTE (PSB-CE)**, como titular, e **TEREZA CRISTINA (PSB-MS)**, como suplente, da Medida Provisória nº 707, de 2015, “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica”.

Respeitosamente,

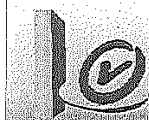
Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

4

A Publicação

Em ____ / ____ / ____

**LIDERANÇA DO PARTIDO VERDE****CÂMARA DOS
DEPUTADOS**

Ofício nº 006/2016/LIDPV

Brasília, 11 de fevereiro de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
NESTA

Assunto: **Indicação Comissão Mista de Medida Provisória**

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado **Evair de Melo – (PV/ES)** para integrar, na condição de titular, a Comissão Mista da Medida Provisória nº 707, de 30 de dezembro de 2015, que “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica”.

Atenciosamente,


Deputado Sarney Filho
Líder do PV



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

A Publicação
Em ____/____/____

Of. nº 16 /2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **NILTON CAPIXABA (PTB/RO)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **ZECA CAVALCANTI (PTB/PE)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 707/15, que “Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e a Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, para alterar os prazos que especifica”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

A Senhora Presidente da República adotou, em 30 de dezembro de 2015, e publicou no Diário Oficial da União do dia 31 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 708 de 2015**.

“Autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTEs

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro

Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Eduardo Amorim

Wellington Fagundes 2. Marcelo Crivella

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Omar Aziz

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTEs

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Luis Carlos Busato 1. Eros Biondini

2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso

Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela

Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva

Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Fernando Coelho Filho 1. Paulo Foletto

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

PMB

Domingos Neto 1. Brunny

PSOL*

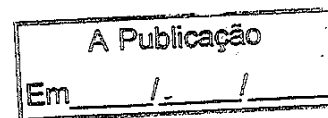
Ivan Valente 1. Edmilson Rodrigues

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 31/12/2015
 - Designação da Comissão: 11/02/2016
 - Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
 - Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
 - Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
 - Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)
- É o seguinte o ofício da liderança:)



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB



Of. nº 4/2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **LUIS CARLOS BUSATO (PTB/RS)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **EROS BIONDINI (PTB/MG)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 708/15, que “Autoriza a União a reincorporar os trechos de rodovias federais transferidos aos Estados e ao Distrito Federal por força da Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Deputado **JOVAIR ARANTES**
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS

A Senhora Presidente da República adotou, em 29 de janeiro de 2016, e publicou no Diário Oficial da União do dia 1º de fevereiro do mesmo ano, a **Medida Provisória nº 712 de 2016**.

“Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus”.

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN e do art. 10-A do Regimento Comum, foi constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.

A composição da Comissão Mista e o calendário de tramitação da Medida Provisória serão publicados na Ordem do Dia do Congresso Nacional.

A matéria será publicada em avulso eletrônico.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

(É a seguinte a composição da Comissão Mista:)

SENADORES

TITULARES SUPLENTE

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT)

Humberto Costa 1. Telmário Mota

Acir Gurgacz 2. Walter Pinheiro

Paulo Rocha 3. Lindbergh Farias

Bloco da Maioria (PMDB/PMB)

Eunício Oliveira 1.

Hélio José 2.

3.

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM)

Cássio Cunha Lima 1. Paulo Bauer

Ronaldo Caiado 2. José Agripino

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE)

João Capiberibe 1. Vanessa Grazziotin

José Medeiros 2. Randolfe Rodrigues

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB)

Fernando Collor 1. Wellington Fagundes

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD)

Benedito de Lira 1. Sérgio Petecão

Omar Aziz 2.

DEPUTADOS

TITULARES SUPLENTE

Bloco PP/ PTB/ PSC/ PHS

Antonio Brito 1. Zeca Cavalcanti

2.

Bloco PR/PSD/PROS

Maurício Quintella Lessa 1. Rogério Rosso

Givaldo Carimbão 2. Anderson Ferreira

Bloco PMDB/ PEN

Leonardo Picciani 1. Daniel Vilela
Baleia Rossi 2. Dulce Miranda

PT

Afonso Florence 1. Benedita da Silva
Ságuas Moraes 2. Moema Gramacho

PSDB

Antonio Imbassahy 1. Nilson Leitão

PSB

Luiz Lauro Filho 1. Luciano Ducci

Bloco PRB / PTN / PMN / PTC / PTdoB / PSL

Celso Russomanno 1. Marcelo Squassoni

DEM

Pauderney Avelino 1. Efraim Filho

REDE*

Alessandro Molon 1. Eliziane Gama

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.
(É o seguinte o calendário:)

- Publicação no DOU: 1º/02/2016
- Designação da Comissão: 11/02/2016
- Instalação da Comissão: 24 horas após a designação
- Emendas: até 07/02/2016 (6 dias após a publicação)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 18/03/2016 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 1º/04/2016 (a prorrogar)

São os seguintes os ofícios das lideranças:

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

A Publicação	
Em	/ /

OF./B / 001 / 16.

Brasília, 03 de fevereiro de 2016.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar os Deputados **LUIZ LAURO FILHO (PSB-SP)**, como titular, e **LUCIANO DUCCI (PSB-PR)**, como suplente, da Medida Provisória nº 712, de 2016, “Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus”.

Respeitosamente,

Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta



A Publicação
Em ____/____/____



Câmara dos Deputados
Liderança do PTB

Of. nº 17 /2016

Brasília, 3 de Fevereiro de 2016.

Exmo. Sr.
Senador **RENAN CALHEIROS**
DD. Presidente do Congresso Nacional
Nesta

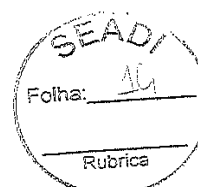
Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **ANTONIO BRITO (PTB/BA)**, na condição de Titular; e o Senhor Deputado **ZECA CAVALCANTI (PTB/PE)**, como Suplente, para a composição da Comissão Mista sobre a MP 712/16, que “Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor do Vírus da Dengue, do Vírus Chikungunya e do Zika Vírus.”.

Aproveito o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Deputado JOVAIR ARANTES
Líder do Bloco PP/PTB/PSC/PHS



Esgotamento de prazo

Término do prazo de vigência, em 07 de fevereiro do corrente, da Medida Provisória nº 689, de 2015, que “Altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato à Senhora Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria vai à Comissão Mista, nos termos do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

ATO**ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL****CONGRESSO NACIONAL****ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 1, DE 2016****ATO DECLARATÓRIO**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 689, de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, que “Altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 7 de fevereiro do corrente ano.

Congresso Nacional, em 11 de fevereiro de 2016 –Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
Bloco-PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Morais* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
S/Partido - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Ricardo Franco** (S)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PMB - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 19

PT-13 / PDT-6

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Angela Portela.	PT / RR
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 18

PMDB-17 / PMB-1

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PMB / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Marta Suplicy.	PMDB / SP
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 14

PSDB-10 / DEM-4

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Franco.	DEM / SE
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lidice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfê Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 9

PP-6 / PSD-3

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Moraes.	PP / GO

S/Partido - 1

Ricardo Ferraço.	ES
------------------	----

PV - 1

Alvaro Dias.	PR
--------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	19
Bloco da Maioria.	18
Bloco Parlamentar da Oposição.	14
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	9
PV.	1
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA**(por ordem alfabética)**

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)	Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (Bloco-PMB-DF)	Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
Angela Portela* (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Ricardo Ferraço* (S/Partido-ES)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)	Ricardo Franco** (Bloco-DEM-SE)
Ataides Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)	Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Blaio Maggi* (Bloco-PR-MT)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)	José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)	Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)	Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)	Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)	Marta Suplicy* (Bloco-PMDB-SP)	Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wilder Moraes* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL**PRESIDENTE**

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT) - 19</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (20,25,63)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Walter Pinheiro (31,33,42) Telmário Mota (4,34,44,52) Regina Sousa (41) </p> <p>Líder do PT - 13 Humberto Costa (20,25,63)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,50) Walter Pinheiro (31,33,42) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,34,44,52)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PMB) - 18</p> <p>Líder Eunício Oliveira - PMDB (60) </p> <p>Líder do PMDB - 17 Líder do PMB - 1 Hélio José (49,59)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 14</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (35) Antonio Anastasia (46) </p> <p>Líder do PSDB - 10 Cássio Cunha Lima (17,58)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (6)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (11,24)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (15,19,27) Vanessa Grazziotin (21,28) </p> <p>Líder do PSB - 7 João Capiberibe (1,14)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,27)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,28)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (26,29)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 9</p> <p>Líder Omar Aziz - PSD (13,54)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (16,18,43,53,57) Otto Alencar (61) </p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (16,18,43,53,57)</p> <p>Líder do PSD - 3 Omar Aziz (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (5,10)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) </p> <p>Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10)</p> <p>Líder do PR - 4 Wellington Fagundes (51,55)</p> <p>Vice-Líder do PR Vicentinho Alves (56)</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8)</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48,62)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (49,59) Paulo Rocha (32,50) Wellington Fagundes (51,55) Telmário Mota (4,34,44,52)</p>		

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
4. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
7. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

8. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
9. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
10. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
11. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
13. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
14. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
17. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
18. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN).
19. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
20. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
22. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).
24. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
26. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
29. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
33. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
35. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
36. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
37. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
41. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
42. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
43. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).
44. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
46. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
47. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
49. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
50. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
53. Em 15.10.2015, o Senador Benedito de Lira deixou de exercer a função de segundo Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em virtude da criação do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. s/n/2015-GLPP).
54. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
55. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABRIDPR).
56. Em 19.11.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado vice-líder do PR (Ofício s/n-GABRIDPR).
57. Em 24.11.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 2/2015-GLDP).
58. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
59. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
60. Em 16.12.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado líder do Bloco da Maioria (Of. 290/2015-GLPMDB).
61. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
62. O senador Delcídio do Amaral está afastado do exercício pelo motivo "Privação de liberdade" no período de 29/01/2016 a 28/02/2016.
63. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS**1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Finalidade: Acompanhar, nos termos do Requerimento nº 976, de 2015, o Programa de habitação popular Minha Casa Minha Vida.

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
-----------	----------

**5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER
DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364**

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 15/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**.. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

**7) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À
COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA**

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

8) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO DO GARIMPO IRREGULAR NO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA (MT)

Finalidade: Verificar "in loco" a situação do garimpo irregular no município de Pontes e Lacerda, no Estado de Mato Grosso.

Requerimento nº 1.208, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

9) COMISSÃO TEMPORÁRIA DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA DE BARRAGENS

Finalidade: Avaliar toda a PNSB - Política Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334/2010, bem como o SNISB - Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens, a partir do acidente ocorrido com o rompimento de duas barragens de rejeitos de minérios no município de Mariana/MG e, assim, propor soluções eficazes.

Requerimento nº 1.305, de 2015

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)

Instalação: 01/12/2015

TITULARES	SUPLENTEs
Senador Jorge Viana (PT-AC)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	

Notas:

*. Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Antonio Anastasia e Ricardo Ferraço para ocupar, respectivamente, os cargos de Presidente e Relator da Comissão.

** Em 19.11.2015, a Presidência designou os Senadores Jorge Viana, Ricardo Ferraço, Antonio Anastasia, Fernando Bezerra Coelho, Wilder Moraes e Rose de Freitas para compor o Colegiado.

Secretário(a): Felipe Costa Geraldes

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

10) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

Requerimento nº 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁸⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾	5. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ^(5,13)
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹²⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	3. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽⁹⁾
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁰⁾

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

** Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

***. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

*****. Em 12.11.2015, foi aprovado o Requerimento nº 1.289, de 2015, que prorroga o prazo final de funcionamento da Comissão para 22.12.2016.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).
3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).
4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).
8. Em 29.09.2015, a Senadora Gleisi Hoffman foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao senador Humberto Costa, que deixa de compor a Comissão (Of. 122/2015-GLDBAG).
9. Em 30.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 69/2015-BLUFOR).
10. Em 06.10.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado membro suplente, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 71/2015-BLUFOR).
11. Em 07.10.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 255/2015-GLPMDB).
12. Em 28.10.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 193/2015-GLPSDB).
13. Em 19.11.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela, que deixa de compor a Comissão (Of. 136/2015-GLDBAG).
14. Em 15.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco da Oposição em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a Comissão (Of. nº 120/2015-GLDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

Prazo final prorrogado: 17/06/2016

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figuerêdo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

12) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE LEI GERAL DO DESPORTO BRASILEIRO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei Geral do Desporto Brasileiro, reunindo, sistematizando, e atualizando a legislação em vigor sobre o tema, e regulamentando as relações jurídicas oriundas da prática desportiva ainda pendentes de disciplina legal.

Ato do Presidente nº 39 de 2015

Número de membros: 13

PRESIDENTE: Caio Cesar Vieira Rocha

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Melo Filho ⁽¹⁾

RELATOR: Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Instalação: 29/10/2015

Prazo final: 06/06/2016

MEMBROS

Caio Cesar Vieira Rocha

Wladimir Vinycius de Moraes Camargos

Marcos Motta ⁽²⁾

Álvaro Melo Filho

Ana Paula Terra

Carlos Eugênio Lopes

Flávio Diz Zveiter

Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira

Luiz Felipe Santoro

Pedro Trengrouse

Roberto de Acioli Roma

Marcos Santos Parente Filho

Mizael Conrado de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 39, de 27 de outubro de 2015, fixa em 11 o quantitativo de membros da Comissão de Juristas, indicando os Senhores Caio César Vieira Rocha, Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, Alexandre Sidnei Guimarães, Álvaro Melo Filho, Ana Paula Terra, Carlos Eugênio Lopes, Flávio Diz Zveiter, Luiz Felipe Bulos Alves Ferreira, Luiz Felipe Santoro, Pedro Trengrouse e Roberto de Acioli Roma, indicando também os Senhores Caio César Vieira Rocha e Wladimir Vinycius de Moraes Camargos, para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 40, de 11 de novembro de 2015, altera o Ato do Presidente nº 39, de 2015 para incluir os Senhores Marcos Santos Parente Filho e Mizael Conrado de Oliveira como membros integrantes deste Colegiado.

1. Em 29.10.2015, foi designado Vice-Presidente o Senhor Álvaro Melo Filho (Memorando nº 01/2015-CJDB)

2. O Ato do Presidente nº 44, de 16 de dezembro de 2015, substitui o senhor Alexandre Sidnei Guimarães pelo senhor Marcos Motta.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): (61) 3303-3514

13) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.

(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

Prazo final prorrogado: 15/03/2016

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 30, de 14 de setembro de 2015, fixa em 25 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Especialista Marcus Vinícius Ramalho de Oliveira para compor o Colegiado.

****. O ato do Presidente nº 42, de 24 de novembro de 2015, prorroga o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão para o dia 15 de março de 2016.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

14) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Leandro Paulsen

Heleno Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Heleno Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, no prazo de 180 dias, as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 15/08/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(6,7)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽⁶⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

** Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

*****. Em 03.12.2015, foi lido o Requerimento nº 1.394, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão em 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vaga em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

6. Em 15.10.2015, o Senador Donizeti Nogueira passa a ocupar como membro titular, pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Paim, que deixa de ocupar a Comissão (Ofício nº 131/2015-GLDBAG).

7. Em 15.10.2015, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 132/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 30/04/2016

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Maioria (PMDB)	
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 180 dias.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).

9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).

10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Eduardo Bruno do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033511/10

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3)CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Investigar o assassinato de jovens no Brasil, no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

Prazo final prorrogado: 14/03/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽⁶⁾

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR).

*****. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

*****. Em 27.10.2015, lido o Requerimento nº 1.213, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão por 90 dias.

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

6. Em 06.10.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente, pelo Bloco União e Força (Of. 70/2015-BLUFOR).

7. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508/3514

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

4)CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽¹⁾	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽³⁾	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

*. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).

**.. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB)

***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado)

****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).

*****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).

1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).

2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).

3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

5)CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL), no prazo de 180 dias.

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

Prazo final prorrogado: 16/08/2016

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽²⁾
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2. VAGO ^(9,11)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾	
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	1. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

** Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

*** Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015-BLUFOR).

**** Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

***** Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membro titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

***** Em 11.11.2015, foi lido o Requerimento nº 1.288, de 2015., que prorroga o prazo da comissão por 180 dias.

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).
9. Em 24.09.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 121/2015-GLDBAG).
10. Em 30.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 180/2015-GLDPSDB).
11. Em 15.10.2015, vago em virtude de o Senador Lasier Martins ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 133/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 061 33033508/3501

E-mail: coceti@senado.leg.br

6)CPI DAS BARRAGENS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades na fiscalização e manutenção das barragens da Samarco Mineradora S.A., no Município de Mariana/MG, bem como para investigar responsabilidades pelo desastre ambiental causado pelo rompimento dessas barragens, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, além de averiguar a situação atual de outros locais de mineração em que haja risco de desastres semelhantes.

Requerimento nº 1.343, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 24/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
	1.

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Reguffe (PDT-DF)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	6. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁹⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	8. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	3. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	6. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PV-PR) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)	5. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(2,18,20)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	3. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLDEM).

18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 109/2015-GLDEM).

19. Em 07.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 130/2015-GLDBAG).

20. Em 08.12.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 121/2015-GLDEM).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	1. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (PP-GO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

2. Em 16.09.2015, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste Colegiado (Of. 152/2015-CAE).

*. Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Moraes, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalirio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ^(9,28)
Senador José Pimentel (PT-CE)	3. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	5. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	6. Senador Paulo Paim (PT-RS)
Senador Benedito de Lira (PP-AL)	7. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(25,29)	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	2. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador José Maranhão (PMDB-PB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	2. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador José Serra (PSDB-SP) ^(1,12,17)	4. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(26,27)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(2,24)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	3. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR-ES)	3. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

- *****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).
- *****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edison Lobão, Ricardo Ferraço, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).
1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).
 2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).
 3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
 4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).
 5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).
 6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).
 7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).
 8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).
 9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).
 10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).
 11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
 12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).
 13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).
 14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).
 15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).
 16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).
 17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).
 18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).
 19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).
 20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).
 21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).
 22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).
 23. Em 30.09.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que deixa de compor a Comissão (Of. 68/2015-BLUFOR).
 24. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDEM).
 25. Em 20.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 8/2015-GLDPP).
 26. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
 27. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).
 28. Em 08.12.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Of. 140/2015-GLDBAG).
 29. Torna-se sem efeito a indicação apresentada nos termos do Ofício nº 008/2015-GLDPP.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	3. Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	4. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	5. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	6. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹¹⁾	7. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP-RS)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Roberto Requião (PMDB-PR)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	3. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	4. Senador Hélio José (PMB-DF)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	5. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)	1. VAGO ⁽¹³⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ^(12,13)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Alvaro Dias (PV-PR)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
Senador Romário (PSB-RJ)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

** Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*** Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**** Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

***** Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalirio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

11. Em 23.09.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. 117/2015-GLDBAG).

12. Em 23.09.2015, vago em virtude de o Senador Wilder Moraes ter sido designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 117/2015-GLDBAG).

13. Em 30.09.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de ocupar a vaga de suplente na comissão (Of. 107/2015-GLDEM).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: cc@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Reguffe (PDT-DF)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Alvaro Dias (PV-PR)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	2. Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Sousa e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).

10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1.
Senador Reguffe (PDT-DF)	2.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2.
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	3.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(1,5)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

** Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	1.
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Roberto Rocha (PSB-MA)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 9:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽⁴⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽⁸⁾	3. Senador Telmário Mota (PDT-RR) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	4. Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	5. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁴⁾	6.
Maioria (PMDB)	
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)
Senador Hélio José (PMB-DF)	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,12)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹²⁾	4.
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(17,18)	1. VAGO ⁽¹⁶⁾
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹¹⁾	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽¹¹⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Romário (PSB-RJ)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membros titular; e o Senador Davia Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of.64/2015-BLUFOR).
16. Em 1º.10.2015, vago em razão do Senador Davi Alcolumbre ter deixado de compor a comissão(Of. 106/2015-GLDEM).
17. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
18. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Sousa foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ^(3,14)

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT-AC)	1. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	6. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Senador Edison Lobão (PMDB-MA)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
Senador Roberto Requião (PMDB-PR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(10,11)	3. Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹²⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	5. Senador Hélio José (PMB-DF)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM-RN)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB-SP)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)
Senador Magno Malta (PR-ES)	2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).
12. Em 30.09.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a comissão (Of. 252/2015-GLPMDB).
13. Em 30.09.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Valdir Raupp, que passa a titular (Of. 254/2015-GLPMDB).
14. Em 1º.10.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Valdir Raupp Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 44/2015-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	1. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	2. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador José Pimentel (PT-CE)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ^(10,13)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ^(5,19)	6. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Maioria (PMDB)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	1. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Hélio José (PMB-DF)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. VAGO ⁽¹⁸⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁷⁾	2. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(15,16)	4.
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).
15. Em 17.09.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Bauer ter deixado de compor a Comissão (Of. 176/2015 - GLPSDB).
16. Em 22.09.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 177/2015-GLPSDB).
17. Em 30.09.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLDEM).
18. Em 30.09.2015, vago em virtude de o Senador Davi Alcolumbre ter sido designado membro titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (of. 108/2015-GLDEM).
19. Em 02.10.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que deixou de compor a Comissão (Of. 123/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA)
Maioria (PMDB)	
Senador Hélio José (PMB-DF)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Moraes e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).

2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Walter Pinheiro (PT-BA) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	2. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	5. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Maioria (PMDB)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PMB-DF) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
	5. Senador Dário Berger (PMDB-SC)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(19,20)
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	2. Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB).

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).
19. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).
20. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	2. Senador Lasier Martins (PDT-RS)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)	4.
Senadora Ana Amélia (PP-RS)	5. Senador Benedito de Lira (PP-AL)
Maioria (PMDB)	
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	1. Senador José Maranhão (PMDB-PB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senador Dário Berger (PMDB-SC)	3. Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4. Senador Ricardo Ferraço (S/Partido-ES) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	1. Senador Wilder Moraes (PP-GO)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Douglas Cintra (PTB-PE)
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	2. Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).

****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).

4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).

5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).

7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	2. Senador Jorge Viana (PT-AC)
Senador Walter Pinheiro (PT-BA)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT-MS)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	4. Senador Telmário Mota (PDT-RR)
Senador Ivo Cassol (PP-RO)	5. Senador Gladson Cameli (PP-AC)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	2. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)
Senador Hélio José (PMB-DF) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1. Senador José Agripino (DEM-RN)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB-PI) ⁽¹⁰⁾	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDM).

10. Em 04.11.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, que deixa de compor a comissão (Of. 73/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA)
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	3. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Gladson Cameli (PP-AC)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Maioria (PMDB)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (PP-GO)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(14,15)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador José Medeiros (PPS-MT) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).

4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).

6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB).

7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD).

10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).

11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).

12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM).

13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG).

14. Em 11/11/2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social, da Prefeitura de Aracaju/SE (Of. s/n, de 2015).

15. Em 17.11.2015, o Senador Ricardo Franco foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves (Of. 118/2015-GLDEM).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2.
Senador Paulo Paim (PT-RS)	3.
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	4.
	5.
Maioria (PMDB)	
Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP)	3. Senador Dário Berger (PMDB-SC) ⁽¹⁾
Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)	4.
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)	1.
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO)	2.

Notas:

*. Em 14.10.2015, os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Marta Suplicy, Waldemir Moka e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga e Valdir Raupp, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CTG (Of. 243/2015-GLPMDB).

**. Em 14.10.2015, os Senadores Fernando Collor e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e o Senador Wellington Fagundes, como membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CTG (Of. 66/2015-BLUFOR).

***. Em 14.10.2015, os Senadores Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares, pelo Bloco da Oposição, para compor a CTG (Of. 165/2015-GLPSDB).

****. Em 14.10.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e o Senador Donizeti Nogueira, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CTG (Of. 125/2015-GLDBAG).

*****. Em 14.10.2015, os Senadores João Capiberibe e Lúcia Vânia foram designados membros titulares, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CTG (Of. 85/2015-BLSDEM).

1. Em 22.10.2015, foi designado o Senador Dário Berger como membro suplente pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 266/2015-GLPMDB).

2. Em 17.11.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Bauer e João Capiberibe, respectivamente, Presidente e Vice-presidente deste Colegiado (Of. 1/2015-CTG).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: ctg@senado.leg.br

CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)*

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Maioria (PMDB)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(9,10)	1. Senador Ricardo Franco (DEM-SE) ^(4,5)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁵⁾
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	3. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁸⁾
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
VAGO ⁽¹¹⁾	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
(/)	

Atualização: 17/12/2015

Notas:

*. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 02/06/2015.

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.

2. Eleitos na 1ª reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.

3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

4. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

5. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 01/12/2015.

6. O Senador Flexa Ribeiro comunica renúncia a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme ofício lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

7. O Senador Dalirio Beber foi eleito para ocupar a suplência em vaga destinada ao PSDB, conforme Ofício nº 206/2015 GLPSDB, lido na sessão plenária de 1º.12.2015.

8. Eleitos na Sessão do Senado Federal do dia 09/12/2015.

9. Em 15.12.2015, foi lido em Plenário Ofício nº 323/2015 - GSWMOR, do Senador Wilder Moraes, comunicando renúncia como titular do Conselho em vaga destinada ao Bloco da Parlamentar da Oposição.

10. O Senador Davi Alcolumbre foi eleito na sessão plenária de 16.12.2015, para ocupar vaga de titular do Bloco Parlamentar da Oposição, conforme Ofício nº 122/2015, do Líder do Democratas.

11. O Senador Elmano Férrer comunica renúncia como membro titular do Conselho, na vaga destinada ao PTB, conforme o MEMO nº 110/2015-GSEFERRE, datado e lido na sessão Plenária do dia 17.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Hélio José (PMB-DF)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 26/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

1. Designada para ocupar o cargo de Presidente do Conselho pelo Ato do Presidente nº 41, de 2015, em 26/11/2015.

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)

MEMBROS**PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**4ª Designação:** 04/03/2015**MEMBROS****PMDB**

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 01/10/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Flexa Ribeiro (PA)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Lasier Martins (RS)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senador Gladson Cameli (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracaju/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
PTB
VAGO
PP
VAGO
PDT
PSB
VAGO
DEM
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
PCdoB
VAGO
PV
VAGO
PRB
VAGO
PSC
VAGO
PSOL
VAGO
Representante da sociedade civil organizada
VAGO
Pesquisador com produção científica relevante
VAGO
Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente
VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303.5258

Fax: 3303.5260

E-mail: saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾**1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senador Garibaldi Alves Filho (RN)
PT
Senador Lindbergh Farias (RJ)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Magno Malta (ES)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
Senador José Agripino (RN)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSOL
Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015**Notas:**

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾**1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senador Paulo Paim (RS)
PSDB
Senador Cássio Cunha Lima (PB)
PSB
Senadora Lídice da Mata (BA)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PR
Senador Vicentinho Alves (TO)
PSD
Senador Otto Alencar (BA)
DEM
VAGO ⁽²⁾
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Elmano Férrer (PI)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 11/11/2015**Notas:**

*. Designados conforme Ato do Presidente nº 34, de 2015, publicado no DSF de 17.09.2015.

1. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, realizada em 07.10.2015.

2. Em 11.11.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves se afastou dos trabalhos da Casa para assumir o cargo de Secretária Municipal da Família e da Assistência Social da Prefeitura de Aracajú/SE, conforme comunicação lida e publicada nesta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:** Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)**1ª Designação:** 16/11/1995**2ª Designação:** 30/06/1999**3ª Designação:** 27/06/2001**4ª Designação:** 25/09/2003**5ª Designação:** 26/04/2011**6ª Designação:** 21/02/2013**7ª Designação:** 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁽¹⁾	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015**Notas:**

*. Designados conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015**Notas:**

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
PMDB
Senadora Simone Tebet (MS)
PT
Senadora Fátima Bezerra (RN)
PSDB
Senador Antonio Anastasia (MG)
PSB
Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)
PDT
Senador Reguffe (DF)
PR
Senador Wellington Fagundes (MT)
PSD
Senador Sérgio Petecão (AC)
DEM
Senador Wilder Moraes (PP-GO)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PTB
Senador Douglas Cintra (PE)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PCdoB
Senadora Vanessa Grazziotin (AM)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/11/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 28/10/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL

(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

**PRESIDENTE (art. 88, § 3º do
RISF):**

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO

(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
Senador José Agripino (RN)
PCdoB
Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PMDB
Senador Jader Barbalho (PA)
PP
Senadora Ana Amélia (RS)
PPS
Senador José Medeiros (MT)
PR
Senador Blairo Maggi (MT)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PSB
Senador Roberto Rocha (MA)
PSC
Senador Eduardo Amorim (SE)
PSD
Senador Omar Aziz (AM)
PSDB
Senador Tasso Jereissati (CE)
PT
Senador Jorge Viana (AC)
PTB
Senador Fernando Collor (AL)
REDE
Senador Randolfê Rodrigues (AP)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Apreciação das matérias orçamentárias e acompanhamento e fiscalização das respectivas execuções.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2ª VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Rel. do Proj. de Lei de Diretrizes Orçamentárias: Deputado Ricardo Teobaldo (PMB-PE)

Relator do Projeto de Lei Orçamentária Anual: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do Projeto de Plano Plurianual: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC (4)
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PMB/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Walter Pinheiro - PT/BA (10)
Gleisi Hoffmann - PT/PR (10)	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO (8)
Davi Alcolumbre - DEM/AP (8)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PSB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PMB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilton Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Aírton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Givaldo Carimbão - PROS/AL ⁽¹¹⁾
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. Valtênir Pereira - PMB/MT ^(1,12)
José Nunes - PSD/BA ⁽⁹⁾	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Moraes - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.
8. Designado o Senador Davi Alcolumbre, que deixa a vaga de suplente, como membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, em 30-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 110, de 2015, da Liderança do DEM.
9. Designado, como membro titular, o Deputado José Nunes (BA), em substituição ao Deputado Walter Ihoshi, em 28-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 598, de 2015, da Liderança do PSD.
10. Designada, como membro titular, a Senadora Gleisi Hoffmann, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, e, como membro suplente, o Senador Walter Pinheiro, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, em 10-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 134, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Givaldo Carimbão, em substituição ao Deputado Valtenir Pereira, em 30-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 312, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Valtenir Pereira, em vaga existente, em 17-12-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 841, de 2015, da Liderança do PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA - CMO

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I. Transporte	Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
II. Saúde	Deputado João Arruda (PMDB-PR)
III. Educação e Cultura	Deputado Wellington Roberto (PR-PB)
IV. Integração Nacional	Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)
V. Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Agrário	Deputado Carlos Henrique Gaguim (PMB-TO)
VI. Desenvolvimento Urbano	Deputado Caio Narcio (PSDB-MG)
VII. Turismo	Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)
VIII. Ciência e Tecnologia e Comunicações	Deputado Wadson Ribeiro (PCdoB-MG)
IX. Minas e Energia	Deputado Edmar Arruda (PSC-PR)
X. Esporte	Senador Roberto Rocha (PSB-MA)
XI. Meio Ambiente	Deputada Flávia Moraes (PDT-GO)
XII. Fazenda e Planejamento	Deputado Hugo Leal (PROS-RJ)
XIII. Indústria, Comércio e Micro e Pequenas Empresas	Senador Hélio José (PMB-DF)
XIV. Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE)
XV. Defesa e Justiça	Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
XVI. Presidência, Poder Legislativo, Poder Judiciário, MPU, DPU e Relações Exteriores	Deputado Danilo Forte (PSB-CE)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

IV - Comitê de Admissibilidade de Emendas - CAEM

COORDENADOR: Deputado Genecias Noronha (SD-CE)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
-----------------	---------

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Vitor Valim (PMDB)
PR	Deputada Gorete Pereira (PR)
PSD	Deputado Átila Lins (PSD)
PTB	Deputado Nilton Capixaba (PTB)
PSB	Deputado Gonzaga Patriota (PSB)
PP	Deputado Cacá Leão (PP)
PT	Deputado Jorge Solla (PT)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

III - Comitê de Avaliação das Inform. sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves - COI

COORDENADOR: Deputado Zé Geraldo (PT-PA)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PT	Senador Walter Pinheiro (PT / BA)
PSDB	Senador Paulo Bauer (PSDB / SC)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Mauro Lopes (PMDB)
PR	Deputado José Rocha (PR)
PP	Deputado Ricardo Barros (PP)
PT	Deputado Zé Geraldo (PT)
DEM	Deputado Elmar Nascimento (DEM)
PHS	Deputado Marcelo Aro (PHS)
PRB	Deputado César Halum (PRB)
PROS	Deputado Hugo Leal (PROS)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

II - Comitê de Avaliação da Receita - CAR

COORDENADOR: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSC	Senador Eduardo Amorim (PSC / SE)
PP	Senador Benedito de Lira (PP / AL)

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Hildo Rocha (PMDB)
PT	Deputado Nilto Tatto (PT)
PSB	Deputado Leopoldo Meyer (PSB)
PSDB	Deputado Giuseppe Vecci (PSDB)
PV	Deputado Evair de Melo (PV)
PCdoB	Deputado Orlando Silva (PCdoB)
PSD	Deputado Jaime Martins (PSD)

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

I - Comitê de Avaliação , Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária - CFIS

COORDENADOR: Deputado Izalci (PSDB-DF)

Senado Federal

Bloco / Partido	Membros
PDT	Senador Acir Gurgacz (PDT / RO)
PSD	Senador Hélio José (PMB / DF)
DEM	VAGO

Câmara dos Deputados

Bloco / Partido	Membros
PMDB	Deputado Washington Reis (PMDB)
PMDB	Deputado Lelo Coimbra (PMDB)
PTB	Deputado Luiz Carlos Busato (PTB)
PTB	Deputado Pedro Fernandes (PTB)
PT	Deputado Leo de Brito (PT)
PSDB	Deputado Izalci (PSDB)
DEM	Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM)

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. Julio Lopes - PP/RJ (12,14,18)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - REDE/RJ
Leônidas Cristino - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. João Paulo Papa - PSDB/SP (17)
PSDB, PSB	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.

4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.

6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria.

8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.

9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Liderança do Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).

10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.

11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.

12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.

13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.

14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC.

15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

17. Designado, como membro suplente, o Deputado João Paulo Papa, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 394, de 2015, da Liderança do PR.

18. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em vaga existente, em 16-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 435, de 2015, da Liderança do PP.

Secretário: Tiago Torres de Lima Brum

Telefone(s): (61) 3303-3534

E-mail: cocm@senado.gov.br

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) ⁽⁶⁾	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) ⁽²⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁽⁷⁾
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) ⁽¹⁾	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) ⁽⁴⁾
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) ⁽³⁾	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) ⁽⁵⁾

Notas:

- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
- Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
- Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
- Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
- Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva

Telefone(s): 61 3303-3502

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Diagnosticar as lacunas existentes nas ações e serviços da Seguridade Social e na prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência; e apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - PMDB/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)	
Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT ⁽¹⁹⁾	1. Eduardo Amorim - PSC/SE ⁽¹⁴⁾
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
Laura Carneiro - PMDB/RJ (17,21)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMB/MG (16)
Ezequiel Teixeira (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - REDE/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Moraes - GO (9)	1. Rosângela Curado - PSOL/RJ (20)
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luizianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Moraes, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.
20. Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, de 2015, da Liderança do PDT.
21. Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de 2015, da Liderança do PMDB/PEN.

Secretário: Gigliola Ansiliero

Telefone(s): 61 3303-3504

E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal**

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB/PR)
Deputado Sergio Zveiter
Deputado Miro Teixeira (REDE/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS**Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul****COMPOSIÇÃO****Número de membros:** 10 Senadores e 27 Deputados**PRESIDENTE:** Senador Roberto Requião (PMDB-PR)**1º VICE-PRESIDENTE:** Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)**2ª VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)**Designação:** 07/04/2015**SENADO FEDERAL**

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO (2)
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ (2)	3. Gladson Cameli - PP/AC
Maioria (PMDB)	
VAGO (8)	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP (7)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB, PEN	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Mainha - SD/PI ⁽¹⁴⁾
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Paes Landim - PTB/PI ⁽¹⁵⁾	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. VAGO ⁽¹⁵⁾
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB ⁽¹⁰⁾
Mandetta - DEM/MS ⁽⁵⁾	11. VAGO
PSD	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. Pepe Vargas - PT/RS ^(3,13)
Danlei de Deus Hinterholz - RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PMB/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Ságuas Moraes - PT/MT ⁽¹¹⁾	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PB ⁽⁶⁾	6. Jaime Martins - MG ⁽⁶⁾
Luiz Cláudio - PR/RO	7. VAGO ⁽¹¹⁾
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS ⁽⁹⁾
PSDB, PSB	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Heitor Schuch - PSB/RS ^(1,12)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO ⁽¹⁾
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS ⁽¹⁾	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI ⁽¹⁾	6. VAGO
PDT	
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - MA
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

- Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
- Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
- Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
- Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.

7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.
11. Designado, como membro titular, o Deputado Ságuas Moraes, em substituição ao Deputado Fernando Marroni, em 8-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 668, de 2015, da Liderança do PT.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Heitor Schuch, em substituição à Deputada Tereza Cristina, em 15-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 238, de 2015, da Liderança do PSB.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Pepe Vargas, em vaga existente, em 20-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 697, de 2015, da Liderança do PT.
14. Designado, como membro suplente, o Deputado Mainha, em substituição ao Deputado Elizeu Dionizio, em 24-11-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 343, de 2015, da Liderança do Solidariedade.
15. Designado, como membro titular, o Deputado Jovair Arantes, em substituição ao Deputado Luis Carlos Busato, em 4-2-2016 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 19, de 2016, da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional**Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN****COMPOSIÇÃO**

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)
2º Vice-Presidente Deputado Giacobbo (PR/PR)
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)
Líder da Maioria VAGO
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PV/PR)
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
Fax: 3303-5260
saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos ⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTEs
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	Maria Célia Furtado ^(2,4)
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	Murillo de Aragão ⁽⁵⁾

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante da sociedade civil (inciso IX)	VAGO ⁽³⁾	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 07/12/2015**Notas:**

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).
3. O Conselheiro Henrique Eduardo Alves renunciou à vaga de membro titular, representante da sociedade civil, nos termos da Carta s/n - HELA, datada de 1º.12.2015, lida na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
4. A Conselheira Maria Célia Furtado foi eleita em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossada na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.
5. O Conselheiro Murillo de Aragão foi eleito em Sessão do Congresso Nacional de 18.11.2015 e empossado na 7ª Reunião do Conselho, realizada em 07.12.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
Telefone(s): 3303-5255
Fax: 3303-5260
CCSCN@senado.leg.br

Já sabe pesquisar o diário na Internet?

Siga o passo a passo!



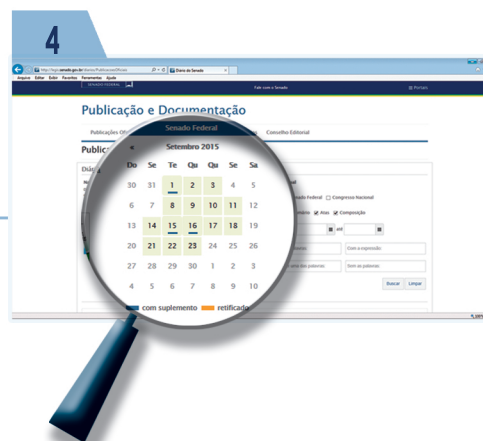
Na página inicial do Senado Federal, selecione **Publicações** no menu superior.



Em **Publicações Oficiais**, clique em **Diários**.



Escolha entre **Diário do Senado Federal** e **Diário do Congresso Nacional**. Há também um link para os diários da **Câmara dos Deputados**.



Selecione a **data da sessão** publicada no diário.



Você tem a opção de fazer **pesquisas textuais** pelo inteiro teor de documentos e notas taquigráficas.

Acesse: www.senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

